FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
Assinado de forma digital por FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por Certisign Certificadora Digital, cn=FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
Dados: 2011.06.29 14:36:59 -03'00'

DJ 2676
29/06/2011

Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989–ANO XXIII–**DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2676**–PALMAS, QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2011 (DISPONIBILIZAÇÃO)

PRESIDÊNCIA 1
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 1
COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA 1
DIRETORIA GERAL....2
DIRETORIA JUDICIÁRIA....2
TRIBUNAL PLENO....3
1ª CÂMARA CÍVEL 4
2ª CÂMARA CÍVEL 22
1ª CÂMARA CRIMINAL....24
2ª CÂMARA CRIMINAL....26
RECURSOS CONSTITUCIONAIS....30
PRECATÓRIOS 30
DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS....31
1ª TURMA RECURSAL....31
2ª TURMA RECURSAL....35
1º GRAU DE JURISDIÇÃO....36
PUBLICAÇÕES PARTICULARES....101

PRESIDÊNCIA

Portarias

PORTARIA Nº 265/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, do Regimento Interno,

Considerando o contido na Portaria nº 42/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2586 - Suplemento, de 10 de fevereiro de 2011, bem como o requerimento da magistrada;

RESOLVE:

Alterar o período de férias da Juíza de Direito CIBELE MARIA BELLEZZIA, titular da Comarca de 2ª Entrância de Peixe, de 25/7/2011 a 11/8/2011, para serem gozadas no período de 28/9/2011 a 11/10/2011.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 28 dias do mês de junho do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

PORTARIA Nº 266/2011

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, especialmente com espeque no "caput" do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93, considerando o Despacho nº. 1199/2011-DIGER, exarado pelo Diretor Geral deste Tribunal de Justiça, nos autos do PA 43130, no qual reconheceu como inexigível a licitação, nos termos do inciso II do art. 25, c/c o inciso III do artigo 13, ambos da Lei nº. 8.666/93, visando a contratação de um profissional, para prestação de serviços de consultoria, o qual deverá orientar, acompanhar e supervisionar a preparação do Projeto de Mestrado Profissional em Direito, a ser elaborado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, e promover as adequações necessárias, RATIFICO-O para declarar INEXIGÍVEL a licitação em comento, oportunidade em que AUTORIZO emissão da Nota de Empenho pela Diretoria Financeira em favor do Professor-Doutor EDUARDO CARLOS BIANCA BITTAR, CPF 176.873.878-56, no valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Publique-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 28 dias do mês de junho de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Carta

AVISO Nº 20/CGJ/2011

Processo nº 50.581/2011

O Desembargador ANTÔNIO MARCOS ALVIM SOARES, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais:

Avisa aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre o furto dos Selos de Fiscalização ocorrido no Serviço de 1º Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni do Tipo: "CERTIDÃO" Série APV 69.801 a APV 70.300, conforme BO nº 1.701/11, da Delegacia de Polícia daquela localidade, ficando cancelada a validade do mesmo, como previsto no art. 15 da Portaria Conjunta nº 002, de 11 de março de 2005.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2011.

Desembargador ANTÔNIO MARCOS ALVIM SOARES
Corregedor-Geral da Justiça

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Intimação às Partes

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41833/10
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
REQUERENTES: MUNICÍPIO DE TUPIRAMA-TO E MARIA NALVA FERREIRA CRUZ
REQUERIDO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: INSTALAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRAMA – TO.
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO de fls. 114:"Trata-se de requisição, formulada pelo PREFEITO DE TUPIRAMA –TO e por MARIA NALVA FERREIRA CRUZ, para instalação, no Município de Tupirama –TO, dos Cartórios Extrajudiciais de Registro de Imóveis e de Registro de Títulos e Documentos, em uma única unidade, já existente, junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas daquele Município, pelo qual responde interinamente a segunda requerente. Instada a se manifestar, a Corregedoria Geral da Justiça considera incabível a acumulação precária dos serviços extrajudiciais, na forma pretendidal. À fl. 112, sobreveio informação de que as Serventias em questão foram escolhidas em 23/5/2011, na Sessão Solene de Escolha das Serventias Extrajudiciais pelos candidatos aprovados no Concurso Público nº 3/2008. É o relatório. Decido. A informação prestada pela Secretaria, no sentido de que as Serventias foram escolhidas pelos candidatos aprovados no certame, esvazia o objeto deste feito. Posto isso, julgo prejudicados os pedidos iniciais, e determino o arquivamento destes autos. Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se. Palmas - TO, 22 de junho de 2011. Desembargador Marco Villas Boas – Relator".

SECRETARIA DA COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, em Palmas, aos 27 dias do mês de junho de 2011.(a) Rita de Cácia Abreu de Aguiar - Secretária

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41099/10
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
REQUERENTE : DESEMBARGADORA WILLAMARA LEILA
REQUERIDO : PRESIDENTE DA COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: PROJETO DE LEI (ALTERA LEI COMPLEMENTAR N° 10)
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO de fls.25: " Trata-se de Processo Administrativo o qual versa sobre a análise e manifestação da Minuta do Projeto de Lei com vistas a alterar a parte final do parágrafo único do artigo 21 e o artigo 23-A da Lei Complementar no 10, de 11 de janeiro de 1996, que instituiu a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, para que qualquer Juiz Titular das Comarcas de 3ª Entrância do Estado do Tocantins possa ocupar os cargos de Juiz auxiliar da Presidência e Juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça. Conforme justificativa de apresentação da Minuta do Projeto de Lei Complementar, a alteração proposta busca dar igual oportunidade aos Magistrados de 3ª Entrância, quer sejam titulares de Varas de Comarcas do interior, quer sejam da capital, já que não há razão de ordem jurídica a amparar a manutenção da restrição imposta pela atual redação da Lei Orgânica da Magistratura Estadual, ainda mais quando se observa que, para concorrer a uma vaga de Desembargador, basta que o candidato seja titular de Comarca de 3ª Entrância, não se fazendo necessário ser titular de Varas da Capital. É o relatório. Decido. Analisando atentamente os autos, verifico que o exame da matéria nele ventilada se encontra prejudicado pela aprovação de Projeto de Resolução pelo Pleno deste Tribunal de Justiça, encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça para homologação, que adequara a convocação de Juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins à Resolução no 72, de 31/3/2009, do Conselho Nacional de Justiça. Posto isso, julgo prejudicado o presente processo administrativo. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Cumpra-se. Palmas –TO, 22 de junho de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS- Relator".

SECRETARIA DA COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, em Palmas, aos 27 dias do mês de junho de 2011. Rita de Cácia Abreu de Aguiar – Secretária.

DIRETORIA GERAL

Despacho

REFERÊNCIA : PA 43287
REQUERENTE : DIRETORIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO TJ/TO
REQUERIDO : DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TJ/TO
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE ANDAIME

DESPACHO Nº 1204/2011

Acolhendo, como razão de decidir, o Parecer Jurídico nº 730/2011, de fls. 26/28, bem como existindo disponibilidade orçamentária (fl. 25), e, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto Judiciário nº 302/2009 (Publicado no Diário de Justiça nº 2199, de 28/05/2009) e, ainda, consoante dispõe o inciso XXVIII do art. 59 do Regulamento da Secretaria do TJ/TO, DISPENSO a licitação, em razão do valor, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, visando à contratação da empresa LOCOEL LOCAÇÕES E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n.º01.438.515/0001-30, no valor de R$ 138,00 (cento e trinta e oito reais) para locação de andaime de 10 metros, pelo período de 30 dias, oportunidade em que aproveito para determinar a emissão da nota de empenho em favor da empresa citada.

Encaminhem os autos à DIFIN, para emissão da respectiva nota de empenho, a qual substituirá o instrumento contratual, e, em seguida, à DIADM, para as demais providências pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, Palmas/TO, em 28 de Junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

Portarias

PORTARIA Nº 655/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, bem como de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 43219/2011 (11/0098040-4), resolve conceder ao Juiz FABIANO GONÇALVES MARQUES, o pagamento de ajuda de custo na importância de R$ 66,32 (sessenta e seis reais e trinta e dois centavos) por seu deslocamento em objeto de serviço à Comarca de Alvorada, no dia 26 de maio de 2011, e no dia 02 de junho de 2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 20 de junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 678/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida nos Autos Administrativos - PA 43277/2011 (11/0098306-3), resolve conceder ao Juiz JOSÉ MARIA LIMA, o pagamento de ½ (meia) diária na importância de R$ 105,00 (cento e cinco reais), por seus deslocamentos em objeto de serviço à Comarca de Palmas, para atuar como membro da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no dia 26 de maio de 2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 27 de junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 677/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando o contido nos autos PA 43262 (11-0098221-0), resolve conceder à servidora ROSSANA TOMEI DAHER, matricula 103477, Oficial de Justiça/Avaliador, o pagamento de 01 (uma) diária, no valor de R$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais), por seu deslocamento a Palmas para proceder à busca e entrega de vítimas em autos de Ação Penal, nos dias 26 e 27 de abril de 2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 27 de junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 674/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59 da Resolução nº 17/09/TJTO, c/c Decreto Judiciário nº 302/09 da Presidência do Tribunal de Justiça,

CONSIDERANDO o contido nos Autos Administrativos PA 42914/2011;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 37 da Portaria nº 504/2006, publicada no DJ nº 1604, de 17 de outubro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores LEOMAR JOSÉ DA SILVA BARROS, matrícula 253060, WILLIAM DE MORAIS GÓIS, matrícula 352634 e ALAN FURTADO SILVA, matrícula 352753, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação dos bens a serem objeto de doação.
Art. 2º A referida comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 21 de junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DIRETOR:FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

Intimação às Partes

RECLAMAÇÃO Nº. 1633/2010
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECLAMANTE: ESTADO DO TOCANTINS
RECLAMADO: ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS – ADEPTO
ADVOGADOS: CIRO ESTRELA NETO E OUTROS
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora– JACQUELINE ADORNO -Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, intimadas do DESPACHO de fls.1647, a seguir transcrito : "Analisando os autos verifica-se que foi interposto Agravo Regimental pelo Estado do Tocantins (fls.1626/1645) em face da decisão de fls. 1621/1623, proferida pelo Juiz Helvécio de Brito Maia Neto, que julgou extinta sem resolução de mérito a presente Reclamação, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, declarando o autor carecedor da ação, seja pela falta de interesse utilidade, seja pela inexistência do interesse adequação.Assim, diante do exposto, remeta-se os presentes autos ao Excelentíssimo relator da causa principal, Juiz Helvécio Maia Brito. P.R. I."Palmas, 28 de junho de 2011." *(a)* Desembargadora – JACQUELINE ADORNO – Presidente.

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA nº. 1963/11
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
REFERENTE: Decisão de fls. 97/104
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE ARRAIAS – TO
ADVOGADO: MÁRCIO GONÇALVES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS
PROM. JUST: JOÃO NEUMANN MARINHO DA NÓBREGA
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora– JACQUELINE ADORNO - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, intimadas da DESPACHO de fls. 268/273, a seguir transcrita : "Trata-se de pedido de Suspensão de Liminar aforado por Município de Arraias – TO, em face da decisão de fls. 97/104, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº. 1.3956-0/11, proposta por Ministério Público do Estado do Tocantins.Na referida ação o Magistrado *a quo* deferiu, em parte, a tutela de urgência pretendida pelo Ministério Público Estadual, determinando que, o Município de Arraias cumpra as seguintes obrigações de fazer:a) organizar, prestar e implementar, no prazo máximo de 90 (noventa), dias, o sistema de abastecimento de água potável de forma tratada e adequada para consumo humano, efetivando as medidas e obras necessárias de modo a garantir a produção, captação e distribuição de água potável à comunidade de Cana Brava, observando-se a Resolução nº. 357/2005 do CONAMA e a Portaria nº. 518/2004 do Ministério da Saúde, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais);b) organizar, efetivar e implementar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, solução alternativa de abastecimento de água para a comunidade de Cana Brava, até conclusão do sistema definitivo de abastecimento, disponibilizando água tratada e adequada ao consumo humano, observando-se as diretrizes da Resolução nº. 357/2005 do CONAMA e Portaria nº. 518/2004 do Ministério da Saúde, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais);c) efetivar, de forma continuada e eficiente a cada trimestre, iniciando-se em junho de 2011, o controle da qualidade e vigilância da qualidade da água para consumo humano, realizando as medidas e atividades necessárias para operacionalizar o sistema de abastecimento de água potável para o povoado de Cana Brava, evitando-se riscos à saúde da população, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais);d) realizar o prévio licenciamento ambiental em todas as obras, atividades e empreendimentos integrantes do sistema de abastecimento de água potável a ser implementado para viabilizar o fornecimento eficiente e contínuo para a comunidade de Cana Brava, observando as regras da Resolução nº. 237/97 do CONAMA, no prazo de noventa dias, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais);e) fiscalizar e exercer o poder de polícia ambiental de forma eficiente, com vistas a evitar a prática de ilícitos que causem prejuízos ao sistema de abastecimento de água do povoado, bem como, quaisquer danos ao meio ambiente referente ao Córrego Santiago, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), enquanto durar a omissão do poder público municipal;f) efetivar licenciamento ambiental corretivo no prazo de 90 (noventa) dias, dos poços tubulares instalados no Município de Arraias, especificamente nas imediações do Povoado Cana Brava, realizando permanentemente a manutenção, limpeza, desinfecção e controle de qualidade, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais);g) promover ampla campanha educativa na comunidade Cana Brava, executando programas e atividades vinculadas à educação ambiental, observando-se as diretrizes da Lei nº. 9.795/99, de modo à conscientizar a população respectiva sobre a conservação do meio ambiente, especialmente envolvendo os recursos hídricos, sua escassez, o uso adequado e racional de água potável, proteção do sistema de abastecimento de água e relevância das APPs para a defesa do meio ambiente, no período mínimo de 05 (cinco) anos, iniciando-se em junho de 2011, pelo menos a cada semestre, sob pena de pagamento de multa diária, a título de *astreintes*, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).Aduz o recorrente que, o Magistrado *a quo* acolheu praticamente todos os pedidos do Ministério Público, aplicando *astreintes* que somadas perfazem R$ 8.000,00 (oito mil reais) por dia e sem limite máximo. O Julgador monocrático não considerou que o Município é pequeno e não tem condições de efetuar a obra ou pagar a multa diária. Apenas a multa já causaria grave lesão à economia e, consequentemente, à ordem pública, à saúde e à segurança.O Município não deve ser o único responsável pelo cumprimento das determinações, há responsabilidade solidária entre o Estado do Tocantins e a SANEATINS. O cumprimento da decisão engessaria o Município que, há tempos busca verba para realizar a obra de abastecimento de água nos povoados, sendo que, foi liberada uma verba de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), porém, concluído o projeto, a quantia não foi repassada ao Município, pois o mesmo ficou orçado em R$ 5.076.729,13 (cinco milhões e setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e treze centavos).Em razão do alto valor, o Município encaminhou o projeto técnico ao Ministério da Integração Nacional, solicitando a gentileza de priorizar o empenho do recurso. Não se está negando a responsabilidade do Município com a comunidade, mas sem mencionado recurso, o cumprimento da decisão acarretará grave lesão à ordem e à economia pública, pois não há orçamento. O Estado do Tocantins é o responsável pela prestação de serviços públicos de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, com exclusividade em toda área do Município, sendo o titular do serviço, ficando para o Município a competência complementar.A responsabilidade da SANEATINS se deu por meio do contrato de concessão sob o nº. 093/2001 celebrado entre o Governo do Estado do Tocantins e a Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, para exploração dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário do Município de Arraias. O titular do serviço de água e de esgotamento sanitário é o Estado do Tocantins, conforme parágrafo único do artigo 8º da Lei Orgânica Municipal, que por meio de concessão atribuiu competência exclusiva a SANEATINS para a operação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema público de água e esgoto.Em razão disso, por ocasião da defesa, o Município denunciou à lide o Estado e a SANEATINS. A manutenção da decisão inviabilizará o orçamento municipal, prejudicando os demais cidadãos de Arraias – TO, pois a obra está orçada em R$ 5.076.729,13 (cinco milhões e setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e treze centavos), sendo que, não foi levada em conta a repercussão social do *decisum* proferido que, causará grande prejuízo ao Município.No mesmo rumo, não se observou a ilegitimidade do Município em relação à conservação das áreas de preservação permanente (APP) que, é de responsabilidade exclusiva do Naturatins/Estado do Tocantins. É evidente a grave lesão à economia pública e, consequentemente, à ordem econômica, à segurança e a saúde, diante da impossibilidade de realizar a obra sem prejudicar o funcionamento da máquina pública e também por não ser o único responsável, pois sua responsabilidade é apenas complementar. Requereu a suspensão dos efeitos da decisão ou, a redução substancial das multas impostas (fls. 02/10). Anexou aos autos os documentos de fls. 11/250 e 254/266.É o relatório.A suspensão de liminar é medida de exceção processual em sentido estrito, devendo sua análise se restringir à verificação da lesão aos bens jurídicos tutelados pela norma de regência, quais sejam a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas.*In casu*, tem-se que, o deferimento da suspensão da liminar concedida nos autos da ação em epígrafe, desafia a existência de iminente prejuízo irreparável ou de difícil reparação que, consubstanciaria a excepcionalidade da medida pretendida, entretanto, em análise às alegações unilaterais do ora requerente, não se vislumbra a urgência ensejadora da concessão da medida *inaudita altera pars*, posto que, não há evidência da falta de capacidade econômica do Município para arcar com as despesas da obra de abastecimento de água potável, sendo necessária a formação do contraditório e a colheita do parecer Ministerial para instrução sumária do feito.Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, previstos na legislação pertinente e, diante da inexistência dos pressupostos autorizadores do deferimento liminar da medida suspensiva, com escólio no § 2º do artigo 4º da Lei nº. 8.437/92, observando-se o prazo de 72 (setenta e duas horas), INTIME-SE a parte ora requerida para apresentar resposta ao pedido de suspensão de liminar e, ato contínuo, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral de Justiça.Após, volvam-me conclusos para análise definitiva.P.R.I..". Palmas, 28 de junho de 2011. *(a)* Desembargadora – JACQUELINE ADORNO – Presidente.

TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIO: WAGNE ALVES DE LIMA

Intimação às Partes

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4898/11 (11/0097237-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: SINDICATO DOS PERITOS OFICIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS (SINDIPERITO)
ADVOGADOS: MÔNICA ARAÚJO E SILVA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA (Em Substituição ao Desembargador LUIZ GADOTTI)

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA – Relator (Em Substituição ao Desembargador LUIZ GADOTTI), ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 56/59, a seguir transcrita: "O Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Tocantins – SINDIPERITO, representado por seu Presidente, discordando de ato levado a efeito pela Autoridade apontada como coatora, o Secretário de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Tocantins, consubstanciado na Portaria nº 1.411, de 11/05/2011, impetra o presente mandado de segurança. Informa, em síntese, ter a Autoridade coatora, através da referida Portaria, designado nova atribuição funcional ao profissional Papiloscopista no desempenho de seu labor, igualando-o ao profissional Perito Oficial. Assevera carecer a aludida Portaria do viés de constitucionalidade, além de apresentar graves problemas legais e de mérito. Entende que a regulamentação das carreiras de papiloscopistas e de peritos oficiais deve se dar por intermédio de lei, cuja iniciativa pertence ao Chefe do Poder Executivo, e não através de Portaria, ato administrativo utilizado pela Administração Pública para organizar suas atividades e seus Órgãos. Assim, justifica suas argumentações no fato de a Portaria em questão estar a ferir a Constituição Federal, tanto no ponto em que a matéria nela veiculada deve respeito ao preceito da reserva legal, quanto no que se refere à iniciativa, tendo em vista o princípio da simetria, cujo espelho é o teor do artigo 61 da Constituição Federal. Após asseverar sobre a transposição funcional e os prejuízos decorrentes da mencionada Portaria, bem ainda quanto aos aspectos legais e jurisprudenciais que envolvem a questão, ao final, requer, além da gratuidade da justiça, a concessão de liminar, para se suspender a vigência da Portaria nº 1.411, de 11/05/2011, até o julgamento final da mandamental, e, no mérito, espera que se a expurgue definitivamente. Às folhas 55, vieram-me, conclusos, os presentes autos. Decido. A pretensão do Sindicato impetrante, através do presente writ é, em síntese, obter, conforme dito, a concessão liminar da segurança, a fim de se suspender a vigência da Portaria nº 1.411, de 11/05/2011, até o julgamento final da mandamental, e, no mérito, espera que se a expurgue definitivamente. É cediço que para a concessão da liminar devem concorrer dois requisitos legais, quais sejam, a relevância dos motivos que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante se vier a ser reconhecido somente por ocasião da decisão de mérito – fumus boni iuris e o periculum in mora. Analisando os autos, em princípio, vislumbro estarem comprovados os elementos necessários à concessão da medida postulada, vez que no presente caso, além de possível afronta ao texto Constitucional, há descompasso com o ordenamento legal pátrio, mormente o Código de Processo Penal (artigo 159 e seguintes). O fumus boni iuris manifesta-se, a priori, na afronta aos princípios constitucionais e às normas atinentes à matéria em exame. Há de se ressaltar que o Impetrante demonstra a necessidade de se suspender os efeitos da Portaria nº 1.411, de 11/05/2011, tendo em vista estar o Ato questionado violando preceitos Constitucionais, atinentes à reserva legal, bem ainda à iniciativa de lei, que é do Governador do Estado, considerando-se o princípio da simetria (cf. art. 61 da CF). Já o periculum in mora, repousa no fato de que, a permanecer os efeitos da Portaria ora impugnada, se permitirá aos Papiloscopistas a elaboração de laudos periciais para fins de instrução de ações penais, as quais, em momento posterior, poderão vir a padecer de nulidade, gerando prejuízos aos envolvidos no processo judicial, isso em razão de que o CPP (arts. 159 e seguintes) atribui, exclusivamente, aos Peritos Oficiais tal mister. Nesse contexto, vejamos: 'PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PROVA DA AUTORIA. "LAUDO PAPILOSCÓPICO". NATUREZA DE INFORMAÇÃO TÉCNICA. NULIDADE DA SENTENÇA. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE ENVIO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA AOS PERITOS OFICIAIS. 1. A informação técnica oriunda dos papiloscopistas deve ser encaminhada aos peritos oficiais a fim de se elaborar o laudo pericial, sob pena de violação do art. 159 do CPP, bem como do teor do art. 6º da instrução normativa n.14-DG/DPF, de 30.06.05. 2. Ordem concedida, em parte, pelo voto médio, para anular a sentença e determinar que seja encaminhada aos peritos criminais a "perícia papiloscópica" n. 401/2005-INI elaborada pelos papiloscopistas policiais federais, para a

elaboração de laudo, nos termos do art. 6.º da Instrução Normativa n. 14-DG/DPF, de 30.06.2005. Após a apresentação do laudo, as partes deverão ser intimadas para se manifestar, proferindo-se nova sentença'. (HC 71.563/RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2007, DJ 10/09/2007, p. 314). Ademais, acerca dos requisitos, necessários à concessão da medida pretendida, seguem os ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles: 'A liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos como, também, não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade". (MEIRELLES, Hely Lopes – Mandado de Segurança. 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 84). Assim, por estarem presentes os pressupostos contidos no inciso III, do art. 7º, da Lei nº 12.016/09, concedo a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da Portaria nº 1.411, de 11/05/2011, até que se ultime o julgamento da presente ação mandamental. Notifique-se, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/09, a Autoridade Coatora, o Secretário de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Tocantins, cientificando-o da presente decisão para, querendo, prestar as devidas informações, no prazo legal de 10 (dez) dias. Outrossim, determino se dê ciência a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, a teor do disposto no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/09, para que, querendo, ingresse no feito. Decorridos esses prazos, ouça-se a Douta Procuradoria-Geral da Justiça, para que se manifeste, quanto a presente mandamental, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, conforme o comando do artigo 12 da Lei nº 12.016/09. Após, com ou sem o parecer do Ministério Público, nos termos do artigo 12, parágrafo único, da Lei nº 12.016/09, volvam-se-me conclusos os presentes autos. Em tempo, indefiro o pleito de assistência judiciária gratuita, ao que determino, sob as penas da lei, o recolhimento das custas judiciais, ao que assinalo o prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas,junho de 2011. Juiz Adonias Barbosa Da Silva - Relator em Substituição.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4870/11 (11/0095767-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: RENATA COSTA DE OLIVEIRA CERVEIRA
ADVOGADA: KELLY NOGUEIRA SILVA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: Juíza ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza ADELINA GURAK – Relatora em Substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fls. 35, a seguir transcrita: "Em razão da autoridade impetrada ter informado que o pagamento pleiteado foi efetuado, notifique-se a impetrante para, no prazo de cinco dias, dizer do interesse na continuidade da presente ação mandamental. Palmas-TO, em 22 de junho de 2011. Juíza ADELINA GURAK – Relatora"

Intimação de Acórdão

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4793/11 (11/0090732- 4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FRANCISCO ATANAGILDO MELO SILVA
ADVOGADO: SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA LORENTINO
IMPETRADO: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA: Juíza CÉLIA REGINA REGIS - em substituição

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO NO PRAZO LEGAL. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. 1 – Infere-se dos autos que a impetração do presente *mandamus* ocorreu dentro do prazo de 120 dias estabelecido pelo art. 23, da Lei nº. 12.016/2009, já que o concurso realizado pelo Ministério Público Estadual foi homologado por meio do edital 06/2006 – MPE/TO, em 14/09/2006, com prorrogação vigente até 14/09/2010. 2 - Tendo o Impetrante sido aprovado dentro do número de vagas disponíveis no edital do concurso, o entendimento sedimentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é de que esta aprovação confere ao candidato o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. Ordem concedida.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 4.793/11, onde figuram, como Impetrante, FRANCISCO ATANAGILDO MELO SILVA, e, como Impetrado, PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS. Sob a Presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Presidente, acordaram os componentes do Colendo Pleno, POR UNANIMIDADE, acompanhando o parecer do Órgão de Cúpula Ministerial, em conhecer da presente ação mandamental para conceder a ordem perseguida, determinando que o Impetrante seja imediatamente nomeado no cargo de Analista Ministerial Especializado – Especialização: Letras,nos termos do voto da Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS – Relatora em Substituição. Votaram acompanhando a Relatora, os Desembargadores ANTÓNIO FÉLIX, MOURA FILHO, DANIEL NEGRY, e os Juízes ADELINA GURAK (em substituição ao Desembargador CARLOS SOUZA) e EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER (em Substituição ao Desembargador BERNARDINO LIMA LUZ). A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Srª.Drª. VERA NILVA ÁLVARES ROCHA. Foi julgado na 9ª sessão, realizada no dia 16/06/2011.

REVISÃO CRIMINAL Nº 1628/10 (10/0090204- 5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 359-1/05 DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
REQUERENTE: RAINÉRIO NASCIMENTO
ADVOGADA: CLÉLIA COSTA NUNES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
REVISOR: Desembargador ANTÔNIO FÉLIX
RELATORA: Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS - em substituição

EMENTA: REVISÃO CRIMINAL – ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO – FIXAÇÃO DA PENA-BASE – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS ANALISADAS – AUSÊNCIA DE ATENUANTES OU CAUSAS DE DIMINUIÇÃO DA PENA – PEDIDO REVISIONAL CONHECIDO E INDEFERIDO. 1 – Se o juiz examina individualmente as circunstâncias judiciais aplicáveis ao caso concreto, fixando a pena-base acima do patamar mínimo, fundamentadamente, não há ilegalidade a ser reparada. 2 – A ausência de maus antecedentes e a primariedade do réu não podem ser utilizadas como causas de aumento ou diminuição da pena, tampouco como circunstâncias atenuantes. 3 – Pedido revisional conhecido e indeferido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de REVISÃO CRIMINAL Nº. 1.628/10, onde figuram, como Requerente, RAINÉRIO NASCIMENTO, e, como Requerido, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS. Sob a Presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Presidente, acordaram os componentes do Colendo Pleno, POR UNANIMIDADE, em indeferir o pedido revisional, nos termos do voto da Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS – Relatora em Substituição. Votaram acompanhando a Relatora, os Desembargadores ANTÓNIO FÉLIX, MOURA FILHO, DANIEL NEGRY, e os Juízes ADELINA GURAK (em substituição ao Desembargador CARLOS SOUZA) e EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER (em Substituição ao Desembargador BERNARDINO LIMA LUZ). A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Srª.Drª. VERA NILVA ÁLVARES ROCHA. Foi julgado na 9ª sessão, realizada no dia 16/06/2011.

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA

Pauta

PAUTA Nº. 25/2011

Serão julgados pela 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 25ª (vigésima quinta) Sessão Ordinária de Julgamento, aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de 2011, quarta-feira a partir das 14:00 horas, ou nas Sessões posteriores, os seguintes Processos:

1)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11039/10 (10/0088843-3)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO CONSIGNATÓRIA Nº 10.1340-6/10 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO).
AGRAVANTE: MARIA DE JESUS ALVES AIRES.
ADVOGADO: ANTÔNIO HONORATO GOMES E OUTRO
AGRAVADO(A): BANCO ITAUCARD S.A.

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	RELATORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL

2)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGI-8700/08 (08/0068919-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 6.582/07 DA 1º VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO(.
AGRAVANTE: FAI - FINANCEIRA AMERICANAS ITAÚ S/A.
ADVOGADO: KEYLA MÁRCIA G. ROSAL, BRUNO BORIS C. CROCE OUTRO
AGRAVADO(A): LIANA FERREIRA VIEIRA.
ADVOGADO: NIVAIR VIEIRA BORGES.

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Régis	VOGAL

3)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10881/10 (10/0087524-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 5.8661-5/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO).
AGRAVANTE: DIENNE OLIVEIRA DA SILVA LIMA.
ADVOGADO: POMPÍLIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO E OUTRA.
AGRAVADO(A): PATRÍCIA RAQUEL ROSA DA SILVA AZEVEDO.
ADVOGADO: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO.

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Régis	VOGAL

4)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11006/10 (10/0088507-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 3.5943-0/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPÍ - TO.
AGRAVANTE: ITAÚ SEGUROS S/A.
ADVOGADO: JACÓ CARLOS SILVA COELHO E JÉSUS FERNANDES DA FONSECA
AGRAVADO(A): ELTON COSTA ANDRADE.
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE HOLLEBEN LEITE MUNIZ E OUTROS

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Régis	VOGAL

5)=REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1539/09 (09/0075058-8)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3841-7/05 - 1ª VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS.
IMPETRANTE: CONSTRUTORA LJA LTDA.

ADVOGADO: LUCIANA BARRETO NEVES E OUTRO
IMPETRADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETÁRIA DE RECURSOS HIDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS.
ADVOGADO: GERCY SATLHER LACERDA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES.

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	RELATORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL

6)=REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1607/09 (09/0076812-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10617-1/04 - DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBICOS).
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 4º VARA DOS FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS).
IMPETRANTE: VIAÇÃO MONTES BELOS LTDA.
ADVOGADO: SIVALDO PEREIRA CARDOSO.
IMPETRADO: PRESIDENTE DA DIRETORIA DE TRANSPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: IVANEZ RIBEIRO CAMPOS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOÃO RODRIGUES FILHO.

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	RELATORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL

7)=APELAÇÃO - AP-9889/09 (09/0078083-5)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS PELO RITO SUMARIO Nº 849/03 DA 5ªVARA CIVEL).
APELANTE: JOSE DEUSIANE PEREIRA MORAES.
ADVOGADO: MARCELO SOARES OLIVEIRA.
APELADO: DAMASO, DAMASO, QUINTINO DE JESUS LTDA (SUPERMERCADO QUARTETO).
ADVOGADO: ANDRÉ RICARDO TANGANELI.

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	RELATORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL

8)=APELAÇÃO Nº 13399/11 - PRIORIDADE (SEGREDO DE JUSTIÇA) (11/0094229-4)
ORIGEM: COMARCA DE TAGUATINGA.
REFERENTE: (AÇÃO MONITORIA Nº 84269-3/09 DA UNICA VARA).
APELANTE: A.A.H. MENOR IMPUBERE, REPRESENTADO PELA SUA GENITORA: MIRIAM ALVES ARAUJO.
ADVOGADO: ELSIO PARANAGUÁ LAGO.
APELADO: ELIO HOLNIK.
ADVOGADO: NALO ROCHA BARBOSA
PROC. DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	RELATOR
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	REVISOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL

9)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8290/08 (08/0068939-9)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, Nº 24259-4/06, DA 1ª VARA CÍVEL).
APELANTE: BANCO DO AMAZÔNIA S.A.
ADVOGADO: SILAS ARAÚJO LIMA, MAURÍCIO CORDENONZI E OUTROS
APELADO: IZABEL ALVES DA SILVA.
ADVOGADO: SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA.

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	RELATOR
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	REVISOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL

10)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8621/09 (09/0072578-8)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS Nº 28848-5/08 - 3ª VARA CÍVEL).
APELANTE: LUCIANO DE ARAÚJO LIMA.
ADVOGADO: MARCELO SOARES OLIVEIRA.
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: ADRIANA MAURA DE T. L. PALLAORO E OUTROS

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	RELATOR
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	REVISOR – JUIZ CERTO
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL

11)=APELAÇÃO - AP-12655/11 (11/0090884-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 35493-7/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA EUZA RIBEIRO FARIAS.
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

12)=APELAÇÃO - AP-12740/11 (11/0091057-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 39612-5/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: LUCIA MARIA CARVALHO CARNEIRO.
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

13)=APELAÇÃO - AP-12679/11 (11/0090945-9)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 37271-4/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ROSILDA COELHO DIAS.
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

14)=APELAÇÃO - AP-13375/11 (11/0094172-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 17320-7/06 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA DOS ANJOS ALVES SANTOS FERREIRA.
ADVOGADO: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ADELMO AIRES JÚNIOR
PROCURADOR
DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

15)=APELAÇÃO - AP-12733/11 (11/0091049-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 38502-6/06 DA 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: EDMILSON DE SOUSA GOMES
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

16)=APELAÇÃO - AP-13286/11 (11/0093320-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATORIA Nº 8550-2/06 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: WILMENDES CARDOSO DE ALMEIDA
ADVOGADO: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

17)=APELAÇÃO - AP-12678/11 (11/0090944-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 38515-8/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: LUIZA MOURA RODRIGUES
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS

APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

18)=APELAÇÃO - AP-12651/11 (11/0090875-4)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34610-1/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ELVINA FONSECA LIMA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

19)=APELAÇÃO - AP-12660/11 (11/0090889-4)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34605-5/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARCELO COSTA GUIMARÃES
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

20)=APELAÇÃO - AP-12683/11 (11/0090953-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 1452-4/06-7/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: JOSEFA GUIMARÃES DIAS
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

21)=APELAÇÃO - AP-12725/11 (11/0091030-9)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 39676-1/06 DA 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA RIVANI SOARES DA GRAÇA
ADVOGADO: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

22)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8658/09 (09/0072971-6)
ORIGEM: COMARCA DE FILADÉLFIA.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 16599-9/06, DA ÚNICA VARA).
APELANTE: ROSIMEIRE LEITE CRUZ
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: MARILIA RAFAELA FREGONESI
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

23)=APELAÇÃO - AP-13268/11 (11/0093240-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 31375-0/06 - 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ALIETE ALVES NUNES
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ADELMO AIRES JÚNIOR
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

24)=APELAÇÃO - AP-12665/11 (11/0090901-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 38289-2/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MIGUEL MESSIAS NERES
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

25)=APELAÇÃO - AP-12654/11 (11/0090883-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 35448-1/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA INEZ AMORIM DA SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

26)=APELAÇÃO - AP-13280/11 (11/0093304-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINARIA Nº 39733-4/06 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: ELINEIDE DA CONSOLAÇÃO GOES DA SILVA
ADVOGADO: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ADELMO AIRES JÚNIOR
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

27)=APELAÇÃO - AP-13031/11 (11/0092258-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 38535-2/06 DA 2º VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: FILOMENA DIAS CARNEIRO
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: FERNANDA RAQUEL F. DE S. ROLIM
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

28)=APELAÇÃO - AP-12663/11 (11/0090897-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 39628-1/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARINETH ALCENO MEDEIROS
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

29)=APELAÇÃO - AP-13045/11 (11/0092277-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34759-0/06 DA 2º VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ROSELAINE RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: TÉLIO LEÃO AYRES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

30)=APELAÇÃO - AP-12657/11 (11/0090886-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 8394-1/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: LUZMAR LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

31)=APELAÇÃO - AP-12746/11 (11/0091064-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 8396-8/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA DELMA BARROS DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

32)=APELAÇÃO - AP-12726/11 (11/0091031-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34827-9/06 DA 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS0.
APELANTE: NÚBIA CARNEIRO SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
1ª TURMA JULGADORA
Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

33)=APELAÇÃO - AP-13324/11 (11/0093678-2)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 38545-0/06 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: CLEUSA DUARTE DA SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ADELMO AIRES JÚNIOR
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

34)=APELAÇÃO - AP-12722/11 (11/0091026-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 19550-2/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: VALDENY GOMES MOREIRA CARVALHO
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

35)=APELAÇÃO - AP-12768/11 (11/0091131-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 39700-8/06 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ADIEL LEAL FEITOSA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: JAX JAMES GARCIA PONTES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

36)=APELAÇÃO - AP-12736/11 (11/0091052-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 33336-0/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: LIDIA ARAÚJO DE FRANÇA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

37)=APELAÇÃO - AP-12747/11 (11/0091065-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 39710-5/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: JACIARA PEREIRA LIMA E OUTROS
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

38)=APELAÇÃO - AP-13277/11 (11/0093296-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 1453-/06 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: ANA PEREIRA DE LACERDA COSTA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

39)=APELAÇÃO - AP-13270/11 (11/0093266-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 1445-1/06 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: SEBASTIANA DAS DORES AZEVEDO
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: MARCO PAIVA OLIVEIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

40)=APELAÇÃO - AP-12712/11 (11/0091014-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34608-0/06 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA DE FÁTIMA SANTANA SILVA BARROS
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

41)=APELAÇÃO - AP-12680/11 (11/0090947-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 19534-0/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARINETE ALVES DE SOUSA MILHOMEM
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak RELATORA
Juíza Célia Regina Régis REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier VOGAL

42)=APELAÇÃO - AP-12717/11 (11/0091020-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA Nº 1450-8/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: CREUSA BATISTA DA SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

43)=APELAÇÃO - AP-12920/11 (11/0091575-0)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 1460-5/06 - 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA MARTINS DE SOUSA.
ADVOGADO: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: AGRIPINA MOREIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

44)=APELAÇÃO - AP-12716/11 (11/0091019-8)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA Nº 8401-8/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MANOEL DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

45)=APELAÇÃO - AP-13088/11 (11/0092567-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 33339-5/06 DA 2º VARA DOS FEITOS DAS FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: CREUSA ALVES PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

46)=APELAÇÃO - AP-12730/11 (11/0091045-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 34764-7/06 DA 2ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: WOLME ANTONIO ALVES DE ABREU
ADVOGADO: ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA:JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

47)=APELAÇÃO - AP-12674/11 (11/0090935-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 17307-0/06 DA 2º VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MARIA GOMES ALENCAR SANTOS
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Régis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

Intimação às Partes

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2313/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 108543-1/07 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2275/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 25454-6/09 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se.

Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2266/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 47744-1/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2245/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 57519-2/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2231/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.0701-0/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2173/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: REQUERIMENTO Nº 106622-2/08 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo,

atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2211/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 44107-2/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2147/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA Nº 52592-6/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1860/2011
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4568-8/2009 – 3ª VARA CÍVEL
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2104/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.7750-6/10 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de

origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2053/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4561-0/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO ..

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2092/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.0916-0/10 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2098/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.0910-1/10 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2123/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.0915-2/10 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros

Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011..". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1709/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 9.6710-7/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011..". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1794/2011
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 9.7100-4 DA 1ª VARA CÍVEL
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1661/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 5.0620-2/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2029/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 433863-0/08 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da

Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2180/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CONCESSÃO DE AUXÍLIO Nº 18946-9 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2077/2011
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 1396-6/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver.Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1675/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 5.2677-9/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2023/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 52647-7/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos,

providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1706/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4575-0/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2086/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 8.9495-6/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2188/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 57444-7/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1886/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4539-4/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se

estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1950/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: PREVIDENCIÁRIA Nº 52685-0/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2161/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 89501-4/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
APENSO: CC 62935/TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011..". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1700/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 9.7569-3/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2201/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 58038-0/08 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos,

providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2301/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 50597-4/08 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1840/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 58061-5/08 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1892/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 31781/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1857/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 1599-3/08 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em Substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos

Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2238/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 3488-0/09 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1918/2011
ORIGEM: TRIBUAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 61434-1/07 DA 3ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em Substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1969/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 52615-9/10 DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em Substituição, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A)JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1984/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 52687-6/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros

Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1921/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 27674-8/10 DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUIZA JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1742/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 82826-0/07 DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUIZA ADELINA GURAK – Relatora, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUIZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1728/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 23775-9/08 DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUIZA ADELINA GURAK – Relatora – em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1955/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 44051-3/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o

retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 2130/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE APOSENTADORIA N. 52579-9/10 DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI
SUSCITADO(A): JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI - TO
RELATOR(A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO – Relatora, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK– Relatora em substituição.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1904/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4521-1/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1832/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 61445-7/07 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1825/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 11.0536-0/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem.

Publique-se. intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011. ". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1823/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 52684-1/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1810/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 66709-3/09 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1803/2011
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 89504-9/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1780/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 47568-6/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o

retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1764/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 3487-2/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1732/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 6.1420-1/07 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1725/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 4514-9/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1678/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 58067-4/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
APENSO: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 58066-6/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos

das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1671/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 58054-2/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se.Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1658/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE APOSENTADORIA Nº 6.0924-0/07 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
SUSCITADO: JUÍZES DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GURUPI-TO
RELATOR(A): JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juiz de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Gurupi, onde pretende seja declarada a competência dos Juízes das Varas Cíveis para processar e julgar ação de aposentadoria movida em face do Instituto Nacional da Seguridade Social. Recebidos os autos inerentes ao conflito suscitado, num primeiro momento, seguindo precedentes desta Corte, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal, por entender que a competência para dirimir a matéria seria da esfera federal, vez que tratava-se de conflito suscitado em feitos inerentes a matéria previdenciária, em que dois Juízes da esfera estadual estariam investidos de jurisdição federal, frente a inexistência de Seção Judiciária Federal na localidade. Seqüencialmente, adveio a Resolução nº 07/2011, publicada no Diário de Justiça nº 2628 – Suplemento, de 14 de abril de 2011, editada pelo egrégio Tribunal Pleno desta Corte, dispondo que a competência para processamento e julgamento de ações que tais, nas Comarcas em que houvessem Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, seria destas. Confira-se: "Art. 1º. Enquanto não forem criadas varas especializadas para julgamento de ações previdenciárias a competência será das Varas dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, onde houver. Art. 2º. Nas Comarcas onde não existirem Varas das Fazendas e Registros Públicos, a competência será das Varas Cíveis ou da Vara única nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. Art. 3º. Aplica-se esta Resolução às hipóteses do artigo 109 parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Assim, tenho que o conflito de competência suscitado perdeu seu objeto, pelo que, em obediência ao preceito constitucional do direito que assiste a todos à razoável duração do processo, atendendo à economia do tempo do trâmite processual, pedi o retorno destes autos, para, nos termos da Resolução ora citada, declarar a competência do Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem, tornando sem efeito a decisão proferida anteriormente. Em tais termos, providenciem-se as baixas devidas e remetam-se estes autos, com a urgência que o caso requer, ao Juízo de Direito da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas - TO, 15 de junho de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK - EM SUBSTITUIÇÃO .

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIA: ORFILA LEITE FERNANDES

Intimação às Partes

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1687 (11/0096053-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 9.4577-3/06 – DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS –TO
REQUERENTE: JOSÉ AMAZÍLIO CORRÊA CAMARGO
ADVOGADOS: JOSÉ CARLOS FERREIRA E OUTRO
REQUERIDO: JOSÉ CARLOS CORREIA
ADVOGADO: LEONARDO DA COSTA GUIMARÃES
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "A citação por carta não se efetuou por insuficiência de dados no endereço fornecido pelo requerente, conforme anotado no carimbo dos correios (fl. 162). A falta inviabiliza, também, a citação por Oficial de Justiça, requerida à fl. 167. Destarte, forneça o requerente, no prazo de cinco dias, o complemento do endereço para citação, bem como o comprovante de recolhimento das despesas de locomoção, para que se promova o ato por Oficial de Justiça. Intime-se. Palmas –TO, 22 de junho de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator."

APELAÇÃO Nº 14.108/2011. (11/0096788-2.)
ORIGEM: COMARCA DE AURORA DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE MANUTENÇAO DE POSSE Nº 2081-6/10, DA ÚNICA VARA.
APELANTE: NILTON ALMEIDA TAVARES E SUA MULHER, MADALENA DIAS ALMEIDA.
ADVOGADO: SAULO DE ALMEIDA FREIRE.
APELADA: RENILDA BRANQUINHO NOGUEIRA.
ADVOGADOS: ANTÔNIO MARCOS FERREIRA E WALNER CARDOZO FERREIRA
RECORRENTE: RENILDA BRANQUINHO NOGUEIRA.
ADVOGADOS: ANTÔNIO MARCOS FERREIRA E OUTRO
RECORRIDOS: NILTON ALMEIDA TAVARES E SUA MULHER, MADALENA DIAS ALMEIDA.
ADVOGADO: SAULO DE ALMEIDA FREIRE.
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: " ompulsando os presentes Autos, constatei que o advogado da Autora, pelo instrumento procuratório de fl. 08, trata-se do Dr. Antônio Marcos Ferreira, o qual, nessa qualidade, permaneceu até a data de 25.08.2009, quando substabeleceu, sem reserva de iguais poderes, ao Dr. Walner Cardozo Ferreira (fl. 264). Entretanto, embora assim haja procedido, continuou a atuar no feito, a partir dos requerimentos de fls. 308, 348/366, 397/398, 403/404, 492/509, 512/518, todos por ele subscritos. Constatei, outrossim que o advogado dos Réus, qual seja, o Dr. Saulo de Almeida Freire, atuou nestes Autos, desde a Contestação de fls. 59/65, secundada pelos requerimentos de fls. 224/227, memorial de fls. 368/384, apelação de fls. 433/448, requerimento de fls. 469/476, e Contrarrazões ao Recurso Adesivo de fls. 525/529, sem,contudo, se achar habilitado para tanto, por meio de procuração ad judicia. Assim sendo, não podendo o Tribunal conhecer de recursos subscritos por advogados sem poderes, ou cujos poderes tenham cessado, e, por outro lado, não podendo apenar as partes (demandantes e demandados) sem lhes dar oportunidade, determino a intimação da Autora e Réus, Apelantes e Apelada, Recorrente e Recorridos, para, em 05 (cinco) dias, respectivamente, promoverem a regularização de sua representação, sob pena de considerar insubsistentes os atos que, neste Caderno Processual, praticaram, por meio de seus causídicos. Intimem-se. Cumpra-se. Após, venham-me, em conclusão, os presentes, Palmas, 22 de junho de 2011. Juiz Adonias Barbosa da Silva - Relator, em substituição.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 11860(11/0097142-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÂO DECLARATORIA N.º 9866-1/10 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PREDRO AFONSO
AGRAVANTE: AGRÍCOLA ENTRE RIOS LTDA
ADVOGADO: ELIAS GOMES DE OLIVEIRA NETO
AGRAVADO: PEDRO AFONSO AÇUCAR E BIOENERGIA S.A
ADVOGADOS: ANTONIO CARLOS GONÇALVES E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FELIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTONIO FELIX - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: Relevante a combatividade demonstrada pelo advogado do agravante, contudo, a legislação que introduziu significativas alterações no recurso de agravo de instrumento, Lei nº. 11.187/2005, tornou irrecorrível as decisões proferidas nos casos do art. 527, incisos II e III do CPC. O presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO visa, exatamente, reformar decisão deste Relator que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido,nos moldes do que autoriza o comando do art. 527, inciso III do Codex Processual Civil. Assim, é forçoso reconhecer que o presente pedido de reconsideração não é cabível, in

casu, ao teor do que preceitua o art. 527, parágrafo único, com a nova redação que lhe foi dada pelo diploma mencionado. Para melhor elucidar este posicionamento transcrevo o texto legal: "Art. 527 (...) Parágrafo único: A decisão liminar proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar." Assim, mantenho a decisão de fls. 45/46, dos autos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Em conseqüência, nego seguimento ao pedido de reconsideração interposto, fls. 49/53, em face do supramencionado impedimento legal. Publique-se. Intime-se". Palmas-TO, 21 junho de 2011. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11422/11(11/0092110-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS Nº 119055-3/10 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE: MANOEL PINTO DA SILVA
ADVOGADOS: ARTHUR TERUO ARAKAKI E OUTROS
AGRAVADO(A): BV FINANCEIRA S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por MANOEL PINTO DA SILVA, contra decisão proferida nos autos da AÇÃO DE REVISÃO DE CLAÚSULAS CONTRATUAIS Nº 11.9055-3/10, ajuizada pelo Agravante, em desfavor de BV FINANCEIRA S/A, ora Agravada, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas-TO. Em seu arrazoado recursal, pugna o Recorrente seja reformada a decisão monocrática (fls. 33/35-TJ) que indeferiu o pedido autoral de consignação do valor das parcelas que entende devido, sob a alegação de que tais depósitos devem ser feitos no valor correspondente ao contratado e, consequentemente, indeferiu o pedido para que a requerida se abstivesse de incluir seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Colaciona os documentos de fls. 10/39-TJ. Distribuídos, vieram-me estes autos ao relato por sorteio. Não consta pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de antecipação da tutela recursal. Informações do Juiz da causa acostadas à fl. 48-TJ. Certidão de fl. 50-TJ, atestando que transcorreu in albis o prazo para a parte agravada apresentar contrarrazões. É o relatório. A Lei Processual, no artigo 526 e seu parágrafo único, determina que o agravante junte aos autos principais cópia da petição de agravo, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inadmissibilidade do recurso. "Art. 526. O agravante, no prazo de três (3) dias, requererá juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que argüido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo." No caso em apreço, infere-se das informações prestadas pelo Magistrado singular (fl. 48) que o agravante se desincumbiu do ônus recursal de requerer, no prazo de três (3) dias, a juntada aos autos principais, de cópia da petição do agravo de instrumento. Portanto, comprovado nestes autos que o agravante deixou de dar cumprimento à providência que lhe é exigida pelo art. 526, caput, do CPC, não merece ser admitido o presente agravo, motivo porque o seu seguimento há que ser negado, nos termos do parágrafo único do art. 526 c/c art. 557, ambos do CPC. A propósito, trago à colação os julgados seguintes: "Processual civil. Agravo no agravo de instrumento. Ausência de comunicação ao juízo da interposição do recurso no Tribunal. - A partir da introdução do parágrafo único ao art. 526 do CPC pela Lei 10.352/01, a ausência de comunicação ao juízo acerca da interposição de agravo de instrumento, quando o agravado tenha argüido e provado a falta, impede o conhecimento do recurso pelo Tribunal. Agravo no agravo de instrumento não provido". "PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CPC, ART. 526. IMPOSIÇÃO LEGAL. DESCUMPRIMENTO. PRESSUPOSTO. DOUTRINA. ORIENTAÇÃO DA TURMA. RECURSO DESPROVIDO. I - A não observância do disposto no art. 526 do Código de Processo Civil leva à ausência de pressuposto de admissibilidade recursal, impondo o não conhecimento do recurso. II - A providência prevista no art. 526, da juntada de cópia da petição do recurso e da relação dos documentos que o instruíram, além do comprovante da sua interposição, é fundamental no novo modelo. Caso o agravante não observe essa norma no prazo, disso tomando ciência o relator, por iniciativa do agravado ou informação do juiz, deverá ter por prejudicado o agravo, dele não conhecendo, por falta de pressuposto do seu desenvolvimento. III - Segundo Mestre Athos Gusmão Carneiro, em sede doutrinária, "a determinação legal reveste-se de caráter cogente e ostenta dupla utilidade: 1. permite ao juiz saber da existência do recurso e de seus fundamentos, facultando-lhe exercer o 'juízo de retratação', com imediata intimação das partes e comunicação ao relator (art. 529); 2. permite à parte agravada conhecer o âmbito do recurso, para que melhor possa aparelhar-se, quanto intimada (pela via postal ou pelo órgão oficial), a exercer seu direito de resposta (art. 527, III). Caso o agravante não cumpra a exigência legal, o agravado, em sua resposta, fará comunicação ao relator, que então indeferirá o agravo (art. 557)". A par de todo o exposto, com fundamento nos artigos 526, parágrafo único, redação dada pela Lei 10.352/01, e 557, caput, primeira parte, redação de acordo com a Lei 9.756/98, ambos do Estatuto Processual Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso por inadmissível, ante a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal imposto pelo artigo 526, caput, do CPC, o que obsta a apreciação de seu mérito. COMUNIQUE-SE, imediatamente, o teor desta decisão ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas-TO. Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE estes autos. P.R.I.C". Palmas-TO, 22 de junho de 2011. Desembargador MOURA FILHO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 11850(11/0096940-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÂO DE DESAPROPRIAÇÃO N.º 99773-9/07 DA ÚNICA COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS
AGRAVANTE: ANTONIO CARLOS PEREIRA GALVÃO
ADVOGADO(S): EDER BARBOSA DE SOUSA E OUTRO
AGRAVADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª)EST.PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FELIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTONIO FELIX - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Relevante a combatividade demonstrada pelo advogado do agravante, contudo, a legislação que introduziu significativas alterações no recurso de agravo de instrumento, Lei nº. 11.187/2005, tornou irrecorrível as decisões proferidas nos casos do art. 527, incisos II e III do CPC. O presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO visa, exatamente, reformar decisão deste Relator que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido,nos moldes do que autoriza o comando do art. 527, inciso III do Codex Processual Civil. Assim, é forçoso reconhecer que o presente pedido de reconsideração não é cabível, in casu, ao teor do que preceitua o art. 527, parágrafo único, com a nova redação que lhe foi dada pelo diploma mencionado. Para melhor elucidar este posicionamento transcrevo o texto legal: "Art. 527 (...) Parágrafo único: A decisão liminar proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar." Assim, mantenho a decisão de fls.99/100 , dos autos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Em conseqüência, nego seguimento ao pedido de reconsideração interposto, fls. 102/112, em face do supramencionado impedimento legal. Publique-se. Intime-se". Palmas-TO, 21 de junho de 2011. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº.11326 (11/0091229-8).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO Nº. 10.9145-8/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL – TO.
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE SALOMÃO FRANCISCO BORGES E MARIA JOSÉ CERQUEIRA BORGES, REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE SR. EDUARDO DA SILVA BORGES.
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA.
AGRAVADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO.
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Espólio de Salomão Francisco Borges e Maria José Cerqueira Borges, representado pelo inventariante Eduardo da Silva Borges, por não se conformar com a decisão que, nos autos da ação de desapropriação promovida pelo Estado do Tocantins, concedeu imissão provisória na posse do bem expropriado. Em suas razões, além de discorrer a propósito da falta de fundamentação da decisão recorrida, assinala que o decreto expropriatório não individualiza o bem de cada um dos requeridos e não faz alusão ao percentual indenizatório devido a cada ex-proprietário. Acrescenta que a inicial e o laudo de avaliação são confusos, pois não esclarecem se a avaliação se deu sobre a terra nua ou se considerou as benfeitorias. Pugna pela concessão do efeito suspensivo ativo ao presente recurso e posterior confirmação no mérito. É a síntese do necessário. Decido. Ao analisar as questões ventiladas no caderno processual, observo não haver interesse processual do Estado do Tocantins para, através da ação de desapropriação direta, desapropriar os ex-proprietários da área, genericamente, indicada na inicial. Isso porque, é notório o apossamento anterior do bem pelo Poder Público, sendo o caso de se decretar a extinção da ação, conforme passarei a deduzir. Como é cediço, a desapropriação é procedimento administrativo pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, em regra, mediante prévio pagamento de indenização. O instituto, que pode alcançar qualquer bem móvel ou imóvel dotado de valoração patrimonial (art. 2º do Decreto-lei nº. 3.365/41), ressalvadas as exceções legais, tem previsão constitucional no art. 5º. XXIV, in verbis: "XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;". A regulamentação procedimental da ação expropriatória coube ao Decreto-lei nº. 3.365/41 e realiza-se em duas fases: a declaratória e a executória. Na primeira, ocorre a declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social, para que fique afastada a hipótese de esbulho da propriedade particular, com a expedição do decreto expropriatório pelo chefe do Poder Executivo. Após manifestar o interesse no imóvel, inicia-se a fase executória, na qual o Poder Expropriante passa a tomar as medidas concretas para incorporar o bem ao domínio público. Porém, quando o Poder Expropriante se empossa do bem particular sem o regular procedimento legal (antecedente declaração de interesse e justa indenização), configura-se esbulho possessório a ensejar a propositura de ação indenizatória em desfavor do expropriante, traduzindo-se numa verdadeira expropriação às avessas. A lei expropriatória é clara ao consignar que a desapropriação indireta provoca o efeito de permitir ao expropriado postular perdas e danos, porquanto tanto na desapropriação direta como na indireta, é direito do particular ser indenizado pela restrição ao direito de propriedade imposta pelo Estado, in verbis: "Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos." Ao comentar este artigo, Carvalho Filho aponta que: "Esse dispositivo cuida de hipótese do denominado fato consumado. Havendo o fato incorporação do bem ao patrimônio público, mesmo se tiver sido nulo o processo de desapropriação, o proprietário não pode pretender o retorno do bem a seu patrimônio. Ora, se o fato ocorre mesmo que o processo seja nulo, pouca ou nenhuma diferença faz que não tenha havido processo. O que importa, nos dizeres da lei, é que tenha havido a incorporação." (Manual de Direito Administrativo, pg. 678). Feitas estas ponderações, cumpre pontuar que, no caso concreto, embora exista decreto expropriatório relacionado ao imóvel de propriedade do Agravante, é notória a anterior existência da Rodovia TO-348, entroncamento TO-080 - Barrolândia, o que afasta a possibilidade de o Poder Expropriante alcançar qualquer utilidade prática com a presente ação expropriatória, pois, em data anterior, esbulhou a referida área. Na hipótese dos autos, o Estado do Tocantins maneja ação de desapropriação contra um grupo de ex-proprietários dos imóveis marginais à Rodovia TO-348 (subtrecho entroncamento TO-080 – Barrolândia), para a construção da referida rodovia. Todavia, é pública e notória, portanto, independe de prova (art. 334, I, do CPC), que a Rodovia TO-348 já é fato consumado. Nesse cenário, inexiste proveito prático advindo de decisão a ser proferida nos autos expropriatórios, o que enseja a extinção do processo. No caso, não estão preenchidas as condições da ação, pois o Poder Expropriante não possui interesse processual, compreendido como a utilidade do ponto de vista prático da via eleita. Confiram-se a respeito do conceito os apontamentos de Nelson Nery Junior: "Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Verifica-se o interesse processual quando o direito tiver ameaçado ou efetivamente violado... De outra parte, se o autor mover a ação

errada ou utilizar-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta a inexistência de interesse processual." (pg. 504) Daí que, como não há preclusão pro iudicato para as questões de ordem pública, como o são as condições da ação, pela via do agravo de instrumento, estou que a hipótese comporta o indeferimento da inicial expropriatória, nos termos do art. 267, I c/c art. 295, III. Registre-se que a hipótese de, independentemente de pedido da parte, no exame do agravo de instrumento, extinguir-se o processo originário por falta de condições da ação, é admissível em decorrência do efeito translativo dos recursos, conforme explica a Ministra Nancy Andrighi no excerto colacionado. Confira-se: "É expressa a regra do §3º do art. 267 do CPC ao dispor que "o juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos ns. IV, V e VI". Isso implica a ampla possibilidade de se declarar, mesmo em grau de recurso, independentemente de pedido formulado pela parte, a extinção do processo pela falta de pressupostos processuais ou de condições da ação, ou caso se verifique a existência de perempção, litispendência ou coisa julgada (REsp 238.912/RN, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2000, DJ 03/04/2000 p. 157). Esse fenômeno, quando se verifica em segundo grau de jurisdição, consubstancia o que a doutrina convencionou chamar de efeito translativo do recurso (Nelson Nery Junior, Teoria Geral dos Recursos , 6ª ed., São Paulo: RT, 2004, págs. 482 e ss.)" (STJ-3ª T., REsp 736.966, Min. Nancy Andrighi, j. 14.4.99, DJ 6.5.09). [Destaquei] O efeito translativo, ensina-nos Nelson Nery Junior, "autoriza o tribunal a julgar fora do que consta das razões ou contra-razões do recurso, ocasião em que não se pode falar em julgamento ultra, extra ou infra petita", ocorre comumente com as questões de ordem pública. A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, conforme assinala a Ministra Nancy Andrighi nas razões do REsp referenciado acima, já se pronunciou favoravelmente ao efeito translativo dos recursos no julgamento de agravos de instrumento, vejamos: "PROCESSO CIVIL – AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR EM AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 512 DO CPC – AFASTADA – EFEITO TRANSLATIVO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DO PROCESSO DE RESULTADOS – APONTADA OFENSA AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II, DO CPC – NÃO OCORRÊNCIA – PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIA DA COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA INSTITUÍDA PELA LEI N. 3.504/97 DE BIRIGÜI – MINISTÉRIO PÚBLICO – ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – PRECEDENTES – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA. Em respeito ao efeito translativo dos recursos ordinários, pode o Tribunal Estadual, ao julgar agravo interposto contra decisão concessiva de liminar, extinguir o processo sem julgamento do mérito, conhecendo de ofício da ilegitimidade da parte, por se tratar de matéria de ordem pública, suscetível de ser apreciada nas instâncias ordinárias. Tal regra privilegia, também, os princípios da economia processual e do processo de resultados. (...)"(REsp 302.626/SP, Rel.Ministro Franciulli Netto, 2ª Turma, DJ 04/08/2003). Ao ponderar vantagens e desvantagens dessa providencia jurisdicional, a ministra conclui que: "os benefícios desse procedimento superam, com folga, os eventuais entraves. Não há sentido em que o Tribunal, convencido de que a ação não poderá prosseguir por falta de um pressuposto processual ou de condição da ação, limite-se a devolver o processo ao 1º grau de jurisdição permitindo, com isso, o desperdício de atividade jurisdicional." Forte em tais razões, conheço do presente agravo de instrumento e, com espeque nos poderes conferidos ao relator no art. 557, §1º-A, combinado com o art. 267, I e 295, III, todos do CPC, indefiro a petição inicial da ação expropriatória promovida pelo Estado do Tocantins. Comunique-se ao juízo do feito com urgência. Publique-se. Intimem-se". Palmas, 22 de junho de 2011. JUIZ Adonias Barbosa da Silva - Relator em substituição

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº.10870/11(10/0083319-1)
ORIGEM: COMARCA DE ITACAJÁ
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 39576-0/09 DA ÚNICA VARA.
EMBARGANTE: RILMAR ALVES DOS SANTOS.
ADVOGADO: LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO.
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
EMBARGADO: ACÓRDÃO DE FLS. 158/160.
ADVOGADOS: ARLENE FERREIRA DA CUNHA MAIA, ANA PAULA ALVES MOREIRA DA SILVA E OUTROS.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO: " Intime-se o Apelado, BANCO DO BRASIL S/A, cujos procuradores judiciais são os advogados ANA PAULA ALVES MOREIRA DA SILVA, SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA E GUSTAVO AMATO PISSINI, para se manifestar, no prazo legal, sobre os Embargos Declaratórios acima epigrafados, em face dos efeitos infringentes buscados pelo Embargante. Expirado o prazo de lei, com, ou sem manifestação, venham-me conclusos, imediatamente, os presentes Autos. Cumpra-se". Palmas, 20 de junho de 2011. Desembargador Luiz Gadotti – Relator.

Intimação de Acórdão

APELAÇÃO – AP – 12773 (11/0091141-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ORDINÁRIA Nº 55556-6/07, DA 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: MAGAZINE LILIANE S/A
ADVOGADOS: AIRTON JORGE DE CASTRO VELOSO E OUTRA
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO: PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR – VÍCIO DE DEFEITO - RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR – ART. 18 DO CDC - MULTA PREVISÃO LEGAL – QUANTUM CONFIRMADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. – O fornecedor responde pelo vício de defeito do bem adquirido pelo consumidor, sendo-lhe facultado optar pela substituição por outro da mesma espécie, a restituição imediata da quantia paga atualizada, ou o abatimento proporcional do preço, inteligência do art. 18 caput do CDC. 2. – O código consumerista prevê a aplicação de multa, quando observada a reincidência ou a inércia do fornecedor mesmo tendo conhecimento do vício, art. 26, I e IV. Assim, não é válida a tese que defende a inaplicabilidade da multa, nem a alegação de excesso visto que o seu quantum obedeceu ao dispositivo legal, art. 57.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator, tudo conforme relatório e voto do Relator, que passam a integrar este julgado. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Revisor. Exmo. Sr. Des. Marco Villas Boas – Vogal. Ausência momentânea do Exmo. Sr. Des. Daniel Negry – Vogal. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 15 de junho de 2011

APELAÇÃO – AP – 13201 (11/0092959-0)
ORIGEM: COMARCA DE CRISTALÂNDIA
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2605-7/08, DA ÚNICA VARA
APELANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO
ADVOGADOS: RÓGER DE MELLO OTTAÑO E OUTROS
APELADO: JOSÉ VIEIRA DA CUNHA
ADVOGADO: JUSCELIR MAGNAGO OLIARI
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

EMENTA: APELAÇÃO – PROCESSUAL CIVIL – SENTENÇA APLICAÇÃO DO ART. 330 DO CPC – QUESTÃO DE MÉRITO UNICAMENTE DE DIREITO - PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE JUSTIFICADO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – INEXISTENCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA – SENTENÇA DE 1º GRAU MANTIDA – RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. – Sendo dispensada pelas partes a produção de novas provas, para o que foram indagadas em audiência, não há se falar em cerceamento de defesa pelo fato do juiz haver julgado antecipadamente a lide, uma vez que as provas constantes dos autos mostraram-se suficientes para o convencimento do juiz, e a matéria a ser analisada era exclusivamente de direito. 2. – Nestas condições é correta a aplicação do dispositivo do art. 330 do CPC.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator, tudo conforme relatório e voto do Relator, que passam a integrar este julgado. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Revisor . Exmo. Sr. Des. Marco Villas Boas – Vogal. Ausência momentânea do Exmo. Sr. Des. Daniel Negry – Vogal. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 15 de junho de 2011.

APELAÇÃO – AP – 13516 (11/0094486-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE RESSARCIMENTO, Nº 62025-7/09, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE
ADVOGADOS: MÁRCIO GONÇALVES E OUTROS
APELADO: UNIMED PALMAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS: ADÔNIS KOOP E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

EMENTA: AÇÃO DE RESSARCIMENTO - SEGURO SAÚDE – CIRURGIA NÃO EMERGENCIAL – OPÇÃO DO USUÁRIO POR HOSPITAL NÃO CREDENCIADO – RESSARCIMENTO DE DESPESAS – LIMITES DA TABELA DE CUSTOS DO PLANO – VALOR EXCEDENTE ADIMPLEMENTO PELO USUÁRIO. 1. – Inexistente o risco imediato a vida, ou de lesões irreparáveis, resultante do quadro clínico do usuário, resta evidenciado que não se trata e tratamento cirúrgico emergencial, portanto sujeita a aprovação das despesas as Condições Gerais do Plano. 2. – Assim, somente quando verificada a situação emergencial fica autorizada a intervenção cirúrgica em hospital não credenciado, e mesmo assim, o atendimento somente será garantido, bem como a respectiva cobertura, quando utilizados os serviços da rede própria ou credenciada a alguma Cooperativa Unimed. 4. – Optando o usuário por realizar a intervenção em hospital não credenciado, e reconhecidamente com tabela de custos elevada, a empresa seguradora de saúde, não tem responsabilidade de arcar com os custos que extrapolam a sua tabela, cabendo-lhe ressarcir somente a quantia prevista em sua tabela para o respectivo tratamento.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator, tudo conforme relatório e voto do Relator, que passam a integrar este julgado. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Revisor: Exmo. Sr. Des. Marco Villas Boas – Vogal Ausência momentânea do Exmo. Sr. Des. Daniel Negry – Vogal Representou a Procuradoria-Geral de Justiça o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 15 de junho de 2011.

1ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Intimação às Partes

HABEAS CORPUS Nº 7655 (11/0098057-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
IMPETRANTE: IVAN DE SOUSA SEGUNDO
PACIENTE: RAFAEL JUNIO LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVAN DE SOUSA SEGUNDO
IMPETRADO: JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE GURUPI- TO
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Adonias Barbosa da Silva – Relator em substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Ivan de Sousa Segundo, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito

na OAB/TO sob o nº 2658, impetra o presente *Habeas Corpus* em favor de Rafael Junio Lopes de Oliveira, atualmente recolhido na Casa de Custódia de Gurupi/TO, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Gurupi/TO.Relata o Impetrante que realizado o pedido de progressão de regime prisional, ao qual o Paciente tem direito, já passados, aproximadamente, 1 (um) mês e 10(dez) dias, até a presente data, não fora proferida nenhuma decisão.Ao final, requer liminarmente, que determine ao Juízo *a quo*, que este profira decisão em relação ao processo, para que seja aplicada a progressão, mudando o regime atual, que é o fechado, para o semiaberto, o qual já tem direito.Às fls. 07, os autos vieram-me conclusos.É o relatório, resumidamente. DECIDO Conforme pedido realizado pelo Paciente, Rafael Junio Lopes de Oliveira, por intermédio de seu advogado, em razão de despacho realizado pelo Magistrado *a quo*, o presente pedido restou prejudicado, motivo pelo qual, pede a desistência do presente *Habeas Corpus*.Sendo assim, o artigo 659, do Código de Processo Penal, traz, em sua redação, o seguinte entendimento:"Art. 659. Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido".Posto isso, outra alternativa não há, senão a de julgar prejudicado o presente *Habeas Corpus*, por absoluta perda do objeto da impetração. Declaro a sua extinção e, conseqüentemente, após as cautelas de praxe, determino o seu pronto arquivamento.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Palmas,28 de junho de 2011.*Juiz* ADONIAS BARBOSA DA SILVA-Relator em substituição."

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AP Nº 12313 (10/0089923-0)
ORIGEM: COMARCA DE XAMBIOÁ
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 2009.0002.7291-9/0 -ÚNICA VARA)
EMBARGANTE: EDIMAR PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO: WENDEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
EMBARGADO: ACÓRDÃO DE FLS. 316/318
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA – Relator em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "DECISÃO EMENTA DA DECISÃO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. I – A oposição de embargos de declaração deve respeitar o prazo de 02 (dois) dias, conforme dispõe o artigo 619, do Código de Processo Penal. Também é a inteligência do artigo 261, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. II – A inobservância do intervalo temporal obsta o conhecimento do recurs.Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Edimar Pinheiro da Silva, sob o argumento de que houve omissão no acórdão de fls. 316/318, por não ter redimensionado a pena do embargante.Alega que "sendo o embargante réu primário tem direito a pena mínima cominada ao crime de traficância de entorpecentes" (fls. 326).Ao final, requer o acolhimento dos embargos de declaração a fim de que seja reconhecida a primariedade e os bons antecedentes do recorrente, com o consequente redimensionamento da pena (fls. 320).A seguir, vieram-me conclusos os presentes autos.É o relatório. DECIDO Antes de adentrar na análise da matéria meritória, cumpre analisar os requisitos de admissibilidade dos embargos opostos, a fim de conhecê-los ou não.Os recursos possuem prazos certos e previstos em lei para o seu exercício. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais, que ensejarem idéia de contradição, omissão, obscuridade ou ambiguidade, poderão ser opostos embargos de declaração no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação do referido julgado (inteligência do artigo 619 do Código de Processo Penal). Confira-se:"Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão" (grifos inseridos).O Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça em seu artigo 261 prevê que "os embargos de declaração serão opostos por petição dirigida ao Relator do acórdão, nos prazos e na forma previstos na legislação processual".Pois bem, num veemente exame, nota-se que o acórdão ora combatido foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 2652, em 24 de maio de 2011, considerando-se publicado em 25 de maio de 2011 (conforme artigo 4º da Lei nº 11.419/2006 – certidão de fls. 319), tendo o embargante até o dia 27 de maio de 2011, particularmente até as 18 horas para opor tal recurso.Todavia, observa-se que o presente recurso foi oposto em 30 de maio de 2011 (via fax, conforme certidão de fls.310), extrapolando-se o prazo estabelecido na lei. Dessa forma, impossível analisar alguma matéria de mérito suscitada em sede destes embargos, uma vez que estão intempestivos.Assim, observando que foi extrapolado o prazo estabelecido em lei para a oposição dos embargos de declaração, faltando-lhe, portanto, o pressuposto objetivo da tempestividade, o não conhecimento deste recurso é medida que se impõe.Ante todo exposto, não conheço dos embargos de declaração, em face da sua intempestividade.Intime-se.Palmas-TO, 28 de junho de 2011.Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA-Relator em substituição."

Intimação de Acórdão

APELAÇÃO - AP-13835/11 (11/0095314-8)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (DENUNCIA Nº 89868-4/10 - 2ª VARA CRIMINAL).
APENSO: (INQUERITO POLICIAL Nº 88021-1/10) E (LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 88478-0/10).
T.PENAL: ARTIGO 33, "CAPUT", DA LEI DE Nº 11.343/06.
APELANTE: JOVANY DE SOUZA OLIVEIRA.
DEFEN. PÚBL.: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CÉSAR AUGUSTO MARGARIDO ZARATIN.
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FÉLIX.

EMENTA: PENAL – CRIME DE TRÁFICO – MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS – CARACTERIZAÇÃO DE UM DOS VERBOS NUCLEARES DO TIPO PENAL DESCRITO NA LEI Nº. 11.343/06 - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE USO – IMPOSSIBILIDADE - PENA – APLICAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL – PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS – DOSIMETRIA MANTIDA – SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO IMPROVIDO. 1. – Comprovada a autoria e materialidade do crime de tráfico, verificando-se a ocorrência de um dos verbos nucleares que compõe o tipo penal descrito na Lei Anti-Tóxico, no caso "ter em depósito", não há que se falar em desclassificação para o crime de uso. 2.- Quanto mais se há prova constituída nos autos que demonstre a mercancia exercida pelo apelante. 3. – Justifica-se o distanciamento da pena base do mínimo legal, se 03 das circunstâncias judiciais do apelante foram valoradas negativamente, dosimetria da pena mantida. ACÓRDÃO Sob a Presidência do Desembargador Daniel Negry, a 1ª Turma da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por unanimidade, votou acompanhando o parecer ministerial, para conhecer do recurso, e negar-lhe provimento, para manter na íntegra a sentença condenatória de 1° Grau proferida contra Jovany de Souza Oliveira, tudo nos termos do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente acórdão. Votaram com o Relator: Desembargador Moura Filho – Revisor Desembargador Daniel Negry – Vogal Representante da Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Alcir Raineri Filho – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 21 de junho de 2011.

APELAÇÃO - AP-13729/11 (11/0095123-4)
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTÍNIA.
REFERENTE: (DENUNCIA Nº 63534-9/10 - ÚNICA VARA).
T.PENAL: ARTIGO 155, § 1º, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE: RONNEY BORGES DE SOUSA.
DEFEN. PÚBL.: FABRICIO DIAS BRAGA DE SOUSA.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX.

EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO SIMPLES PRATICADO NO PERÍODO NOTURNO – CRIME PRATICADO SOB EFEITO DE ÁLCOOL – FATO QUE NÃO DESCARACTERIZA A CONDUTA TÍPICA – PEQUENO VALOR DA COISA OBJETO DO CRIME – RÉU COM ANTECEDENTES NA PRÁTICA DE PEQUENOS FURTOS – INAPLICABILIDADE – ATENUANTE DO ART. 66 DO CP – NÃO CONFIGURAÇÃO – DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE – PERSISTÊNCIA DE REQUISITO DO ART. 312 DO CPP – MANUTENÇÃO DA PRISÃO Não descaracteriza a conduta típica de furto simples praticado em período noturno, o fato de o réu estar embriagado, em razão do ordenamento pátrio adotar a teoria da actio libera in causa segundo a qual considera-se imputável quem se põe em estado de inconsciência ou incapacidade de autocontrole, seja dolosa ou culposamente, e nessa situação comete o crime. Os antecedentes criminais do réu, com diversas passagens por furto, e já havendo condenação transitada em julgado, demonstra suficiente periculosidade social e significativo grau de reprovabilidade, e são fatores que inviabilizam a aplicabilidade do princípio da insignificância. Inaplicável a atenuante prevista no art. 66 do Código Penal em razão do réu se considerar vítima da sociedade, porquanto, como dito na sentença condenatória, "Não se pode atribuir co-responsabilidade ao Estado pelos desvios de um indivíduo, sob pena de se estar autorizando a desordem e a impunidade". Persistindo o requisito do art. 312 do Código de Processo Penal, consubstanciado na garantia da ordem pública, é de ser mantida a prisão do acusado. ACÓRDÃO Sob a Presidência do Desembargador Daniel Negry, a 1ª Turma da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, acolheu o parecer ministerial de cúpula, conheceu do recurso, porém, negou-lhe provimento, nos termos do voto do relator, ficando este fazendo parte do presente acórdão. Votaram com o Relator: Desembargador Moura Filho – Revisor Desembargador Daniel Negry – Vogal Representante da Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Marcelo Ulisses Sampaio – Promotor de Justiça em Substituição. Palmas – TO, 31 de maio de 2011.

HABEAS CORPUS - HC-7581/11 (11/0097263-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
T. PENAL: ART. 33 DA LEI 11.343/2006.
IMPETRANTE: JOSÉ HOBALDO VIEIRA.
PACIENTE: CRISTIANO FERREIRA ALVES.
ADVOGADO: JOSÉ HOBALDO VIEIRA.
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

E M E N T A: HABEAS CORPUS – DENEGAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA — MANUTENÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE — PRESENTES OS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM A CUSTÓDIA PREVENTIVA — ORDEM DENEGADA.- O indeferimento do pedido de liberdade provisória, com supedâneo na prisão em flagrante e na presença dos motivos ensejadores da prisão preventiva (CPP, art. 312), não acarreta constrangimento ilegal, principalmente diante de fatos concretos que demonstrem que a ordem pública sairá fatalmente prejudicada, como no caso, pela reiterada conduta delituosa do paciente.
A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos supra identificados, na sessão realizada em 14/06/2011, sob a Presidência do Exmo. Desembargador Daniel Negry, a 1ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, acolhendo integralmente o parecer ministerial, votou pela denegação da ordem impetrada, nos termos do relatório e voto do relator, parte integrante deste. Participaram do julgamento, acompanhando o Relator, os Desembargadores Marco Villas Boas e Antônio Félix. Ausência justificada dos Desembargadores Moura Filho e Luiz Gadotti. Representou a Procuradoria-Geral da Justiça o Dr. Alcir Raineri Filho. Palmas, 14 de junho de 2011.

2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY

Intimação às Partes

HABEAS CORPUS 7597 (11/0097512-5)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL : ART. 121, § 2º, II E IV DO CP.
IMPETRANTE : RIVADÁVIA VITORIANO DE BARROS GARÇÃO
PACIENTE : MARCOS TEIXEIRA DE MORAIS
ADVOGADO : RIVADÁVIA VITORIANO DE BARROS GARÇÃO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DA ANANÁS-TO
RELATOR : *JUIZ* HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO – Relator em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas, nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Cuida-se de HABEAS CORPUS, com pedido liminar, impetrado pela Rivadávia Vitoriano de Barros Garção em favor de MARCOS TEIXEIRA DE MORAIS, contra ato do Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ananás/TO, que decretou a prisão temporária do paciente. Extrai-se do *writ* que foram representados criminalmente, além do paciente, os Srs. Helom Alves de Brito, Wagleston Luiz de Carvalho Silva, Wilter Luis de Carvalho Silva e Wkesley Miranda Almeida e também Jocielson dos Santos Freitas e Ercio Valter Lopes Figueiredo (cujas prisões preventivas já foram decretadas), todos sob suspeita da prática de crime de homicídio praticado contra a vítima Hélio Lopes dos Reis, ocorrida na madrugada do dia 30/04/2011 na cidade de Cachoeirinha/TO. A liminar de habeas corpus foi indeferida às fls. 114/117. Informações prestadas pela autoridade coatora às fls. 127/128. Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 130/138 opinando pela denegação da ordem. É o relatório. Decido. Conforme informações trazidas aos autos pelo magistrado singular – acostada aos autos de HC nº 7596, que determinei se colacionasse também a estes autos –, "foi por este Juízo com fundamento nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal decretado a Prisão Preventiva dos então acusados: MARCOS TEIXEIRA MORAIS, HELOM ALVES DE BRITO, WAGLESTON LUIZ DE CARVALHO SILVA, WILTER LUIS DE CARVALHO SILVA e WKESLEY MIRANDA ALMEIDA..." (fl. 165 do HC 7596). A presente ordem de habeas corpus restou, portanto, prejudicada por força da superveniência da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, deixando assim superado o constrangimento ilegal porventura existente em decorrência da prisão temporária. Nessa esteira: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PRISÃO TEMPORÁRIA. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. NOVO TÍTULO LEGITIMADOR DA CUSTÓDIA. HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO JULGADO PREJUDICADO POR PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE A SER SANADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há ilegalidade a reparar no acórdão que mantém decisão que julgara prejudicado pedido de relaxamento da prisão temporária, ao argumento de que, com a decretação da prisão preventiva, resta superada a análise de eventuais ilegalidades na custódia temporária. 2. Ordem denegada. (HC 48.019/GO, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 13/02/2007, DJ 12/03/2007, p. 267) Pelo exposto, JULGO PREJUDICADO O PEDIDO, nos termos do artigo 659 do Código de Processo Penal e 156 do Regimento Interno desta Corte, e determino o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas, 20 de junho de 2011. Juiz Helvécio de Brito Maia Neto Relator – em substituição".

HABEAS CORPUS 7596 (11/0097510-9)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL : ART. 121, § 2º, inciso II e IV do CPB.
IMPETRANTE : RIVADÁVIA VITORIANO DE BARROS GARÇÃO
PACIENTES : WAGLESIO LUIZ DE CARVALHO SILVA, WAGLESTON LUIZ DE CARVALHO SILVA, WILTER LUIZ DE CARVALHO E HELON ALVES DE BRITO
ADVOGADO : RIVADÁVIA VITORIANO DE BARROS GARÇÃO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANÁS –TO
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO – Relator em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "DECISÃO: Compulsando os autos, verifico que foi decretada a prisão preventiva dos pacientes, conforme demonstram os documentos de fls. 165/170. Assim, com o decreto de custódia preventiva dos pacientes, resta superada a questão posta em juízo neste *"writ"*, que trata de possível ilegalidade na decretação de prisão temporária. Resta assim prejudicada a análise do presente Habeas Corpus, ante a decretação da prisão preventiva dos pacientes. Com o mesmo entendimento: *PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PRISÃO TEMPORÁRIA. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. NOVO TÍTULO LEGITIMADOR DA CUSTÓDIA. HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO JULGADO PREJUDICADO POR PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE A SER SANADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há ilegalidade a reparar no acórdão que mantém decisão que julgara prejudicado pedido de relaxamento da prisão temporária, ao argumento de que, com a decretação da prisão preventiva, resta superada a análise de eventuais ilegalidades na custódia temporária. 2. Ordem denegada.* (STJ - HC 48019 / GO; Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA; j. 13/02/2007) Pelo exposto, nego seguimento ao presente Habeas Corpus ante a perda do objeto. Decorrido o prazo para eventual recurso, arquive-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 20 de junho de 2011. *Juiz* Helvévio de Brito Maia Neto Relator – em substituição*"*.

HABEAS CORPUS Nº 7656 (11/0098060-9)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL : ART. 33, da Lei nº 11.343/06.
IMPETRANTE : PAULO ROBERTO DA SILVA E LORINEY DA SILVEIRA MORAES
PACIENTE : JOÃO MÁRIO PEREIRA DA SILVA E GIOVANA DE JESUS ARAÚJO
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DA SILVA E LORINEY DA SILVEIRA MORAES
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS/TO
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Helvécio de Brito Maia- Relator em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Cuidam os autos de HABEAS CORPUS, corpus com pedido de concessão de liminar, impetrado por Paulo Roberto da Silva e Loriney da Silveira Moraes, advogados constituídos, em favor de JOÃO MÁRIO PEREIRA DA SILVA e GIOVANA DE JESUS ARAÚJO apontando como autoridade coatora o mm. Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins/TO. Ao relatório proferido na decisão monocrática de fl. 427/430 onde neguei seguimento ao presente *Habeas Corpus*, acrescento que o nobre advogado ingressa com pedido de reconsideração, que ora passo a apreciar. Decido. O remédio do "writ of habeas corpus" deve ser aplicado ao caso concreto sempre que alguém se encontrar sofrendo, ou na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual, de cunho constitucional, destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a simples ameaça de constrição à liberdade ambulatorial do indivíduo. Pois bem. De imediato, verifico que o pedido efetuado pelo nobre casuístico, o qual pretende o relaxamento da prisão dos pacientes ainda não foi apreciado pelo magistrado da origem. Embora alegue existir fato novo, a decisão atacada já foi apreciada por este Tribunal, conforme se depreende das fl. 33/48. O advogado, no presente *habeas corpus*, aponta a seguinte decisão para fundamentar o pedido de liberação: *"...ante o exposto, INDEFIRO os pedidos formulados pela defesa e MANTENHO o recebimento da denúncia e DETERMINO o prosseguimento do feito, nos termos do novel art. 399 do Código de Processo Penal..."* Analisando os autos, percebo que essa decisão atacada encontra-se exatamente às fl. 128/130, agora anulada por nova decisão de fl. 403. Desta forma, a pretensão do impetrante sem a devida apreciação da matéria pelo juízo monocrático ensejaria uma indevida supressão de instância, pelo que, com a devida vênia, imperioso se mostra o indeferimento liminar do presente HC. Apesar de o meu entendimento ser no sentido de que houve supressão de instância, decido nesse momento submeter a discussão à apreciação da Câmara. Com relação ao deferimento da liminar para soltura dos pacientes tenho que, a liminar em *habeas corpus* não encontra previsão legal no ordenamento jurídico pátrio, sendo na realidade, criação doutrinária e jurisprudencial reservada aos casos em que o constrangimento ilegal no direito de ir e vir apareça evidenciada *prima facie* nos autos. Entretanto, apesar de extremamente célere e útil, a concessão da medida *in limine*, depende da coexistência de dois requisitos essenciais: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora.* Em sede de liminar não há possibilidade de uma análise aprofundada nas provas, por isso, a possível nulidade ou irregularidade que cause o constrangimento ilegal deve aparecer com absoluta clareza nos autos, sob pena de indeferimento. Tal análise somente se obtém após a juntada aos autos das informações da autoridade acoimada como coatora e que dará ao relator condições de apreciar se há, ou não, motivos razoáveis para o excesso de prazo, caso em que será negado o pedido ou, inexistindo motivos, concederá a ordem e colocará o preso em liberdade imediatamente. Com efeito, no caso em exame, pela documentação acostada ao caderno processual não vislumbro de imediato e com a segurança necessária, a ocorrência de plausibilidade nas alegações do impetrante, visto que o excesso de prazo poderia, ao menos em hipótese, ser creditado ao próprio paciente. Desse modo, não se acha presente uma das condições para a concessão da medida liminar, qual seja, a fumaça do bom direito e, por essa razão, neste momento, INDEFIRO o pleito liminar. NOTIFIQUE-SE a autoridade para, no prazo legal, apresentar as informações necessárias, autorizando, desde já, o envio por meio de transmissão eletrônica ou fac-símile. Após, vista à Procuradoria Geral de Justiça. Intime-se. Cumpra-se." Palmas, 22 de junho de 2011. (a) ***Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO-Relator***.

HABEAS CORPUS 7701(11/0098479-5)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE : RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA (OAB/TO 1710)
PACIENTE : PAULO HENRIQUE RIBEIRO DA COSTA
ADVOGADO : RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA (OAB/TO 1710)
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPI /TO
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas, nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA, em favor do paciente PAULO HENRIQUE RIBEIRO DA COSTA, ambos já qualificados nos autos, figurando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Palmas/TO. Em síntese, sustenta o impetrante que o paciente – que atualmente se encontra recolhido no Presídio de Cariri do Tocantins/TO – encontra-se preso provisoriamente desde o ano de 2010, o que, no seu entender, configura constrangimento ilegal. Aduz, ainda, que é primário, possuidor de bons antecedentes e de boa conduta social e, por fim, que tem residência fixa em Santa Rita do Tocantins/TO. A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 21/35. Em síntese, é o relatório. DECIDO. O pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo ou esteja na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir (art. 5º, LXVIII, CF/88). Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. A liminar, em sede de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais

sejam, a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni juris*) e o perigo da demora da prestação da tutela jurisdicional (*periculum in mora*), cujas presenças devem ser evidenciadas de forma expressa e destacadas pela parte impetrante. Como é cediço, o *habeas corpus* não comporta dilação probatória, sendo imprescindível, para seu seguimento, a existência de prova pré-constituída das argumentações lançadas pelo impetrante. No caso em análise, o impetrante não logrou instruir sua petição com documentação idônea apta a convencer este juízo monocrático de que suas alegações são plausíveis. Com efeito, os documentos que acompanham a inicial de *habeas corpus* sequer indicam em qual processo e tampouco comprovam desde quando e por qual crime o paciente encontra-se preso. Sequer há comprovação de que o paciente efetivamente esteja recolhido em estabelecimento prisional. A jurisprudência das Cortes Superiores é pacífica no sentido da exigência de prova pré-constituída nos casos de *habeas corpus*, notadamente em razão da impossibilidade de dilação probatória nessa ação autônoma de impugnação. Nesse aspecto, o STJ já pontificou *"o rito do* habeas corpus *pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo paciente"*. De igual forma, de acordo com o STF, "*a via do* habeas corpus *não admite dilação probatória e pressupõe prova pré-constituída da existência do alegado, o que não ocorre na espécie*". Sendo assim, à míngua de documentação idônea apta a comprovar as argumentações lançadas pelo impetrante em favor do paciente, impõe-se a negativa de seguimento do *habeas corpus* ora impetrado. Diante do exposto, nego seguimento ao presente *habeas corpus*, nos termos do art. 157, do RI-TJ/TO, tudo nos termos da fundamentação supra articulada. No ensejo, via malote digital, oficie-se à autoridade reputada coatora, encaminhando-se-lhe cópia reprográfica da presente decisão monocrática, para fins de ciência. Transitada em julgado a presente decisão, providencie-se o arquivamento destes autos, com as cautelas de praxe e baixas de estilo. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 22 de junho de 2011. *Juíza ADELINA GURAK* Relatora".

HABEAS CORPUS		7691(11/0098385-3)
ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL	:	ART. 33 DA LEI 11.343/06
IMPETRANTE	:	IVAN DE SOUZA SEGUNDO (OAB/TO 2658)
PACIENTE	:	WALISSON FERNANDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	IVAN DE SOUZA SEGUNDO (OAB/TO 2658)
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE PALMAS/TO
RELATORA	:	JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas, nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por IVAN DE SOUZA SEGUNDO, em favor do paciente WALISSON FERNANDES DE OLIVEIRA, ambos já qualificados nos autos, figurando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Palmas/TO. Em síntese, sustenta o impetrante que o paciente – que se encontra recolhido na Casa de Custódia de Palmas – formulou requerimento, via Defensoria Pública, perante o Juízo da 4ª Vara Criminal desta Comarca de Palmas, visando cômputo de remição ficta, sendo que os autos nos quais dito requerimento foi formulado encontram conclusos desde 15.02.2011. A inicial veio acompanhada tão somente do documento de fl. 05 (extrato de consulta processual do SPROC, extraído da *internet*). Em síntese, é o relatório. DECIDO. O pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo ou esteja na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir (art. 5º, LXVIII, CF/88). Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. A liminar, em sede de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni juris*) e o perigo da demora da prestação da tutela jurisdicional (*periculum in mora*), cujas presenças devem ser evidenciadas de forma expressa e destacadas pela parte impetrante. Como é cediço, o *habeas corpus* não comporta dilação probatória, sendo imprescindível, para seu seguimento, a existência de prova pré-constituída das argumentações lançadas pelo impetrante. No caso em análise, o impetrante não logrou instruir sua petição com documentação idônea apta a convencer este juízo monocrático de que suas alegações são plausíveis. Com efeito, o único documento que acompanha a exordial é aquele acostado à fl. 05, consubstanciado num extrato de consulta processual do SPROC, extraído da *internet*, o qual não traz qualquer informação relevante, salvo a de que os autos de nº 2010.0009.5631-5/0 (Execução Penal), no qual o paciente figura como reeducando, encontram-se conclusos desde 15.02.2011. No entanto, até mesmo essa informação é questionável, máxime quando se é levado em consideração que, dada a enorme demanda das Varas Criminais deste Estado, muitos feitos não são devidamente atualizados no sistema de consultas processuais (SPROC). Outrossim, do documento que instrui a exordial (fl. 05), não é possível sequer aferir se os autos foram conclusos para apreciação de requerimento formulado pelo paciente, via Defensoria Pública, como sustentado na exordial do *habeas corpus*. A jurisprudência das Cortes Superiores é pacífica no sentido da exigência de prova pré-constituída nos casos de *habeas corpus*, notadamente em razão da impossibilidade de dilação probatória nessa ação autônoma de impugnação. Nesse aspecto, o STJ já pontificou *"o rito do* habeas corpus *pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo paciente"*. De igual forma, de acordo com o STF, "*a via do* habeas corpus *não admite dilação probatória e pressupõe prova pré-constituída da existência do alegado, o que não ocorre na espécie*" Sendo assim, à míngua de documentação idônea apta a comprovar as argumentações lançadas pelo impetrante em favor do paciente, impõe-se a negativa de seguimento do *habeas corpus* ora impetrado. Diante do exposto, nego seguimento ao presente *habeas corpus*, nos termos do art. 157, do RI-TJ/TO, tudo nos termos da fundamentação supra articulada. No ensejo, via malote digital, oficie-se à autoridade reputada coatora, encaminhando-se-lhe cópia reprográfica da presente decisão monocrática, para fins de ciência. Transitada em julgado a presente decisão, providencie-se o arquivamento destes autos, com as cautelas de praxe e baixas de estilo. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 21 de junho de 2011. *Juíza ADELINA GURAK* Relatora".

HABEAS CORPUS Nº7669(11/0098197-4)		
ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL	:	Art .33 da Lei nº 11.343/2006.
IMPETRANTE	:	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE	:	KLEBER RIBEIRO GUILHERME
DEFENSOR(A) PUBLICO(A)	:	FRANCIANA DI FATIMA CARDOSO
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO
RELATORA	:	JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUIZA CÉLIA REGINA RÉGIS – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *HABEAS CORPUS*, com pedido de liminar, impetrado pela Defensora Pública Francisca Di Fátima Cardoso, em favor de Kleber Ribeiro Guilherme, contra ato do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional, que indeferiu pedido de liberdade provisória ao Paciente, em face da gravidade do delito e da vedação imposta pela Lei nº 11.464/2007, bem com pela Constituição Federal. Afirma que o Paciente foi preso em flagrante delito na data de 21/03/2011, pela suposta prática do delito capitulado no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Sustenta que não houve fundamentação concreta do *decisum* que negou o pedido de liberdade, e que o cárcere provisório configuraria a aplicação antecipada da pena. Diz que o Paciente é trabalhador, tem bons antecedentes e possui residência fixa. Ao final, requer que o presente *writ* seja conhecido, com o provimento liminar no sentido de se determinar a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do acusado. Acosta documentos às fls. 12/63. É o RELATÓRIO. D E C I D O A liminar, em sede de *Habeas Corpus,* não tem previsão legal específica, sendo admitida apenas pela doutrina e jurisprudência; e para que seja concedida, há que se demonstrar, de forma inequívoca e concorrentemente, os requisitos ensejadores das medidas cautelares, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*. No caso *sub examinen*, o Paciente foi preso em flagrante delito por suposta infração ao art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006. Nesta seara, objetiva a Impetrante, através do presente *Writ*, obter a concessão de provimento liminar no sentido de se determinar a expedição do competente Alvará de Soltura em seu favor. Analisando os argumentos expendidos na impetração juntamente com os documentos carreados aos autos, noto que o constrangimento não se mostra com a nitidez alegada na inicial, dependendo de uma análise mais pormenorizada. Não obstante a i. Defensora sustente ausência de fundamentação concreta da decisão, verifico que o juiz, ao indeferir o pedido de liberdade provisória, fundamentou sua decisão demonstrando as provas da autoria e materialidade do delito e em uma das hipóteses previstas no art. 312 do CPP, a saber: a garantia da ordem pública decorrente do risco que a mercancia de drogas representa para a sociedade. Ademais, é pacífico, na doutrina e jurisprudência pátrias, que, na análise inicial de *Habeas Corpus*, não se pode adentrar a seara meritória do pedido. Neste ponto, ao compulsar o presente caderno processual, vislumbro, *a priori*, ter agido o Juiz *a quo*, comedida e justificadamente, fundamentando sua decisão na necessidade da prisão cautelar do paciente, com vistas à garantia da ordem. Assim, verifico que o requerimento de liminar é idêntico ao próprio mérito da impetração, cuja resolução demanda análise pormenorizada dos autos, o que ocorrerá quando do julgamento pelo órgão colegiado, após as informações a serem prestadas pela autoridade impetrada e ouvido o Ministério Público nesta instância. Nesse contexto, considero prudente reservar ao Colegiado o pronunciamento definitivo no momento apropriado, pelo que INDEFIRO A LIMINAR postulada, reservando-me a um exame mais detido do pedido por ocasião do julgamento de mérito deste *habeas corpus.* Solicitem-se informações detalhadas ao MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL. Oficie-se com cópia da petição inicial, bem como da presente decisão. Após, abri vista ao Ministério Público, nesta instância, para manifestação. Cumprido o determinado, volvam-me conclusos os presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se". Palmas, 27 de junho de 2011. (a) *CÉLIA REGINA RÉGIS*-Juíza Convocada.

Intimação de Acórdão

CORREIÇÃO PARCIAL		Nº 1511 (10/0088744-5)
ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANITNS
REFERENTE DE ALMAS/TO	:	AÇÃO PENAL Nº. 25365-5/09 - ÚNICA VARA DA COMARCA
RECLAMANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROMOTOR	:	ROBERTO FREITAS GARCIA
RECLAMADO ALMAS/TO	:	JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA COMARCA DE
RELATOR SUBSTITUIÇÃO)	:	JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (EM

EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM VISTA DOS AUTOS. NULIDADE ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. 1. A intimação do Ministério Público inicia-se pela entrada do processo na secretaria e não pela nota de ciência de seu representante, além do que, quando recorrente de matéria criminal, não tem o benefício do prazo em dobro. 2. Ausente um dos pressupostos de admissibilidade recursal, não merece o recurso ser conhecido. Qualquer que seja a posição do Ministério Público no processo, seja como parte, seja como fiscal da lei, deverá o Parquet ser intimado pessoalmente, sob pena de nulidade do ato. Conforme disposto nos artigos 41, inciso IV, da Lei n. 8.62592 e art. 370, §4°, do Código de Processo Penal, a intimação pessoal é prerrogativa do Ministério Público, por meio da entrega dos autos com vista, não suprindo tal exigência a mera remessa de ofício, como ocorreu na presente hipótese. Recurso não conhecido, declarando-se, de ofício, a nulidade do processo desde a audiência realizada sem a presença do Ministério Público. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos da CORREIÇÃO PARCIAL Nº. 1511, onde figura como reclamante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS e reclamado a JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA COMARCA DE ALMAS/TO. Sob a presidência do Desembargador BERNARDINO LUZ, acordaram os

integrantes da 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 21ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 21 de junho de 2011, por unanimidade de votos, em acolher o parecer ministerial para NÃO CONHECER da presente correição parcial em razão da sua intempestividade, DECLARANDO, de ofício, a nulidade do processo desde a audiência realizada sem a presença do Ministério Público, por violação ao disposto nos artigos 41, inciso IV, da Lei n°. 8625/92 e artigo 370, §4º, do Código de Processo Penal, tudo nos termos do voto do Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator. Acompanharam o Relator a Juíza ADELINA GURAK e a Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Dra. JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU. Palmas/TO, 27 de junho de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (em substituição).

HABEAS CORPUS Nº 7574/11 (11/0097138-3)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTES	:	DIEGO FABRÍCIO RIBEIRO ALBUQUERQUE E OUTROS
DEF. PÚBLICO	:	HIDELBRANDO CARNEIRO DE BRITO
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
PROC. JUSTIÇA	:	JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR	:	JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE LIBERDADE PROVISÓRIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. IDÔNEA FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM MONOCRÁTICO. ORDEM DENEGADA.
1. Pacientes presos em flagrante pela prática de crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo e em concurso de agentes. 2. Prisão cautelar suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, dada a comprovação da materialidade e autoria do delito, bem como em virtude do seu modus operandi, realizado com o uso de arma de fogo, em concurso de agentes e com premeditação. 3. Corrobora com o decreto prisional a ausência de comprovação de trabalho lícito pelos pacientes, fato que pode frustrar eventual aplicação da lei penal, e, em relação ao paciente Weverton Rolim de Almeida, a existência de ação penal em seu desfavor por tentativa de homicídio, o que anuncia um comportamento voltado à prática de ilícitos penais. 4. Ordem denegada.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus no 7574, figurando como Impetrante a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, como Pacientes Diego Fabrício Ribeiro de Albuquerque, Junior Mayk Lima Soares e Weverton Rolim de Almeida e como Impetrado o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína/TO. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Eurípedes Lamounier, a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, DENEGOU a Ordem pleiteada, uma vez verificado o risco à garantia da ordem pública e à aplicação da lei penal, tudo nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Juiz Helvécio de Brito Maia Neto – Relator em Substituição. Votaram acompanhando o eminente relator, os Exmos Senhores: a Juíza Adelina Gurak, a Juíza Célia Regina Régis e o Juiz Eurípedes Lamounier. Impedimento do Des. Amado Cilton em face da decisão do Superior Tribunal de Justiça. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Excelentíssimo Senhor Alcir Raineri Filho, Procurador de Justiça. Palmas –TO, 20 de junho de 2011. Juiz Helvévio de Brito Maia Neto - Relator – em substituição.

HABEAS CORPUS Nº7353/11 (11/0093161-6)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
TIPO PENAL	:	ARTS. 214 C/C 224, “A”, AMBOS DO CP E 240, DO ECA
IMPETRANTE	:	ADARI GUILHERME DA SILVA
PACIENTE	:	ROSÂNGELA EVANGELISTA DA COSTA
ADVOGADO	:	ADARI GUILHERME DA SILVA
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PALMAS-TO
PROC. JUSTIÇA	:	CÉSAR ZARATIN
RELATOR	:	DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

EMENTA: HABEAS CORPUS – ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – CRIME HEDIONDO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP - INOCORRÊNCIA - FUGA DO DISTRITO DA CULPA - PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES, RESIDÊNCIA FIXA E TRABALHO LÍCITO - ARGUMENTOS QUE NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA. 1) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal é irrelevante a discussão acerca da existência, ou não, da fundamentação da prisão por crimes hediondos, ou equiparados, posto que a proibição da concessão dos benefícios da liberdade provisória, nesses casos, decorre da inafiançabilidade imposta pelo art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. 2) Estão presentes os motivos para a manutenção da prisão cautelar da paciente, consistentes, sobretudo, na garantia da ordem pública e na aplicação da lei penal. 3) Conforme entendimento jurisprudencial pacificado nos nossos tribunais, a simples fuga do agente do distrito da culpa autoriza a decretação da sua prisão preventiva. 4) Os atributos pessoais do paciente não podem prevalecer sobre a garantia da ordem pública, principalmente quando se tratar de delito de tamanha repercussão negativa na sociedade, como o do caso em tela. 5) Ordem denegada.
ACÓRDÃO: Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Bernardino Luz, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, CONHECEU do habeas corpus impetrado para, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal sanável pela via do remédio heróico e acolhendo o parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça, DENEGAR EM DEFINITIVO a ordem impetrada, tudo nos termos do voto do eminente Relator. Votaram com o Relator os Exmos. Srs. Juízes Adelina Gurak, Célia Regina Régis e Helvécio de Brito Maia Neto e o Desembargador Amado Cilton. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Ricardo Vicente da Silva. Palmas-TO, 19 de ABRIL de 2011. Desembargador Bernardino Luz RELATOR.

HABEAS CORPUS Nº 7468/11 (11/0095971-5)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE	:	FABRÍCIO BARROS AKITAYA
PACIENTE	:	FERNANDO ALVES PALANDRINO
DEFEN. PÚBL.	:	FABRÍCIO BARROS AKITAYA
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS- TO
PROC. JUSTIÇA	:	CÉSAR ZARATIN
RELATOR	:	JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER- EM SUBSTITUIÇÃO

EMENTA: HABEAS CORPUS. ARTIGO 155 C/C ARTIGO 14 DO CP. PRISÃO EM FLAGRANTE. DECISÃO APOIADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DE PRÁTICA DELITUOSA. CONDENAÇÃO ANTERIOR. Evidentes a materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, somados aos antecedentes criminais do Réu, a segregação cautelar se justifica como garantia da ordem pública, haja vista ter praticado novo delito em gozo de liberdade condicional após duas condenações anteriores. Ordem denegada.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência em exercício do Juiz Eurípedes Lamounier, nos termos do artigo 56 do Regimento Interno desta E. Corte, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, DENEGOU a ordem perseguida, para manter a segregação cautelar do Paciente, nos termos do voto do Relator. Votaram acompanhando o Relator a Juíza Célia Regina Régis e o Juiz Helvécio de Brito Maia Neto. Ausência momentânea da Juíza Adelina Gurak. Ausência justificada do Des. Amado Cilton em face da decisão do STJ. Representou a Procuradoria Geral da Justiça o Promotor designado Delveaux Vieira P. Júnior. Palmas, 13 de JUNHO de 2011. Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier RELATOR em substituição.

HABEAS CORPUS Nº 7523/11 (11/0096479-4)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
IMPETRANTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE	:	WALDEON VIANA DA SILVA
DEFEN. PÚBLICO	:	JULIO CESAR CAVALCANTE ELIHIMAS
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS/TO
PROC. JUSTIÇA	:	MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATOR	:	JUIZ EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ARTIGO 157, CAPUT DO CP. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. ATOS DE TORTURA. Não se fala em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, com base em elementos dos autos que evidenciam a gravidade concreta do delito em tese praticado e a periculosidade do agente demonstrada pelo modus operandi. Ordem denegada.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência em exercício do Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier, nos termos do artigo 56 do Regimento Interno desta E. Corte, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, DENEGOU a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator. Votaram acompanhando o Relator a Juíza Célia Regina Régis e a Juíza Adelina Gurak. Ausência momentânea do Juiz Helvécio de Brito Maia Neto. Ausência justificada do Des. Amado Cilton em face da Decisão do STJ. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Promotor designado Delveaux Vieira P. Júnior. Palmas, 13 de JUNHO de 2011. Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier RELATOR em substituição.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 11837/10 (10/0088517-5)

ORIGEM	:	COMARCA DE GURUPI/TO
REFERENTE	:	AÇÃO PENAL N°70884-2/10- 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE	:	GENILTON LIMA CARDEAL
DEF. PÚBLICA	:	MÔNICA PRUDENTE CANÇADO
APELADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA	:	JOÃO RODRIGUES FILHO
RELATOR	:	DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL- TRÁFICO DE ENTORPECENTES- DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO- DEPOIMENTO POLICIAL- SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. 1) A noção legal de tráfico de entorpecentes não supõe, necessariamente, a prática de atos onerosos ou de comercialização. 2) O depoimento de policial serve como prova, quando claro e harmônico com os elementos dos autos. 3) É possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, desde que presentes as condições objetivas e subjetivas na norma geral (art. 44 do Código Penal).
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Bernardino Luz, a 5ª Turma Julgadora, por UNANIMIDADE, CONHECEU do Recurso, porquanto presentes os requisitos de sua admissibilidade e, desacolhendo o parecer ministerial, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para conceder ao Apelante a substituição da pena privativa de liberdade por (02) duas restritivas de direitos, a serem definidas e estabelecidas as condições de cumprimento pelo Juiz da Execução penal, mantendo-se inalterada a sentença açoitada nos seus demais termos, tudo nos moldes do eminente Relator. Votaram acompanhando o Relator, as Excelentíssimas Juízas Adelina Gurak e Célia Regina Régis. Representando o Órgão de Cúpula Ministerial, compareceu o Dr. Ricardo Vicente da Silva. Palmas, 19 de ABRIL de 2011. Desembargador Bernardino Luz RELATOR.

HABEAS CORPUS Nº 7483/11 (11/0096095-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE : WANESSA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PACIENTE : EVALDO BARROS MACEDO
DEFEN. PÚBL. : WANESSA RODRIGUES DE OLIVEIRA
IMPETRADA : JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TOCANTÍNIA-TO
PROC. JUSTIÇA : MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEAL NÃO EVIDENCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NA LEI Nº 11.343/06 PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão do magistrado apresentou-se suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos, a custódia cautelar restou motivada para a garantia da ordem pública. 2. Ademais, a vedação da concessão do benefício de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, disposta no art. 44 da Lei 11.343/06, é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a nova redação dada pela Lei 11.464/07, sendo certo que a proibição decorre do princípio da inafiançabilidade imposto pelo art. 5º, XLIII, da Constituição Federal. 4. Ordem conhecida e denegada por maioria. 5. Negado provimento.
ACÓRDÃO: Sob a presidência do Exmo. Juiz Dr. EURÍPEDES LAMOUNIER, nos termos do art. 56 do Regimento Interno desta e. Corte, a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por maioria de votos, DENEGOU A ORDEM do presente "Writ", nos termos do voto da Excelentíssima Juíza Adelina Gurak – Relatora, na 1ª Sessão Extraordinária Judicial realizada no dia 13/06/2011. Na sessão que se iniciou o julgamento, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Amado Cilton – Relator – conheceu do *habeas corpus* para, deixando de acolher o parecer ministerial, conceder a ordem. Votaram acompanhando a Relatora os Exmos. Senhores: Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS, Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO e Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, o Excelentíssimo Senhor Dr. Delveaux Vieira P. Júnior, Promotor de Justiça designado. Palmas - TO, 22 de junho de 2011. Juíza ADELINA GURAK Relatora.

HABEAS CORPUS Nº. 7251/11 (11/0092354-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : RENATO MALAQUIAS DE OLIVEIRA
DEF. PÚBLICO : FABRÍCIO SILVA BRITO
IMPETRADA : JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE GURUPI/TO
PROC. JUSTIÇA : MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
RELATORA : JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS

EMENTA: HABEAS CORPUS – EXECUÇÃO PENAL – CONSTRANGIMENTO ILEGAL – CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELA CORTE- AUSÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - REGIME PRISIONAL – PROGRESSÃO PARA O SEMIABERTO - CUMPRIMENTO – ESTABELECIMENTO INADEQUADO – PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR – IMPOSSIBILIDADE – ADEQUAÇÃO DO REGIME PELO JUIZ DA EXECUÇÃO - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.1. Reconhecendo a Câmara que o constrangimento ilegal pode ser declarado de ofício, a ausência de manifestação do Juízo da Vara de Execuções Penais sobre adequação do regime de cumprimento da pena não gera supressão de instância. 2. Tendo sido a pena determinada para cumprimento em regime inicialmente fechado, permitir o seu cumprimento em regime domiciliar aberto, configuraria desvio na execução, uma vez que não estaria sendo cumprida de forma progressiva, de acordo com suas condições subjetivas dispostas nos artigos 33, §2º do Código Penal e 112 da Lei de Execução Penal, em explícita afronta ao fim de ressocialização da pena, além de incentivar a novas práticas delituosas. 3. A situação transitória vivenciada pelo reeducando que já se encontra em unidade de regime semiaberto, não constitui constrangimento ilegal, devendo tão somente o cumprimento da pena sofrer adequação pelo magistrado encarregado da execução penal, afastada, contudo, a prisão domiciliar, porque, no presente caso, o paciente não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 117 da LEP, que traz o rol taxativo dos casos em que se admite o cumprimento da pena no regime aberto em residência e em situações excepcionais. 4. Habeas corpus conhecido e concedida a ordem parcialmente para adequar o cumprimento da pena as condições estabelecidas pelo regime semiaberto.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de HABEAS CORPUS Nº. 7.251/11, onde figuram, como Impetrante, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, Paciente, RENATO MALAQUIAS DE OLIVEIRA e, como Impetrado, JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE GURUPI/TO. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LIMA LUZ, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, DEU PARCIAL PROVIMENTO a ordem, para determinar ao Juiz da Vara de Execuções Penais respectiva, que, acaso, não o tenha feito, adote as providências necessárias no sentido de colocar o paciente no regime semiaberto ou sob um regime de cumprimento da pena em condições equiparadas a este regime, nos termos do voto da Relatora - Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS – Relatora em Substituição. Votaram acompanhando a eminente Relatora, o Excelentíssimo Desembargador BERNARDINO LIMA LUZ e a Juíza ADELINA GURAK. Ausência momentânea do Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo.Sr.Dr. JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU. Foi julgado na 22ª sessão, realizada no dia 21/06/2011. Palmas-TO, 22 de junho de 2011. CÉLIA REGINA RÉGIS Juíza Convocada.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 11438/10 (10/0086709-6)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE : AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 131653-7/09 – 1ª VARA CRIMINAL
T. PENAL : ARTIGO 157, CAPUT, C/C O ARTIGO 213, POR DUAS VEZES, NOS MOLDES DOS ARTS. 69 E 71, TODOS DO CP
APELANTE : WILSON ERMANO DA SILVA
DEF. PÚBLICO : CAROLINA SILVA UNGARELLI
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO E ESTUPRO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. ADITAMENTO DA DENÚNCIA SEM A OPORTUNIZAÇÃO DE CIÊNCIA E MANIFESTAÇÃO À DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRELIMINAR REJEITADA. PREJUÍZO NÃO EVIDENCIADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DO LAUDO PERICIAL. CONDENAÇÃO BASEADA EM OUTROS ELEMENTOS IDÔNEOS DE PROVA. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO E DA PENA FIXADA NA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Verificando-se que após o oferecimento do aditamento da denúncia, a defesa foi devidamente intimada sobre os novos fatos que foram atribuídos ao réu, inclusive com a abertura de prazo para manifestação, não se acolhe a preliminar de nulidade do feito. Só se declara nulidade no processo penal quando evidente, de modo objetivo, efetivo prejuízo para o acusado (art. 563 do CPP), o que não restou evidenciado no caso em tela. 2. Não obstante a ausência de comprovação da materialidade dos delitos de estupro através do laudo pericial, verifica-se que a condenação do apelante foi baseada em outros elementos idôneos de prova, dentre eles, a confissão do próprio réu, o depoimento das testemunhas e a das vítimas - os quais, nos delitos desta natureza, assumem preponderante importância, ainda mais quando expõe os fatos com riqueza de detalhes e em harmonia com outros elementos produzidos, como na hipótese vertente. 3. Desse modo, imperiosa é a manutenção da condenação e da pena fixada na sentença monocrática, eis que o Juízo sentenciante expôs motivação concreta e suficiente para a sua fixação, não caracterizando violação ao preceito contido no art. 93, IX, da Constituição Federal. 4. Recurso conhecido e desprovido por unanimidade.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Exmo. Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ, a 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, não conheceu das preliminares, e, no mérito, conheceu, porém NEGOU PROVIMENTO ao apelo defensivo, conservando incólume em todos os termos a sentença monocrática, para manter condenado o apelante por infração ao artigo 157, *caput*, c/c o artigo 213, *caput*, nos moldes dos artigos 69 e 71, todos do Código Penal, à pena de 27 (vinte e sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como a 60 (sessenta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo, tudo nos termos do voto da Excelentíssima Juíza Adelina Gurak – Relatora, na 21ª Sessão Ordinária Judicial realizada no dia 21/06/2011. VOTARAM, acompanhando a eminente Relatora, os Excelentíssimos Senhores Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS e Desembargador BERNARDINO LUZ. Ausência momentânea do Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, o Excelentíssimo Senhor Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça. Palmas - TO, 22 de junho de 2011. Juíza ADELINA GURAK Relatora.

HABEAS CORPUS Nº 7522 (11/0096477-8)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANITNS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTES : JOSÉ SERVERINO DE OLIVEIRA E OUTROS
DEFEN. PÚBL. : JULIO CESAR CAVALCANTE ELIHIMAS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS
PROC. DE JUSTIÇA : JOSÉ OMAR ALMEIDA JR
RELATOR : *Juiz* HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO – CONDUTA QUE REVELA PERICULOSIDADE DOS AGENTES E O PERIGO CONCRETO DO DELITO – LIBERDADE NEGADA COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. Os pacientes encontravam-se presos na cadeia pública de Paraíso-TO quando contribuíram para o homicídio de outro detento. 2. Praticaram atos de tortura diária que culminou na morte da vítima. 3. A decisão pelo indeferimento de liberdade provisória com fundamento na existência de perigo à ordem pública em face das circunstâncias da prática do não traduz constrangimento ilegal. 4. Os elementos constantes dos autos revelam a necessidade de conservação da segregação cautelar para a preservação da ordem pública, considerada principalmente a gravidade concreta da conduta, a revelar intensa periculosidade dos agentes. 5. Os pacientes encontram-se segregados em razão de sentença condenatória por crime de roubo e crime de tráfico de drogas. 6. ORDEM DENEGADA.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de HABEAS CORPUS nº 7522/11, figurando como paciente JOSÉ SEVERINO DE OLIVEIRA E OUTROS. Sob a Presidência em Exercício do Excelentíssimo Senhor Desembargador Bernardino Luz, a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 22ª sessão ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2011, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DENEGOU a ordem, nos termos do voto do Relator, Excelentíssimo Senhor Juiz Helvécio de Brito Maia Neto. Votaram, acompanhando o eminente Relator, o Excelentíssimo Senhor Des. Bernardino Luz, e as Excelentíssimas Senhoras, Juíza Adelina Gurak e Juíza Célia Regina Régis. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Excelentíssimo Senhor José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça. Palmas, 27 de junho de 2011. *Juiz* Helvévio de Brito Maia Neto Relator – em substituição.

HABEAS CORPUS Nº7561/11 (11/0096896-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE : ROGÉRIO MAGNO DE MACEDO MENDONÇA
PACIENTE : ANTONIO CIPRIANO NETO
ADVOGADO : ROGÉRIO MAGNO DE MACEDO MENDONÇA E OUTROS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS/TO
PROC. JUSTIÇA : ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR : DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

EMENTA:HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ARTIGO 33 C/C ARTIGO 35 DA LEI Nº 11.343/06. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA. CONDIÇÕES PESSOIAS DO PACIENTE. IRRELEVANCIA. 1) A vedação à concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no artigo 44 da Lei nº 11.343/2006, que é norma especial em relação ao parágrafo único do artigo 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos. Tal vedação é razão idônea para o indeferimento da benesse somada aos indícios de autoria e materialidade. 2) Conforme tem reiteradamente decidido o Superior Tribunal de Justiça, a primariedade e os bons antecedentes do acusado, per si, não têm o condão de revogar a segregação provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos. Ordem Denegada.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Desembargador Bernardino Luz, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, DENEGOU em definitivo a ordem impetrada, tudo nos termos do eminente Relator. Votou acompanhando o Relator, os Juízes Helvécio de Brito Maia Neto, Célia Regina Régis e Adelina Gurak. Representou a Procuradoria Geral De Justiça o Dr. José Demóstenes de Abreu. Palmas, 21 de JUNHO de 2011. Desembargador Bernardino Luz RELATOR.

HABEAS CORPUS Nº 7065/11 (11/0090922-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
IMPETRANTE : FABIANA RAZENA GONÇALVES
PACIENTE : HAYRLY GOMES DE ALMEIDA SALES
DEFEN. PÚBL. : FABIANA RAZENA GONÇALVES
IMPETRADO : JUIZ SUBSTITUTO PLANTONISTA DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
PROC. JUSTIÇA : RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGAOR BERNARDINO LUZ

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ARTIGO 33 C/C ARTIGO 35 DA LEI Nº 11.343/06. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA. A vedação à concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no artigo 44 da Lei nº 11.343/2006, que é norma especial em relação ao parágrafo único do artigo 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos. Tal vedação é razão idônea para o indeferimento da benesse somada aos indícios de autoria e materialidade, além da quantidade e qualidade da substância apreendida com a Paciente. Ordem denegada.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Desembargador Bernardino Luz, a 2ª Câmara Criminal, por unanimidade, CONHECEU do Habeas Corpus, porém, por maioria, acolhendo o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, para DENEGAR a ordem, por não vislumbrar qualquer constrangimento a ser sanado na via estreita do remédio heróico, nos termos do voto do Relator. Votou, divergentemente, o Desembargador Amado Cilton para conceder a ordem de Habeas Corpus, por entender que é perfeitamente possível a liberdade provisória sem a fiança, conforme preceito do artigo 5º, inc. LXVI da CF, todavia, voto vencido. Votaram acompanhando o Relator, os Juízes Célia Regina Régis e Helvécio de Brito Maia Neto. Ausência momentânea da Juíza Adelina Gurak. Representou a Procuradoria Geral De Justiça o Dr. Ricardo Vicente da Silva. Palmas, 19 de ABRIL de 2011. Desembargador Bernardino Luz RELATOR.

RECURSOS CONSTITUCIONAIS

SECRETÁRIO: PELÁGIO NOBRE CAETANO COSTA

Intimação às Partes

RECURSO ORDINÁRIO NO HABEAS CORPUS Nº. 7085 (11/0091190-9)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECORRENTE : DIVINO ALVES CAMPOS
ADVOGADO : JAVIER ALVES JAPIASSÚ – OAB/TO 905
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte D E C I S Ã O: "Trata-se de Recurso Ordinário interposto por Divino Alves Campos com fundamento no artigo 105, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão de fls. 62/63, proferido pela 1ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, que por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas no mérito denegou a ordem pretendida, conforme a ementa, que se encontra redigida nos seguintes termos: "*HABEAS CORPUS PREVENTIVO – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – ACORDO HOMOLOGADO PELA JUÍZA A QUO – NÃO CUMPRIMENTO – SALVO CONDUTO DENEGADO*. 1. *A concessão de habeas corpus preventivo objetivando evitar a prisão civil do devedor de alimentos sob o argumento de impossibilidade financeira demanda ampla dilação probatória, inadmissível na via estreita desta ação constitucional caracterizada por cognição sumária e rito célere. 2. A teor do que disciplina a Súmula 309 do STJ, "o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três últimas prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo", não caracterizando-se como pretéritas, pois, as prestações vencidas nesse interregno. 3. O débito alimentar existe em virtude do não pagamento pelo paciente das prestações acordadas judicialmente, o que desautoriza a concessão da ordem preventiva. 4. Ordem denegada*. Irresignado, Divino Alves Campos interpõe o presente Recurso Ordinário. No pedido a defesa busca impedir a prisão civil do recorrente, decretada nos autos da ação de revisão de alimentos. Sustenta a impossibilidade de cumprimento da obrigação do recorrente perante seu filho, em face da sua atual situação patrimonial precária. Requer o provimento do recurso para tornar sem efeito a decisão que denegou a ordem de habeas corpus com a conseguinte expedição do salva conduto. Regularmente intimado o recorrido apresentou contrarrazões (fls. 97/108). É o relatório. O recurso é próprio e tempestivo, as partes são legítimas, está presente o interesse recursal e dispensado o preparo. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. O Recurso Ordinário é cabível, uma vez que foram observados os requisitos previstos no artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal. Desse modo, ADMITO o Recurso Ordinário interposto com fundamento na alínea "a", do inciso II, do artigo 105, da Constituição Federal, e determino a imediata remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo. P.R.I. Palmas (TO), 28 de junho de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente."

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº. 9171 (09/0075812-0)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS–TO
REFERENTE : (AÇÃO ORDINÁRIA Nº. 2192-1/05 – 2ª VARA CÍVEL)
RECORRENTE : VESPOLI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADOS : WALTER OHOFUGI JÚNIOR – OAB/TO 392-A E OUTROS
RECORRIDO : C. S. PACHECO
ADVOGADOS : MÁRCIO GONÇALVES – OAB/TO 2554 E OUTROS
RELATORA : Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte D E S P A C H O: "Trata-se de Recurso Especial interposto por VESPOLI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA com fundamento no art. 105, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal, em face do acórdão de fls. 1.221/1.224, confirmado em Embargos Declaratórios de fls. 1.264/1.266, que negou provimento, por unanimidade, ao recurso apelatório de fls. 1.139/1.166. Conforme petição juntada aos autos (fls. 1.294/1.296), constata-se que foi entabulado acordo entre as partes sobre o objeto da presente Apelação Cível que, os patronos de ambas possuem poderes para transigir e que conforme certidão de fls. 1.304, não há custas judiciais a pagar. Saliento que após o despacho proferido às fls. 1.298, a recorrente, acostou aos autos os documentos de fls. 1.299/1.302, onde consta o pagamento efetuado a recorrida, bem como a quantia atinente aos honorários advocatícios. Ex positis, para que surtam os efeitos jurídicos e legais, HOMOLOGO por sentença o acordo apregoado nos autos, celebrado entre VESPOLI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA e C. S. PACHECO e desta forma, julgo extinto o processo com julgamento de mérito nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Após as formalidades legais, remetam-se os autos à Comarca de origem para as providências de mister. P.R.I. Palmas/TO, 28 de junho de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente".

PRECATÓRIOS

SECRETÁRIA: AMANDA SANTA CRUZ MELO

Intimação às Partes

PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA – PRA Nº 1622 (08/0070137-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.
REFERENTE: ACAO DE INDENIZAÇÃO N° 1377/00
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO.
REQUERENTE: AUREA FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO(S): FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES E OUTROS
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Compulsando os presentes autos observa-se que a Entidade Devedora - Estado do Tocantins, às fls. 78/87, impugnou os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial desta Egrégia Corte às fls. 73/75. Observa-se, ainda, que às fls. 110/112, a ora Requerente comparece aos autos afirmando expressamente que concorda com os cálculos apresentados pelo Estado do Tocantins no valor de R$ 80.967,82 (oitenta mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), atualizados ate 31/10/2010. Sendo assim, considerando-se a imprescindível necessidade de se informar a Entidade Devedora sobre o valor atualizado do presente Precatório, DETERMINO à remessa dos autos à Contadoria Judicial para atualização monetária da quantia acima mencionada. Ressalvando-se, contudo, que a referida atualização deverá ser calculada a partir de 1º/11/2010. Após ser atendida a aludida diligência, determino a respectiva Secretaria que insira o aludido feito, na lista dos precatórios devidos pelo Estado do Tocantins com os respectivos valores atualizados para que possam ser os mesmos incluídos no orçamento da Entidade Devedora para o exercício financeiro vindouro (2012), em conformidade com as exigências legais descritas no §5°, do artigo 100, da Constituição Federal. CUMPRA-SE. Palmas 28 de junho de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA – PRA Nº 1530 (07/0058536-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 148/99
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO.
REQUERENTE: PEDRO MARTINS GONÇALVES
ADVOGADAO(S): ALESSANDRA ROSE DE ALMEIDA BUENO E OUTRO
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "INTIME-SE o exeqüente, PEDRO MARTINS GONÇALVES para se manifestar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre as razões de impugnação aos cálculos apresentadas pelo ente-devedor às fls. 104/112. P.R.I.

Palmas, 28 de junho de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Extrato de Contrato

PREGÃO Nº 10/2011
PROCESSO: PA nº. 42403
CONTRATO Nº. 059/2011
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Empresa Word Agência Viagens, Operadora e Consolidadora de Turismo Ltda. – ME.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagens internacionais, a serem fornecidos aos Desembargadores, Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
VIGÊNCIA: No seu respectivo crédito orçamentário ou até o final do exercício de 2011.
VALOR ESTIMADO PARA EXERCÍCIO: R$ 166.666,67 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
RECURSO: Tribunal de Justiça
PROGRAMA: Apoio Administrativo
ATIVIDADE: 2011.0501.02.122.0195.2001
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.33 (0100)
DATA DA ASSINATURA: 21/06/2011.

Extrato de Termo Aditivo

PROCESSO: PA nº 40511/2010
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2010.
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Serviço Municipal de Saneamento do Município de Araguatins – SEMUSA.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: "Cláusula Primeira – Objeto: 1.1 – Através do presente instrumento as partes ajustam a prorrogação da vigência do contrato em epígrafe, por mais 12 (doze) meses, pelo período de 30/07/2011 a 30/07/2012, perfazendo 24 (vinte e quatro) meses.
DATA DA ASSINATURA: 10/06/2011.

Extrato

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 09/2011.
CEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CESSIONÁRIA: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Tocantins - Subseção de Araguaína/TO.
OBJETO DO TERMO: Cessão de Uso de parte ideal do Fórum da Comarca de Filadélfia para uso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Subseção Araguaína.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a viger a partir da data de assinatura.
VALOR: Sem Ônus.
DATA DA ASSINATURA: 08/06/2011.
Palmas, 28 de junho de 2011.

1ª TURMA RECURSAL

Intimação às Partes

Juiz Presidente: GIL DE ARAÚJO CORRÊA

FICAM AS PARTES INTIMADAS DOS SEGUINTES ATOS PROCESSUAIS:

RECURSO INOMINADO Nº 2529/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0000.3387-0/0 (9.463/10)
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débito c/c pedido de tutela antecipada c/c Reparação de Danos Materiais e Morais
Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado(s): Dr. Celso Marcon
Recorrido: Serafim Pereira dos Santos
Advogado(s): Dr. Clairton Lúcio Fernandes
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa
DESPACHO: "BANCO ITAUCARD S/A interpôs Recurso Extraordinário (fls. 177/190) contra o acórdão de fls. 175/176. À fl. 192 informa a desistência do recurso. Homologo a desistência do Recurso Extraordinário. Com a certificação do trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem, após as baixas necessárias. Intime-se." Palmas-TO, 21 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2573/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 5.120/03
Natureza: Cobrança
Recorrente: Jorge Luiz da Silva Brito
Advogado(s): Dr. Danton Brito Neto e Outros
Recorrida: Cláudia Corrêa de Paula
Advogado(s): Dr. Airton Aloísio Schutz e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa
DESPACHO: "Intime-se a parte recorrente para, em até 05 (cinco) dias, regularizar os documentos de fls. 154/154, sob pena de ineficácia dos atos praticados que deles dependam. Em seguida, conclusos. Cumpra-se." Palmas-TO, 22 de junho de 2011

Ata

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS DA 1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO TOCANTINS.

345ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA MANUAL OCORRIDA EM 27 DE JUNHO DE 2011, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 16/2009, PUBLICADA NO DJ Nº 2268, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009.

MANDADO DE SEGURANÇA (COM PEDIDO DE LIMINAR) Nº 2585/11
Referência: 17.073/2009
Impetrante: Leonardo Dias Ferreira
Advogado(s): Em causa própria
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína-TO.
Relator: Juiz José Maria Lima

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2011, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2011:

RECURSO INOMINADO Nº 2422/11 (JECC-REGIÃO NORTE-PALMAS-TO)
Referência: 2147/07
Natureza: Execução de Sentença (Cobrança c/c Indenização por Danos Morais e Materiais com pedido de antecipação de tutela)
Recorrente: Adalberto Barbosa Barros
Advogado(s): Drª. Elisabete Soares de Araújo
Recorrido: José Pereira de Oliveira
Advogado(s): Drª. Gisele de Paula Proença e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

EMENTA: RECURSO INOMINADO - EXECUÇÃO - PENHORA ON LINE - VALORES PROVENIENTES DE SALÁRIO - ART. 649, IV DO CPC - IMPENHORABILIDADE RELATIVA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. A proteção garantida pelo Código de Processo Civil em seu art. 649, IV, não pode ser analisada de forma absoluta, sob pena de se privilegiar o inadimplemento das obrigações, amparado pela justificativa de que o salário é verba alimentar, portanto, impenhorável; 2. Não logrou êxito o recorrente em comprovar que o montante comprometeu de forma exacerbada suas finanças, restringindo-se a alegar a impenhorabilidade da verba salarial; 3. Não havendo comprometimento do salário do recorrente a ponto de interferir em sua digna subsistência, fica mantida a penhora em suas contas-correntes, vez que fogem regra da impenhorabilidade absoluta; 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida.
ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos o Recurso n° 2422/11, em que figura como Recorrente Adalberto Barbosa Barros e Recorrido José Pereira de Oliveira, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da la Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer do recurso, entretanto, negar-lhe provimento a fim de manter integralmente a sentença guerreada. Condenação do recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação, conforme previsão do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2443/11 (JECC-TOCANTINÓPOLIS-TO)
Referência: 2009.0008.6050-0/0
Natureza: Indenização por Dano Moral com pedido de antecipação de tutela
Recorrente: Fundação Educacional Dom Orione
Advogado(s): Dr. José Hilário Rodrigues e Outros
Recorrida: Luma Almeida Tavares
Advogado(s): Dr. Giovani Moura Rodrigues
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DIVULGAÇÃO INCORRETA DE RESULTADO DE VESTIBULAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL RECONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A recorrente impugnou a sentença que lhe condenou a pagar a quantia de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a título de danos morais. 2. A recorrente alegou que a empresa LH Serviços Digitais Ltda, responsável pela realização da prova de seu vestibular, errou na contabilização dos pontos na primeira listagem de aprovados, que inclusive, continha o nome da recorrida e para resguardar a vaga dos candidatos que realmente foram aprovados naquele certame, 02 (dois) dois dias depois, divulgou uma nova relação com as devidas retificações, onde o nome da recorrida tinha sido excluído. Argumentou ainda, que inexistiram danos morais no caso, pois, a recorrida foi convocada na quarta chamada e não efetivou sua matrícula, provando seu desinteresse pela vaga. 3. Aduziu a recorrida que a falha na prestação do serviço lhe causou grande frustração e transtorno, pois, durante os dois dias que ficou sabendo de sua "suposta aprovação", celebrou o momento com amigos, familiares, externou sua aprovação nas redes sociais com enorme satisfação. Relatou ainda que não se matriculou quando da quarta chamada, pois foi aprovada em outra universidade tempos depois. 4. A faculdade deve ser responsabilizada pois gerou legítimas expectativas na recorrida que foram frustradas com a falha organizacional em seu processo. Responde ainda pela má escolha de seu parceiro que causou o dano (art. 14 CDC). 5. Toda faculdade ao empreender serviços educacionais deve observar o máximo de cuidado em suas seleções, pois, o estudante em sua preparação já se encontra fragilizado podendo ser afetado em seu estado psicológico. 6. Ressalte-se ainda que o fato da recorrida não ter efetivado sua matrícula quando chamada, não apaga o desgosto sofrido naquele momento. Ocorreu abalo na honra subjetiva da recorrida (auto-estima, confiança em si mesmo). Por isso, considero o quantum fixado na sentença, razoável. 7. Dessa forma, conheço do recurso negando-lhe, porém, provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Fica a recorrente obrigada a pagar as custas e os honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos n° 2443/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso inominado e, por maioria, negar-lhe, porém, provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Fica a recorrente obrigada a pagar as custas e os honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2457/11 (JECÍVEL-ARAGUAÍNA-TO)
Referência: 18.197/10
Natureza: Indenização do Seguro Obrigatório DPVAT
Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros
Recorrida: Maria de Jesus Xavier dos Santos
Advogado(s): Dr. Rainer Andrade Marques e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE COM LESÃO CORPORAL OCORRIDO EM 2007. ATROFIA DA COXA COM LEVE RESTRIÇÃO DOS MOVIMENTOS DO QUADRIL DIREITO. DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES COMPROVADAS. SENTENÇA MANTIDA. 1. No caso em tela, a recorrida pleiteou a indenização do seguro DPVAT e o ressarcimento das despesas médicas e suplementares decorrentes de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 12/08/2007, que causou lesão corporal na vitima atrofiando sua coxa direita com leve restrição dos movimentos do quadril direito (fls. 23/24). 2. Cumpre salientar que pela via administrativa a recorrente pagou à recorrida a importância de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Impende assentar que os documentos que comprovam o acidente (fls. 18/19), a atrofia da coxa com leve restrição dos movimentos do quadril direito (fls. 23/24) e as despesas médico-suplementares para custear a reabilitação foram devidamente comprovadas. 3. A sentença prolatada pelo juízo "a quo" reconheceu o direito da recorrida Maria de Jesus Xavier dos Santos, condenando a recorrente ao pagamento da quantia equivalente ao montante de R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais) à época dos fatos. 4. Como de costume, as preliminares levantadas pela recorrente, já foram exaustivamente analisadas noutras oportunidades por esta Turma, que as afastou, a exemplo dos autos 2315/10, da relatoria do Juiz Gil de Araújo Corrêa, julgado no dia 11/11/2010. 5. Quanto ao mérito, observo que a conclusão do Juiz está correta, haja vista que a recorrida faz jus ao direito de ser indenizada por invalidez permanente parcial incompleta de natureza leve, bem como ao ressarcimento das despesas com sua reabilitação, direitos esses devidamente comprovados. No que tange à aplicabilidade da Medida Provisória n°. 451, de 15 de dezembro de 2008, denota-se de todo o processado, que os fatos efetivamente ocorreram dia 12 de agosto de 2007, ou seja, anterior à referida norma, motivo pelo qual a sentença monocrática deve ser mantida. 6. Fica a recorrente obrigada a pagar as custas e os honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9099/95.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos números 2457/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, à unanimidade, em conhecer do recurso inominado e negar-lhe provimento para manter a sentença prolatada no juízo "a quo". Fica a recorrente obrigada a pagar as custas e os honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2471/11 (JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2010.0005.5920-0/0
Natureza: Ação DE Indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c pedido de Antecipação de Tutela
Recorrente: Unibanco AIG Seguros S/A
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
Recorrido: Antônio Feliciano da Silva
Advogado(s): Dr. Rodrigo Marçal Viana
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇAO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O recorrente impugnou a sentença que o condenou a pagar o valor de 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) a título de indenização pelos danos pessoais ocorridos ao recorrido após acidente de trânsito. 2. O recorrido teve amputados três dedos após tentar consertar sua moto em movimento na rodovia TO-336. Relatou que foi consertar a embreagem levando a sua mão no peão e na corrente da moto. 3. Alegou o recorrente em preliminares: carência de ação, cerceamento de defesa e incompetência dos Juizados em decorrência da necessidade da prova pericial. 4. No mérito apontou que deveria ter sido arbitrado valor com base na tabela constante da Lei n° 11.945/2009 e que diante da falta de detalhamento no laudo não daria para se chegar ao valor correto. 5. Como de costume, as preliminares levantadas pela recorrente, já foram exaustivamente analisadas noutras oportunidades por esta Turma, que as afastou, a exemplo dos autos 2315/10, da relatoria do juiz Gil de Araújo Corrêa, julgado no dia 11/11/2010. 6. Depreende-se do laudo (fls.19) que houve debilidade permanente parcial completa dos dedos da mão esquerda, cujo valor foi enquadrado em 10%, (dez por cento) da tabela, e multiplicado o valor pelo numero de dedos perdidos. Assim reputo correta a conclusão do juízo "a quo" motivo pelo qual mantenho a sentença por seus próprios fundamentos. Fica o recorrente obrigado a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95.
ACÓRDÃO: Discutidos os autos n° 2471/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso inominado, negando-lhe, porém, provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Fica o recorrente obrigado a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2472/11 (JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2009.0004.8333-2/0
Natureza: Ação Declaratória de Inexistência de Débito com Tutela Antecipada para Cancelamento de Registro em Órgão Restritivo de Crédito – SPC e Outros – Cumulado com Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais – com Inversão do Ônus da Prova
Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A (Banco FINASA BMC S/A)
Advogado(s): Drª. Cristiane de Sá Muniz Costa
Recorrido: José Tavares de Araújo
Advogado(s): Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto
Relator: Juiz José Maria Lima

EMENTA: RECURSO INOMINADO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ASTREINTES - MINORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DESTINAÇÃO DE PARTE DA MULTA AO FUNJURIS - SENTENÇA EXTRA PETTTA - DECOTE DO EXCESSO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A valoração da multa fixada em processo de conhecimento deveria ser discutida naquela fase processual e não após o trânsito em julgado; 2. O valor da multa encontra-se correto, não havendo que se proceder a qualquer reparo, vez que a inércia do recorrente foi o motivo determinante do valor alcançado pela multa; 3. A destinação de fração da multa ao FUNJURIS é *extra petita*, devendo ser decotado o excesso, *ex officio*; 4. Recurso conhecido e improvido, sendo decotado do julgado o capítulo que destina fração da multa ao FUNJURIS, devendo tal montante ser revertido ao patrimônio da parte.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos n° 2472/11, em que figura como Recorrente Banco Bradesco Financiamentos S/A e Recorrido José Tavares de Araújo, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins em conhecer do Recurso Inominado, entretanto, negar-lhe provimento, sendo decretada a nulidade do capítulo da sentença que destina fração da multa ao FUNJURIS, devendo tal montante ser revertido ao patrimônio da parte. O relator refluiu do voto proferido anteriormente para encampar a divergência. Condenação do recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 55, da Lei n° 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2477/11 (JECIVEL-ARAGUAÍNA-TO)
Referência: 18.330/10
Natureza: Indenização de Seguro Obrigatório DPVAT
Recorrentes: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A // Luís Antônio Pereira da Silva
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (1º recorrente) // Dr. Antônio Eduardo Alves Feitosa (2º recorrente)
Recorridos: Luís Antônio Pereira da Silva // Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Antônio Eduardo Alves Feitosa (1º recorrido) // Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (2º recorrido)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇAO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRANSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA MÉDIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. A recorrente Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, impugnou a sentença que a condenou a pagar o valor de R$ 3.470,00 (três mil quatrocentos e setenta reais) a titulo de indenização pelos danos pessoais ocorridos ao recorrido após acidente de trânsito. O recorrente Luis Antônio Pereira da Silva, impugnou a sentença a fim de majorar a indenização cujo valor reputou insignificante. 2. Alegou a la recorrente em preliminares: carência de ação, cerceamento de defesa e incompetência dos Juizados em decorrência da necessidade de produção de prova pericial. 3. No mérito a 1ª recorrente apontou a inexistência de invalidez permanente, baseando-se no laudo pericial acostados às fls. 24. 4. Como de costume, as preliminares levantadas pela recorrente, já coram exaustivamente analisadas noutras oportunidades por esta Turma, que as afastou, a exemplo dos autos 2315/10, da relatoria do juiz Gil de Araújo Corrêa, julgado no dia 11/11/2010. 5. Quanto ao mérito considero correta a conclusão a que chegou o juízo "a quo". Primeiramente é incontroverso o acidente e seu nexo com as lesões sofridas pelo 2o recorrente, inclusive pelos documentos do SAMU e Hospital Regional de Araguaína. O laudo debatido na demanda apresenta debilidade da flexão-extensão do pé direito do segurado deixando "sequelas permanentes, acarretando déficit de 30%" (fls. 24). 6. No caso em tela o segurado sofreu invalidez permanente parcial incompleta de repercussão média, haja vista o parâmetro apontado no laudo arbitral de trinta por cento de limitação. 7. Dessa forma, conheço dos recursos de ambas as partes negando-lhes, porém, provimento para manter incólume a sentença atacada. Custas como recolhidas e sem honorários face à sucumbência recíproca.
ACÓRDÃO: Discutidos os autos n° 2477/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos de ambas as partes negando-lhes, porém, provimento para manter incólume a sentença atacada. Custas como recolhidas e sem honorários face à sucumbência recíproca. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2478/11 (JECÍVEL-ARAGUAÍNA-TO)
Referência: 19.210/10
Natureza: Conhecimento pelo rito da Lei 9.099/95 com fito de efetuar Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
Recorrentes: Manoel Tadeu Barros Milhomem // Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Nelito Alves de Sousa e Outros (1º recorrente) // Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (2º recorrente)
Recorridos: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A // Manoel Tadeu Barros Milhomem
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros (1º recorrido) // Dr. Nelito Alves de Sousa e Outros (2º recorrido)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE

PARCIAL INCOMPLETA DE NATUREZA MÉDIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. A recorrente, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, impugnou a sentença que a condenou a pagar o valor de 1.738,00 (mil setecentos e trinta e oito reais) a título de indenização pelos danos pessoais que atingiram o recorrido Manoel Tadeu Barros Milhomem, vítima de acidente de trânsito. Este, por sua vez, impugnou a sentença a fim de majorar a indenização cujo valor reputou insignificante. 2. Alegou a la recorrente em preliminares: carência de ação, cerceamento de defesa e incompetência dos Juizados para julgar a matéria em decorrência da necessidade de produção de prova pericial. 3. No mérito a la recorrente apontou a inexistência de invalidez permanente, baseando-se no laudo pericial acostado às fls. 09/10. 4. Como de costume, as preliminares levantadas pela la recorrente, já foram exaustivamente analisadas noutras oportunidades por esta Turma, que as afastou, a exemplo dos autos 2315/10, da relatoria do Juiz Gil de Araújo Corrêa, julgado no dia 11/11/2010. 5. Quanto ao mérito considero correta a conclusão a que chegou o juízo "a quo". Primeiramente é incontroverso o acidente e seu nexo com as lesões sofridas pelo 2o recorrente. O laudo debatido na demanda apresenta debilidade permanente com limitação de movimentos do tornozelo esquerdo do 2º recorrente, embora não o incapacite para trabalho. Sendo assim, concluo que houve invalidez permanente parcial incompleta de natureza média, pois o laudo é claro quando determina limitação e não a perda ou supressão dos movimentos daquela parte do corpo da vitima do sinistro. 6. Dessa forma, conheço dos recursos de ambas as partes negando-lhes, porém, provimento para manter incólume a sentença atacada. Custas como recolhidas e sem honorários face à sucumbência recíproca.
ACÓRDÃO: Discutidos os autos n° 2478/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos de ambas as partes negando-lhes, porém, provimento para manter incólume a sentença atacada. Custas como recolhidas e sem honorários face à sucumbência recíproca. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2479/11 (JECÍVEL-ARAGUAÍNA-TO)
Referência: 19.216/10
Natureza: Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT
Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros
Recorrido: Alcy Marques de Morais
Advogado(s): Drª. Tatiana Vieira Erbs
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇAO EM RAZÃO DE ACIDENTE. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE NATUREZA LEVE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A recorrente impugnou a sentença que a condenou a pagar o valor de 1.738,00 (mil setecentos e trinta e oito reais) a titulo de indenização pelos danos pessoais ocorridos ao recorrido após acidente de trânsito. 2. Alegou a recorrente em preliminares: carência de ação, cerceamento de defesa e incompetência dos Juizados em decorrência da necessidade da prova pericial. Alegou ainda a existência da prescrição já que o acidente teria ocorrido em 06/10/2005. 3. No mérito apontou a inexistência do nexo de causalidade entre o acidente e a lesão sofrida em razão da falta do boletim de ocorrência. 4. Como de costume, as preliminares levantadas pela recorrente, já foram exaustivamente analisadas noutras oportunidades por esta Turma, que as afastou, a exemplo dos autos 2315/10, da relatoria do juiz Gil de Araújo Corrêa, julgado no dia 11/11/72010. 5. Não há prescrição no caso em tela haja vista laudo conclusivo somente em 25/04/2009 data esta que marcou o inicio da fluência do prazo de três anos para perda da pretensão. 6. Quanto ao mérito vejo pelo laudo pericial que a lesão ocorreu em razão do acidente de trânsito, motivo pelo qual deve a sentença ser mantida.
ACÓRDÃO: Discutidos os autos n° 2479/11, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso inominado, negando-lhe, porém, provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Fica a recorrente obrigada a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2487/11 (JECÍVEL-GURUPI-TO)
Referência: 2010.0000.5892-9/0 (12.507/10)
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais c/c Lucros Cessantes
Recorrente: Emerson Alves da Cruz
Advogado(s): Dr. Anderson Luiz A. da Cruz
Recorrido: Jefferson José Galvão Monteiro
Advogado(s): Dr. Iran Ribeiro e Outro
Relator: Juiz José Maria Lima

EMENTA: RECURSO INOMINADO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DANOS MORAIS - QUANTUM ADEQUADO - LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO -SENTENÇA REFORMADA. 1. O autor pleiteou indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes em decorrência de acidente de trânsito; 2. O dano moral restou evidenciado na medida em que o recorrente provocou o acidente por imprudência, ofendendo a integridade física do recorrido, sendo o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais) fixado a título de danos morais adequado e pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade ante as peculiaridades do caso, devendo ser mantido; 3. O lucro cessante pressupõe a previsibilidade de ganho que a parte deixou de auferir. Tal previsibilidade não ficou caracterizada nos autos, tendo em vista que o recorrido juntou aos autos apenas dois comprovantes de prestação de serviços; 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada.
ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos o Recurso n° 2487/11, em que figura como Recorrente Emerson Alves da Cruz e Recorrido Jefferson José Galvão Monteiro, por quorum mínimo, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para reformar a sentença julgando improcedente o pedido de lucros cessantes, ficando mantida a sentença nos seus demais termos. O Juiz Gil de Araújo Corrêa declarou-se suspeito para o julgamento do feito. Sem condenação do recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, conforme previsão do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2507/11 (JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2010.0010.5946-5/0
Natureza: Indenização por Dano Moral
Recorrente: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Drª. Ana Paula Inham Rocha Bissoli
Recorrido: Jean Pereira da Silveira
Advogado(s): Dr. Anderson Franco Alencar G. Nascimento
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EXPIRAÇÃO DE BÔNUS POR CULPA DA PRESTADORA DO SERVIÇO. DANO MATERIAL. PEREGRINAÇÃO ENTRE LOJA, CALL CENTER E PROCON. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A parte recorrente se insurge contra a sentença que lhe condenou ao pagamento de R$ 5.611,00 (cinco mil seiscentos e onze reais) pelos danos materiais e R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) pelos danos morais, em razão de falha na prestação dos serviços. 2 - Afastou-se a preliminar de ilegitimidade passiva, nos termos da sentença, já que "a requerida e a 14 Brasil Telecom Celular S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico [...]. no trato comercial cotidiano é quase impossível diferenciar uma empresa da outra. Ademais, há que se ter presente que a referência do consumidor é sempre o nome fantasia da empresa e não o seu CNPJ. Não se dirige a uma loja para adquirir o serviço pelo anúncio do seu CNPJ, mas por sua marca aparente". Fica resguardado, todavia, o direito de regresso. 3 - No que tange ao dano material, é claro dos autos que na própria contestação há a confirmação de que havia o crédito referido. Nessa linha, "foi constatado que o bônus no valor de 5.611,00 (cinco mil seiscentos e onze reais) foram expirados", (fls. 42/43). A mesma afirmação consta do termo de atendimento no PROCON, onde há a confirmação do bônus pela atendente do SAC da parte recorrente (fl. 26). 4 - Pertinente ao dano moral, está demonstrado nos autos que, além da desídia na prestação do serviço, houve reiterada peregrinação do recorrido entre loja, Call Center e PROCON (06 vezes), sem prejuízo da inversão do ônus da prova de que o recorrente não se desincumbiu. 5 - Sentença mantida, portanto, por seus próprios fundamentos. 6 - A parte recorrente fica condenada a arcar com as custas e os honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3° do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, com parâmetro na baliza do art. 55, segunda parte, da Lei n° 9.099/95, fixa-se à razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. 7 - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2507/11 em que figura como recorrente Brasil Telecom S.A. e como recorrido Jean Pereira da Silveira, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2510/11 (JECível–PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5443-8/0 (9843/10)
Natureza: Ação Indenizatória por Danos Materiais e Morais
Recorrente: Joaquim Costa Filho
Advogado(s): Drª. Kllécia K. Mota Costa
Recorrida: TAM – Linhas Aéreas S/A
Advogado(s): Drª. Márcia Ayres da Silva e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO CÍVEL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. DANO MATERIAL E MORAL. OCORRÊNCIA. 1.Não se trata de culpa exclusiva do consumidor a situação em que, alegando que os objetos despachados são proibidos para o transporte, a empresa aérea, após aceitar transportá-los, dê-lhes destino desconhecido. Cabe à transportadora rejeitar os volumes não suscetíveis de transporte no momento do despacho, sob pena de, aceitando-os, responsabilizar-se por sua restituição no local de destino, salvo justificativa legal para assim não proceder, como, por exemplo, a apreensão dos bens transportados por autoridade estatal. 2. O valor do ressarcimento de produto adquirido no exterior deve ser feito na proporção do valor desembolsado, ou seja, pelo que efetivamente se pagou pelo bem na data da compra. Caso haja o interesse nos objetos extraviados, cabe ao consumidor exigir a entrega de outros da mesma qualidade e quantidade, não se podendo impor à outra parte a obrigação de suportar o preço nacional se o próprio consumidor dele se esquivou. 3. O extravio de bagagem ultrapassa os limites do mero aborrecimento, notadamente quando se é privado de bens adquiridos no exterior, com a ideia de ter feito melhor negócio. 4. Sentença reformada.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2510/11 em que figura como recorrente Joaquim Costa Filho e como recorrido TAM Linhas AÉREAS S.A., acordam os integrantes da la Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Juiz Relator, que fica fazendo parte do presente julgado. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2514/11 (JECC-MIRACEMA DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2010.0009.1615-1/0 (4404/10)
Natureza: Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais e Repetição de Indébito com pedido de Antecipação de Tutela Jurisdicional
Recorrente: Banco Bradesco S/A
Advogado(s): Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho e Outros
Recorrida: Sheila Alves da Silva
Advogado(s): Dr. Rildo Caetano de Almeida
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA
DETERMINAÇÃO JUDICIAL. INOCORRÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MATERIAL. EXISTÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A parte recorrente se insurge contra a sentença que lhe condenou ao pagamento de R$ 321,32 (trezentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos) pelos danos materiais e à abstenção de cobrança de descontos

referentes às parcelas discutidas nos autos, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Alega impossibilidade de cumprimento desta última obrigação, uma vez que não encontrou o contrato, e ausência da comprovação de culpa nas cobranças efetivadas. 2 - Primeiramente, quanto à impossibilidade de cumprimento da obrigação de não fazer, consistente na abstenção de se efetuarem cobranças referentes às parcelas discutidas nestes autos, não se afigura consistente a alegação de que a recorrente não encontrou o contrato no seu sistema, já que a determinação judicial é no sentido de que a parte deixe de efetuar os aludidos descontos, comportamento que prescinde de qualquer instrumento contratual e, por seu turno, é obrigação plenamente passível de execução. 3 - Já quanto à demonstração de culpa, como explícito na sentença, o artigo 14 do CDC adota a teoria objetiva, ou seja, há responsabilidade independentemente da existência de culpa. Todavia, não seria necessário ir muito longe para observar que a própria situação de a parte recorrente não encontrar o contrato no seu sistema demonstra sua falta de organização que, por seu turno, redundaria em indício concreto de negligência, indicando, de consequência, sua culpa na ocorrência das práticas ilícitas. 4 - Sentença mantida, portanto, por seus próprios fundamentos. 5 - A parte recorrente fica condenada a arcar com as custas e os honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3° do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado e ainda tomando em conta o baixo valor da condenação, fixo em R$ 600,00 (seiscentos reais), com base no art. 20, §4° do CPC. 6 - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2514/11 em que figura como recorrente Banco Bradesco S.A. e como recorrido Sheila Alves da Silva, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2516/11 (JECC–PARAÍSO DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2010.0011.5237-6/0 (9843/10)
Natureza: Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais
Recorrente: Novo Mundo Móveis e Utilidades Ltda
Advogado(s): Dr. Maurício Haeffner
Recorrida: Elismar Gregório da Silva
Advogado(s): Dr. André Ribeiro Cavalcante
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO CÍVEL. AQUISIÇÃO DE UMIDIFICADOR DE AR. AUSÊNCIA DE ENTREGA POR QUASE 06 (SEIS) MESES. REITERADAS TENTATIVAS DE SOLUCIONAR O PROBLEMA. DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS SOLICITADOS. DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A parte recorrente se insurge contra a parte da sentença que lhe condenou ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelos danos morais causados em razão da não entrega, por longo período, de produto adquirido. 2 - A frustração da entrega, por quase 06 (seis) meses, de produto adquirido pela internet; a reiterada determinação ao consumidor de que efetue ligações para diversos números de telefone a fim de obter resposta; e o descumprimento dos vários prazos solicitados para a resolução do problema, são fatos que extrapolam o entendimento de mero dissabor e aborrecimento. 3 - O valor indenizatório está consentâneo com a razoabilidade e proporcionalidade para o caso apresentado nos autos. 4 - Sentença mantida, portanto, por seus próprios fundamentos. 5 - A parte recorrente fica condenada a arcar com as custas e os honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3° do Código de Processo Civil, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, fixa-se à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 6 - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2516/11 em que figura como recorrente Novo Mundo Móveis e Utilidades e como recorrido Elismar Gregório da Silva, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Acompanharam o relator os juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2519/11 (JECC–PARAÍSO DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2010.0000.2728-4/0
Natureza: Ação de Indenização por Danos Morais
Recorrente: Keyla Rocha Nogueira
Advogado(s): Dr. Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro
Recorrido: BV Financeira S/A CFI
Advogado(s): Dr. Marcos André Cordeiro dos Santos
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO CÍVEL. AJUIZAMENTO DE AÇAO DE BUSCA E APREENSÃO. INADIMPLÊNCIA NÃO COMPROVADA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. 1. Deve-se ter como data do protocolo aquela constante do registro do sistema de acompanhamento processual do Tribunal. 2. O ordenamento jurídico pátrio não ampara condutas tomadas por abuso de direito. Embora a Constituição assegure o direito de ação, não é lícito que a parte, sob o pretexto de utilização do direito resguardado, faça-o indevidamente em prejuízo de terceiros. Preceito do artigo 187 do Código Civil. O uso indevido do direito de ação é passível de ocasionar dano, entendimento que não se confronta com o direito fundamental de petição, mas antes o completa, já que não é coerente que o sistema constitucional resguarde comportamentos ilícitos. 3. Não há óbice para que se pleiteie reparação de danos em ação própria se o Juízo do processo primeiro não reconheceu a litigância de má-fé, posto que a razão da aplicação das sanções do artigo 18 do CPC não se confunde com a reparação dos danos causados à parte que sofreu com a litigância de má-fé. 4. O ajuizamento de ação de busca e apreensão de veículo automotor quando não há inadimplência, na linha de vasta jurisprudência, é situação bastante a gerar dano moral indenizável.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2519/11 em que figura como recorrente Keyla Rocha Nogueira e como recorrido BV Financeira S.A. CFI, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Juiz Relator, que fica fazendo parte do presente julgado. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2529/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0000.3387-0/0 (9.463/10)
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débito c/c pedido de tutela antecipada c/c Reparação de Danos Materiais e Morais
Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado(s): Dr. Celso Marcon
Recorrido: Serafim Pereira dos Santos
Advogado(s): Dr. Clairton Lúcio Fernandes
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO CÍVEL – INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES – DANO MORAL – VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO – VALOR DA MULTA DIÁRIO RAZOÁVEL – SENTENÇA MANTIDA. 1. A parte recorrente se insurge contra a sentença que o condenou ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) pelos danos morais causados em razão da inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes e ainda contra o valor da multa diária aplicada (R$ 200,00) pelo descumprimento da decisão liminar antecipatória. 2. O valor indenizatório fixado não deve ser minorado, já que está aquém daqueles arbitrados pela Turma para casos semelhantes. 3. A multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), aplicada pelo descumprimento da determinação judicial que antecipou os efeitos da tutela, não deve ser diminuída, sob pena de perder o próprio caráter coercitivo da medida. Todavia, na linha do decidido nos autos nº 2472/11, decota-se, de ofício, a parte da sentença que destinou eventual fração da multa ao FUNJURIS, por ser *extra petita,* já que não há pedido nesse sentido, e para não haver enriquecimento sem causa de quem não integrou a lide. 4. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, desprovendo-se, portanto, o recurso. 5. A parte recorrente fica condenada a arcar com as custas e os honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, § 3º do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, com base no artigo 55, caput, da Lei 9.099/95, fixa-se à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 6. Súmula de Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº 2529/11 em que figura como recorrente BANCO ITAUCARD S/A e como recorrido SERAFIM PAREIRA DOS SANTOS, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2532/11 (JECC-MIRACEMA DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2010.0000.6173-3/0 (4083/10)
Natureza: Ordinária de Cobrança – Seguro DPVAT
Recorrentes: Itaú Seguros e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros
Recorrido: Romário do Nascimento Sales
Advogado(s): Dr. Patys Garrety da Costa Franco
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA. IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS. DIA DO PAGAMENTO COMO DIES AD QUEM DA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PROVA MANIFESTA NOS AUTOS. TENTATIVA DE INDUZIMENTO A ERRO. 1 - A parte recorrente aduz que o cálculo apresentado na sentença, que conferiu ao recorrido saldo remanescente de R$ 43,93 (quarenta e três reais e noventa e três centavos) está incorreto, porquanto alega que o pagamento da obrigação se deu no dia 15/07/2010 e não em 16/07/2010. 2 - Conforme o documento constante à fl. 86, tanto o comprovante de depósito quanto a autenticação mecânica lançada na guia de depósito não deixam dúvidas de que a operação foi efetivada no dia 16/07/2010, conforme observado na sentença recorrida, não havendo qualquer prova nos autos que indique situação contrária. 3 - Recurso conhecido, porém improvido. 4 - Considerando que a recorrente abusa do direito de recorrer no manifesto intento de alterar a verdade dos fatos, alegando situação manifestamente contrária à prova por ela mesma produzida, fica condenada aos ônus da litigância de má-fé, nos moldes do artigo 18, caput e §2° do CPC, devendo pagar multa de 1% e indenizar a parte contrária em 15% (quinze por cento), ambos sobre o valor atualizado da causa. 5 - A parte recorrente fica condenada a arcar com as custas e os honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3° do Código de Processo Civil, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado com base no artigo 55, caput, da Lei 9.099/95, fixa-se à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 6 - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2532/11 em que figura como recorrente Itaú Seguros e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. e como recorrido Romário do Nascimento Alves, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do

recurso e, no mérito, negar-lhe provimento. Acompanharam o relator os Juízes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.340-2
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal - Região Sul - da Comarca de Palmas(Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
Advogado(s): Drª. Simony Vieira de Oliveira
Recorrido: Charles Sandini
Advogado(s): Dr. Telmo Hegele Junior
Relator: Juiz José Maria Lima

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO – DIREITO DO CONSUMIDOR – VEÍCULO FINANCIADO – QUITAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO – GRAVAME – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL PELA LIBERAÇÃO JUNTO AO DETRAN – DANO MORAL CONFIGURADO – *QUANTUM* ADEQUADO – SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. O autor adquiriu veículo financiado perante o recorrente, entretanto, após a quitação integral de seu débito, a instituição financeira não requereu a baixa no gravame perante o DETRAN/TO; 2. A retirada do gravame é responsabilidade da recorrente, que se manteve inerte por período razoável, impedindo o recorrido de livremente dispor de seu veículo; 3. Havendo negligência do recorrente ao cumprir seu dever de providenciar a retirada do gravame, fica este obrigado a reparar os danos causados ao consumidor, que se viu frustrado ao tentar efetuar a venda do veículo; 4. O valor arbitrado em sentença a título de danos morais (R$ 3.000,00) mostrou-se adequado, devendo ser mantido, pois leva em conta os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo suficiente a inibir a conduta desidiosa do recorrente; 5. Recurso conhecido e improvido. Sendo a sentença mantida por seus próprios fundamentos, a súmula de julgamento serve de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos o Recurso nº 032.2009.903.340-2, em que figura como Recorrente UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A e Recorrido Charles Sandini, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Condenação do recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.900.171-2
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal - Taquaralto - da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenizatória decorrente de Danos Morais
Recorrente: Banco Finasa S/A — Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado(s): Drª. Paula Rodrigues da Silva
Recorrido: Givaldo Lauriano da Silva
Advogado(s): Dr. Marcos Ferreira Davi
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. PROTESTO EM CARTÓRIO. CULPA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR PELA BAIXA DO GRAVAME. SENTENÇA REFORMADA. 1. O consumidor que tenha dado causa à inscrição de seu nome em cartório de protesto, ainda que em relação de consumo deve promover a baixa de seu nome. 2. No caso em questão o recorrente ao protestar o consumidor no cartório agiu no exercício regular de seu direito pois era legítimo credor do recorrido. 3. Dessa forma, como o consumidor foi responsável por sua inscrição na medida em que incorreu em mora, teria ele a obrigação de custear todas as despesas e procedimentos atinentes à baixa cartorial. 4. Recurso conhecido e provido.
ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2010.900.171-2, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para afastar a condenação em danos morais outrora deferida. Sem custas e sem honorários face ao disposto no artigo 55 da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.900.623-2
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Sul – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais com pedido de liminar
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado(s): Drª. Paula Rodrigues da Silva e Outros
Recorrido: Milton Antônio Félix do Nascimento
Advogado(s): Dr. Édison Fernandes de Deus e Outro
Relator: Juiz José Maria Lima

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: RECURSO INOMINADO – SENTENÇA *CITRA PETITA* – NULIDADE – PEDIDO NÃO APRECIADO – VEDAÇÃO DA ANÁLISE EM SEDE RECURSAL – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – SENTENÇA CASSADA DE OFÍCIO. 1. O recorrente pleiteou a exclusão de seu nome dos cadastros restritivos de crédito e indenização por danos morais; 2. A magistrada singular julgou parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, entretanto não se manifestou a respeito do pedido de exclusão do nome do consumidor dos cadastros restritivos de crédito, ensejando a nulidade da sentença por ser *citra petita*; 4. A segunda instância não pode analisar o mérito de tal pedido sob pena de incorrer em supressão de instância; 5. Recurso conhecido para cassar, de ofício, a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para prolação de nova sentença.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos o Recurso Inominado nº 032.2010.900.623-2, em que figura como Recorrente Banco do Brasil e Recorrido Milton Antônio Félix do Nascimento, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer do recurso inominado e cassar, de ofício, a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem. Sem condenação do recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 09 de junho de 2011

2ª TURMA RECURSAL

Pauta

PAUTA DE JULGAMENTO N.º 20/2011
SESSÃO ORDINÁRIA – 05 DE JULHO DE 2011

Serão julgados pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 19ª (décima nona) Sessão Ordinária de Julgamento, aos 05 (cinco) dias do mês de julho de 2011, terça-feira, a partir das 9 horas, ou nas sessões posteriores, na Sala de Sessões das Turmas Recursais do Fórum da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, os feitos abaixo relacionados:

01 - HABEAS CORPUS Nº 2408/11
Referência: 032.2010.905.184-0
Impetrantes: Andreya Narah Rodrigues dos Santos e Luiz Roberto de Oliveira
Paciente: Mauro Adriano Ribeiro
Advogado(s): Drª. Andreya Narah Rodrigues dos Santos e Dr. Luiz Roberto de Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal Criminal da Comarca de Palmas
Litisconsortes passivos necessários: Alex Coimbra e Antônio da Silva Coimbra Filho
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

02 - RECURSO INOMINADO N° 2401/11 (JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2009.0005.5752-2 (9.182/10)
Natureza: Cobrança
Recorrente: Valdeci Moreirea dos Santos
Advogado(s): Dr. Renato Godinho
Recorrido: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Advogado(s): Dr. Bernardino de Abreu Neto
Relator: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

03 - RECURSO INIOMINADO Nº 2403/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL–TO)
Referência : 2010.0005.5438-1 (9.838/10)
Natureza: Repetição de Indébito c/c Danos Morais e Pedido Expresso de Inversão do Ônus da Prova
Recorrente: BV Financeira S/A CFI
Advogado: Dr. Marcos André Cordeiro dos Santos
Recorrido: Elielson Silva Santos
Advogado: Dra. Surama Brito Mascarenhas
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

04 - RECURSO INOMINADO Nº 2404/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL–TO)
Referência: 2010.0005.5610-4 (9653/10)
Recorrente: Noemia Rodrigues Pereira
Advogado: Dr. Clairton Lúcio Fernandes
Recorrido: Raimundo Marcos Pereira da Cruz
Advogado: Dr. Renato Godinho
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

05- RECURSO INOMINADO Nº 2427/11 (JECÍVEL – GURUPI – TO)
Referência: 2009.0008.4503-0
Natureza: Indenização Por Danos Morais e/ou Materiais
Recorrente: BV Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado:Dra. Núblia Conceição Moreira
Recorrido: Januário Boa da Silva
Advogado: Dra. Fernanda Hauser Medeiros
Relator: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

06 - RECURSO INOMINADO Nº 2428/11 (JECÍVEL – GURUPI – TO)
Referência: 2009.0009.4164-0
Natureza: Restituição de Quantia Paga
Recorrente: Norte Sul Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Dr. Sérgio Augusto Bizzoto de Carvalho e outro
Recorrido: Edinaldo Lima
Advogado: Dr. Iran Ribeiro
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

07 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.901.417-8
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal - Região Norte, da Comarca de Palmas. (Sistema Projudi).
Natureza: Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: TAM - Linhas Aéreas S/A.
Advogados: Drª. Márcia Ayres da Silva
Recorrido: Charles de Polo
Advogado: Dr. Islan Nazareno Athayde do Amaral
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

08 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.904.031-4
Origem: Juizado Especial Cível - Região Central - Comarca de Palmas. (Sistema Projudi).
Natureza: Ação de responsabilidade civil - indenização por danos morais
Recorrente: Eunice Aparecida Marques Lisboa
Advogado: Dr. Carlos Antônio do Nascimento
Recorrido: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. // Pirelli Pneus Ltda.
Advogado: Dr. Eduardo Humberto Dalcamim (1ª Recorrida) // Dr.ª Paula Rodrigues da Silva (2ª Recorrida)
Relator: Juiz José Ribamar Mendes Júnior

09 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2011.900.677-6
Origem: Juizado Especial Cível de Palmas-Região Central. (Sistema Projudi).
Natureza: Ação de Indenização por Danos Morais
Recorrente: Edivan de Carvalho Miranda
Advogado: Drª. Márcia Neves Gonçalves Ayer

Recorrido: TAM Linhas Aéreas
Advogado: Drª. Márcia Ayres da Silva
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

OBSERVAÇÕES: 1ª - FICAM OS INTERESSADOS ADVERTIDOS DE QUE AS EMENTAS E ACÓRDÃOS SERÃO PUBLICADOS EM SESSÃO, CONTANDO, A PARTIR DA REFERIDA PUBLICAÇÃO, O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.
2ª - A PUBLICAÇÃO DAS EMENTAS E ACÓRDÃOS NO DIÁRIO DA JUSTIÇA SOMENTE SERÃO PARACONHECIMENTO PÚBLICO DOS JULGADOS.
3ª - SERÁ PUBLICADA, EM SESSÃO, A ATA DA SESSÃO ANTERIOR.
(*) O número citado na referência corresponde ao do juizado de origem.

SECRETARIA DA 2ª TURMA RECURSAL, aos vinte e um (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e onze (2011)

Intimação ás Partes

Juiz Presidente: SANDALO BUENO DO NASCIMENTO

FICAM AS PARTES INTIMADAS DOS SEGUINTES ATOS PROCESSUAIS:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - RECURSO INOMINADO Nº 2320/11 (JECível-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0005.5522-1 (9.743/10)
Natureza: Ação de Cobrança de Indenização do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Via Terrestre- DPVAT
Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A
Advogado(s): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho e Outros
Recorrido: Ademir Batista Novais
Advogado: Dr. Luciano Henrique S. de Oliveira Aires
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento
DECISÃO: "(...) Diante do exposto, buscando o aproveitamento possível dos atos processuais, admito o processamento do presente recurso extraordinário, o que faço para determinar o encaminhamento dos autos ao Excelso Supremo Tribunal Federal, para os fins previstos em lei. Publique-se e Intime-se." Palmas-TO, 22 de junho de 2011

RECURSO INOMINADO Nº 2382/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0000.3446-9-0/0 (9.530/10)
Natureza: Reparação de Danos Morais e Materiais pela prática de ato ilícito decorrentes de acidente de trânsito
Recorrente: Maria Aparecida Catarino de Assis Borba
Advogado(s): Drª. Surama Brito Mascarenhas
Recorrido: Pedro Luciano de Pina
Advogado(s): Dr. Pedro D. Biazotto e Outros
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento
DESPACHO: "Converto o julgamento em diligência para determinar o retorno dos autos ao Juízo a quo para juntada de CD-ROM com a gravação dos depoimentos colhidos em audiência de instrução. Cumpra-se." Palmas-TO, 15 de junho de 2011

Intimação de Acórdão

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2011, SENDO QUE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTAR-SE-Á A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO MESMO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AO RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.900.699-2
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas –TO (Sistema Projudi)
Natureza: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Recorrente: Roberto Lacerda Correia
Advogado: Em Causa Própria
Recorrido: Comprafácil.com (Sociedade Comercial e Importadora Hermes S/A)
Advogado: Dr. Waldir Siqueira e Dr. Marcelo Ribeiro de Almeida
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

SÚMULA DE JULGAMENTO EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO. ACÓRDÃO QUE DECIDIU EM PARTE AS QUESTÕES SUSCITADAS. DANO MATERIAL NÃO APRECIADO. ACOLHIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Não tendo sido apreciada a alegação de dano material, impõe-se o acolhimento dos embargos para suprir a omissão do julgado. 2. No caso, o embargante foi compelido a adquirir um novo produto (TV), em decorrência da demora na entrega do mesmo, que só veio a ocorrer após o ajuizamento da lide, sendo obrigado a pagar valor maior pela nova compra. Assim, comprovado o prejuízo, impõe-se o ressarcimento pela empresa embargada, responsável pela demora na entrega do produto. 3. Embargos declaratórios conhecidos e providos para, suprindo a omissão, reformar em parte a sentença monocrática, condenando a empresa recorrida no pagamento do prejuízo suportado pelo embargante, no valor de R$ 141,79 (cento e quarenta e hum reais e setenta e nove centavos), devidamente corrigido a partir do efetivo desembolso e acrescido de juros legais a partir do ajuizamento. 4. Incabível a transcrição de voto de Relator, quando se tratar de voto escrito e juntado aos autos, facultando-se à parte interessada obter cópia da mídia gravada, por ocasião da sessão de julgamento. 5. Sem custas e honorários pelo provimento parcial.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, neles acordam os Senhores Juízes de Direito, integrantes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade, em CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS E DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL PARA REFORMAR A SENTENÇA MONOCRÁTICA E CONDENAR A EMBARGADA A RESSARCIR O PREJUÍZO CAUSADO AO EMBARGANTE. Participaram do julgamento os Juízes Sandalo Bueno do Nascimento - Presidente e Relator, Ana Paula Brandão Brasil - Membro e José Ribamar Mendes Júnior – Membro em substituição. Palmas-TO, 28 de junho de 2011

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO, COM A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, EM 29 DE ABRIL DE 2011:

RECURSO INOMINADO N° 032.2008.903.446-9
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Reparação por Danos Morais
Recorrente: Roberto de Souza Manrique
Advogado(s): Dr. Carlos Antônio do Nascimento
Recorrido: Raimundo Cláudio Batista
Advogado(s): Dr. Luís Antônio Braga
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil

EMENTA: RECURSO INOMINADO - DELEGADO DE POLÍCIA COLOCADO À DISPOSIÇÃO - DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO - OFÍCIO COM A UTILIZAÇÃO DE EXPRESSÕES OFENSIVAS A HONRA SUBJETIVA - DANO MORAL CARACTERIZADO - RECURSO CONHECIDO - PEDIDO PROVIDO. 1) Ato administrativo de transferência de servidor que se insere dentre aqueles de natureza discricionária da Administração e que ocorre dentro dos limites da legalidade não pode ser revisto pelo Judiciário. 2) Caracterizada a violação a honra subjetiva do servidor em decorrência da utilização de expressões ofensivas, por seu superior, patente o dever de indenizar, porquanto tenha tido violação expressa a direito da personalidade. 3) Recurso conhecido e provido.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 032.2008.903.446-9 em que figura como recorrente Roberto de Souza Manrique e recorrido Raimundo Cláudio Batista acordam os integrantes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade conhecer do recurso por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade e no mérito dar provimento ao seu pedido, para reformar a sentença monocrática e condenar o recorrido ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de compensação por danos morais. Votaram, acompanhando a Relatora, os Juízes Sandalo Bueno do Nascimento e Gil de Araújo Corrêa. Palmas-TO, 13 de abril de 2010

1º GRAU DE JURISDIÇÃO
ALMAS

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 107/2001 – Ação Penal
Autor: Ministério Público Estadual
Reeducando: Valdez Ramalho de Almeida
Advogado: Dr. Manoel Midas Pereira da Silva – OAB/TO 278-B
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado constituído, da SENTENÇA de fl. 112 acostada aos autos acima citado, transcrevo ainda a parte conclusiva a seguir: "Ante o exposto, acolho o parecer ministerial para o fim de declarar cumprida a pena privativa de liberdade imposta ao reeducando VALDEZ RAMALHO DE ALMEIDA, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 109 da Lei de Execução Penal. Int. Almas/TO, 25 de agosto de 2008. Luciano Rostirolla Juiz Substituto."

Autos: 038/1996 – Ação Penal
Autor: Ministério Público Estadual
Réu: Reginaldo Coelho de Souza
Advogado: Dr. Adonilton Soares da Silva – OAB/TO 1023
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado constituído, para, no prazo de 05 (cinco) dias, (artigo 403 § 3º, CPP), apresentar Alegações Finais. Almas/TO, 4/2/2011. Luciana Costa Aglantzakis – Juíza de Direito Titular."

Autos de n. 016/1995 - Ação Penal
Réu(s): JOSÉ QUIRINO DA FONSECA, DOMINGOS RODRIGUES SALRES e ORLANDO FÉLIX DA COSTA.
Advogado: Dr. Adonilton Soares da Silva – OAB/TO 1.023
FAZ SABER a todos os que o presente edital com o prazo de 30(trinta) dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste ficam os acusados JOSÉ QUIRINO DA FONSECA, brasileiro, amasiado, Garimpeiro, natural de Santa Maria Suaçuí-MG, nascido aos 21/06/1956, filho de Vicente Quirino da Fonseca e de Ruth André Fonseca; ORLANDO FÉLIX DA SILVA, brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Caravelas – BA, nascido aos 02/03/1957, filho de Idalício Félix da Silva e de Anésia Ferreira Lima e DOMINGOS RODRIGUES DA SALES, brasileiro, solteiro, natural de Pindorama – TO, nascido aos 07.01.1923, filho de Apolinário Sales Dias e de Izaltina Rodrigues, ambos residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, conforme certificado pelo Senhor Oficial de Justiça à fl. 83 acostada a autos, INTIMANDO da r. sentença de fls. 80/81, acostada aos autos, transcrevo ainda a sua parte conclusiva a seguir "(...) Ante o exposto, julgo por sentença extinta a punibilidade dos acusados José Quirino da Fonseca, Domingos Rodrigues Sales e Orlando Félix da Silva, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 107, IV c/c art. 109, III, ambos do Código Penal, e art. 61 do Código de Processo Penal. P.R.I.(...)". Almas, 25 de abril de 2008. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

Autos: 067/1998 – Ação Penal
Autor: Ministério Público Estadual
Réu: Alessandro de Freitas Vieira
Advogado: Dr. Manoel Midas Pereira da Silva – OAB/TO 278-B
FINALIDADE: INTIMAR o Acusado, da r. SENTENÇA de fl. 50/51, acostada aos autos, transcrevo ainda a parte conclusiva a seguir: "Ante o exposto, julgo por sentença extinta a punibilidade do acusado Alessandro de Freitas Vieira, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 107, IV c/c art. 109, V, ambos do Código Penal, e art. 61 do Código Processo Penal. P.R.I. Almas/TO, 26 de janeiro de 2009. Luciano Rostirolla - Juiz Substituto."

ALVORADA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2008.0004.1665-3 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: LISANDRA CARDOSO
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.5497-0 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: JORGE JOSÉ FIGUEIRAS NETO
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.1664-5 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: JUAREZ OLIVEIRA CARDOSO
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.8284-2 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: ARLON ROCHA ROTH
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.8283-4 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: ANTONIO PEREIRA DE SOUZA
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.9213-7 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: HUMBERTO RODRIGUES MARQUES
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.8285-0 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: DEUSAMAR PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador, para no prazo legal, manifestar-se quanto o laudo pericial referente aos autos supra.

Autos n. 2008.0004.5498-9 – COBRANÇA SECURITÁRIA
Requerente: EDIVALDO PEREIRA DA ROCHA
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4.230-A
Requerido: ITAU – VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado: Dr. Julio Cesar de Medeiros Costa – OAB/TO 3595-B
Intimação do(a) requerido(a), através de seu procurador(a), para, no prazo legal, manifestar-se quanto ao laudo pericial referente aos autos supra.

1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS

AUTOS Nº 2008.0000.6594-0
Ação: PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: EDUARDO RODRIGUES SIQUEIRA
FINALIDADE: INTIMA o acusado EDUARDO RODRIGUES SIQUEIRA, vulgo "PIGMEU", brasileiro, solteiro, natural de Anápolis/GO, nascido aos 25.11.1972, filho de Edson Rodrigues Siqueira e Adelina Rodrigues Siqueira, estando em local incerto e hão sabido, do teor da sentença proferida nos autos supra referidos, a seguir transcrita: "DECIDO. Trata-se de ação penal pela prática de roubo duplamente qualificado pelo emprego de arma de fogo e pelo concurso de pessoas. Observando-se que, no curso do processo, os acusados Charles Jesus Santos e Leonardo Rodrigues Pareja foram assassinados, implicando na extinção da punibilidade. Restando apenas o acusado Eduardo Rodrigues Siqueira. A tipificação da conduta imputada é: Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. § 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade: I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; O roubo é tido como a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio capaz de reduzir a capacidade de resistência da vítima. Doutrinariamente, o crime de roubo é conceituado como "subtração de coisa móvel alheia mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio capaz de anular a capacidade de resistência da vítima" É classificado como complexo, ou seja, possui outros elementos na descrição do tipo, que isoladamente, também, são crimes. V.g. lesão corporal, constrangimento, ameaça. Assim, a proteção jurídica, segundo o ordenamento pátrio, procura resguardar não apenas o patrimônio, como também, a integridade física da vítima, direito de locomoção etc. No presente caso, o emprego de arma de fogo e o concurso de pessoas atuam como circunstâncias qualificadoras legais especiais que, agregadas à figura típica fundamental (*caput*), têm a função de aumentar a pena cominada, qualificando pelo resultado o delito imputado. A materialidade do crime imputado e os indícios de autoria apontam para o acusado, conforme confissão do comparsa Charles, além dos depoimentos das testemunhas apontando para um terceiro elemento participante do assalto, conforme se verá a seguir. Vejamos o interrogatório do acusado, colhidos na fase inquisitorial. "Que há cerca de quase um ano atrás, após retornarem do Estado da Bahia, mais precisamente da cidade de Barreiras, onde tinham cometido um assalto que lhes rendeu um veículo da marca Gol – CL, da cor verde metálico, o declarante juntamente com os comparsas Leonardo Rodrigues Pareja e Charles de Jesus Santos seguiram diretamente para o Estado do Tocantins, pois o destino do grupo era a cidade de Natividade, e ao passagem pela cidade de Alvorada, em razão de estarem sem dinheiro, resolveram que iriam cometer um assalto naquela cidade....Que Leonardo e o Charles desceram do veículo, tendo o declarante ficado no volante do Gol e lá no interior do supermercado, renderam os fregueses e funcionários, pois que estavam armados....não sabendo a quantia exata, acreditando ter sido cerca de R$700,00 (setecentos reais)...." (fl. 149). Em juízo, o acusado negou a acusação, porém, confirmou a participação de Pareja e Charles no referido assalto. Acrescentando que o terceiro elemento seria Paulo Nunes. Curiosamente, todos estão mortos (fl. 297/298). O acusado Charles Jesus e Santos, já falecido, contou perante a autoridade policial que, no dia do assalto, chegaram a Alvorada por volta das 18:30 horas. "Que no início do mês de agosto do ano de 1.995, o declarante juntamente com Eduardo Siqueira e Leonardo Rodrigues Pareja, foram para o Estado da Bahia, conduzindo um automóvel Golf que tinha sido roubado em Goiânia-GO. ....Que em Barreiras o trio cometeu um assalto que lhes rendeu um VW/Gol CL, de cor verde metálica, retornando em seguida, tomando rumo do Estado do Tocantins, passando por Natividade e seguindo depois para a cidade de Alvorada, chegando lá por volta de 18:30 horas; Que após darem uma volta no centro daquela cidade, resolveram que iriam cometer um assalto por ali, pois que estavam sem dinheiro, e quando passavam pela Avenida Principal cidade, avistaram um supermercado que estava aberto, isto por volta das 19:00 horas aproximadamente; que enquanto o Eduardo ficou aguardando no interior do Gol, o declarante juntamente com o Leonardo entraram dentro do supermercado, do qual não se recorda o nome, e armado com uma pistola 7.65, foram direto para um dos caixas e deram voz de assalto.....que não se recorda ao certo a quantia em dinheiro que conseguiram naquele supermercado, dizendo ser aproximadamente R$1.000,00 (um mil reais)...." (fls. 56/57). A mesma versão foi apresentada em outro interrogatório, divergindo apenas em relação ao montante roubado (fl. 122/124). Inobstante a negativa da autoria deduzida pelo acusado em Juízo, tenho que os elementos conduzem à ilação de que, efetivamente, participou do assalto em Alvorada. Entretanto, o acusado soube informar todos os detalhes da viagem empreendida à Bahia, seguida por Alvorada, bem como os detalhes do assalto. Ademais, constata-se que o mesmo confessou perante a autoridade policial, sendo que a dinâmica factual coincide com aquela apresentada por Charles. Ademais, o acusado aparece como co-autor em diversos crimes praticados por Charles e Eduardo, demonstrando, pois que agiam em conjunto (fls. 88/93 e 126/128). Assim, do ponto de vista processual, entendo suficientemente provada a autoria do crime atribuída ao acusado Eduardo. Presentes, pois, todos os elementos do fato típico, tendo o acusado, de forma livre e consciente, vulnerado preceito primário de norma penal incriminadora, cuja objetividade jurídica é a proteção da posse, a propriedade e integridade física da vítima; o decreto condenatório é medida que se impõe, ante a inequívoca prova de que o acusado participou do fato penalmente típico e antijurídico. Isto posto, condeno o acusado Eduardo Rodrigues Siqueira, qualificado nos autos, pela prática delitiva capitulada no art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal. Passo à dosimetria da pena. Atendendo a culpabilidade, onde restou demonstrado ser o réu penalmente imputável, sendo penalmente reprovável a sua conduta; aos seus antecedentes, que se mostraram maculados, porquanto há diversos antecedentes criminais (fls. 88/93, 126/128 e 155/157). Além de confessou a autoria de diversos crimes, conforme consta de seu interrogatório; à conduta social do réu é desprezível, porquanto, não consta nenhuma atividade lícita. Ao revés, a prova material demonstram seu ciclo social se limita aos criminosos; à personalidade do réu, que se mostra, relativamente, deformada, porquanto, se desviou do caminho do bem ao enveredar pela trilha criminosa; aos motivos do crime que são egoísticos, pois, prefere o acusado a tomar bens de terceiros; às circunstâncias do crime que não favorecem ao acusado, pois, várias pessoas foram rendidas pelos seus comparsas. Assim, fixo a pena base em 9 (nove) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, no valor equivalente a 2/30 (dois trinta avos) do salário mínimo. Deixo de aplicar a atenuante da confissão espontânea, porquanto, o acusado se retratou da confissão feita perante a autoridade policial. Inexistindo atenuantes, agravantes, causas de diminuição e aumento de pena, a fixa definitiva é de 9 (nove) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, no valor equivalente a 2/30 (dois trinta avos) do salário mínimo, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, nos termos do art. 33, § 1º, letra "a"/CP. Considerando que o acusado é foragido da justiça, decreto sua prisão preventiva visando a aplicação dos efeitos desta condenação. Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais. Determino a suspensão dos direitos políticos do acusado. Art. 15/CF. Após o trânsito em julgado, sendo mantida a condenação havendo recurso: Lance-se o nome do acusado no rol dos culpados; Forme-se os autos de execução penal; Procedam-se às comunicações

previstas na CNGC. PRI Alvorada, 10 de dezembro de 2.010. ADEMAR ALVES DE SOUZA FILHO, Juiz de Direito"

ARAGUACEMA

Diretoria do Foro

PORTARIA N.º 47/2011

"*Dispõe sobre ALTERAÇÃO DA DOS PARÁGRAFOS 1 E 2 DO ARTIGO 1.º DA PORTARIA 46/2011 GAB, QUANTO A SUSPENSÃO DE AUDIÊNCIA NO PERÍODO MATUTINO NO AMBITO DAS ESCRIVANIAS CÍVEL, CRIMINAL E ADMINISTRATIVO DO FÓRUM DA COMARCA DE ARAGUACEMA-TO; e dá outras providências".*

A **Dra. Cibelle Mendes Beltrame, Juíza de Direito e Diretora do Foro, da Comarca de Araguacema- TO**; no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO que os Cartórios Cível e criminal do Fórum desta Comarca, se encontram com acúmulo exacerbado de trabalho, em especial: Cumprimento de despachos, decisões e sentenças, expedição de mandados e correspondências em geral, juntada de documentos e petições, cumprimento de audiências, calculo de pena de réus presos.

CONSIDERANDO que há servidores desta Comarca à disposição da Comarca de Palmas e do Estado do Tocantins, restando aos servidores efetivos desta comarca o acúmulo de responsabilidades e trabalho, destes servidores ausentes;

CONSIDERANDO a pouca mão de obra e as poucas máquinas em funcionamento, e a necessidade urgente do cumprimento de centenas de despachos, decisões e sentenças que estão nos cartórios, o que é primordialmente efetuado no trabalho interno;

CONSIDERANDO que as audiências a serem marcadas no período matutino, poderão ser marcadas para o período vespertino sem prejuízos às partes e assim trazer maior espaço para os trabalhos e atendimento interno.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Suspender as audiências no período matutino das 08:00 horas às 11:00 horas da manhã, salvo as audiências previamente marcadas e com despachos já cumpridos, por um período de 90 (noventa) dias, podendo este prazo ser renovado pelo mesmo período se fizer necessário.

§1.º - O atendimento e audiências no período vespertino, ou seja, das 13:00 horas às 18:00 horas, no âmbitos dos cartórios cível e criminal, bem como na secretaria administrativa, permanecerá normalmente de segunda –feira a sexta- feira, com exceção de feriados e pontos facultativos legais.

Artigo 2.º - Não ficará prejudicado o serviço de protocolo e atendimento no Fórum desta Comarca que permanecerá das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 18:00 horas, de segunda –feira a sexta- feira, com exceção de feriados e pontos facultativos legais.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

DADO E PASSADO nesta Comarca de Araguacema – TO., aos 17 dias do mês de junho de 2011, eu_____Adelaine da Cunha Batista, Secretária do Juízo, Subscreve o presente.

Araguacema –TO; de abril de 2011.

Dra. CIBELLE MENDES BELTRAME
Juíza de Direito
Diretora do Foro

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0003.6203-0– Previdenciária (aposentadoria Rural por Idade)
Autor : LUZIA MARCIEL DA COSTA
Advogado: DR. RAYNER CARVALHO MEDEIROS- OAB/ GO nº 28.336
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 31/01/2012, às 14:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intime-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 11 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0003.6210-3– Previdenciária (aposentadoria Rural por Idade)
Autor : MARIA DILMAR RIBEIRO BRITO
Advogado: DR. RAYNER CARVALHO MEDEIROS- OAB/ GO nº 28.336
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 31/01/2012, às 13:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intime-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 11 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0003.6209-0– Previdenciária (aposentadoria Rural por Idade)
Autor : PEDRO ABREU LUZ
Advogado: DR. RAYNER CARVALHO MEDEIROS- OAB/ GO nº 28.336
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 31/01/2012, às 09:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intime-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 11 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0003.6205-7– Previdenciária (aposentadoria Rural por Idade)
Autor : MARIA DO SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado: DR. RAYNER CARVALHO MEDEIROS- OAB/ GO nº 28.336
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 31/01/2012, às 16:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intime-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 11 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0003.6208-1– Previdenciária (Aposentadoria Rural por Idade
Autor : GUMERCINO PEREIRA REIS
Advogado: DR. RAYNER CARVALHO MEDEIROS- OAB/ GO nº 28.336
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 07/02/2012, às 08h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 11 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.9668-6– Reivindicatória de Amparo Social
Autor : RAIMUNDO ALVES SAMPAIO
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 07/03/2012, às 10:00 hs, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 02 de junho de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0599-0– Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : ELIZANGELA PEREIRA LIMA
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 25/01/2012, às 15h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se

certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.9666-0 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : JHOYCCE RAIANABILENE OLIVEIRA BORGES
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 07/03/2012, às 08h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 02 de junho de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.9665-1 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : MARIA RAIMUNDA ALVES DA LUZ
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 08/03/2012, às 14h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 02 de junho de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0590-7 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : LUCIANA FERREIRA CUNHA
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 24/01/2012, às 13h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0598-2 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : GECILENE ALVES PIRES
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 25/01/2012, às 13h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0595-8 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : REJANE FARIAS LEITE
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B e OAB/PA nº 13.469
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 24/01/2012, às 08h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0591-5 – Reivindicatória de Salário Maternidade
Autor : DIVINA JORGES LUZ DA SILVA
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 25/01/2012, às 14h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.9667-8 – Reivindicatória de Aposentadoria por Idade Rural
Autor : ZULEIDE DA SILVA CASTRO
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: [...] Assim, a meu ver, presentes estão os requisitos para a concessão da tutela antecipada requerida, razão porque CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA às requerentes, nos termos do art. 273, I do CPC e determino que o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, através de seu representante nesta cidade, ou no posto de atendimento mais próximo, para que no prazo fatal de 72 (setenta e duas) horas, IMPLANTE A APOSENTADORIA RURAL POR IDADE em nome da Requerente, a razão de 100% (cem por cento) do benefício a que teria jus o segurado se aposentado estivesse, sob pena de DESOBEDIÊNCIA e multa diária no valor de R$ 500,00 até o limite de R$ 10.000,00. Após, cite-se e intime-se, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos. Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 08/03/2012 às 08:30 horas, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta) dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. Intime-se a Requerente desta decisão e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema(TO), 02 de junho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME.Juíza de Direito Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2011.0005.0597-4 – Reivindicatória de Aposentadoria por Idade Rural
Autor : NERCI SOARES DA SILVA E SILVA
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 31/01/2012, às 08h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 16 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

Fica o advogado da parte autora intimado das decisões exaradas nos presentes autos.
AUTOS Nº 2011.0005.0594-0 – Reivindicatória de Aposentadoria por Idade Rural
Autor : JOSÉ NOBREGA DA SILVA
Advogado: DR. . MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/ TO nº 3.685-B
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO: Vistos etc.I- Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, sem prejuízo de posterior reanálise. II- Cite-se o Requerido, para contestar no prazo legal, ficando advertido que sua inércia importará confissão quanto à matéria fática, consignando ainda que eventual resposta deverá conter de forma clara e objetiva os pontos controvertidos.III- Face reiterada conduta de impossibilidade de conciliação da Fazenda Pública, ora representada pelo Requerido, defiro a prova testemunhal e designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 25/01/2012, às 16h:30min, devendo as partes observar o prazo para apresentação do rol de testemunhas previsto no artigo 407 do CPC, havendo necessidade de intimação de testemunhas o prazo será de 30 (trinta)dias anteriores à audiência de instrução e julgamento. IV- Intimem-se e cumpra-se certificando nos autos. Araguacema (TO), 12 de maio de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito Diretora do Foro.

ARAGUAÇU

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2009.0004.7574-7
Ação: Cobrança
Requerente: Rozilda Ferreira Camargo
Advogados: DR JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB/TO 2220
Requerido: Waldina Oliveira Silva
FINALIDADE INTIMAÇÃO: Fica o advogado da autora, devidamente INTIMADO da audiência de conciliação, designada para o dia 29 de novembro de 2011, às 9:30 horas.

Autos n. 2009.0007.0195-0
Ação: Cobrança
Requerente: Rozilda Ferreira Camargo
Advogados: DR JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB/TO 2220
Requerido: Sávio Jardel Costa de Oliveira
FINALIDADE INTIMAÇÃO: Fica o advogado da autora, devidamente INTIMADO da audiência de conciliação, designada para o dia 29 de novembro de 2011, às 9 horas.

Autos n. 2009.0004.1912-0
Ação: Declaratória
Requerente: Luiz Ferreira de Souza
Advogado: DR. CHARLES LUIZ ABREU DIAS OAB/TO 1682
Requerido: Banco Real S/A
Advogado: DR. LEANDRO ROGERES LORENZI OAB/TO 2170B
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: Ante o teor da certidão de fls. 84, redesigno a audiência de conciliação, para o dia 27 de setembro de 2011, às 16 horas. Intimem-se. Arag 20 de outubro de 2010 Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

Autos n. 2009.0003.2239-8
Ação: Cominatória
Requerente: Esmeraldo Pereira Matos
Advogados: Defensoria Pública
Requerido: Município de Araguaçu-TO
Advogado: DR. VALDINEZ FERREIRA DE MIRADA OAB/TO 500
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: Fica o requerido através de seu procurador, devidamente INTIMADO Designo audiência de conciliação para o dia 27 de setembro de 2011, às 15 horas, bem como especificar as que pretender produzir, no prazo de 10 dias.

Autos n. 2009.0001.1028-5
Ação: Reclamação Trabalhista
Requerente: Maria Alves do Carmo
Advogados: DR. JULIANO GOMES CIRQUEIRA OAB/GO 20502
Requerido: Município de Araguaçu-TO
Advogado: DR. VALDINEZ FERREIRA DE MIRADA OAB/TO 500
DR. PAULO CAETANO DE LIMA OAB/TO 1521-A
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: Designo audiência de conciliação para o dia 27 de setembro de 2011, às 10 horas. Arag 02 de dezembro de 2010. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito

Autos n. 2008.0010.1508-3
Ação: Reclamação Trabalhista
Requerente: Lucimar Camilo Gomes da Silva
Advogados: DR. JULIANO GOMES CIRQUEIRA OAB/GO 20502
Requerido: Município de Araguaçu-TO
Advogado: DR. VALDINEZ FERREIRA DE MIRADA OAB/TO 500
DR. PAULO CAETANO DE LIMA OAB/TO 1521-A
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, as provas que pretendem produzir. Designo audiência de conciliação para o dia 27 de setembro de 2011, às 9 horas. Arag 16 de março de 2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito

Autos n. 2009.0011.1850-6
Ação: Indenização
Requerente: Euires Leite Ribeiro
Advogados: DR. MARCELO PEREIRA DE OLIVIERA OAB/GO 17247
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: DR.ª MARILENE BEZERRA DE ARAUJO OAB/TO 3.804
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, as provas que pretendem produzir. Designo audiência de conciliação para o dia 06 de outubro de 2011, às 16:30 horas. Arag. 1º de dezembro de 2010 Nelson Rodrigues da Silva- Juiz de Direito.

Autos n. 2008.0010.1529-6
Ação: Indenização por Danos Morais
Requerente: Maria Regina Pereira Nunes Andrade
Advogados: DR CHARLES LUIZ ABREU DIAS OAB/TO 1682
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: DRª GEUNI MARIA BARREIRA ALVES LEME OAB/TO 235-A
FINALIDADE INTIMAÇÃO: Fica as partes, através de seus procuradores, devidamente INTIMADOS da audiência de conciliação, designada para o dia 06 de outubro de 2011, às 15 horas.

1ª Escrivania Criminal

APOSTILA

Autos n. 2007.0008.4604-8 (692/07) Denúncia.
Réu: Albertino Ribeiro da Silva
Vítima: Marcelo Pereira da Silva
Artigo 121, parágrafo 2º, II, c/c art. 211, ambos do CP, Art. 1º I, da Lei n. 8.072/90.
Advogado. Dr. Valter da Silva Costa – OAB/GO n 2.516 e OAB/MT n. 9.704-A
FINALIDADE: INTIMAR PARA APRESENTAR AELGAÇÕES FINAIS/ "Aberta a audiência, o acusado foi interrogado acerca do aditamento da denúncia, consistente na qualificadora do recurso que impossibilite ou dificulte a defesa da vítima. Pelo Juiz foi proferido o seguinte despacho: "Abra-se vistas dos autos ao Ministério Público pelo prazo de três dias para alegações finais. Após abra-se vistas dos autos a defesa pelo mesmo prazo e para os mesmos fins. Posteriormente venham conclusos para decisão. Araguaçu – TO., 22/06 /11. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

Autos n. 2007.0008.4604-8 (692/07) Denúncia.
Réu: Albertino Ribeiro da Silva
Vítima: Marcelo Pereira da Silva
Artigo 121, parágrafo 2º, II, c/c art. 211, ambos do CP, Art. 1º I, da Lei n. 8.072/90.
Advogado. Dr. Valter da Silva Costa – OAB/GO n 2.516 e OAB/MT n. 9.704-A
FINALIDADE: INTIMAR PARA APRESENTAR AELGAÇÕES FINAIS/ "Aberta a audiência, o acusado foi interrogado acerca do aditamento da denúncia, consistente na qualificadora do recurso que impossibilite ou dificulte a defesa da vítima. Pelo Juiz foi proferido o seguinte despacho: "Abra-se vistas dos autos ao Ministério Público pelo prazo de três dias para alegações finais. Após abra-se vistas dos autos a defesa pelo mesmo prazo e para os mesmos fins. Posteriormente venham conclusos para decisão. Araguaçu – TO., 22/06 /11. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito.

ARAGUAINA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2006.0002.2980-6 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO(A): DEARLEY KÜHN – OAB/TO 530
EXECUTADO: MARISTELA CRISTINA MARQUES FERREIRA E OUTRO
DESPACHO DE FL.204: "Intime-se a parte autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o documento de fls. 200/203." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA MANIFESTAR SOBRE O DOCUMENTO DE FLS. 200/2003 NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2006.0001.4827-0 – EXECUÇÃO
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): DANIEL DE MARCHI – OAB/GO 6.652
EXECUTADO: JAMAL LOPES DO CARMO e outra.
DESPACHO DE FL.164: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Autos n. 2007.0002.6897-4 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A
ADVOGADO(A): MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA – OAB/RJ 151.056-S
REQUERIDO: EDIVALDO BARBOSA DE ARAÚJO
DESPACHO DE FL. 201: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Autos n. 2006.0001.4146-1 – EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO(A): WANDERLEY JOSÉ MARRA DA SILVA – OAB/TO 2.919
REQUERIDO: PEDRO FRANÇA E SILVA
DESPACHO DE FL.143: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Autos n. 2006.0001.9359-3 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: MAGAZINE LILIANE S/A
ADVOGADO(A): MANOEL CARNEIRO SILVA – OAB/MA 3.016
REQUERIDO: AURIDÉIA PEREIRA LOIOLA
DESPACHO DE FL.70: "INDEFIRO o pedido de fl. 66, pois a procura de bens do executado não é tarefa do Judiciário. I - INTIME-SE a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. II - Não havendo resposta, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Autos n. 2006.0001.4129-1 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO(A): DEARLEY KÜHN – OAB/TO 530
REQUERIDO: ESP. DEUSAMAR MARTINS BRINGEL, ATRAVES DA INVENTARIAMENTE NEIA LUCIA RAMOS BRINGEL e outro.
DESPACHO DE FL.100: "Intime-se a parte autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre certidão de fl.99." (CERTIDÃO DE FL. 99: Certifico e dou fé, que diligenciei a Rua 13 de maio Setor Rodoviário, não sendo possível dar cumprimento ao mandado, tendo em vista não localizar o numero 86, nem obter informação do Intimando que pudesse auxiliar no cumprimento do mandado. Por esta razão devolvo o mandado ao Cartório). – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 99 NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2007.0003.0330-3 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A
ADVOGADO(A): DEARLEY KÜHN – OAB/TO 530
REQUERIDO: ROBERTO DE ARANTES VINHAL e outros.
DESPACHO DE FL.98: INTIME-SE o exeqüente para corrigir, no prazo de 5 (cinco) dias, a planilha de cálculo de fl.97, eis que manifestamente incorreta. Após, conclusos." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA CORRIGIR, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, A PLANILHA DE CÁLCULO DE FL.97.

Autos n. 2008.0007.5010-3 – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: COLEGIO SANTA CRUZ DE ARAGUAÍNA
ADVOGADO(A): JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES – OAB/TO 652-B
EXECUTADO: LUCIANA MOREIRA C. BATISTA.
DESPACHO DE FL.58: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2006.0001.9358-5 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PANARELLO LTDA
ADVOGADO(A): CLAUDIO ROBERTO GONDIM – OAB/TO 10.079 e JAIR CAMPOS JUNIOR – OAB/GO 19.688
REQUERIDO: IVONETE FERREITA BATISTA
DESPACHO DE FL.151: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2010.0004.5129-9 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-B
REQUERIDO: VALFREDO BUCAR FIGUEIRA E LUIZA PEREIRA NETA COSTA
DESPACHO DE FL.54: "Intime-se a parte Autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a petição de fl. 32." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DE FL. 32 NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2008.0004.2957-7 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-B
REQUERIDO: SANDRO CRISTIANO DE MATOS
DESPACHO DE FL.25: "Cumpra-se o despacho/decisão/sentença de fls. 14, C e D." - DECISÃO DE FL. 14/15: "...c- não localizado o devedor para citação e, arrestado ou não bens para garantir a execução, ouça-se o exeqüente; d- na hipótese do item "c", aguarde-se que exeqüente promova a citação no máximo em 90 (noventa) dias (artigo 219, § 3º, CPC), sob pena de não interrupção da prescrição, salvo demora imputável ao serviço judiciário..." – FICA O EXEQUENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A CITAÇÃO DO REQUERIDO NO PRAZO MÁXIMO DE 90 DIAS. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA.

Autos n. 2010.0001.7397-3 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO(A): ANTÔNIO DOS REIS CALÇADO JUNIOR – OAB/TO 2001; JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM – OAB/TO 2943; KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL – OAB/TO 2412; e ELAINE AYRES BARROS – OAB/TO 2402
EXECUTADO: MARLLON DOS SANTOS ARAUJO e outro.
DESPACHO DE FL.53: "Intime-se a parte autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre certidão de fl.51." (CERTIDÃO DE FL. 51: Certifico em cumprimento ao respeitável mandado, que me dirigi ao endereço indicado varias vezes, e desta data, procedi a citação do SR. MARLLON DOS SANTOS ARAÚJO E SORAIA CARNEIRO DE ARAÚJO, os quais, após leitura do mesmo exararam seus cientes e aceitaram a contrafé oferecida. Certifico que, transcorreu o prazo e a dívida não foi paga, por essa razão, procedi a Penhora do bem indicado, conforme AUTO PENHORA E DEPÓSITO em anexo. Certifico também que, os executados foram intimados da penhora para as providencias que julgarem necessárias. Certifico ainda que deixei de proceder a avaliação em razão do imóvel se localizar em outra Comarca.) – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 51 NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2010.0004.5128-0 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-A
REQUERIDO: VALFREDO BUCAR FIGUEIRA e outro.
DESPACHO DE FL. 28: "I – INDEFIRO o pedido de fl. 25, pois "o pedido de informações a órgãos públicos (Receita Federal, Banco Central, etc) visando localizar bens susceptíveis de penhora, em processo de execução, somente é admitido quando comprovado, pelo credor, o esgotamento de diligências e meios administrativos para haver seu crédito". (STJ, AgRg nos REsp 193044/MG, Corte Especial, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 06/12/2006, à unanimidade). II - INTIME-SE a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. III - Não havendo resposta, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2009.0012.7517-2 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-A
REQUERIDO: ELIGAS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GAS LTDA e outros
DESPACHO DE FL.39: "I – INDEFIRO o pedido de fl. 38, pois "o pedido de informações a órgãos públicos (Receita Federal, Banco Central, etc) visando localizar bens susceptíveis de penhora, em processo de execução, somente é admitido quando comprovado, pelo credor, o esgotamento de diligências e meios administrativos para haver seu crédito". (STJ, AgRg nos REsp 193044/MG, Corte Especial, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 06/12/2006, à unanimidade). II - INTIME-SE a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. III - Não havendo resposta, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2007.0004.2450-0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: LEO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(A): JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES – OAB/TO 652-B
REQUERIDO: MARIA MIRTES LUCENA BASTOS
DESPACHO DE FL.56: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2009.0000.7449-1 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA
EXEQÜENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-B
EXECUTADO: FONTE ELETRICA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO
DESPACHO DE FL.59: "Intime-se a parte Autora a promover, via de seu advogado, o regular andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e conseqüente arquivamento (CPC, art. 267)." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2007.0003.5678-4 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO(A): MAURICIO CORDENONZI – OAB/TO 2.223-B
REQUEIRIDO: M G FRANZ – ME
DESPACHO DE FL.64: "Defiro o requerimento de fls. 63. Proceda-se na forma requerida." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA OFERECER BENS À PENHORA NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Autos n. 2007.0010.2578-1 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-B
REQUERIDO: JOSE IVONALDO DA SILVA
DESPACHO DE FL.42: "Intime-se a parte autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre certidão de fl.41." (CERTIDÃO DE FL. 41: Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado n° 6899, em anexo, diligenciei na Av. Cônego João Lima, porém não encontrei o n°1.380, mais obtive a informação junto ao Sr. Aloísio, (Auto Forte Veículos) localizado na Av. Cônego João Lima, n°1386, que a empresa Auto Forte ocupa o espaço de dois lotes e que anteriormente funcionava em um dos lotes a Lanchonete Scooby Doo Crepe Lanches, e provavelmente usava o n°1380, mas já algum tempo mudou e nesse endereço só funciona atualmente a empresa Auto Forte. E devido não ter encontrado o Sr. JOSE IVONALDO DA SIVA não citei. Certifico ainda que o arresto não foi feito em razão de não ter localizado bens em nome do devedor. O referido é verdade.). – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 41 NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2007.0001.5417-0 – EXECUÇÃO
EXEQUENTE: BANCO BAMERINDUS S/A
ADVOGADO(A): LÁZARO JOSÉ GOMES JUNIOR – OAB/TO 4.562-A
EXECUTADO: DILSON MACHADO DE CARVALHO e outro.
DESPACHO DE FL.140: "INTIME-SE o exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar certidão de inteiro teor do imóvel indicado na petição fl. 238, devidamente atualizada." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, APRESENTAR CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO IMÓVEL INDICADO NA PETIÇÃO FL. 238, DEVIDAMENTE ATUALIZADA.

Autos n. 2009.0009.9988-6 – EXECUÇÃO
EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(A): LÁZARO JOSÉ GOMES JUNIOR – OAB/TO 4.562-A
EXECUTADO: MARIA DEUSA DA SILVA LTDA e outros.
DESPACHO DE FL.38: "Intime-se a parte autora a manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre certidão de fl.37." (CERTIDÃO DE FLS. 37: Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado n° 14.350, DILIGENCIEI ao endereço indicado, MAS NÃO foi possível proceder a CITAÇÃO da parte executada MARIA DEUSA DA SILVA LTDA, na pessoa de sua representante legal, e do avalista NILTON TEIXEIRA DA SILVA, em razão de que a respectiva empresa já ter encerrado suas atividade nesta cidade. Segundo informações de comerciantes e moradores da respectiva Rua, os executados mudaram-se para o Estado do Pará, mas Não sabem informar o atual endereço dos mesmos. CERTIFICO AINDA, que DEIXEI de proceder o ARRESTO de bens de propriedade do Executados, em razão de NÃO ter localizado. CERTIFICO FINALMENTE, que em virtude do prazo para o cumprimento e devolução do presente mandado já ter expirado, assim devolvo-o ao Cartório para devidos os fins). – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 37 EM DEZ DIAS.

Autos n. 2008.0007.8930-1 – EXECUÇÃO
EXEQUENTE: TINSPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA
ADVOGADO(A): MARCOS MENDES ARANTES – OAB/GO 14.336
EXECUTADO: CERRADÃO COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (AUTO POSTO CERRADÃO) e outros
DESPACHO DE FL.49: "I- Verifico através de consulta no sistema *s-proc*, a inexistência de ação conexa tramitando na 3° Vara Cível. Sendo assim, INTIME-SE a parte autora, para no prazo 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. II - Não havendo resposta, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 48h, sob pena de extinção e arquivamento." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS.

Autos n. 2006.0003.3189-9 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADOS(A): ANTÔNIO DOS REIS CALÇADO JÚNIOR – OAB/TO 2.001; JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM – OAB/TO 2.943, KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL – OAB/TO 2.412; ELAINE AYRES BARROS – OAB 2.402; e SANDRA NAZARÉ CARNEIRO VELOSO – OAB/TO 2.023.
REQUERIDO: EDILHAMAR FERREIRA NUNES
DESPACHO DE FL. 95: "INTIME-SE a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Não havendo resposta, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA

DAR ANDAMENTO AO FEITO EM DEZ DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Autos n. 2008.0002.5116-6 – EMBARGOS DE TERCEIROS
EMBARGANTE: BITENCOURT E QUEIROZ LTDA
ADVOGADO(A): OSWALDO PENNA JÚNIOR – OAB/TO 4327-A
EMBARGADO: GUILHERME DE SOUSA CARVALHO
ADVOGADO(A): MIGUEL VINICIUS SANTOS – OAB/TO 214 e EDESIO DO CARMO PEREIRA – OAB/TO 219-B
DESPACHO DE FL. 98: "Diante a penhora on line cumprida integralmente: a) INTIME-SE o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer impugnação. B) DÊ-SE CIÊNCIA ao exequente.". – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DA PENHORA ON LINE NO VALOR DE R$ 4.996,51, CONFORME SE VÊ A FLS. 95/97. DE IGUAL FORMA, FICA O REQUERIDO/EMBARGADO INTIMADO PARA OFERECER IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE QUINZE DIAS.

Autos n. 2010.0008.8058-0 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: RENATO CESAR FIGUEIREDO
ADVOGADO(A): IVO DE JESUS DEMATEI GREGIO – OAB/PR 19.519
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA – OAB/SP 198.040
DESPACHO DE FL. 39: "1-Recebo os embargos, sem efeito suspensivo, pois a execução ainda não foi garantida; 2-Ouça-se o embargado no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.". – FICA O EMBARGADO, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA SE MANIFESTAR SOBRE OS EMBARGOS NO PRAZO DE QUINZE DIAS.

Autos n. 2010.0005.7891-4 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA – OAB/SP 198.040
REQUERIDO: RENATO CESAR FIGUEIREDO
DESPACHO DE FL. 43: "Fl. 40: Vista ao exequente.". – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 40 NO PRAZO DE CINCO DIAS (05 DIAS - ART. 185, CPC). OBS: CERTIDÃO DE FL. 40: "...DEIXEI DE PROCEDER A PENHORA DETERMINADA, TENDO EM VISTA QUE NÃO LOCALIZEI BENS EM NOME DO EXECUTADO. EM DILIGENCIA JUNTO AO DETRAN/TO, CONSTA DOIS VEÍCULOS EM NOME DO REQUERIDO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO FORNECIDO PELO DETRAN, PORÉM, NÃO PROCEDI A PENHORA DEVIDO NÃO LOCALIZAR OS MESMOS. DILIGENCIEI TAMBÉM JUNTO AO CRI, MAS FUI INFORMADO QUE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NECESSITA DE PAGAMENTO DE EMOLUMENTOS...".

Autos n. 2006.0002.3296-3 – AÇÃO DE REPARAÇÃO (EXECUÇÃO)
REQUERENTE: GILSON OTACIO BENTO
ADVOGADO(A): JOSÉ ADELMO DOS SANTOS – OAB/TO 301-A
REQUERIDO: BIRAJARA MARTINS FERREIRA
ADVOGADO(A): GERALDO MAGELA DE ALMEIDA – OAB/TO 350-A
DESPACHO DE FL. 179: "Consoante o entendimento do E.STJ, para a incidência da multa do 475-J, do CPC, é necessária a intimação da parte vencida, na pessoa de seu advogado, para pagamento voluntário do débito, no prazo legal (REsp 940274/MS). Sendo assim, INTIME-SE o executado, pelo Diário de Justiça, para pagar voluntariamente a dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, mais honorários de advogado do cumprimento da sentença. Caso não haja pagamento voluntário, ARBITRO honorários advocatícios relativos à fase de cumprimento da sentença em 10% sobre o valor exequendo. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.". – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PAGAR VOLUNTARIAMENTE A DÍVIDA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE MULTA DE 10%, MAIS HONORÁRIOS DE ADVOGADO DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. FICA ADVERTIDO DE QUE CASO NÃO HAJA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, ARBITRO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RELATIVOS À FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA EM 10% SOBRE O VALOR EXEQUENDO.

Autos n. 2007.0002.4640-7 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: R. MOTOS LTDA
ADVOGADO(A): ELIANIA ALVES FARIA TEODORO – OAB/TO 1464
REQUERIDO: PAULO ROBERTO RIBEIRO PINTO
DESPACHO DE FL. 48: "Fl. 44: Defiro o prazo de trinta dias. Após, sem andamento, cumpra-se conforme despacho de fl. 38.". – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DE QUE FOI DEFERIDO O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA PUBLICAR O EDITAL DE CITAÇÃO UMA VEZ NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO E DUAS VEZES EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO LOCAL.

Autos n. 2010.0006.7405-0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – OAB/TO 779-B
REQUERIDO: ARAGUAINA ESCOLA TECNICA P. S. LTDA E OUTROS
DESPACHO DE FL. 68: "1. Providencie-se o exequente a regularização do acordo de fls. 62/63, trazendo a assinatura do executado. 2. Caso contrário, providencie-se as citações dos executados".
DESPACHO DE FL. 45: "C- não localizado o devedor para citação e, arrestado ou não bens para garantir a execução, ouça-se o exeqüente; D - na hipótese do item "c", aguarde-se que exeqüente promova a citação no máximo em 90 (noventa) dias (artigo 219, § 3º, CPC), sob pena de não interrupção da prescrição, salvo demora imputável ao serviço judiciário...". – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DE QUE DECORREU SEM MANIFESTAÇÃO O PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DO ACORDO DE FLS. 62/63 (TRAZER A ASSINATURA DO EXECUTADO). ASSIM, FICA INTIMADO PARA PROMOVER A CITAÇÃO EM NOVENTA DIAS.

Autos n. 2008.0008.5323-9 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): ALEXANDRE ROMANI PATUSSI – OAB/SP 242.085
REQUERIDO: ANTONIO FORTES SIMÕES FRANCO
DESPACHO DE FL. 57: "Aguarde-se juntada do original de fl. 56. Não sendo apresentado o original, prossiga-se conforme último despacho."
DESPACHO DE FL. 49: "Intime-se o advogado do autor para em 30 (trinta) dias regularizar a representação, caso decorra o prazo sem manifestação intimem-se advogado e parte para o devido andamento em 48 horas, sob pena de extinção. Decorrido o prazo de 48 horas, certifique-se e faça-se conclusão. Cumpra-se". – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DE QUE DECORREU SEM MANIFESTAÇÃO O PRAZO PARA JUNTAR O ORIGINAL DA PETIÇÃO DE FL. 56, BEM COMO PARA RECOLHER AS CUSTAS DA PRECATÓRIA DE BUSCA E APREENSÃO. ASSIM, FICA INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM TRINTA DIAS.

Autos n. 2006.0002.3275-0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (EXECUÇÃO)
REQUERENTE: NOURIVAL BATISTA FERREIRA
ADVOGADO(A): IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ – OAB/TO 105-B
REQUERIDO: FRANCISCO CHAGAS BARBOSA
DESPACHO DE FLS. 134: "...Decorrido o prazo sem manifestação, intimem-se para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 48 HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Autos n. 2009.0008.0564-0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO – 779-B
REQUERIDO: VIJULIMP – COM. DE PRODUTO DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA E OUTRA
DESPACHO DE FLS. 30: "...Decorrido o prazo de trinta dias sem manifestação, intimem-se, exequente e advogado, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 48 HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Autos n. 2009.0009.1644-1 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: WANDERSON WILHAN BARBOSA
ADVOGADO(A): RENATO ALVES SOARES – OAB/TO 4.319
REQUERIDO: GLEYMON ALENCAR RANGEL
DESPACHO DE FLS. 26: "...Decorrido o prazo de trinta dias sem manifestação, intimem-se, exequente e advogado, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 48 HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Autos n. 2007.0002.0384-8 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: NOVO RIO – COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(A): PHILIPPE BITTENCOURT – OAB/TO 1073
REQUERIDO: ADEMAR FREITAS SILVA
DESPACHO DE FLS. 58: "...Decorrido o prazo de trinta dias sem manifestação, intimem-se, exequente e advogado, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 48 HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Autos n. 2008.0005.8860-8 – AÇÃO CAUTELAR
REQUERENTE: ARAGUAIA COM. ATACADISTA DE ARTS. DE ARMARINHOS LTDA
ADVOGADO(A): IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ – OAB/TO 105-B
REQUERIDO: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A REPRESENTADO PELO BRADESCO
ADVOGADO(A): JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO – OAB/SP 126.504
DECISÃO DE FLS. 79/80: "...Após, intimem-se as partes para manifestarem em dez dias se pretendem produzir demais provas e, em caso positivo, para especificá-las..." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS PARA MANIFESTAREM EM DEZ DIAS SE PRETENDEM PRODUZIR DEMAIS PROVAS E, EM CASO POSITIVO, PARA ESPECIFICÁ-LAS.

Autos n. 2010.0012.1614-5 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: FERNANDO FERREIRA DE MELO
ADVOGADO(A): HÉLIO ANTONIO DE OLIVEIRA – OAB/GO 11.655
REQUERIDO: MAURÍCIO F DOS SANTOS
ADVOGADO(A): ROLSTON OLIVEIRA PEREIRA – OAB/TO 4.378
DECISÃO DE FLS. 105/106: "Isto posto: 1.não demonstrada a posse do autor e ausentes os requisitos da tutela antecipada indefiro liminarmente a reintegração de posse, o que faço amparada no artigo 273 do CPC. 2. sobre a contestação, diga o autor em dez dias..." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DA DECISÃO COM DISPOSITIVO ACIMA TRANSCRITO, BEM COMO FICA O AUTOR, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS.

Autos n. 2007.0008.1756-0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO(A): MARINÓLIA DIAS DOS REIS – OAB/TO 1597
REQUERIDO: JOÃO PEREIRA LIMA
DESPACHO DE FLS. 66: "Requisite-se endereço do réu ás empresas de telefonia informadas pelo autor e à Receita Federal. Com as informações, vista aos autos." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DA JUNTADA DOS OFÍCIOS ENVIADOS PELA CLARO (NENHUM ENDEREÇO INFORMADO) E PELA VIVO (ENDEREÇO INFORMADO: AV. SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO, S/N., CENTRO, CEP: 77.785-000, PAU D'ARCO/TO), A FIM DE QUE SE MANIFESTE NO PRAZO DE CINCO DIAS (ART. 185, CPC).

Autos n. 2007.0010.0722-8 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO(A): ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1.334-A
REQUERIDO: AGROPECUÁRIA MOURÃO LTDA
DESPACHO DE FLS. 129-V: "Determino a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano. Cumpra-se." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DA SUSPENSÃO DO FEITO POR 01 (UM) ANO.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AÇÃO BUSCA E APREESÃO – 2008.0003.9623-7
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado:NELSON PASCHOALOTTO OAB/TO 108.911
Requerido: CÍCERO BARROS SOARES
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DECISÃO (parte dispositiva): "(...) ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei n. 911/69, alterado pela Lei n. 10.931/04, DEFIRO A LIMINAR para DETERMINAR a BUSCA E APREENSÃO do veículo descrito no contrato de fl. 11/12, no endereço declinado na inicial ou em qualquer lugar que se encontre, devendo o veículo ser entregue ao depositário público até que a parte interessada regularize o depósito em nome das pessoas indicada na inicial, com as cautelas legais, até nova deliberação judicial. Se necessário, pode-se observar o disposto no artigo 172, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. AUTORIZO a requisição de força policial, se necessária, mediante apresentação de cópia da presente decisão às autoridades competentes. INTIME-SE o Requerido no ato da apreensão liminar, para que exerça, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, a faculdade de pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (Decreto-Lei n. 911/69, § 2º do art. 3º, redação Lei n. 10.931/04). Purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas e honorários), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Banco do Brasil local como depositário e, após proceda-se à liberação do bem, intimando-se o credor para manifestar-se em 05 (cinco) dias. Após o que, CITE-SE a parte requerida para, caso queira, contestar a lide, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (§ 3º do art. 3º). EXPEÇA-SE O MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Araguaína-TO, em 16 de junho de 2011.LILIAN BESSA OLINTO - Juíza de Direito."

BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO – 2010.0009.8027-5
Requerente: CLEBER PEREIRA ARAÚJO
Advogado:MÁRCIA REGINA FLORES OAB/TO 604
Requerido: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DESPACHO: "1. DEIXO para apreciar o pedido liminar após o prazo de defesa. 2. CITE-SE a parte requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 297). 3. INVERTO o ônus da prova para DETERMINAR a intimação do demandado para que, no prazo da defesa, apresente cópia do contrato descrito na inicial e sua respectiva planilha de Custo Efetivo Total – CET. 4.INTIME-SE E CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 27 de abril de 2011. LILIAN BESSA OLINTO -Juíza de Direito."

BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AÇÃO BUSCA E APREENSÃO – 2010.0010.7862-1
Requerente: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: ALEXANDRE IUNES MACHADO OAB/TO 4110-A
Requerido: NELCY NERES PEREIRA
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DECISÃO (parte dispositiva): " (...) ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei n. 911/69, alterado pela Lei n. 10.931/04, DEFIRO A LIMINAR para DETERMINAR a BUSCA E APREENSÃO do veículo descrito no contrato de fls. 17/18, no endereço declinado na inicial ou em qualquer lugar onde se encontre, devendo o veículo ser entregue ao depositário público ou à pessoa indicada pelo Requerente, com as cautelas legais, até nova deliberação judicial. Se necessário, pode-se observar o disposto no artigo 172, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. AUTORIZO a requisição de força policial, se necessária, mediante apresentação de cópia da presente decisão às autoridades competentes. INTIME-SE o Requerido, no ato da apreensão liminar, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, exerça a faculdade de pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, ou purgar a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas e honorários advocatícios), sob pena de se consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (Decreto-Lei n. 911/69, § 2º do art. 3º, redação Lei n. 10.931/04). Caso opte pela purgação da mora, PROCEDA-SE ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência da Caixa Econômica Federal local como depositário e, ato contínuo, PROMOVA-SE a liberação do bem, intimando-se o credor para se manifestar em 05 (cinco) dias. Após, CITE-SE o Requerido de todos os termos da demanda, para, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, apresentar resposta, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (§ 3º do art. 3º, Dec. Lei. n. 911/69 c/c art. 319, CPC). EXPEÇA-SE O MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, em 16 de junho de 2011.LILIAN BESSA OLINTO -Juíza de Direito."

BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AÇÃO RESCISÃO – 2010.0009.5803-2
Requerente: BANCO ITAULEASING S/A
Advogado:ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB/PE 12.450
Requerido: VALDEIR RODRIGUES DE SOUZA
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DA DECISÃO (parte dispositiva): "(...)ANTE O EXPOSTO, estando a petição inicial devidamente instruída, CONCEDO A LIMINAR para determinar a expedição do competente MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, contra a requerida, do veículo descrito no contrato de fls. 19/21, em favor da parte autora, para cumprimento imediato, no endereço declinado na inicial ou em qualquer lugar que se encontre, devendo o veículo ser depositado em mãos da autora ou de pessoa por ela indicada, nos termos da inicial. AUTORIZO o emprego da força pública, se necessário, servindo a cópia da presente decisão de ofício requisitório. Cumprida a ordem, CITE-SE o requerido, nos termos da inicial, para, caso queira, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. Se necessário, pode-se observar o disposto no artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Araguaína-TO, em 21 de março de 2011. LILIAN BESSA OLINTO - Juíza de Direito."

BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

AÇÃO REVISÃO CONTRATUAL – 2010.0009.9089-0
Requerente: EDUARDO FERNANDES DA CUNHA NETO
Advogado: JOSÉ HOBALDO VIEIRA OAB/TO 1722-A
Requerido: BANCO PANAMERICANO
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO do advogado da parte autora da DECISÃO (parte dispositiva): "(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 273, caput, inciso I, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida para DETERMINAR. a) o depósito judicial, no prazo de 5 (cinco) dias, do valor correspondente às parcelas vencidas e não pagas pelo autor; b) o depósito do valor, referentes às prestações vincendas em juízo, no dia 2 (dois) de cada mês, conforme data de vencimento acordada no contrato (fls. 30). C) a manutenção do bem na posse da Requerente, nomeando-o depositário fiel; Desde que cumpridos os itens "a" e "b" acima DEFIRO: d) a não inclusão da parte Requerente nos órgãos de proteção ao crédito, ou se já o tiver feito, o cancelamento da anotação, no que se refere ao contrato que pretende revisar, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 50.000,00 (quinhentos mil reais), incidentes após 10(dez) dias da ciência da presente decisão. CITE-SE o Requerido, nos termos da inicial, para querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 297). Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, em 11 de fevereiro de 2011. Lilian Bessa Olinto – Juíza de Direito."

BOLETIM 2011 – Estagiária – Jannaina Vaz Dias
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CIVIL PÚBLICA — 2010.0011.2346-5
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Requerido: VIAÇÃO LONTRA – RUBENS GONÇALVES AGUIAR
Advogado: SANDRA REGINA FERREIRA AGUIAR OAB/TO 752
INTIMAÇÃO: de despacho de fls. 59, a seguir transcrito: "Tendo em vista a recente alteração no período de férias desta magistrada (Portaria n. 248/2011 – Dje 2669 – suplemento), REDESIGNO a audiência para o dia 23/08/2011, às 15h00. PROMOVAM-SE todos os atos necessários para efetivação da audiência. CUMPRA-SE. "

BOLETIM - ANRC
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados
AÇÃO ANULATÓRIA – 2011.0001.4441-6
Requerente: PEDRO MARTINS SILVA
Advogado: MARQUES ELEX SILVA CARVALHO OAB/TO 1971
Requerido: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS
Advogado:LETÍCIA APARECIDA BARGA SANTOS BITTENCOURT OAB/TO 2179-B; PHILIPPE ALEXANDRE CARVALHO BITTENCOURT OAB/TO 1073 INTIMAÇÃO DESPACHO: "1.A decisão de fls. 172/74 fixou pontos controvertidos que dão margem à produção de provas por ambas as partes; a parte ré solicitou provas específicas às fls. 201/02, requerendo depoimento pessoal da autora e oitiva de testemunhas. Assim, entendo que os argumentos apresentados pela parte autora às fls. 207/08 e 210/13 não merecem ser acolhidos. Assim, INDEFIRO-OS e MANTENHO a designação da audiência. 2. DETERMINO o cumprimento imediato do despacho de fls. 206. 3.CUMPRA-SE. Araguaína-TO, em 28 de junho de 2011. LILIAN BESSA OLINTO. Juíza de Direito."

AUTOS: 2009.0012.8998-0/0.
Ação: BUSCA E APREENSÃO.
Requerente(s): BANCO PANAMERICANO S/A.
Advogado: MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489-A.
Requerido: PASCOAL LUCAS PEREIRA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA PARA EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS COMPLEMENTARES PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO REFERENTE AO DESPACHO DE FL.39, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: DEFIRO os pedidos de fls. 27/28 e 31/32, portanto, EXPEÇA-SE o competente mandado ao endereço fornecido à fl. 27 e BLOQUEIE-SE o veículo objeto do feito junto ao sistema Renajud. INDEFIRO o pedido de fl. 36 posto que não há previsão legal ao presente procedimento.INTIME-SE E CUMPRA-SE.

AUTOS: 2009.0012.6505-30.
Ação: BUSCA E APREENSÃO.
Requerente(s): BANCO PANAMERICANO S/A.
Advogado: MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489-A.
Requerido: EDINELTON FRANCA DA SILVA.
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO .
OBJETO: INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DA SENTENÇA DE FL.33/34 A SEGUIR TRANSCRITA:SENTENÇA (PARTE DISPOSITIVA): *Ex positis*, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado inicial, para declarar rescindido o contrato

descrito na inicial, confirmando a decisão liminar inicialmente deferida. Condeno o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais), na forma do § 4º do art. 20 do CPC e em face da falta de dilação probatória e baixa complexidade da demanda.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Araguaína, 15 de fevereiro de 2011.

AUTOS: 2009.0011.1007-60.
Ação: MONITORIA.
Requerente(s): HSBC BANK BRASIL S/A.
Advogado: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR – OAB/TO 4562-4.
Requerido: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DEUS É GRANDE
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA DE FL.40, A SEGUIR TRANSCRITO:
Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado nº 31798, dirigi-me ao endereço indicado, e sendo ali, deixei de efetuar a citação dos requeridos Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Deus é Grande e João Vicente Soares Junior, vez que estes não podem ser encontrados no endereço informado no mandado, no qual encontra-se instalada a empresa Farmácia Deus é Grande (CNPJ 02.914.380/0001-03) de propriedade do Sr. Manoel Alves de Sousa, o informou que ali se trata de nova pessoa jurídica e que não sabia a atual localização João Vicente nem da referida pessoa jurídica. Assim sendo, devolvo o presente mandado para os devidos fins. O referido é verdade. Araguaina-To, 09/07/2010; Irom Fereira araújo Junior – Oficial de Justiça.

AUTOS: 2006.0002.1200-8/0
Ação: CANCELAMENTO DE PROTESTO.
Requerente(s): AUTO PEÇAS FONSECA.
Advogado: CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1622
Requerida: CASTROL BRASIL LTDA
Advogado(s): MARCOS DE MIRANDA MARTINELLI
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: DANIEL DE MARCHI
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DO DESPACHO DE FL.200, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: INDEFIRO o pedido de execução definitiva da sentença por ausência de trânsito em julgado, havendo no recurso formulado por um dos requeridos pedido de extinção do feito por carência de ação e falta de interesse de agir, além de alegar ilegitimidade, e no mérito, também insurge-se quanto à ausência de ato ilícito, de nexo casal, bem como impossibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais, e necessidade de redução do quantum indenizatório, com solicitação de reforma integral da sentença.REMETAM-SE, em 48 (quarenta e oito) horas, os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, INTIMANDO- SE as partes. INTIME-SE E CUMPRA-SE.

AUTOS: 2009.0003.9140-3/0.
Ação: BUSCA E APREENSÃO.
Requerente(s): BANCO RODOBENS S/A.
Advogado: FLAVIO LOPES FERRAZ – OAB/SP 148.100; THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS - OAB/MT 13.156.
Requerido: FRANCIS JOSE DE CARVALHO SILVA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL.58, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove a distribuição da carta precatória de fl. 41 ou requeira as providencias que entender cabíveis, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito (CPC, art. 267, III). Caso permaneça inerte, INTIME-SE a parte autora, pessoalmente, para promover o andamento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção, sem resolução do mérito, e conseqüente arquivamento, conforme art. 267, inc. III, e § 1º do Código de Processo Civil.INTIME-SE. CUMPRA-SE.

Fica a parte autora por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO((Marta)
.AUTOS Nº 2011.0001.7023-9
AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente:MARIA WANDERLEIA PEREIRA DA SILVA
Advogados:DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA OAB-TO 1722
Requerido:BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
INTIMAÇÃO: da parte autora sobre a decisão de fls. 36/37: "...Ante o exposto, com fundamento no artigo 273, caput, inciso I, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida.CITE-SE o Requerido, nos termos da inicial, para querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (CPC, arts 285 e 297)..."

.AUTOS Nº 2011.0001.7023-9
AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente:MARIA WANDERLEIAS PEREIRA DA SILVA
Advogados:DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA OAB-TO 1722
Requerido:BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
INTIMAÇÃO: da parte autora sobre a decisão de fls. 36/37: "...Ante o exposto, com fundamento no artigo 273, caput, inciso I, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida.CITE-SE o Requerido, nos termos da inicial, para querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 297).."

BOLETIM 2011 – Estagiária – Jannaina Vaz Dias
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS — 2011.0000.7166-4
Requerente: JOELZIVANE PEREIRA BRANDÃO
Advogado: Dr. MARCELA SILVA GONÇALVES OAB/TO 3689
Requerido: FLAVIO CABRAL BARBOSA
Advogado: Não constituído.
INTIMAÇÃO: de despacho de fls. 59, a seguir transcrito: "Tendo em vista a recente alteração no período de férias desta magistrada (Portaria n. 248/2011 – Dje 2669 – suplemento), REDESIGNO a audiência para o dia 23/08/2011, às 14h00. PROMOVAM-SE todos os atos necessários para efetivação da audiência. CUMPRA-SE. "

Fica a parte autora por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.(Marta)
AUTOS Nº 2011.2001.6869-2
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente:BANCO ITAUCARD S/A
Advogados:DR. IVAN WAGNER MELO DINIZ OAB 4618
Requerido:SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO
INTIMAÇÃO:da parte autora sobre a decisão de fls. 43/44:"...ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO a liminar de reintegração de posse requerida.CITE-SE o Requerido de todos os termos da demanda, para, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, apresentar resposta, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor..."

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2008.0001.7766-7 – DECLARATÓRIA
Requerente:GILSON SILVA CARVALHO E OUTRO
Advogado: DRA. MARIA EURIPA TIMÓTEO – OAB/TO 1263-B. DR. JOSÉ ADELMO DOS SANTOS – OAB/TO 301-A
Requerido: BRASIL TELECOM S.A
Advogado: DRA. TATIANA VIEIRA ERBS – OAB/TO 3070 DR. JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM – OAB/TO 790
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 110:" I-Deixo de receber o presente recurso de apelação em razão da sua intempestividade, conforme certidão de fl.108v. II- Após, remeta-se os autos a contadoria judicial para que seja efetuado os cálculos das custas finais. III- Em seguida, intime-se a parte ré para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 48(quarenta e oito) horas. IV- Em caso de não pagamento, expeça-se certidão ao Distribuidor informando do débito da parte ré, para que somente seja aceita nova ação com o recolhimento das custas processuais. V- Se não houver requerimento da parte vencedora, se for de seu interesse, no que se refere ao cumprimento do julgado, na forma dos arts.475-B, caput, e 475-I, do Código de Processo Civil, em seis meses, aguarde-se eventual provocação em arquivo.(art.475-J,§ 5º). VI-Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2007.0001.8133-0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente:BANCO FINASA S/A
Advogado: DR. WILLIAM PEREIRA DA SILVA – OAB/TO 3251
Requerido: MARCO ANTONIO DE ALMEIDA TROVO
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 64:" Intime(m)-se o(s) autor(es), para que se manifeste(m) sobre ofícios de fls.54/63, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2007.0000.9972-2 – EMBARGOS DE TERCEIROS
Embargante/Apelante:WARNER CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Advogado:DR. RUBENS DE ALMEIDA BARROS JUNIOR – OAB/TO 1605-B DR. MARCELO CARDOSO DE ARAÚJO JUNIOR –OAB/TO 1605-
Embargado/Apelado: AFONSO OLIVEIRA DA CUNHA
Advogado: DR. JOSÉ HILARIO RODRIGUES – OAB/TO 1956 e DR. RONAN PINHO NUNES GARCIA – OAB/TO 1956
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 167:" Recebo a apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada para contrarrazões."

AUTOS Nº 2010.0008.3315-9 - MONITÓRIA
Requerente:AFONSO OLIVEIRA DA CUNHA
Advogado: DR. JOSÉ HILARIO RODRIGUES – OAB/TO 1956 e DR. RONAN PINHO NUNES GARCIA – OAB/TO 1956
Requerido: HÉLIO DE ARAÚJO E OUTRO
Advogado: DRA. DALVALAIDES DA SILVA LEITE – OAB/TO 1756
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 373:" Intime(m)-se o(s) autor(es), para que se manifeste(m) sobre os ofícios de fls.372, no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2007.0005.5739-9 – MONITÓRIA
Requerente:MARIA CRISTINA LUCENA SILVA
Advogado: DR. EDSON PAULO LINS JÚNIOR – OAB/TO 2901
Requerido: ALAIR ANTONIO PIRES
Advogado: WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS – OAB/TO 2899
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 94:" Intime(m)-se o réu(s) para que se manifeste(m) sobre a impugnação aos embargos de fls.86/93, no prazo de 10(dez dias).

AUTOS Nº 2007.0000.8521-7 – MONITÓRIA
Requerente:HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: DR. LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR – OAB/TO 4562-A
Requerido: ME DE OLIVEIRA REIS E OUTROS
Advogado: DEFENSOR PÚBLICO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 93:" Intime(m)-se o(s) autor(es), para que se manifeste(m) sobre contestação de fls. 88/93, no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2007.0001.8152-6 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente:BANCO FINASA S/A
Advogado: DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4311
Requerido: UIRAJANE PEREIRA MATOS
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 109:" Suspendo o processo pelo prazo de 2 meses. Intime(m)-se."

AUTOS Nº 2007.0003.3273-7 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente:VALDISSO GOMES DE MACEDO
Advogado: DR. PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2132-B
Requerido: IVANILDE PEREIRA FEITOSA
Advogado: DR. ÁLVARO SANTOS DA SILVA – OAB/TO 2022
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 82:" Intime(m)-se o(s) autores(es), para que se manifeste(m) sobre a contestação, no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2007.0004.9056-1 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente:BANCO GENERAL MOTORS S.A
Advogado: DR. ALUÍZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES – OAB/GO 6952
Requerido: FRANCISLETE LIRA FONTES TESSARO
Advogado: DR. MARCOS ALBERTO PEREIRA SANTOS – OAB/TO 3471 DR. ORLANDO DIAS DE ARRUDA – OAB/TO 3470
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 56:" Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o andamento do feito, no prazo de 10(dez) dias, não o fazendo intime-se pessoalmente, para o mesmo ato, no prazo de 48:00 horas sob pena de ser decretada a extinção do processo (art.267, §1º, CPC)."

AUTOS Nº 2007.0010.9704-9 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente:FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÁRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG – BRASIL MULTICARTEIRA
Advogado: DRA FLÁVIA DE ALBUQUERQUE LIRA – OAB/PE 24521
Requerido: QUEILA FERREIRA DE SOUZA
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DOS DESPACHOS DE FLS 42:" Defiro o pleito de fls.38.' Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o andamento do feito, no prazo de 10(dez) dias, não o fazendo intime-a pessoalmente, para o mesmo ato, no prazo de 48:00 horas sob pena de ser decretada a extinção do processo (art.267, § 1º do CPC)."

AUTOS Nº 2008.0011.0661-5 - INDENIZAÇÃO
Requerente/Apelante:GIANCARLOS DE CARVALHO
Advogado: DR. FLÁVIO SOUSA DE ARAÚJO – OAB/TO 2494-A
Requerido/Apelado: DAGOBERTO MACHADO PRATA
Advogado: DR. JULIO AIRES RODRIGUES – OAB/TO 361-A
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 127:" Recebo o Recurso de Apelação em seu duplo efeito. Intime-se o apelado para contrarrazoar, prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2008.0008.2719-0 - MONITÓRIA
Requerente:BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A - BCN
Advogado: DR DEARLEY KUHN – OAB/TO 530-B
Requerido: MULTITOLDOS IND. E COM. E EST. LTDA
Advogado: DRA ELISA HELENA SENE SANTOS – OAB/TO 2096 B
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 107:" Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o andamento do feito, no prazo de 10(dez) dias, não o fazendo intime-a pessoalmente, para o mesmo ato, no prazo de 48:00 horas sob pena de ser decretada a extinção do processo (art.267, §1º, CPC)."

AUTOS Nº 2008.0006.6584-0 – REVISIONAL DE BENEFICIO
Requerente:MARIA DE JESUS PESSOA
Advogado: DRA. DALVALAIDES DA SILVA LEITE – OAB/TO 1756
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado: PROCURADOR
INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE FLS.99/102 (PARTE DISPOSITIVA):" DIANTE DO EXPOSTO, com base no art. 109, inciso I, § 3ª, da Constituição Federal, art.41, inciso II e IX, da Lei Complementar Estadual nº10/1996 e Resolução do Tribunal de Justiça nº07/2011, DECLARO A INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO para processar e julgar a presente demanda e, de conseqüência, DETERMINO a remessa dos autos à Distribuição para que remeta à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca, com as devidas baixas. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE."

AUTOS Nº 2008.0000.6358-0 - USUCAPIÃO
Requerente:RAIMUNDO NONATO DELGADO DOS SANTOS E OUTRO
Advogado: DRA. DALVALAIDES DA SILVA LEITE – OAB/TO 1756
Requerido: ROMILDO CASSIANO DE OLIVEIRA
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS.53:"Indefiro os pleitos uma vez que um dos réus ainda não foi citado (fls.47v). Intime-se a parte autora."

AUTOS Nº 2008.0002.3523-3 - INDENIZAÇÃO
Requerente:NOSSO LAR LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA
Advogado: DR. SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA – OAB/TO 1362
Requerido: CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Advogado: DR. LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA – OAB/TO 4004B DR. FABIANO RICARDO BARBOSA PIZETTA – OAB/DF 20137
INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE FLS.43/44 (PARTE DISPOSITIVA):"ISTO POSTO e o mais que dos autos consta, DOU-ME por INCOMPETENTE para CONHECER e APRECIAR a presente demanda, e por conseqüência remeto os autos a Justiça Federal, Seção Judiciária do Tocantins, para o seu regular processamento e julgamento. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se a Baixa no Cartório Distribuidor, com as cautelas de estilo, após remetam-se os autos a Justiça Federal, Seção Judiciária do Tocantins, com as homenagens devidas. Custas " ex lege". P.R.I."

AUTOS Nº 2008.0007.4871-7 - EXECUÇÃO
Exequente:SANTANA E QUEIROZ LTDA
Advogado: DR. JOSÉ HILARIO RODRIGUES – OAB/TO 652-B
Executado: COMERCIAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA FAZENDA LTDA (CASA DA FAZENDA)
Advogado: NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS.26:"Intime a parte exeqüente a requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias."

AUTOS Nº 2008.0007.4972-5 – EMBARGOS DE TERCEIROS
Embargante:ALEXANDRO ANDRADE TOLEDO -ME
Advogado: DR. ALEXANDRE GARCIA MARQUES – OAB/TO 1874
Embargado: SANTANA E QUEIROZ LTDA
Advogado: DR. JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES – OAB/TO 652
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 158/159 (PARTE DISPOSITIVA):" Posto isso, recebo e acolho os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para integrar a sentença de fls. 131/136, passando a constar da mesma que fica a parte ré SANTANA E QUEIROZ LTDA, condenada ao pagamento de honorários advocatícios em 20%(vinte por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido monetariamente desde o respectivo ajuizamento, em favor do patrono da parte autora ALEXANDRO ANDRADE TOLEDO, permanecendo incólume os demais dispositivos daquela sentença.Publique-se.Registre-se.Intimem-se."

AUTOS Nº 2008.0001.0502-0 - INDENIZAÇÃO
Requerente:ANTONIO CHAVES FILHO
Advogado: DRA TATIANA VIEIRA ERBS – OAB/TO 3070
Requerido:JOSÉ COELHO DE SÁ
Advogado: DR. LUCIANO TAYLON MARTINS COELHO – OAB/TO 1289
Denunciada à Lide: BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado: DRA. MARIA THEREZA PACHECO ALENCASTRO VEIGA – OAB/GO 10070
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 280:" Recebo os recursos de apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada para contrarrazoar."

AUTOS Nº 2008.0009.5286-5 - BUSCA E APREENSÃO
Requerente:BANCO FINASA S/A
Advogado: DRA APARECIDA SUELENE PEREIRA DUARTE – OAB/TO 3861
Requerido:MARIA JOSE BARBOSA DA COSTA
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 37:" I- Defiro os pedidos de fls. 32/33, para tanto, intime-se o requerente a informar no prazo de 05 (cinco) dias, os respectivos endereços das empresas e órgãos constantes às folhas retromencionadas, sob pena de revogação do r. despacho. II- Após o cumprimento do item I, expeçam-se os respectivos ofícios as empresas e órgãos indicados às fls.32/33, devendo constar no ofício a ser enviado a Receita Federal a necessidade de informar apenas o endereço do requerido, não devendo fornecer cópia da declaração do imposto de renda. III- Determino a escrivania que promovam os procedimentos necessários para o bloqueio do bem junto ao Detran. IV- Não sendo cumprido o item I, volvam-me os autos conclusos. V- Intimem-se. Cumpra-se."

AUTOS Nº 2008.0005.1743-3 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente:CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4311
Requerido:MAURICIO ESTEVES DOS REIS
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 68" Indefiro pleito de fls.57, sentença às fls.36/37."

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Doutor CARLOS ROBERTO DE SOUSA DUTRA , MM. Juiz Substituto da 3ª Vara Cível desta Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... F A Z S A B E R aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania da 3ª Vara Cível, se processam os autos de CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO com pedido de Tutela Antecipada Nº2011.0003.2609, proposta por ALEX MARINHO NETO, em desfavor de CASA DAS BEBIDAS, sendo o presente Edital para CITAR a requerida CASA DAS BEBIDAS, pessoa jurídica de direito privado, com representante legal em local incerto e não sabido, por todos os termos da inicial, para querendo, contestá-la no prazo legal, nos termos do art. 895 do CPC, para caso de aceitação do valor consignado foi fixado os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser consignado.E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, o qual será publicado, uma vez, apenas no Diário da Justiça, por gozar o requerente dos benefícios da assistência gratuita e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e onze. Eu ____, Escrevente, que digitei e subscrevi. CARLOS ROBERTO DE SOUSA DUTRA- JUIZ SUBSTITUTO

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0001.2054-1- AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL
Requerente(s WESLEY ALVES SANTANA
Advogado(s):DR. FABIANO CALDEIRA LIMA-OAB/TO2.493-B
Requerido: JOÃO PAULO DE ARAÚJO GODINHO
Advogado(s): AINDA NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS FLS. 09: Analisando o conteúdo da inicial e os documentos que a instruem, verifico que o autor não apresentou prova substancial da impossibilidade do pagamento, sem apresentar prova substancial de tal assertiva, não faz desaguar necessariamente no deferimento do pedido. (...) De mais o magistrado analisa objetivamente tal pedido, pois cumpri ao mesmo a fiscalização do recolhimento das despesas processuais, assim sendo, indefiro o pedido de pagamento das custas processuais no final da lide. Desta forma, remetam-se os autos a Contadoria Judiciária para cálculo das custas processuais. Após intime-me se o requerente para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento na distribuição. Cumpra-se. Fazer o depósito na Conta Corrente 60240-x AG. 4348-6, no valor de R$ 15,36 (quinze reais e trinta e seis centavos) e na Conta corrente 9339-4, AG. 4348-6 no valor de R$ 403,00 (quatrocentos e três reais). Taxa Judiciária no Valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) via DAJ e 106,00 (cento e seis reais) recolher via DAJ.

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS: 2010.0008.4398-7/0
Acusado: VALDEMI RODRIGUES DE MELO
Advogado do acusado: Doutor RITHS MOREIRA AGUIAR, OAB/TO nº 4.243

Intimação: Fica o advogado constituído, intimado do inteiro teor do despacho que segue transcrito: "Seja conferido se todas as páginas dos autos estão numeradas. Caso não estejam, numerem-nas. Forme-se novo volume de autos a partir da fl. 200 de cada volume, renumerando-se as demais. Caso essa providência ainda não tiver sido realizada, Intimem-se o Ministério Público Estadual e o defensor para, no prazo de cinco dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de cinco, oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligências. Ficam as partes cientes de que em caso de descumprimento ao contido no parágrafo anterior, este juízo não intimará as testemunhas eventualmente indicadas em libelo ou contrariedade, se não houver insistência expressa quanto a elas e quanto a eventuais diligências neles requeridas. Se as partes já tiverem cumprido o disposto no artigo 422 do Código de Processo Penal, certifique-se a tempestividade da manifestação, só intimando as testemunhas e cumprindo as diligências requeridas, caso tenham sido indicadas e requeridas tempestivamente. Cumprido pelas partes o disposto no parágrafo anterior, expeçam-se os mandados de intimação. Prazo de cumprimento dos mandados: o oficial de justiça deverá cumpri-lo em dez dias e juntá-lo em até um dia depois de seu cumprimento. A certidão do meirinho deverá ser excessiva e cansativamente circunstanciada em caso de a testemunha não ser encontrada. Em caso de indicação de testemunha residente fora da Comarca, expeça-se carta precatória para a sua oitiva com prazo de dez dias e tarja de urgente e intimem-se as partes (MP e acusado, através de seu defensor) de sua expedição. Os defensores constituídos serão intimados para todos os atos, via DJE. Autorizo desde já a realização de diligência após o horário de expediente (art. 172, § 2º, CPC, aplicável analogicamente a este caso por autorização do art. 3º, do CPP). Designo o dia 16 de agosto de 2011 (terça-feira), às 08 horas, para a realização da sessão de julgamento, no prédio da OAB local. Sejam tomadas as providências necessárias para a realização do ato. Comunique-se a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça para fins de divulgação. Instrua-se o ofício com a pauta detalhada. Caso tenha havido requerimento de juntada de documentos (como certidão de antecedentes criminais, certidão de comportamento carcerário, etc.), defiro-o. Ressaltando, todavia, que a parte contrária deverá tomar conhecimento com antecedência mínima de três dias úteis da data do julgamento e que a parte requerente deverá juntar o que foi solicitado, não havendo a necessidade de o cartório da 1ª Vara Criminal oficiar para os respectivos órgãos requisitando esses documentos. Junte-se nos autos o termo de sorteio de jurado. Em se tratando de réu solto, expeça-se mandado de intimação do acusado, bem como edital com prazo de quinze dias. Nesse edital deverá constar que caso o acusado queira, poderá contratar advogado, que deverá se apresentar até a instalação da sessão de julgamento. Intimem-se. Araguaína, 03 de junho de 2011. Francisco Vieira Filho - Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0006.2425-6-HABEAS CORPUS
Paciente: Cleodson de Assunção Oliveira
Advogado (a): Dr(a). Paulo Roberto Vieira Negrão, OAB/TO 2.132-B
Intimação: Fica o advogado constituído do denunciado intimado sobre a parte dispositiva da r. decisao a seguir transcrita: Autos no.: 2011.0006.2425-6. Ante ao exposto, extingo o presente recurso sem resolução do mérito por entender ser este juizo incompetente para processa-lo e julga-lo. apos o transito em julgado desta decisao, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. Araguaína, 09/06/2011. Francisco Vieira Filho, Juiz de direito titular. Araguaína, 29 de junho de 2011.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.

AUTOS: 2010.0005.7976-7/0
Acusado: CARLOS BRAGA FILHO
Advogado do acusado: Doutor RITHS MOREIRA AGUIAR, OAB/TO nº 4.243
Intimação: Fica o advogado constituído, intimado do inteiro teor do despacho que segue transcrito: "Seja conferido se todas as páginas dos autos estão numeradas. Caso não estejam, numerem-nas. Forme-se novo volume de autos a partir da fl. 200 de cada volume, renumerando-se as demais. Caso essa providência ainda não tiver sido realizada, Intimem-se o Ministério Público Estadual e o defensor para, no prazo de cinco dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de cinco, oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligências. Ficam as partes cientes de que em caso de descumprimento ao contido no parágrafo anterior, este juízo não intimará as testemunhas eventualmente indicadas em libelo ou contrariedade, se não houver insistência expressa quanto a elas e quanto a eventuais diligências neles requeridas. Se as partes já tiverem cumprido o disposto no artigo 422 do Código de Processo Penal, certifique-se a tempestividade da manifestação, só intimando as testemunhas e cumprindo as diligências requeridas, caso tenham sido indicadas e requeridas tempestivamente. Cumprido pelas partes o disposto no parágrafo anterior, expeçam-se os mandados de intimação. Prazo de cumprimento dos mandados: o oficial de justiça deverá cumpri-lo em dez dias e juntá-lo em até um dia depois de seu cumprimento. A certidão do meirinho deverá ser excessiva e cansativamente circunstanciada em caso de a testemunha não ser encontrada. Em caso de indicação de testemunha residente fora da Comarca, expeça-se carta precatória para a sua oitiva com prazo de dez dias e tarja de urgente e intimem-se as partes (MP e acusado, através de seu defensor) de sua expedição. Os defensores constituídos serão intimados para todos os atos, via DJE. Autorizo desde já a realização de diligência após o horário de expediente (art. 172, § 2º, CPC, aplicável analogicamente a este caso por autorização do art. 3º, do CPP). Designo o dia 09 de agosto de 2011 (terça-feira), às 08 horas, para a realização da sessão de julgamento, no prédio da OAB local. Sejam tomadas as providências necessárias para a realização do ato. Comunique-se a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça para fins de divulgação. Instrua-se o ofício com a pauta detalhada. Caso tenha havido requerimento de juntada de documentos (como certidão de antecedentes criminais, certidão de comportamento carcerário, etc.), defiro-o. Ressaltando, todavia, que a parte contrária deverá tomar conhecimento com antecedência mínima de três dias úteis da data do julgamento e que a parte requerente deverá juntar o que foi solicitado, não havendo a necessidade de o cartório da 1ª Vara Criminal oficiar para os respectivos órgãos requisitando esses documentos. Junte-se nos autos o termo de sorteio de jurado. Em se tratando de réu solto, expeça-se mandado de intimação do acusado, bem como edital com prazo de quinze dias. Nesse edital deverá constar que caso o acusado queira, poderá contratar advogado, que deverá se apresentar até a instalação da sessão de julgamento. Intimem-se. Araguaína, 03 de junho de 2011. Francisco Vieira Filho - Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS

Francisco Vieira Filho, de direito titular da 1ª vara criminal desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital Intimação ficam os denunciados: RAFAEL DOS SANTOS, brasileiro, natural de Xinguara//PA, nascido aos 04/04/1981, filho de Maria Luzia da Silva e RAIMUNDO FRANCISCO NASCIMENTO SOARES, brasileiro, natural de Presidente Dutra/MA, nascido aos 11/10/1984, filho de Jose Raimundo Pereira Soares e de Rita Nascimento Soares, atualmente em local incerto ou não sabido, intimados da sentença condenatória a seguir transcrita: "...Ante o exposto, julgo procedente, em parte, a pretensão punitiva do Estado e, como consequência natural:a) Condeno Luciano Rocha Machado, vulgo "Babão", brasileiro, solteiro, mecânico industrial, nascido no dia 26 de novembro de 1973, em Goiânia-GO, filho de Alcides José Machado e de Cleuza Gonçalves da Rocha, residente na Avenida São Luís, quadra 14, lote 15, Vila João Vaz, Goiânia-GO, nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade) por duas vezes (vítimas Celena e Carlos César), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Em relação à vítima Nelson, condeno o acusado nas penas do artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Isso porque Nelson afirmou que não foi agredida ou sofreu ameaça por qualquer meio.b) Condeno Adenilson da Silva Mota, brasileiro, casado, carpinteiro, nascido no dia 09 de fevereiro de 1982, em Altamira-PA, filho de José das Graças da Silva Mota e de Francinete da Silva Mota, residente na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.666, Centro, Altamira-PA, nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade) por duas vezes (vítimas Celena e Carlos César), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, todos do Código Penal. Em relação à vítima Nelson, condeno o acusado nas penas do artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, todos do Código Penal. Isso porque Nelson afirmou que não foi agredida ou sofreu ameaça por qualquer meio. c) Condeno Rafael dos Santos, brasileiro, casado, vendedor, nascido no dia 04 de abril de 1981, em Xinguara-PA, filho de Maria Luzia da Silva, sem endereço fixo, nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade) por duas vezes (vítimas Celena e Carlos César), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Em relação à vítima Nelson, condeno o acusado nas penas do artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Isso porque Nelson afirmou que não foi agredida ou sofreu ameaça por qualquer meio.d) Condeno Raimundo Francisco Nascimento Soares, brasileiro, casado, motorista e vendedor, nascido no dia 11 de outubro de 1984, em Presidente Dutra-MA, filho de José Raimundo Pereira Soares e de Rita Nascimento Soares, residente na Rua 01, nº. 43, Vila Militar, Presidente Dutra-MA, nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade) por duas vezes (vítimas Celena e Carlos César), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Em relação à vítima Nelson, condeno o acusado nas penas do artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição de liberdade), na forma dos artigos 29, caput, e 69, caput, combinados ainda com o artigo 65, inciso III, d, todos do Código Penal. Isso porque Nelson afirmou que não foi agredida ou sofreu ameaça por qualquer meio.Passo a dosar-lhes as penas.1.0 QUANTO AO DENUNCIADO LUCIANO ROCHA MACHADO:1.1 Do roubo contra a vítima Nelson Alves Propércio.1.1.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 168/173; 231; 416/436).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Luciano possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal. A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa. Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes. A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida. Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade. Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente. 1.1.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes). Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea. Por outro lado, existe também a circunstância legal agravante da reincidência. O artigo 67 do Código Penal dispõe que circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência. Sendo assim, a reincidência prepondera sobre a confissão espontânea, razão pela qual agravo a pena-base em 1/6 (um sexto), tornando-a 9 (nove) anos e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente. 1.1.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena. Não existe causa de diminuição de pena a ser observada. Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 3/8 (três oitavos) , tornando-a 12 (doze) anos 5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias de reclusão e pagamento de 38 (trinta e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. 1.2 Do roubo contra a vítima Carlos Cesar Barbosa Santos. 1.2.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP). O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 168/173; 231; 416/436). Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal . O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi

anterior do acusado. Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo. Luciano possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios. Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social. O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal. As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática. As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal. A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa. Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes. A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvidaHá, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.1.2.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Por outro lado, existe também a circunstância legal agravante da reincidência.O artigo 67 do Código Penal dispõe que circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.Sendo assim, a reincidência prepondera sobre a confissão espontânea, razão pela qual agravo a pena-base em 1/6 (um sexto), tornando-a 9 (nove) anos e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente. 1.2.3 Das causas de aumento e de diminuição da pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.. Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), tornando-a 12 (doze) anos 9 (nove) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão e pagamento de 39 (trinta e nove) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. 1.3 Do roubo contra a vítima Celena Alves da Conceição. 1.3.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP). O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 168/173; 231; 416/436).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode,porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado. Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo. Luciano possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios. Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social. O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal. As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática. As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal. A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa. Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, inco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.1.3.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Por outro lado, existe também a circunstância legal agravante da reincidência.O artigo 67 do Código Penal dispõe que circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.Sendo assim, a reincidência prepondera sobre a confissão espontânea, razão pela qual agravo a pena-base em 1/6 (um sexto), tornando-a 9 (nove) anos e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.1.3.3 Das causas de aumento e de diminuição da pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), tornando-a 12 (doze) anos 9 (nove) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão e pagamento de 39 (trinta e nove) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.2.0 QUANTO AO DENUNCIADO ADENILSON DA SILVA MOTA.2.1 Do roubo contra a vítima Nelson Alves Propércio.2.1.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 494).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal . julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Adenilson possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática. As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.2.1.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Inexistem referidas causas a serem observadas.2.1.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena-base em 3/8 (três oitavos) , tornando-a 10 (dez) anos 7 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias de reclusão e pagamento de 33 (trinta e três) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente. 2.2 Do roubo contra a vítima Carlos Cesar Barbosa Santos.2.2.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 494).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Adenilson possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática. As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.2.2.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Inexistem referidas causas a serem observadas.2.2.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos) , tornando-a 10 (dez) anos 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e pagamento de 34 (trinta e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.2.3 Do roubo contra a vítima Celena Alves da Conceição.2.3.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 494).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Adenilson possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática. As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.2.3.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Inexistem referidas causas a serem observadas.2.3.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos) , tornando-a 10 (dez) anos 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e pagamento de 34 (trinta e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.0 QUANTO AO DENUNCIADO RAFAEL DOS SANTOS:3.1 Do roubo contra a vítima Nelson Alves Propércio.3.1.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fl. 493).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Rafael possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.1.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Não existe circunstância legal agravante a ser observada em relação ao acusado.Por isso, atenuo a pena-base cominada em 1/6 (um sexto), tornando-a 6 (seis) anos 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.1.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 3/8 (três oitavos) , tornando-a 8 (oito) anos 10 (dez) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão e pagamento de 27 (vinte e sete) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.2 Do roubo contra a vítima Carlos Cesar Barbosa Santos.3.2.1 Das

circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fl. 493).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Rafael possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.2.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Não existe circunstância legal agravante a ser observada em relação ao acusado.Por isso, atenuo a pena-base cominada em 1/6 (um sexto), tornando-a 6 (seis) anos 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.2.3 Das causas de aumento e de diminuição da pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), tornando-a 9 (nove) anos 1 (um) mês e 23 (vinte e três dias) de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.3 Do roubo contra a vítima Celena Alves da Conceição..3.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fl. 493).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Rafael possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.3.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Não existe circunstância legal agravante a ser observada em relação ao acusado.Por isso, atenuo a pena-base cominada em 1/6 (um sexto), tornando-a 6 (seis) anos 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.3.3.3 Das causas de aumento e de diminuição da pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), tornando-a 9 (nove) anos 1 (um) mês e 23 (vinte e três dias) de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.4.0 QUANTO AO DENUNCIADO RAIMUNDO FRANCISCO NASCIMENTO SOARES.4.1 Do roubo contra a vítima Nelson Alves Propércio.4.1.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 184/185; 255 e 492).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Raimundo possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.4.1.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Não existe circunstância legal agravante a ser observada em relação ao acusado.Por isso, atenuo a pena-base cominada em 1/6 (um sexto), tornando-a 6 (seis) anos 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.4.1.3 Das causas de diminuição e de aumento de pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 3/8 (três oitavos) , tornando-a 8 (oito) anos 10 (dez) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão e pagamento de 27 (vinte e sete) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.4.2 Do roubo contra a vítima Carlos Cesar Barbosa Santos.4.2.1 Das circunstâncias judiciais (art. 59, CP).O réu registra diversos antecedentes criminais (fls. 184/185; 255 e 492).Como já afirmou o Desembargador paulista Dirceu de Mello, homem de bem, realmente, não marcaria com tal frequência presença no campo das investigações da polícia e da justiça penal .O julgador não pode, porque fato, deixar de conhecer e considerar outros processos findos ou em curso como antecedentes, porque evidenciam o modus vivendi anterior do acusado.Sua conduta social, portanto, é reprovável, repreensível mesmo.Raimundo possui personalidade desajustada e demonstra claramente desrespeito pela vida e pelo patrimônio alheios.Sua índole é de pessoa inclinada a práticas delitivas, que vive às margens das regras de convívio social.O motivo do crime não o justifica porque o denunciado pretendia lucro fácil em detrimento de prejuízo alheio. Isso, entretanto, integra o tipo penal.As circunstâncias do crime se encontram relatadas e comprovadas nos autos. O denunciado foi astucioso e determinado em sua prática.As consequências do delito foram inerentes ao tipo penal.A vítima não contribuiu, incentivou ou facilitou a prática criminosa.Com seu comportamento o réu demonstrou desprezo pelas leis vigentes.A culpabilidade, reveladora do grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo acusado é maior que o normal, sendo-lhe exigível conduta absolutamente diversa da desenvolvida.Há, portanto, cinco circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: antecedentes criminais, conduta social, personalidade, circunstâncias do crime e culpabilidade.Assim, com essas considerações, fixo pena-base em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente..3.2 Das circunstâncias legais (atenuantes e agravantes).Existe a circunstância legal atenuante da confissão espontânea.Não existe circunstância legal agravante a ser observada em relação ao acusado.Por isso, atenuo a pena-base cominada em 1/6 (um sexto), tornando-a 6 (seis) anos 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.4.3.3 Das causas de aumento e de diminuição da pena.Não existe causa de diminuição de pena a ser observada.Em razão das causas de aumento de pena previstas no artigo 157, § 2º, incisos I (emprego de arma), II (concurso de pessoas) e V (restrição da liberdade da vítima), do Código Penal, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), tornando-a 9 (nove) anos 1 (um) mês e 23 (vinte e três dias) de reclusão e pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.Em razão do reconhecimento da prática dos crimes em concurso material somarei as penas finais para cada um dos acusados em atenção às seguintes operações aritméticas:Luciano = 1.1.3 + 1.2.3 + 1.3.3 = 38 (trinta e oito) anos e 17 (dezessete) dias de reclusão e pagamento de 116 (cento e dezesseis) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época do fato.Adenilson = 2.1.3 + 2.2.3 + 2.3.3 = 32 (trinta e dois) anos 7 (sete) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 101 (cento e um) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época do fato.Rafael = 3.1.3 + 3.2.3 + 3.3.3 = 27 (vinte e sete) anos 2 (dois) meses e 2 (dois) dias de reclusão e pagamento de 83 (oitenta e três) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época do fato.Raimundo = 4.1.3 + 4.2.3 + 4.3.3 = 27 (vinte e sete) anos 2 (dois) meses e 2 (dois) dias de reclusão e pagamento de 83 (oitenta e três) dias-multa na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época do fato.Desconsiderei as frações de multa e de dia, segundo autoriza o artigo 11 do Código Penal.O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade será o fechado.Faço isso para reprimir a conduta praticada e prevenir a sociedade de ocorrências desse jaez.Após o trânsito em julgado:Inscrevam-se os nomes dos condenados no rol dos culpados.Comunique-se a Justiça Eleitoral.Formem-se as guias de execuções penais e remetam-nas ao juízo competente.Certifique-se:A prisão de cada um dos acusados, o local e desde quando estão presos por este processo .O fato de algum dos acusados estar em liberdade e o motivo (por exemplo: concessão de liberdade, fuga, etc.).A existência de mandado de prisão expedido e em aberto por causa da liberdade identificada no item 2.Prazo: 10 dias.Devem-se indicar as folhas.Finalmente, conclusos para deliberação segura acerca prisão dos acusados.Aqueles acusados que estejam presos por este processo, nesta condição deverão permanecer. Os fatos foram

graves, tiveram repercussão negativa em nossa Sociedade e mais uma vez os denunciados demonstraram que em liberdade encontram estímulos para práticas delituosas.Por isso, aqueles que estão presos permanecerão nessa condição.Fixo R$ 3.000,00 (três mil reais) como montante mínimo de indenização devido a cada uma das vítimas por cada um dos acusados solidariamente.Reputo essa quantia justa e razoável para indenizar o dano moral sofrido. Entendo, também, que essa quantia não promove o enriquecimento ilícito das vítimas nem é muito alta a ponto de não ser exequível nem muito baixa a ponto de estimular a reiteração da prática criminosa.Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive as vítimas do teor desta sentença.Se for o caso, após a certidão do que elenquei acima, intimem-se os acusados via edital com prazo de 90 dias e tão logo publicado o edital conclusos para deliberação acerca da custódia provisória dos acusados.Araguaína, 09 de junho de 2011.Francisco Vieira FilhoJuiz de direito titular. Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no "Placar" do Fórum da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, aos dois dias do mês de fevereiro de 2011. Eu, Horades da Costa Messias, escrevente do crime, lavrei e subscrevi.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 258/89 - INVENTÁRIO
Requerente: MARIÂNGELA FONTES DA CUNHA ROCHA
Inventariante: FERNANDO LUCIANO FONTES
Inventariado: ESPÓLIO DE ANTONIO FONTES DA CUNHA
Representante Jurídica: Drª CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS – OAB/TO.219-B
DECISÃO: "Vistos, etc... I – Analisando o presente feito, percebo que o imóvel Lote 03, da quadra A, situado à Avenida Santos Dumont, integrante do loteamento Vila Cardoso, vendido ao Sr. Antonio Borba Pereira, se encontra em nome de terceiro e não do espólio. Assim, determino que se expeça alvará para escriturar o comprador, devendo o inventariante ou a Srª Maria Luciana assinar a escritura. II – Quanto aos Lotes 02 e 15, da quadra A, integrante do Loteamento Vila Cardoso, determino a remessa ao contador para o cálculo do imposto causa mortis, pelo valor de R$ 200.000,00. Após o recolhimento, expeça-se carta de Adjudicação. III – defiro o pedido de fls. 252/253, expeça-se alvará. Araguaína-TO, 14 de junho de 2011. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito".

AUTOS: 10.197/02
AÇÃO: REVISIONAL DE ALIMENTOS
REQUERENTE: P. F. G.
ADVOGADO(A): DR. FABRICIO FERNANDES DE OLIVEIRA - OAB/TO. 1.976
REQUERIDO: P.R. do N.
OBJETO: "Intimar o Advogado do Autor sobre o cálculo das custas judiciais (fls. 54) dos autos em epígrafe e taxa judiciária. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 31/05/2011".

AUTOS: 10.142/02
AÇÃO: REVISIONAL DE ALIMENTOS
REQUERENTE: I. A. P.
ADVOGADO(A): DR. FABRICIO FERNANDES DE OLIVEIRA - OAB/TO. 1.976
REQUERIDO: S. A. P. de S.
OBJETO: "Intimar o Advogado da Autora sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 34) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 31/05/2011".

AUTOS: 2006.0005.2417-4/0
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
REQUERENTE: N. R. de A.
ADVOGADO(A): DR. ROBERTO PEREIRA URBANO - OAB/TO. 1440-A
REQUERIDO: C. U. de. A.
ADVOGADO: DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA
OBJETO: "Intimar o Advogado da Autora sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 32) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 2006.0005.2418-2/0
AÇÃO: GUARDA
REQUERENTE: A. P. A.
ADVOGADO(A): DRA. MARCIA CRISTINA A. T. N. DE FIQUEIREDO MEDRADO - OAB/TO. 1319 e
MARCONDES DA S. FIGUEIREDO – OAB/TO. 643-A
REQUERIDO: C. U. de. A. e I. G. de. A.
DEFENSORIA PÚBLICA.
OBJETO: "Intimar a Advogada da Autora sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 108) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 4.917/96
AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO
REQUERENTE: F. de F. R. G.
ADVOGADO(A): DR. CARLOS EURIPEDES GOUVEIA - OAB/TO. 1.750
REQUERIDO: J. A. A.
ADVOGADO: DR. EDÉSIO DO CARMO PEREIRA – 0AB/TO. 219-B
OBJETO: "Intimar o Advogado do Requerido sobre o cálculo das custas judiciais, taxa judiciária e honorários advocatícios (fls. 130) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 4.827/96
AÇÃO: CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE: F. de F. R. G.
ADVOGADO(A): DR. CARLOS EURIPEDES GOUVEIA - OAB/TO. 1.750
REQUERIDO: J. A. A.
ADVOGADO: DR. EDÉSIO DO CARMO PEREIRA – 0AB/TO. 219-B
OBJETO: "Intimar o Advogado do Requerido sobre o cálculo das custas judiciais, taxa judiciária e honorários advocatícios (fls. 70) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 2008.0000.6251-7
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: E. A. dos S.
ADVOGADO(A): DRA. DALVALAIDES DA SILVA LEITE - OAB/TO. 1.756
REQUERIDO: D. C. dos S.
OBJETO: "Intimar o Advogado do Autor sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 34) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 31/05/2011".

AUTOS: 9.117/01
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
REQUERENTE: K. D. G.
ADVOGADO(A): DR. ALDO JOSÉ PEREIRA – OAB/TO. 331
REQUERIDO: M. A. M. C.
ADVOGADO: DR. GEOCARLOS SANTOS GUIMARÃES
OBJETO: "Intimar o Advogado da Autora sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 109) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 13.209/04
AÇÃO: ARROLAMENTO SUMÁRIO
REQUERENTE: N. G. de P. e J. G. de P.
ADVOGADO(A): DR. FABRICIO FERNANDES DE OLIVEIRA – OAB/TO. 1.976
REQUERIDO: Espólio de J. G. P. e R. J. C. de P.
OBJETO: "Intimar o Advogado do Autor sobre o cálculo do Imposto "Causa-mortis" (fls. 59) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 31/05/2011".

AUTOS: 14.193/05
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: M. R. M. G.
ADVOGADO(A): DRA. MARIA DE FÁTIMA F. CORREA – OAB/TO. 1.673
REQUERIDO: N. G.
OBJETO: "Intimar o Advogado da Autora sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 189) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 5.755/97
AÇÃO: ALIMENTOS (EM EXECUÇÃO)
REQUERENTE: A. J. da S. N. e A. M. da S. N.
ADVOGADO(A): DR. JOSÉ ADELMO DOS SANTOS - OAB/TO. 1505-A
REQUERIDO: J. A. N.
ADVOGADO: DR. SAULO JOSÉ R. DE FARIAS –OAB/PB. 9386
OBJETO: "Intimar o Advogado do Autor sobre o cálculo das custas judiciais e taxa judiciária (fls. 157) dos autos em epígrafe. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 27/05/2011".

AUTOS: 2009.0013.2402-5/0
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: R.M.P. dos S.
ADVOGADA: DR. RAINER ANDRADE MARQUES, OAB/TO 4117
REQUERIDO: J.S.B.
ADVOGADOS(INTIMANDO): DR. LUIZ FELIPE RABELO RIBEIRO, OAB/MA Nº 7894; DR RAIMUNDO HENRIQUE ERRE CARDOSO, OAB/MA 9660
Despacho (fl.69- Laudo DNA): "Junte-se. Digam as partes em cinco dias. Araguaína-TO., 10/06/2011(ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito"

AUTOS: 2010.0008.6684-7/0
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: L. R. DE S.
ADVOGADA: DEFENSORIA PÚBLICA
REQUERIDO: S.B. DE O.
ADVOGADOS(INTIMANDO): DR. CÉLIO ALVES DE MOURA, OAB/TO Nº 431-A; DRA MAYRA ARISTIDES DE MOURA, OAB/TO 4709; DRA. VANESSA MATOS DA COSTA, OAB/TO Nº 4538
Despacho (fl.32- Laudo DNA): "Junte-se. Digam as partes em cinco dias. Araguaína-TO., 10/06/2011(ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito"

AUTOS: 10.197/02
AÇÃO: REVISIONAL DE ALIMENTOS
REQUERENTE: P. F. G.
ADVOGADO(A): DR. FABRICIO FERNANDES DE OLIVEIRA - OAB/TO. 1.976
REQUERIDO: P.R. do N.
OBJETO: "Intimar o Advogado do Autor sobre o cálculo das custas judiciais (fls. 54) dos autos em epígrafe e taxa judiciária. Contadoria Judicial. Araguaína-TO. 31/05/2011".

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0000.7862-8 – AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO
Requerente: THIAGO VICENTE FERREIRA
Advogado: THIAGO VICENTE FERREIRA
Requerido: TECNORTE PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS
DESPACHO: Fls. 118 – "RENOVE-SE o mandado citatório do terceiro requerido (Cláudio Troncoso Vilas), observado o endereço declinado pelo Autor às fls. 116/117. No tocante ao noticiado em relação ao segundo requerido (Eliton Tavares de oliveira), PROMOVA o Autor, em 10 (dez) dias, a juntada da prova do óbito respectivo, bem como, o devido pedido de habilitação dos herdeiros da parte dita falecida, sob pena de extinção do feito. Intime-se."

Autos nº 2010.0009.0699-7 – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: PRONTINS PRODUTOS MEDICOS DO TOCANTINS LTDA
Advogado: WANDERSON FERRERIA DIAS
Executado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMOLÂNDIA
Procurador: PROCURADOR DO MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA
DECISÃO: Fls. 36 – "...Ex positis e o mais que dos autos consta, hei por bem arbitrar honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito exeqüendo, devidamente atualizado. Remetam-se os autos à Contadoria Judicial para elaboração da conta de liquidação, observado o comando da presente. Promovidos os cálculos, ouçam-se as partes no prazo comum de 05 (cinco) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0002.5802-4 – EMBARGOS DE TERCEIROS
Embargante: GASPAR FERREIRA DE SOUSA
Advogado: GASPAR FERREIRA DE SOUSA
Embargado: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Sentença: Fls. 27 – "...Ex positis e o mais que dos autos consta, indefiro a inicial e, por conseqüência, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito, ex vi do artigo 267, VI, do CPC, deixando de impor ao embargante o pagamento de verba honorária, em face da não instauração de relação processual no presente feito, carregando-lhe, no entanto, o pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos observadas as cautelas de praxe, especialmente as do Provimento CGJUS/TO nº 02/2011. Traslade-se cópia desta à execução em apenso, certificando-se. P. R. I. e Cumpra-se."

Autos nº 2011.0002.3077-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: WESLEI JOSE DA SILVA
Advogado: IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 40 – "I – DEFIRO a emenda de fls. 35, para todos os efeitos legais, e, considerando o valor dado à causa, bem como a declaração firmada pelo próprio autor (fls. 39), RECONSIDERO a decisão prolatada às fls. 34 para DEFERIR a gratuidade judiciária requerida. II – CITE-SE o Estado, na pessoa do douto PGE, para defesa, em 60 (sessenta) dias, sob as penas da lei. III – O provimento antecipatório será examinado após a defesa do réu ou escoado o prazo respectivo. IV – Intime-se."

Autos nº 2006.0006.2974-0 – EMBARGOS A EXECUÇÃO
Embargante: MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA
Procurador: ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO
Embargado: JOSÉ ANGELO SANTIAGO
Advogado: ORÁCIO CÉSAR DA FONSECA
DECISÃO: Fls. 40 – "Vistos etc... Ao exame, observo que o mandato outorgado ao douto advogado do embargante, acostado às fls. 15, da execução em apenso, não consigna prazo de expiração. Logo, é por prazo indeterminado e, portanto, eventual renúncia há de observar o procedimento previsto no artigo 45, do CPC. Assim, conheço do pedido de fls. 37/38 na parte me que pugna pela realização de novos cálculos. Porém, ante a regularidade da conta, constituída por mera operação aritmética, INDEFIRO a pretensão. Ante o exposto, HOMOLOGO a conta de liquidação de fls. 32/33 e, por conseqüência, DETERMINO a requisição do pagamento mediante RPV, observadas as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2006.0006.2973-1 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
Exequente: JOSÉ ANGELO SANTIAGO
Advogado: ORÁCIO CÉSAR DA FONSECA
Executado: MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA
Procurador: ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO
DECISÃO: Fls. 43 – "Vistos etc... Ante o silêncio das partes, HOMOLOGO a conta de liquidação de fls. 36 e, por conseqüência, DETERMINO a requisição do pagamento, mediante precatório, observadas as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2010.0003.7962-8 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ALETANIA BATISTA DE OLIVEIRA
Advogado: JOSÉ HOBALDO VIEIRA
Requerido: MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA
Procurador: PROCURADOR DO MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA
DESPACHO: Fls. 31 – OFICIE-SE à agência local da CEF, a fim de que INFORME a este juízo, em 05 (cinco) dias, acerca da eventual liquidação do empréstimo consignado celebrado com a ora autora e interveniência do Município requerido, declinando ainda, caso promovida a quitação, a data e forma da ocorrência ou, caso contrário, o saldo devedor remanescente, devidamente discriminado. Após, VOLVA o feito a imediata conclusão para exame do pedido de providências retro (fls. 30). Intime-se."

Autos nº 2011.0000.2622-7 – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER
Requerente: LAIR MARIA RODRIGUES e LUCIANA MARIA RODRIGUES
Advogada: MARIA JOSÉ RODRIGUES DE ANDRADE
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Procurador: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 113 – "Ao exame dos autos, entendo de bom alvitre, antes de apreciar o pleito ministerial retro (fls. 109/111), bem como, o próprio deslinde do feito, a necessidade da realização de, a fim de esclarecer pontos que reputo necessários ao desate da demanda sub axamnen. Destarte, converto o julgamento em diligência e, por conseqüência, determino a intimação, por mandado, do ilustre Diretor do Hospital e Maternidade Dom Orione para, em 48 (quarenta e oito) horas, prestar a este Juízo as seguintes informações: (01) As despesas médico-hospitalar, referente à internação da extinta Lair Maria Rodrigues foram pagas ?? Quem promoveu o pagamento ?? Se positivo, encaminhar a cópia respectiva. (02) Caso negativo o item anterior, o Estado do Tocantins assumiu oficialmente a responsabilidade pelo pagamento ?? Se positiva a resposta, encaminhar cópia do documento respectivo. (03) Se negativas as respostas anteriores: Qual o valor do débito pendente de liquidação ?? (04)A extinta paciente do HMDO ou qualquer outra pessoa prestou qualquer espécie de caução ?? Qual o valor e forma de caução ?? Se positivo, encaminhar a cópia respectiva. (05) Outras informações que entender necessárias ao conhecimento judicial. Intime-se."

Autos nº 2009.0010.8359-1 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: MUNICIPIO DE ARAGUANÃ
Procuradora: MARCIA REGINA PAREJA COUTINHO
Executado: IATE CLUBE DE ARAGUANÃ
DESPACHO: Fls. 23 – 'EXPEÇA-SE o mandado citatório."

Autos nº 2006.0006.5717-4 – AÇÃO POPULAR
Requerente: JOSE TARCISIO DE MELO
Advogado: EDESIO DO CARMO PEREIRA
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA
Procuradora: SÓYA LÉLIA LINS DE VASCONCELOS
Requerido: JOSÉ SEBASTIÃO DE CARVALHO
Advogado:HÉLIO FÁBIO TEIXEIRA DOS SANTOS FILHO
Requerido: UBALDO FERRERIA DA FONSECA e MARIA IRIS NOGUEIRA BASTOS DA FONSECA
Advogado: JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES
SENTENÇA: Fls. 171/172 – "...Ex positis e o mais que dos autos consta, rejeito os embargos de declaração opostos e, por conseqüência, mantenho inalterado os termos da sentença prolatada. Decorrido in albis o lapso recursal voluntário, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, observadas as cautelas de praxe. Sem custas processuais. Traslade-se cópia da presente aos autos em apenso. P. R. e Intime-se."

2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2009.0008.4817-9 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Procurador: Geral da Fazenda Estadual
Executado: R B NASCIMENTO
DECISÃO: "...Isto Posto, com fulcro no art. 1º, art. 8º e art. 10, todos da LEF c/c art. 655-A do CPC, DEFIRO o pleito formulado às fls. 50/54. PROCEDA-SE ao bloqueio de valores nas contas bancárias de titularidade do executado e de seu corresponsável, por meio do sistema Bacenjud. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias, suficiente para evidenciar o sucesso ou o fracasso da diligência, proceda-se na forma abaixo descrita, de acordo com o resultado apurado: 1) Em caso de bloqueio de valores irrisórios ou de resultado negativo, autorizo, desde logo, o imediato desbloqueio, pois não se afigura razoável mover a máquina do Judiciário para trazer benefício insignificante à credora, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Neste caso, intime-se a exeqüente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que for do seu interesse. 2) Em caso de bloqueio total do valor cobrado, proceda-se à transferência dos valores bloqueados para conta à disposição do Juízo, na Agência n.º 0610, da Caixa Econômica Federal, lavrando-se o respectivo termo de penhora. Em seguida, tendo em vista que o executado fora citado por edital, porém permaneceu inerte as faculdades impostas no ato citatório, nomeio curador especial o Defensor Público designado para atuar nesta vara, nos termos da súmula 196 do STJ, o qual deverá ser intimado para, querendo, no prazo legal apresentar embargos. 3) Em caso de bloqueio parcial do valor cobrado, desde que não irrisório, proceda-se na forma acima descrita, intimando-se a exeqüente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que for do seu interesse com relação ao restante do montante a ser executado. Para não frustrar os objetivos da presente medida, publique-se a presente decisão, apenas após o decurso do prazo de cinco dias da efetivação da mesma. Cumprindo registrar, que compete à parte executada comprovar eventual impenhorabilidade (art. 649 do CPC) das importâncias encontradas. Cumpra-se. Araguaína, 21 de março de 2011. (ass) Milene de Carvalho Henrique – Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0008.0407-4– AÇÃO EXECUCAO FISCAL
Requerente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estado
Requerido: J M C SALCIDES
DESPACHO: "Dê-se vistas dos autos a exeqüente, para requerer o que entender de direito, e juntar planilha atualizada do debito, no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0005.1837-7 – AÇÃO EXECUCAO FISCAL
Requerente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estado
Requerido: FRANCIMARIO ROCHA DE SOUSA
Advogado: Dr. Fernando Marchesini – OAB/TO 2188
DECISAO: "(...) Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado pelo executado e mantenho o arresto sobre o seu imóvel. Aguarde-se o prazo de suspensão do procedimento. Intimem-se. Araguaína-TO, 02 de fevereiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0009.9120-0/0 – AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA VANI BRITO SOARES
Advogado: Dr. Ricardo Haag – OAB/TO 4143
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
Procurador: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0002.6826-5/0 – AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: AFONSO DE CASTRO SOUSA
Advogado: Dr. José Adelmo dos Santos – OAB/TO 301
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
Procurador: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos

conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito

AUTOS: 2009.0008.9384-0/0 – AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: JEANE DE FREITAS GOMES
Advogado: Dr. Dave Sollys dos Santos – OAB/TO 3326
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
Procurador: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 16 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.6794-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: OMILDA AUGUSTA DE OLIVEIRA
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.8633-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: JOSE CARDOSO PINTO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.8631-7 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: URBANO CARDOSO PINTO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.6801-7 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: MAGALI FLAUSINO DE SOUZA
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0009.3343-9 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: LAURENDINA LOPES CARNEIRO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0009.9315-6 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: RAIMUNDA DOS REIS LIMA PIMENTEL
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0010.8396-0 – AÇÃO REVISAO DE BENEFICIOS
Requerente: VALDINA ALVES ROCHA
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0009.2634-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: MARIA MARTINS DE SOUZA
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0009.2636-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: MARIA GLORIA RODRIGUES ARAUJO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2008.0009.1824-3 – AÇÃO REVISAO DE BENEFICIOS
Requerente: MARIA MARLENE SANTOS PINTO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.6800-9 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: RAIMUNDA NONATA PIRES AZEVEDO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0008.6803-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: REGINA PEREIRA DE MELO
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Recebo a apelação em seu efeito suspensivo e devolutivo, eis que tempestiva e isenta de preparo. Intime-se o apelado, para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal. Vindas estas ou certificado pela Escrivania sua ausência, remetam-se os presentes autos ao e. TJTO, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 17 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.7021-2 – AÇÃO EMBARGOS À EXECUCAO
Requerente: BENEDITO LOPES DA SILVA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Dê-se vista ao embargante para recolha as custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Manifeste-se, ainda, em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 20 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0009.1578-0 – AÇÃO CIVIL PUBLICA
Requerente: MUNICIPIO DE ONOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: DEROCI PARENTE CARDOSO E OUTROS
DECISAO: "(...) Desta feita, intime-se o autor para, caso queira, emendar a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de incluir a empresa LUMAQ Equipamentos para Escritório Ltda no pólo passivo da lide. Em seguida, venham os autos conclusos. Araguaína-TO, 30 de maio de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0005.5185-2 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: FABRICIO NETTO FERRAZ
Advogado: Dr. Fernando Fragoso de Noronha Pereira – OAB/TO 4265
Requerido: DETRAN – DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: "Defiro ao autor os benefícios da assistência jurídica gratuita. Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando o pólo passivo da lide e incluindo o Estado do Tocantins. Intime-se. Araguaína-TO, 20 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0006.9574-0/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: CARLA JACQUELLINNE CRUZ RIBEIRO
Advogado: Dr.André Francelino de Moura – OAB/TO 2621
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 16 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0002.6926-1/0 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: KAIO FABIO AZEVEDO DINIZ
Advogado: Dr. Ivair Martins dos Santos Diniz – OAB/TO 105
Requerido: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 16 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.6112-4/0 – AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA
Requerente: REJANE MARTINS PEDROSA
Advogado: Dr. Poliana Marazzi Bandeira – OAB/TO 4496
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6919-2/0 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA-TO
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: MARIA DAS GRAÇAS SANTOS MENDONÇA
Advogado: Gaspar Ferreira de Sousa – OAB/TO 2893
DESPACHO: Remetam-se as informações solicitadas pela Exa. Sra. Desa. Relatora Convocada, via malote Digital. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida, venham conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 10 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior , Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0001.7641-3 – AÇÃO IMPUGNACAO A ASSISTENCIA JUDICIARIA
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: EDER RAMON DE OLIVEIRA BORBA
Advogado: Dr. Gaspar Ferreira de Sousa – OAB/TO 2893
FINALIDADE: Intimar a parte autora para efetuar o recolhimento das custas processuais em que foi condenada, conforme cálculo de fls. 36.

AUTOS: 2011.0001.9710-2 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: JOSE MOACIR BARBOSA DA SILVA
Advogado: Dr. Eli Gomes da Silva Filho – OAB/TO 2796
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.9710-2 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: JOSE MOACIR BARBOSA DA SILVA
Advogado: Dr. Eli Gomes da Silva Filho – OAB/TO 2796
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0011.5708-4 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: MARIA APARECIDA SILVA
Advogado: Dr. André Francelino de Moura – OAB/TO 2621
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0009.5769-9 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: PAULO ANDRE RODRIGUES CHAVES
Advogado: Dr. André Francelino de Moura – OAB/TO 2621
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Dê-se vista à parte autora para que se manifeste em réplica no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0002.5737-9 – AÇÃO INDENIZATORIA
Requerente: CLEVERSON GOMES DE SOUSA
Advogado: Dr. Joaci Vicente Alves da Silva– OAB/TO 2381
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Dê-se vista à parte autora para que se manifeste em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0013.2282-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: MANOEL MACIEL CARDOSO
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento – OAB/TO 3692
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Municipio
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7452-4 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: CIRIO DA CONCEICAO DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7463-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: CLAUSTONE NEVES DE JESUS
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7110-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: RAMIRO SILVA ANDRADE
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0001.0785-7 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: ADALBERTO NOLETO DA SILVA
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0001.0766-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: IVANILDES FERREIRA SOBRAL
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7136-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: GENIVALDO PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento – OAB/TO 3692
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7136-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: GENIVALDO PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento – OAB/TO 3692
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0002.1958-2 – AÇÃO INDENIZACAO POR DANOS MORAIS
Requerente: JOSE CARLOS DA SILVA
Advogado: Dr. JOACI VICENTE ALVES DA SILVA – OAB/TO 2381
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Tocantins
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para se manifestar em replica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0002.5095-8/0 – AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: Maria Francisca Silva
Advogado: Dr. Dave Sollys dos Santos – OAB/TO 3326-TO
Requerido: Município de Aragominas-TO
Advogado: Dr. Alexandre Garcia Marques
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 284, parágrafo único c/c art. 267, inciso I c/c art. 295, inciso VI, todos do CPC. Custas finais pela reclamante. Sem honorários advocatícios. Desde já defiro à reclamante o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante traslado por sua conta. Transitada em julgado, pagas as custas finais e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se com as cautelas de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2007.0003.4781-5/0 – AÇÃO RETIFICAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
Requerente: Eliane Correa
Advogado: Dr. Joaquim Gonzaga Neto – OAB/TO 1.317-B
DESPACHO: Intime-se a parte autora por meio de sua Advogada constituída, para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o ofício e a certidão de fls. 77/79. Cumpra-se. Araguaina-TO, 16 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito.

AUTOS: 2011.0007.0513-2/0 – AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: Edson Monte Castro Veloso
Advogado: Dr.Anna Bella Monteiro Rezende – OAB/TO 7.774/GO
Requerido: Prefeito Municipal de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando o impetrante os pólos ativo e/ou passivo da lide, considerando os pedidos formulados na petição inicial. Em seguida, venham conclusos. Araguaina-TO, 20 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.5141-2/0 – AÇÃO OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA...
Requerente: Jeverson Sobrinho Freitas
Advogado: Dr. Rainer Andrade Marques – OAB/TO 4117
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Pelas assertivas da parte autora, e pelo fato do Município estar fornecendo apenas parte dos medicamentos e insumos, determino a sua intimação para que no prazo de 05 (cinco) dias, informe a este Juízo o motivo da não dispensação dos remédios para o requerente conforme a tutela deferida, ou seja, cumprindo parcialmente a decisão, devendo a justificativa vir acompanhada de parecer técnico (médico) habilmente explico. Ressalto que tal informação poderá diretamente advir da Secretaria da Saúde, no entanto, deverá ser aportados nos autos, através de Procurador do Município. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, venham-me conclusos, para providências cabíveis. Araguaina, 20 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1159-3/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Rosilda Burjaque Amorim
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 54, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1135-6/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Izarete da Silva de Oliveira
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 41, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1131-3/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Ana Cristina Santana Borges
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 56, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1153-4/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Vilani Inácio de Araujo
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 47, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.7183-9/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Edileuza Rodrigues da Silva de Jesus
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 48, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6701-1/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Roberval Dias de Oliveira
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 34, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 10.0001.0773-3/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Joaquim Dias Araújo
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código

de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7555-5/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Luciene Moreira de Sousa
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 1º de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7557-1/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Antonio Fernando da Conceição Costa
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7111-8/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Antonio Marcos de Moura
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto"

AUTOS: 2010.0001.0779-2/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Raimundo Machado Matos
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 1º de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0006.5800-0/0 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: LINDALVA CARVALHO SILVA
Advogado: Dr. Dave Sollys dos Santos – OAB/TO 3326
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
Procurador: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
DESPACHO: "Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

MILENE DE CARVALHO HENRIQUE, JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou conhecimento tiverem, que por este Juízo e 2º Cartório da Fazenda e Registros Públicos, se processam os autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2009.0007.1742-2, proposta pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de ROSALY FONSECA NOGUEIRA RIZARIO, CNPJ: 02.788.479/0001-06, Representada legalmente por: Rosaly Fonseca Nogueira Rizerio, portador(a) do CPF: nº. 311.000.231-00, sendo o mesmo para CITAR o executado, supraqualificado, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, por todos os termos da ação, o qual terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a importância de R$ 1.069,91 (um mil, sessenta e nove reais e noventa e um centavos), representada pela CDA nº 2259-B/2002, datada de 08/10/2002, referente a ICMS e acessórios, acrescida de juros, atualização monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais, ou, no mesmo prazo, ofereça bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados bens de suas propriedades, tantos quantos bastem para garantir a dívida exequenda e acréscimos. Tudo de conformidade com o r. despacho correicional a seguir transcrito: "Cite-se por edital. Prazo de 30 (trinta) dias. Araguaina-TO, 19 de maio de 2011.(ass) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado uma (01) vez no Diário Oficial da Justiça e afixado nos placares do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze (27.06.2011). Eu, Laurésia da Silva Lacerda Santos, Escrivã, que digitei e subscrevi.

AUTOS: 2009.0013.2282-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: MANOEL MACIEL CARDOSO
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento – OAB/TO 3692
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Municipio
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7452-4 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: CIRIO DA CONCEICAO DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7463-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: CLAUSTONE NEVES DE JESUS
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7110-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: RAMIRO SILVA ANDRADE
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0001.0785-7 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: ADALBERTO NOLETO DA SILVA
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0001.0766-0 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: IVANILDES FERREIRA SOBRAL
Advogado: Dr. Ricardo de Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 1° de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7136-3 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: GENIVALDO PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento – OAB/TO 3692
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, §4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1ºdo Decreto n. 20.910/32 c/c art. 22, art. 22, §2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0002.5095-8/0 – AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: Maria Francisca Silva
Advogado: Dr. Dave Sollys dos Santos – OAB/TO 3326-TO
Requerido: Município de Aragominas-TO
Advogado: Dr. Alexandre Garcia Marques
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 284, parágrafo único c/c art. 267, inciso I c/c art. 295, inciso VI, todos do CPC. Custas finais pela reclamante. Sem honorários advocatícios. Desde já defiro à reclamante o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante traslado por sua conta. Transitada em julgado, pagas as custas finais e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se com as cautelas de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0012.1159-3/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Rosilda Burjaque Amorim
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 54, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1135-6/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Izarete da Silva de Oliveira
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 41, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1131-3/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Ana Cristina Santana Borges
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 56, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1153-4/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Vilani Inácio de Araujo
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 47, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.7183-9/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Edileuza Rodrigues da Silva de Jesus
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 48, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6701-1/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDAE...
Requerente: Roberval Dias de Oliveira
Advogado: Dr.Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4.635
Requerido: Governo do Tocantins
Procurador: Geral do Estado do Tocantins
SENTENÇA: " (...) Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, pelo não cumprimento da diligência determinada às fls. 34, com fundamento nos arts. 295, inciso I e 284, parágrafo único, ambos do CPC. Em conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do mesmo diploma. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Transitada em julgado e feito às comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaina/TO, 14 de junho de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 10.0001.0773-3/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Joaquim Dias Araújo
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7555-5/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Luciene Moreira de Sousa
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 1º de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0012.7557-1/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Antonio Fernando da Conceição Costa
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS:2010.0001.0779-2/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Raimundo Machado Matos
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50.

Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 1º de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juíz de Direito Substituto

AUTOS: 2009.0012.7111-8/0 – AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: Antonio Marcos de Moura
Advogado: Dr. Ricardo Sales E. Lima – OAB/TO 4052
Requerido: Município de Araguaina-TO
Procurador Geral: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 37, XV e art. 39, § 4º, ambos da CF/88 c/c art. 330, inciso I, do CPC c/c art. 1º do Decreto n. 20.919/32 c/c 22, art. 22, § 2º e art. 25 da Lei n. 8.880/94, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial. Resolvo o mérito da lide, com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20, § 4º. Do Código de Processo Civil, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado e feita as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaina-TO, 8 de junho de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Junior, Juiz de Direito Substituto"

Juizado Especial Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 18.735/10
AUTOR DO FATO: Ivone Mendes Lira
ADVOGADO: Edson da Silva Souza
VÍTIMA: Glaucia Cleide dos Santos
ADVOGADO: Leonardo Gonçalves da Paixão
INTIMAÇÃO: fls. 18. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Ivone Mendes Lira, relativamente a infringência do artigo 138 do Código Penal Brasileiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 19.275/11
AUTOR DO FATO: Heitorzinho Josino Ferreira
ADVOGADO: Soya Lélia Lins de Vasconcelos
VÍTIMA: O Estado
INTIMAÇÃO: fls. 18. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Homologo, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, a transação penal realizada nos presenes autos, aplicando ao autor do fato a pena alternativa assinalada (Lei 9.099/95, art.76,§4º).Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.527/10
AUTOR DO FATO: Josiel Tavares Cardoso e Rycardo Rodrigues Cardoso
ADVOGADO: Maria de Fátima Fernandes Correa
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 31. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Josiel Tavares Cardoso e Rycardo Rodrigues Cardoso, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.550/10
AUTOR DO FATO: Francisco Gonçalves da Silva
ADVOGADO: Ageu de Sousa Oliveira OAB/TO 4237
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 30. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Francisco Gonçalves da Silva, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.551/10
AUTOR DO FATO: Milton Palhares Viana
ADVOGADO: Francisco Jose do Carmo OAB/TO 1452-B
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 32. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Milton Palhares Viana, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). . Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.433/10
AUTOR DO FATO: Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama
ADVOGADO: Leonardo Gonçalves da Paixão
VÍTIMA: Francisca Antonia de Sousa
INTIMAÇÃO: fls. 36. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama, relativamente a infringência do artigo 140 do Código Penal Brasileiro. Relativamente ao delito previsto no art. 129, em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Rosicleia Rodrigues Gama, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Com relação ao autor do fato Cícero Pinto de Oliveira, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.553/10
AUTOR DO FATO: Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama
ADVOGADO: Leonardo Gonçalves da Paixão
VÍTIMA: Francisca Antonia de Sousa
INTIMAÇÃO: fls. 31. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama, relativamente a infringência do artigo 139 e 163 do Código Penal Brasileiro. Com relação ao autor do fato Cícero Pinto de Oliveira, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.434/10
AUTOR DO FATO: Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama
ADVOGADO: Leonardo Gonçalves da Paixão
VÍTIMA: Francisca Antonia de Sousa
INTIMAÇÃO: fls. 38. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Cicero Pinto de Oliveira e Rosicleia Rodrigues Gama, relativamente a infringência do artigo 140 e 163 do Código Penal Brasileiro.Relativamente ao delito previsto no art. 147, em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Rosicleia Rodrigues Gama, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Com relação ao autor do fato Cícero Pinto de Oliveira, no que tange o possível cometimento do delito previsto no art. 147 do Código Penal, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 17.212/09
AUTOR DO FATO: Edivaldo Rodrigues da Costa
ADVOGADO: Wander Nunes de Rezende
VÍTIMA: Mayst Marcos de Sousa Santos
ADVOGADA: Mariene Coelho e Silva OAB/TO 1175
INTIMAÇÃO: fls. 53. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Edivaldo Rodrigues da Costa, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.956/11
AUTOR DO FATO: Ednardo Sales Carvalho
ADVOGADO: Jorge Palma de Almeida Fernandes
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 33. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Ednardo Sales Carvalho, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 21 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 19.141/11
AUTOR DO FATO: Paulo Henrique Rolin do Nascimento
ADVOGADO: José Pinto Quezado OAB/TO 2263
VÍTIMA: João de Sousa Araújo
INTIMAÇÃO: fls. 19. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Paulo Henrique Rolin do Nascimento, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 21 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 17.219/09
AUTOR DO FATO: Gilcimar Moreira do Nascimento
ADVOGADO: José Hobaldo Vieira
VÍTIMA: Mikael Silva Moreira
INTIMAÇÃO: fls. 50. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Gilcimar Moreira do Nascimento, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 19.258/11
AUTOR DO FATO: Marco Túlio Moraes Barbosa
ADVOGADO: Daniela Augusto Guimarães
VÍTIMA: O Estado
INTIMAÇÃO: fls. 21. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Homologo, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, a transação penal realizada nos presenes autos, aplicando ao autor do fato a pena alternativa assinalada (Lei 9.099/95, art.76,§4º).Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.977/11
AUTOR DO FATO: Rita da Conceição Pereira
ADVOGADO: Carlene Lopes Cirqueira Marinho OAB/TO 4029
VÍTIMA: Maria Helena Carmo Sousa
INTIMAÇÃO: fls. 19. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Rita da Conceição Pereira, relativamente a infringência do artigo 140 do Código Penal Brasileiro. Com relação aos delitos previstos nos artigos 147 do Código Penal, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.770/10
AUTOR DO FATO: Carmelita Maria dos Santos
ADVOGADO: Rainer Andrade Marques
VÍTIMA: Ângela Gabrielly Noleto de Sousa
ADVOGADO: Jorge Palma de Almeida Fernandes
INTIMAÇÃO: fls. 23. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Carmelita Maria dos Santos, relativamente a infringência do artigo 139 do Código Penal Brasileiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.141/10
AUTOR DO FATO: Paulo Cesar Carneiro de Sousa
ADVOGADO: Priscila Francisco da Silva OAB/TO 2482-B
VÍTIMA: Maria de Fátima Fernandes da Cruz
INTIMAÇÃO: fls. 34. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Paulo Cesar Carneiro de Sousa, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.512/10
AUTOR DO FATO: Warison Araujo Souza
ADVOGADO: Priscila Francisco da Silva OAB/TO 2482-B
VÍTIMA: Paulo Henrique Silva Dias
INTIMAÇÃO: fls. 48. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Warison Araujo Souza, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.435/10
AUTOR DO FATO: Wedila Brilhante de Araújo Rocha
ADVOGADO: Leonardo Gonçalves da Paixão
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 31. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Wedila Brilhante de Araújo Rocha, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 15.914/08
AUTOR DO FATO: Claudia Gomes Feitosa
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Ana Flavia Moura de Sousa e Tânia Santos Nascimento
INTIMAÇÃO: fls. 52. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, com âncora no art.107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Claudia Gomes Feitosa, relativamente a infringência do art. 21 da Lei 3.688/41. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as cautelas legais. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.948/11
AUTOR DO FATO: Edimael Alves Sousa
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: A Coletividade
INTIMAÇÃO: fls. 21. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Edimael Alves Sousa, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 21 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.567/10
AUTOR DO FATO: Antonio Henrique da Silva
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 21. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Antonio Henrique da Silva, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 19.158/11
AUTOR DO FATO: Manoel Granjeiro
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Túlio Neves da Costa e Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 26. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Manoel Granjeiro, relativamente a infringência do artigo 139 do Código Penal Brasileiro. Com relação aos delitos previstos nos artigos 147 e 331, ambos do Código Penal, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.183/10
AUTOR DO FATO: Kainan Carvalho Alencar
ADVOGADO: Antonio Rodrigues Rocha OAB/TO 397
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 26. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Kainan Carvalho Alencar, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.194/10
AUTOR DO FATO: Reginaldo Pereira do Nascimento, Renailton Rodrigues de Sousa e Josiel de Lima Conceição
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Assis Campos Carvalho, Wanderly Jesus de Oliveira e Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 53. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Renailton Rodrigues de Sousa, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial(art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.990/11
AUTOR DO FATO: Marcos Domencio Marinucci
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Albino Dédicio dos Santos
INTIMAÇÃO: fls. 20. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de Marcos Domencio Marinucci, relativamente a infringência do artigo 163 do Código Penal Brasileiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.771/10
AUTOR DO FATO: André Pereira da Silva
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Edilma Pereira da Silva
INTIMAÇÃO: fls. 26. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Ante ao exposto, nos termos do 107, IV, do Código Penal, julgo a extinta a punibilidade de André Pereira da Silva, relativamente a infringência do artigo 163 do Código Penal Brasileiro. Com relação aos delitos previstos nos artigos 129 do Código Penal, dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 18.273/10
AUTOR DO FATO: Aparecido de Paula Barbosa
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Jessika Milanês Ribeiro
INTIMAÇÃO: fls. 23. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte:"Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Aparecido de Paula Barbosa, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial(art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

AUTOS 15.966/08
AUTOR DO FATO: Jurismar Almeida de Sousa
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VÍTIMA: Justiça Pública
INTIMAÇÃO: fls. 40. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte:"Vistos, etc. Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Jurismar Almeida de Sousa, determinando que, a presente condenação

não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial(art.76, §4º, e, por analogia, art.84, Parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 22 de junho de 2011. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

Juizado Especial da Infância e Juventude

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (dez) DIAS-
Ação Sócio-Educativa– 2011.0000.4096-3/0- Requerido: S.N. dos R.-Vítima;MARCOS ANTONIO BORGES FERREIRA- A Doutora JULIANNE FREIRE MARQUES, MMª. Juíza de Direito deste Juizado da Infância e Juventude desta Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania do Juizado da Infância e Juventude se processam os autos acima epigrafados. FINALIDADE: INTIMAR: EVENTUAIS INTERESSADOS OU LESADOS, para requererem no prazo de dez (10) dias, a restituição dos bens apreendidos, a saber: a)-01 (uma) bicicleta tipo Moutain, bike, marca Sundown, de cor vermelha, nº de série 1811007; b)- 01 (uma) bicicleta marca não identificada-cor verde, nº série OMO4306, apreendida nos autos acima, fato ocorrido no dia 17 de dezembro de 2010, na Rua Ferraz de Camargo, próximo ao Colégio José Ferreira Barros, Setor Céu Azul, nesta cidade. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, 21 de junho de 2011. Eu, (Marinete Alves de Sousa Milhomem) Escrevente, digitei.JULIANNE FREIRE MARQUES-Juíza de Direito

ARRAIAS

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS
Protocolo Único n° 2009.0012.2744-5
Ação de Usucapião Extraordinário do Imóvel Rural denominado Fazenda Capivara
Requerente: DIONY FERREIRA DE SOUZA E OUTROS
Requerido: GUSTAVO BALDUÍNO SANTA CRUZ (ESPÓLIO)
FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo, na Vara Cível, a Ação de Usucapião Extraordinário do Imóvel Rural denominado Fazenda Capivara, Protocolo Único n° 2009.0012.2744-5, tendo como requerentes DIONY FERREIRA DE SOUZA, JOSENITA TAVARES FERREIRA, DOMINGOS FERREIRA DE SOUZA e EVANY SOUZA SILVA e como requerido GUSTAVO BALDUINO SANTA CRUZ (ESPÓLIO). Nestes autos, o MM. Juiz de Direito, através do despacho de folhas 30/v, MANDOU CITAR os réus incertos e eventuais interessados, afim de que tomem ciência de todos os atos e termos da presente ação, para, querendo, contestarem, no prazo 15 (quinze) dias, ficando desde logo advertidos que caso não contestem ou, o fazendo de modo intempestivo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores na inicial, seguindo o feito a sua REVELIA (Art. 285 c/c 319 do CPC). E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO que será publicado no diário da Justiça e afixado no placard do Fórum desta Comarca, em lugar público de costume, na forma legal. Dado e passado nesta cidade e Comarca, no Cartório do Cível, sexta-feira, 28 de junho de 2011. Eu, Ádlla Silva Oliveira, Técnica Judiciária de 1ª Instância, digitei e subscrevi. Eduardo Barbosa Fernandes. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS
Autos n° 292/2006
Ação de Usucapião Extraordinário c/ Pedido de Antecipação de Tutela
Requerente: DOMINGOS JOSÉ DE MOURA E OUTROS
Requerido: ESPÓLIO DE DIOLINDO DE SENA AIRES
FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo, na Vara Cível, a Ação de Usucapião Extraordinário c/ Pedido de Antecipação de Tutela, Autos n° 292/2006, tendo como requerentes DOMINGOS JOSÉ DE MOURA, JURACI JOSÉ DE MOURA, PEDRO RIBEIRO DIAS, MARIA JOSÉ DE MOURA e DOMINGOS JOSÉ DE MOURA e como requeridos ESPÓLIO DE DIOLINDO DE SENA AIRES FRANÇA e ZÉLIA MARIA GONTIJO AIRES FRANÇA. Nestes autos, o MM. Juiz de Direito, através do despacho de folhas 194/v, MANDOU CITAR os réus incertos, eventuais interessados e RENATO SALIVA, brasileiro, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, afim de que tomem ciência de todos os atos e termos da presente ação, para, querendo, contestarem, no prazo 15 (quinze) dias, ficando desde logo advertidos que caso não contestem ou, o fazendo de modo intempestivo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores na inicial, seguindo o feito a sua REVELIA (Art. 285 c/c 319 do CPC). E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO que será publicado no diário da Justiça e afixado no placard do Fórum desta Comarca, em lugar público de costume, na forma legal. Dado e passado nesta cidade e Comarca, no Cartório do Cível, sexta-feira, 28 de junho de 2011. Eu, Ádlla Silva Oliveira, Técnica Judiciária de 1ª Instância, digitei e subscrevi. Eduardo Barbosa Fernandes.Juiz de Direito.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Protocolo único n° 2008.0009.8236-5 – Notificação Judicial
Requerente: Município de Arraias, Estado do Tocantins
Advogado: Dr. Márcio Gonçalves – OAB/TO 2.554
Requerido: Maria Rigo de Souza Franco
Ato Ordinatório: "Em face da devolução da correspondência de fls. 17, intime-se o requerente para informar o endereço completo da requerida. Arraias/ TO, 28 de junho de 2011."

AUGUSTINÓPOLIS

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica o advogado abaixo nominado devidamente intimado, através deste expediente, da decisão abaixo prolatada para as providências que se fizerem necessárias:

PROCESSO Nº 2011.0003.1338-2/0.
PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME.
REQUERENTE: RAIMUNDO VIEIRA DE SOUSA.
ADVOGADO(S): Doutor DAMON COELHO LIMA, inscrito na OAB-TO sob o nº 651-A, com escritório profissional localizado na cidade de Augustinópolis-TO.
DECISÃO: "POSTO ISSO, acolho o parecer do Ministério Público. Com fundamento no artigo 112 da LEP e artigo 2º, § 2º da Lei nº 8.072/90, INDEFIRO o pedido de progressão de regime. Intimem-se. Preclusa esta decisão, arquivem-se. Cumpra-se. Augustinópolis-TO, 15 de junho de 2011. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito"

PROCESSO Nº 2011.0001.9826-5/0.
REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA.
REQUERENTE: JAIRZINHO DE ASSIS SOUSA.
REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA.
ADVOGADO(S): Doutor JOSÉ RIBAMAR MADEIRA, inscrito na OAB-MA sob o nº 3385, com escritório profissional localizado na Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, nº 939, 2º Piso, Sala 23, Centro, Imperatriz-MA.
SENTENÇA: "Este pedido está prejudicado, porque o requerente foi pronunciado nos autos principais, ocasião em que lhe foi negado o direito de recorrrer em liberdade. Há, portanto, uma decisão mantendo a prisão posterior ao decreto que se pretende revogar. POSTO ISSO, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Augustinópolis-TO, 20 de junho de 2011. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito em Substituição Automática".

2ªVara Cível de Família e Sucessões

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito em Substituição Automática, desta Comarca de Augustinópolis, Estado do Tocantins, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos que o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo se processam os autos da Ação de Guarda (processo nº 2010.0003.3678-3/0), tendo como requerente Aldeide Alves da Silva, e como requeridos Antonia Vanda Alves da Silva, José Morais Borges Filho e José Arnaldo Borges da Conceição, sendo o presente para CITAR os requeridos JOSÉ MORAIS BORGES FILHO e JOSÉ ARNALDO BORGES DA CONCEIÇÃO, brasileiros, estando atualmente em lugares incertos e não sabido, para, querendo, responderem à ação de guarda proposta por Aldeide Alves da Silva em seu desfavor, perante este Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando os mesmos advertidos de que a ausência da contestação no prazo legal implicará em revelia. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Augustinópolis-TO, aos 27 de junho de 2011. Eu, Neide Maria dos Santos, Escrivã Judicial que digitei e subscrevi. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito em Substituição Automática.

AURORA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.°2010.0001.0659-1
Ação: Indenização por Dano Material.
Requerente: Eurica Pedro da Silva.
Advogado: Dr. Walner Cardozo Ferreira.
Requerido: Banco BMC S/A.
Advogado: não consta.
FINALIDADE: Fica o advogado da parte autora INTIMADO para tomar conhecimento de que o processo retornou do Egrégio Tribunal de Justiça.

COLINAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

ERRATA
Retificação da publicação no Diário da Justiça n.º 2675 fls. 33
AUTOS: Nº. 2009.0011.0257-0/0 - AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
ADVOGADO: Dr. Maria Lucilia Gomes OAB-SP 84.206.
REQUERIDO: ALQUINDAR ALVES SANTOS
ADVOGADO: Defensoria Publica.
FINALIDADE: Intimação do Despacho de fls. 53, a seguir transcrito: Tenho vista que às fls. 42/44 a parte ré alega que já pagou a dívida, DETERMINO: INTIME-SE a parte ré para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial, na CAIXA ECONOMICA FEDERAL, para purgar da mora, conforme requereu às fls. 43. Em seguida INTIME-SE a parte autora para, em 05 dias, manifestar-se sobre a purga da mora e documentos de fls. 42/52. Após o decurso do prazo ora fixado para a parte autora manifestar-se sobre a purga da mora, voltem os autos CONCLUSOS para deliberação sobre pedido de revogação de liminar. INTIMEM-SE. Colinas do Tocantins, 13 de maio de 2011. Grace Kelly Sampaio Juíza de Direito

Autos: nº. 2009.0007.1384-2 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: José dos Anjos Ventura.
Advogado: Dr. Antonio Rogério Barros de Mello, OAB – TO 4.159.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Márcio Chaves de Castro, Procurador Federal.
1. INTIMAÇÃO: a parte autora via de seu Advogado, acerca da DECISÃO de folhas 48/49, a seguir transcrito "DECISÂO 1. As circunstâncias da causa, em especial o fato de o INSS nunca ter comparecido a quaisquer das várias audiências de conciliação ou de instrução e julgamento realizadas por este juízo ao longo dos últimos 03 anos, evidenciam que improvável a obtenção de transação em sede de audiência preliminar prevista pelo art. 331, caput, CPC. 2. Considerando ainda o congestionamento da pauta de audiências deste Juízo, a inclusão deste feito em pauta de audiência preliminar (art. 331, § 3º, CPC) resultaria em desnecessário atraso ao andamento do processo. 3. Assim sendo, a fim de evitar retardamento ao andamento do processo, e principalmente porque não haverá qualquer prejuízo para as partes, fica DISPENSADA a realização de Audiência Preliminar de que trata de que trata o caput do artigo 331, CPC, pelos motivos expostos acima. 4. Passo ao ordenamento e SANEAMENTO DO PROCESSO. 5. REJEITO a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir argüida na contestação. JUSTIFICO. Para que se possa propor ação previdenciária não é necessária a existência de prévio requerimento administrativo. A exigência de exaurimento das vias administrativas como condição para propositura de ação judicial fere direito fundamental ao pleno acesso ao judiciário (art. 5º XXXV, CF/88). Ademais, a apresentação de contestação pelo INSS comprova sua resistência à pretensão da parte autora, o que dá ensejo à prestação jurisdicional pelo Estado-Juiz e torna despicienda a via administrativa. Nesse sentido o entendimento pacificado pelo STJ e TRF's: "RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como con condição para propositura da ação de natureza previdenciária. Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário. Recurso conhecido e desprovido." (STJ: RESP 200301951137/PR, 5ª T, j. 26/10/2004, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; no mesmo sentido: RESP 200300929083/PR; TRF1, AC 9601298940/MG). 6. Das provas: DEFIRO a produção de prova testemunhal requerida pela parte autora e, com fulcro no art. 342, CPC, de ofício, DETERMINO o interrogatório da parte autora. 7. DEFIRO ainda às partes a juntada de documentos, desde que novos na acepção legal (art. 397, CPC). 8. DESIGNO o dia 22/09/2011, às 16:00 horas, para a AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. 9. INTIME-SE pessoalmente a parte autora para prestar depoimento pessoal na audiência (art. 343, CPC), ADVERTINDO-A, expressamente, de que caso não compareça à audiência ou, comparecendo, recuse-se a depor, presumir-se-ão verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 343 e §§, CPC). 10. As partes deverão trazer suas testemunhas a Juízo independentemente de intimação, mas o rol deverá ser depositado em Cartório com no mínimo 05 dias de antecedência da audiência, caso ainda não esteja encartado nos autos, sob pena de preclusão e conseqüente não inquirição das testemunhas (art. 407, CPC). 11. Caso quaisquer das partes queira que suas testemunhas sejam intimadas para a audiência, deverão, em 05 dias contados da intimação deste despacho, requerer, expressamente, suas intimações pessoais, sob pena de presumir-se terem delas desistido (art. 412, § 1º, CPC). 12. INTIMEM-SE. 13. CUMPRA-SE com urgência, tendo em vista a proximidade da data da audiência. Colinas do Tocantins - TO, 21 de junho de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO Juíza de Direito.

Autos: nº. 2008.0005.8525-0 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Alzemira de Andrade Castro.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera, OAB – TO 3.407.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Maria Carolina Rosa, Procuradora Federal.
1. INTIMAÇÃO: a parte autora via de seu Advogado, acerca da DECISÃO de folhas 76/77, a seguir transcrito "DECISÂO 1. As circunstâncias da causa, em especial o fato de o INSS nunca ter comparecido a quaisquer das várias audiências de conciliação ou de instrução e julgamento realizadas por este juízo ao longo dos últimos 03 anos, evidenciam que improvável a obtenção de transação em sede de audiência preliminar prevista pelo art. 331, *caput*, CPC. 2. Considerando ainda o congestionamento da pauta de audiências deste Juízo, a inclusão deste feito em pauta de audiência preliminar (art. 331, § 3º, CPC) resultaria em desnecessário atraso ao andamento do processo. 3. Assim sendo, a fim de evitar retardamento ao andamento do processo, e principalmente porque não haverá qualquer prejuízo para as partes, fica DISPENSADA a realização de Audiência Preliminar de que trata o *caput* do artigo 331, CPC (art. 331, § 3º, do CPC), pelos motivos expostos acima. 4.Passo ao ordenamento e SANEAMENTO DO PROCESSO. 5. REJEITO a preliminar de carência de ação por INÉPCIA da inicial argüida na contestação. JUSTIFICO. A alegação de que na inicial a parte autora não oferece a certeza necessária sobre sua pretensão não é causa de inépcia, até porque, em se tratando de ação de conhecimento, tal certeza só será eventualmente alcançada através da instrução processual. Há íntima correlação entre a exposição dos fatos e os pedidos apresentados pela parte autora. A petição inicial apresenta clara causa de pedir, o pedido é próprio e expresso. Como se vê, não estão caracterizadas quaisquer das hipóteses do art. 295, parágrafo único, do CPC. 6. DEFIRO as provas requeridas pelas partes. Parte autora: inquirição de testemunhas. Parte ré: depoimento pessoal da parte autora. DEFIRO ainda às partes a juntada de documentos, desde que novos na acepção legal (art. 397, CPC). 8. DESIGNO o dia 21/09/2011, às 09:00 horas, para a AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. 9. INTIME-SE pessoalmente a parte autora para prestar depoimento pessoal na audiência (art. 343, CPC), ADVERTINDO-A, expressamente, de que caso não compareça à audiência ou, comparecendo, recuse-se a depor, presumir-se-ão verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 343 e §§, CPC). 10. As partes deverão trazer suas testemunhas a Juízo independentemente de intimação, mas o rol deverá ser depositado em Cartório com no mínimo 05 dias de antecedência da audiência, caso ainda não esteja encartado nos autos, sob pena de preclusão e conseqüente não inquirição das testemunhas (art. 407, CPC). 11. Caso quaisquer das partes queira que suas testemunhas sejam intimadas para a audiência, deverão, em 05 dias contados da intimação deste despacho, requerer, expressamente, suas intimações pessoais, sob pena de presumir-se terem delas desistido (art. 412, § 1º, CPC). 12. INTIMEM-SE. 13. CUMPRA-SE com urgência, tendo em vista a proximidade da data da audiência. Colinas do Tocantins-TO, 14 de junho de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO JUÍZA DE DIREITO.

Autos: nº. 2009.0007.1324-9 Ação: Previdenciária ML.
Requerente: Aldenora Barbosa da Silva.
Advogado: Dr. Antonio Rogério Barros de Mello, OAB – TO 4.159.
Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.
Advogado: Márcio Chaves de Castro Procurador Federal.
1. INTIMAÇÃO: a parte autora via de seu Advogado, acerca da DECISÃO de folhas 43/44, a seguir transcrito "DECISÂO 1. A audiência preliminar (art. 331, *caput*, CPC) foi dispensada às fls. 25, em decisão preclusa. 2. Passo ao ordenamento e SANEAMENTO DO PROCESSO. 3. REJEITO a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir argüida na contestação. JUSTIFICO Para que se possa propor ação previdenciária não é necessária a existência de prévio requerimento administrativo. A exigência de exaurimento das vias administrativas como condição para propositura de ação judicial fere direito fundamental ao pleno acesso ao judiciário (art. 5º XXXV, CF/88). Ademais, a apresentação de contestação pelo INSS comprova sua resistência à pretensão da parte autora, o que dá ensejo à prestação jurisdicional pelo Estado-Juiz e torna despicienda a via administrativa. Nesse sentido o entendimento pacificado pelo STJ e TRF's: "RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. O prévio requerimento na esfera administrativa não pode ser considerado como condição para propositura da ação de natureza previdenciária. Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é desnecessário o requerimento administrativo prévio à propositura de ação que vise concessão de benefício previdenciário. Recurso conhecido e desprovido." (STJ: RESP 200301951137/PR, 5ª T, j. 26/10/2004, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; no mesmo sentido: RESP 200300929083/PR; TRF1, AC 9601298940/MG). DEFIRO as provas requeridas pelas partes. Parte autora: inquirição de testemunhas. Parte ré: depoimento pessoal da parte autora e inquirição de testemunhas. DEFIRO ainda às partes a juntada de documentos, desde que novos na acepção legal (art. 397, CPC). 6. DESIGNO o dia 21/09/2011, às 13:00 horas, para a AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. 7.INTIME-SE pessoalmente a parte autora para prestar depoimento pessoal na audiência (art. 343, CPC), ADVERTINDO-A, expressamente, de que caso não compareça à audiência ou, comparecendo, recuse-se a depor, presumir-se-ão verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 343 e §§, CPC). 8. As partes deverão trazer suas testemunhas a Juízo independentemente de intimação, mas o rol deverá ser depositado em Cartório com no mínimo 05 dias de antecedência da audiência, caso ainda não esteja encartado nos autos, sob pena de preclusão e conseqüente não inquirição das testemunhas (art. 407, CPC). 9. Caso quaisquer das partes queira que suas testemunhas sejam intimadas para a audiência, deverão, em 05 dias contados da intimação deste despacho, requerer, expressamente, suas intimações pessoais, sob pena de presumir-se terem delas desistido (art. 412, § 1º, CPC). 10. INTIMEM-SE. 11. CUMPRA-SE com urgência, tendo em vista a proximidade da data da audiência. Colinas do Tocantins - TO, 14 de junho de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO JUÍZA DE DIREITO".

2ª Vara Cível

DECISÃO
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 699/11 – R

Fica a parte autora por seu advogado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
AUTOS nº 2006.0007.6289-0/0
REQUERENTE: JOSÉ RODRIGUES BARBOSA
ADVOGADO: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera, OAB/TO 3407
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO. "...Trata-se de pedido de pedido de Aposentadoria rural por idade, cujo feito havia sido extinto por entender ser o autor carecedor do direito de ação. A sentença foi anulada, determinando a instância superior o prosseguimento da ação, razão pela qual há de ser o processo instruído. CITE-SE a autarquia requerida, para os termos da presente ação, sob as penalidades legais. Anoto que a representação judicial do INSS está a cargo da PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS, sendo certo que a citação deve ser feita na pessoa de seu Procurador Autárquico, mediante REMESSA dos autos à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, em Palmas - TO (art. 222, "c", CPC), para, querendo, contestar o pedido no prazo de 60 dias (art. 297, c/c art. 188 do CPC). (...) Considerando, ainda, que em se tratando de matéria de direito previdenciário, pelas circunstâncias que se antevê do processo é muito provável ser de nenhum efeito a audiência preliminar prevista no art. 331 do CPC, por impossibilidade de conciliação entre as partes; Considerando por último, a necessidade de agilizar o andamento processual do feito por versar sobre aposentadoria por idade, e principalmente porque não haverá qualquer prejuízo para as partes, fica, desde já, DISPENSADA a realização de Audiência Preliminar de que trata o *caput* do artigo 331, CPC (art. 331, § 3º, do CPC), pelos motivos já expostos acima. No mais, vejo que as partes se encontram bem representadas nos autos, não havendo qualquer nulidade ou irregularidade a ser declarada ou sanada, declaro o feito SANEADO. Defiro as provas pleiteadas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/ 08/2011 às 10:00 horas. Proceda-se à intimação do autor e seu patrono. O INSS via remessa dos autos, ficando este advertido de que deverá restituir os autos em cartório no prazo de cinco dias, sob pena de seu procurador suportar as sanções do art. 196 do CPC, sem prejuízo das demais cominações. Intimem-se as testemunhas arroladas pelo (a) autor (a). Cumpra-se. INTIMEM-SE. Colinas do Tocantins, 18 de maio de 2011. (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe – Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 698/11 – IV
Fica a parte autora por seu advogado, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
AUTOS nº 2010.0001.5050-7/0
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: CÉLIA SANTOS SILVA
ADVOGADO: Dr. Antonio Rogério Barros de Mello, OAB/TO 4159
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:Considerando as circunstâncias da causa, em especial o fato do INSS não ter o costume de comparecer a quaisquer das várias audiências de conciliação, preliminar ou de instrução e julgamento realizadas por este juízo ao longo dos anos, o que evidencia ser improvável a obtenção de transação em sede de audiência preliminar prevista pelo art. 331, *caput*, CPC.Considerando, ainda, que em se tratando de matéria de direito previdenciário, pelas circunstâncias que se antevê do processo é muito provável ser de nenhum efeito a audiência preliminar prevista no art. 331 do CPC, por impossibilidade

de conciliação entre as partes; Considerando por último, a necessidade de agilizar o andamento processual do feito por versar sobre pensão por morte, e principalmente porque não haverá qualquer prejuízo para as partes, fica, desde já, DISPENSADA a realização de Audiência Preliminar de que trata o *caput* do artigo 331, CPC (art. 331, § 3º, do CPC), pelos motivos já expostos acima. No mais, verifico que as partes se encontram bem representadas não havendo quaisquer nulidades ou irregularidades a serem declaradas ou sanadas, dou o processo por SANEADO. Defiro a produção das provas pleiteadas pelas partes, para o que designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de outubro de 2011, às 14:30 horas. Intimem-se as partes e seus patronos, bem como as testemunhas arroladas pela autora. O INSS via remessa dos autos. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 26 de maio de 2011.

DESPACHO
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 700/11 – Val
Fica a parte autora por seu advogado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
AUTOS nº 2011.0002.6245-1/0
REQUERENTE: ALDENOR COSTA E SILVA
ADVOGADO: Dra. Francelurdes de Araújo Albuquerque, OAB/TO 1296
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO. "... 1- seja intimado o autor para juntar aos autos a certidão imobiliária do imóvel e escrituras públicas de compra e venda, isso porque ao que consta recebeu em herança a área de 145,2 ha, tudo no prazo de dez dias, contados da intimação, pena de indeferimento do pedido e extinção e arquivamento. (...).Colinas do Tocantins, 25 de maio de 2011. (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe – Juíza de Direito".

1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM EXPEDIENTE 403/11 – Cir
Fica a procuradora da parte abaixo identificada, intimada do teor da r. decisão proferida por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 2011.0006.8030-0 (8032/11)
Ação: Revisão de Alimentos
Requerente: R. A. L., rep./genitora Ivonete Eduarda da Silva
Advogada: Isabel Candido da Silva Alves de Oliveira, OAB/TO n. 1347
Requerido: João Alves de Lima
DECISÃO: "(...) Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, para o dia 22 de setembro de 2011, às 16:30 horas. A autora deve providenciar cópias de todos os documentos que instruíram a inicial para integrar a contrafé. Atendida a providência acima, cite-se e intime-se o requerido, para que compareça à audiência, para querendo contestar a ação, sob pena de revelia e confissão, ressaltando-se que a contestação deverá ser apresentada em audiência, acompanhada dos comprovantes de rendimentos."

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 627/11R
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 201.1.0006.23864-4– RESCISÃO CONTRATUAL
REQUERENTE: FRANCISCA ELIZETE DOS SANTOS
ADVOGADO: LEILA ALVES DA COSTA MONTEIRO – OAB/TO 4686
RECLAMADO: SALOMÃO CLAUDIO RIO PRETO
INTIMAÇÃO: "Deixo de apreciar o pedido de antecipação de tutela, para depois da audiência de conciliação, a qual designo para o dia 26/07/2011 às 9:00 horas. Intimem-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 07 de junho de 2011. Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 626/11R
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 20011.0006.2849-9– RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C DANOS MORAIS
REQUERENTE: RAUL LEONCIO RAMOS
ADVOGADO: ANDERSON FRANCO ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 3789
RECLAMADO: SALOMÃO CLAUDIO RIO PRETO
INTIMAÇÃO: Da designação da audiência conciliatória designada para o dia 26 de julho de 2011 ás 09hs30min.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 625/11R
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2011.0006.2850-2 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
REQUERENTE: MARIA JOSE DA SILVA PEREIRA - ME
ADVOGADO: ANDERSON FRANCO ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 3789
RECLAMADO: BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO: Da designação da audiência conciliatória designada para o dia 21 de julho de 2011 ás 10hs00min

COLMEIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2006.0009.1153-4/0
Ação: ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO – APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: FLORACY DE PAULA COELHO.
Advogado: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL INSS.
Advogado: PROCURADOR FEDERAL
SENTENÇA: (...) Ante o exposto julgo improcedente o pedido e extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Concedo os benéficos da Assistência judiciária gratuita. Condeno a parte autora em custas processuais, sobrestando seu pagamento nos termos da Lei 1060/50. Intime-se as Partes. Após o transito em julgado arquivem-se com as cautelas de estilo. Colméia. 06 de maio de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2009.0011.4460-4/0
Ação: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.
Requerente: IRMÃOS DAMASCENO LTDA.
Advogado: ILDELFONSO DOMINGOS RIBEIRO NETO OAB/TO 372
Requerido: MUNICIPIO DE PEQUIZEIRO - TOCANTINS.
Advogado: OCÉLIO NOBRE DA SILVA OAB/TO 1.626 E ÁLVARO DE OLIVEIRA MACEDO OAB/MG 96.582
DESPACHO: Ao contador para novos cálculos incluindo os honorários advocatícios sucumbências. Atente ao cartório que o requerido é o Muncipio de Pequizeiro – Tocantins. Após a juntada dos cálculos intime-se as partes para se manifestarem. Intime-se.cumpra-se. Colméia. 21 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2008.0009.1331-2/0
Ação: BUSCA E APREENSÃO.
Requerente: GINOMAR FAGUNDES GARCIA.
Advogado: DARLAN GOMES DE AGUIAR/RICARDO DE SALES ESTRELA LIMA OAB/TO 1625 E 4052
Requerido: MOACIR BARBOSA CUNHA.
Advogado: NÃO CONSTITUIDO
DESPACHO: Designo audiência de Justificação para o dia 09/08/2011 às 1400min horas. Intimem-se a parte autora pessoalmente o Requerido por meio de carta precatória e seus patronos por meio do Diário Oficial, as testemunhas deveram comparecer independente de intimação Intime-se.cumpra-se. Colméia. 21 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2011.0001.0556-9/0
Ação: CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA DE TESTEMUNHA.
Requerente: RONALDO MARIANO DA SILVA
Advogado: ADWARDS BARROS VINHAL OAB/TO 2541
Requerido: IRACI PIRES FERNANDES.
Advogado: NÃO DECLARADO
DESPACHO: Designo a audiência para inquirição da testemunha para o dia 23/08/2011 às 14:00horas. Cumpra-se. Intimem-se. Servindo a cópia de mandado. Colméia. 15 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2011.0004.2223-8/0
Ação: CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA DE TESTEMUNHA.
Requerente: SANDRA MARIA MAGALHÃES.
Advogado: RICARDO DE SALES ESTRELA LIMA OAB/TO 4052
Requerido: EDMAR CAETANO PORFIRIO E KÁTIA PATRICIA BORGES.
Advogado: SÉRGIO C. WACHELESKI OAB/T0 1643
DESPACHO: Designo a audiência para inquirição da testemunha para o dia 23/08/2011 às 14h00 min horas. Cumpra-se. Intimem-se. Servindo a cópia de mandado. Colméia. 15 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2011.0004.7393-2/0
Ação: COBRANÇA.
Requerente: MAGNA HELOISA RIBEIRO LACERDA.
Advogado: FRACIANA DI FÁTIMA CARDOSO – DEFENSORA PÚBLICA
Requerido: OSVALDINA DE TAL.
Advogado: NÃO CONSTITUIDO
DESCISÃO: Primeiramente, com fulcro no artigo 4º, caput e § 1º, da Lei 1.050/50. DEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita. Designo audiência de Conciliação, instrução e Julgamento para o dia 26/03/2012 às 14h00min horas, devendo a parte requerida apresentar defesa em audiência, senão ocorrer acordo, sob pena de confissão e revelia e as demais penalidades da Lei. As testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Advirta a parte autora que sua ausência à audiência acarreta a extinção do feito.. Colméia. 21 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto

AUTOS: 2008.0009.1331-2/0
Ação: INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO C/C DANOS MORAIS.
Requerente: JOSÉ DE OLIVEIRA CASTRO, MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA E CLENIO LUIZ DE DEUS.
Advogado: ILDELFONSO DOMINGOS RIBEIRO NETO OAB/TO 372
Requerido: MUNICIPIO DE COLMÉIA - TOCANTINS.
Advogado: NÃO CONSTITUIDO
DESPACHO: Tendo em vista a Semana Nacional de Conciliações 2011, que acontecerá possivelmente entre os dias 28 de dezembro, designo audiência de Conciliação deste feito para o dia 20/11/2011 às 14:00horas. Intimem-se as partes pessoalmente, seus advogados por meio do diário oficial. Intime-se.cumpra-se. Colméia. 21 de junho de 2011, Jordan Jardim Juiz Substituto.

CRISTALÂNDIA

Cartório de Família, infânica e Juventude e 2ª cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0005.0861-2/0
PEDIDO: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXCIPIENTE: DJALMA SOARES.
ADVOGADO: Dr. Nadin El Hage – OAB/TO 19B
EXCEPTO: AGROPECUARIA ILHA DO FORMOSO LTDA.
ADVOGADO: Dr. Júlio César Baptista de Freitas – OAB/TO 1361
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte excipiente do despacho de fl. 70 a seguir transcrito: " 1. Ante o acordo noticiado nos autos do pedido cautelar nº 2011.0004.5613-2

às fls. 72/73, INTIME-SE o excipiente para, no prazo de 5(cinco) dias, ratificar aquele acordo, ou manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito..."

AUTOS Nº 2008.0005.2161-9/0
PEDIDO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADOS: Drs. Nelson Paschoalotto – OAB/SP 108.911 e Eric Garmes de Oliveira – OAB/SP nº 173.267
REQUERIDO: ANTONIO DA LUZ MARTINS DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima mencionados para no prazo de 5(cinco) dias, recolher as custas na forma cobrada á fl. 44/45 pelo Digno Juízo deprecado..."

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º2008.0007.6264-0/0*
REQUERENTE: TIAGO MOREIRA PERLEBERG
ADVOGADO: Dr. ZENO VIDAL SANTIN – OAB/TO N.º 279
REQUERIDO: LABORATÓRIO DNA VIDA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24/11/2011 às 17:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO N.º2008.0007.6343-4/0*
REQUERENTE: ANTONIO LUCAS DE LIRA
ADVOGADOS: Dr. CARLOS VÍCTOR A. CARDOSO JÚNIOR - OAB/TO N.º2.180 e Dr. FERNANDO BORGES E SILVA – OAB/TO N.º1.379
REQUERIDOS: BANCO PINE S/A
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24/11/2011 às 15:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º2010.0004.8861-3/0*
REQUERENTE: LUZIMAR GOMES ALMEIDA
ADVOGADO: Dr. RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA NETO – OAB/TO N.º4.521
REQUERIDOS: HOSPITAL SANTA HELENA S/S e UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO OESTE E TOCANTINS (PLANSAÚDE)
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24/11/2011 às 14:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

INTERDITO PROIBITÓRIO N.º2009.0004.5982-2/0*
REQUERENTE: EDVAL ARRUDA SALES
ADVOGADO: Dr. ADARI GUILHERME DA SILVA – OAB/TO 1.729
REQUERIDO:VALDIR GHISLENI CEZAR
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23/11/2011 às 17:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2009.0004.5836-2/0*
REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA FERREIRA REIS
ADVOGADO: Dr. WILTON BATISTA – OAB/TO N.º3.809
REQUERIDO: MAURIELE FÁTIMA CHAGAS DE BARROS
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23/11/2011 às 15:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE COBRANÇA N.º 2009.0006.8222-0/0*
REQUERENTE: LUIZ AGUIAR DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Dr. WILTON BATISTA – OAB/TO N.º3.809
REQUERIDO: JOSÉ DE RIBAMAR
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado, que deve comparecer com o requerente, devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23/11/2011 às 14:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2009.0004.5949-0/0*
REQUERENTE: LOURDES MARLENE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADA: Drª. JUSCELIR MAGNAGO OLIARI – OAB/TO N.º1.103
REQUERIDO: SÓ COLCHÕES e JOÃO M. PIMENTA
INTIMAÇÃO: Fica a supracitada Advogada, que deve comparecer com a requerente, devidamente INTIMADA do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23/11/2011 às 13:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL N.º 2008.0003.7084-0/0*
EXEQUENTE: LAK JOON SUNG
ADVOGADO: Dr. ZENO VIDAL SANTIN – OAB/TO N.º 279
EXECUTADO: JL COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA
ADVOGADA: Drª. PATRÍCIA RAQUEL DE AGUIAR RIBEIRO – OAB/TO N.º 3053
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados devidamente INTIMADOS do r. Despacho: " Designo a audiência de CONCILIAÇÃO COMUM para o dia 22/11/2011, às 16:30 horas. INTIMEM-SE as partes. Devendo os Srs. Advogados comparecerem acompanhados do exequente e executado. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2010.0003.3962-6/0*
REQUERENTE: ALBINO ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO: Dr.JÚLIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS – OAB/TO N.º 1.361
REQUERIDO: LOSANDO PROMOTORA DE VENDAS
ADVOGADOS: Dr. MURILO SUDRÉ MIRANDA – OAB/TO N.º 1.536 e Dr. BERNARDINO DE ABREU NETO – OAB/TO N.º 4.232
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados devidamente INTIMADOS do r. Despacho: " Designo a audiência de CONCILIAÇÃO COMUM para o dia 22/11/2011, às 15:30 horas. INTIMEM-SE as partes. Devendo os Srs. Advogados comparecerem acompanhados do requerente e requerido. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0810-6/0*
REQUERENTE: CHARLANE LUCENA SILVA
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/2011 às 14:30 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0812-2/0*
REQUERENTE: VALTERLAN DORTA DOS ANJOS
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/11/2011 às 17:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0816-5/0*
REQUERENTE: MARIA HELENA GOMES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/11/2011 às 16:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0811-4/0*
REQUERENTE: MARIA DORTA DOS ANJOS
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/11/2011 às 15:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0813-0/0*
REQUERENTE: ANIZIA FERREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/11/2011 às 14:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2007.0002.0815-7/0*
REQUERENTE: JAIME FERREIRA GOMES
ADVOGADO: Dr.RODRIGO MELLER FERNANDES – OAB/TO N.º 2.602
REQUERIDO: BANEX FINANCEIRA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: " Redesigno a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/11/2011 às 13:00 horas. INTIMEM-SE as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de Maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE COBRANÇA N.º 2010.0009.1102-8/0*
REQUERENTE: MOACIR AUGUSTO PIANESSO
ADVOGADO: Drª. JUSCELIR MAGNAGO OLIARI - OAB/TO N.º1.103
REQUERIDO: JÚLIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS
INTIMAÇÃO: Fica a supracitada Advogada devidamente INTIMADA do r. Despacho: "...audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/11/2011 às 17:00 horas...Intimem-se o requerente e seu respectivo Advogado para a referida audiência, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas,

independentemente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE COBRANÇA N.º 2010.0009.1222-9/0*
REQUERENTE: JUSCELIR MAGNAGO OLIARI
ADVOGADO: Drª. ODETE MIOTTI FORNARI - OAB/TO N.º740
REQUERIDO: RAIMUNDO ALVES DE CARVALHO
INTIMAÇÃO: Fica a supracitada Advogada devidamente INTIMADA do r. Despacho: "...audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/11/2011 às 16:00 horas...Intimem-se o requerente e seu respectivo Advogado para a referida audiência, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independentemente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS N.º 2010.0004.8831-1/0*
REQUERENTE: WELZIANO CARVALHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Dr.WILSON MOREIRA NETO – OAB/TO N.º757
REQUERIDO: CIRILO LACERDA DA ROCHA
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado devidamente INTIMADO do r. Despacho: "...audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/11/2011 às 15:00 horas..." Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS N.º 2008.0007.6165-2/0*
REQUERENTE: CÉLIO ROBERTO ALVES PEREIRA
ADVOGADO: Dr.FERNANDO BORGES E SILVA - OAB/TO N.º1.379 e Dr. CARLOS VÍCTOR ALMEIDA CARDOSO JÚNIOR – OAB/TO N.º2.180
REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "...audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/11/2011 às 14:00 horas... Intimem-se o requerente e seu respectivo Advogado para a referida audiência, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independentemente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE COBRANÇA N.º 2008.0007.6201-2/0.*
REQUERENTE: VALDIR PINTO DA SILVA
ADVOGADO: Dr.ZENO VIDAL SANTIN – OAB/TO N.º 279-B
REQUERIDO: ANTONIO RIBEIRO SOARES
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado INTIMADO do r. Despacho: "REDSIGNO a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 09/11/2011 às 15:00 horas. Intimem-se as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO N.º 2010.0004.8858-3/0.*
REQUERENTE: ANTONIO HENRIQUE CAMPOS MORAES
ADVOGADO: Dr. WILSON MOREIRA NETO – OAB/TO N.º757
REQUERIDO: CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS e BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: Dr.GUSTAVO AMATO PISSINI – OAB/TO N.º4694-A (ADV. DO BANCO DO BRASIL S/A, FL.73)
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente e requerido devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "REDSIGNO a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 26/10/2011 às 16:00 horas. Intimem-se as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO N.º 2008.0007.6344-2/0.*
REQUERENTE: ANTONIO LUCAS DE LIRA
ADVOGADO: Dr.FERNANDO BORGES E SILVA - OAB/TO N.º1.379 e Dr. CARLOS VÍCTOR ALMEIDA CARDOSO JÚNIOR – OAB/TO N.º2.180
REQUERIDO: BANCO GE CAPITAL S/A
ADVOGADO: Dr. WILTON BATISTA – OAB/TO N.º 3.809
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente e requerido devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "REDSIGNO a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 26/10/2011 às 15:00 horas. Intimem-se as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DECLARATÓRIA N.º 2010.0004.8895-8/0.*
REQUERENTE: FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO
ADVOGADO: Dr. WILSON MOREIRA NETO – OAB/TO N.º 757
REQUERIDO: OMNILINK TECNOLOGIA S/A
ADVOGADOS: Dr. MURILO SUDRÉ MIRANDA – OAB/TO N.º 1.536 e Dr. MARCELO MÁRCIO DA SILVA – OAB/TO N.º 3185 B
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente e requerido devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "REDSIGNO a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 25/10/2011 às 13:00 horas. Intimem-se as partes, as quais devem comparecer acompanhadas de suas testemunhas independentemente de intimações. Cristalândia-TO, 30 de maio de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2010.0009.1132-0/0.*
REQUERENTE: IOLÂNDA MARQUES VERAS FONSECA
ADVOGADOS: Dr. ANDRÉ RIBEIRO CAVALCANTE – OAB/TO N.º 4277
REQUERIDO: EDUCON – SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "... para audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/10/2011 às 16:00 horas... Intimem-se o requerente e seu respectivo advogado para a referida audiência, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independentemente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2009.0001.9365-2/0.*
REQUERENTE: LINDOLFO PEREIRA LOPES
ADVOGADOS: Dr. FERNANDO BORGES E SILVA – OAB/TO N.º 1.379 e Dr. CARLOS VÍCTOR A. CARDOSO JÚNIOR – OAB/TO N.º 2.180
REQUERIDO: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente devidamente INTIMADOS do r. Despacho: "... para audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/10/2011 às 15:00 horas... Intimem-se o requerente e seu respectivo advogado para a referida audiência, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independentemente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

OBRIGAÇÃO DE FAZER N.º 2009.0001.9368-7/0.*
REQUERENTE: CÉLIO ROBERTO ALVES PEREIRA
ADVOGADOS: Dr. FERNANDO BORGES E SILVA – OAB/TO N.º 1.379 e Dr. CARLOS VÍCTOR A. CARDOSO JÚNIOR – OAB/TO N.º 2.180
REQUERIDO: ATLÂNTICO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente devidamente INTIMADOS do r. Despacho: " ...para audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/10/2011 às 14:00 horas...devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 2009.0001.9366-0/0.*
REQUERENTE: CÉLIO ROBERTO ALVES PEREIRA
ADVOGADOS: Dr. FERNANDO BORGES E SILVA – OAB/TO N.º 1.379 e Dr. CARLOS VÍCTOR A. CARDOSO JÚNIOR – OAB/TO N.º 2.180
REQUERIDO: PALMAS TECIDOS LTDA – A IDEAL TECIDOS
INTIMAÇÃO: Ficam os supracitados Advogados do requerente devidamente INTIMADOS do r. Despacho: " ...para audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/10/2011 às 13:00 horas...devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas, independente de intimação, salvo requerimento no prazo legal. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular.

AUTOS Nº 2006.0004.3257-1/0
PEDIDO: EMBARGOS DE TERCEIROS
REQUERENTE: JOSÉ ALVINO DE ARAÚJO SOUSA
ADVOGADOS Drs. Alessandro Roges Pereira – OAB/TO 2326 e Lailla Gabriele Amaral Brito – OAB/TO 763-E
REQUERIDO: PEDRO FLORENTINO DA SILVA E OUTRA
ADVOGADO: Dr. ZENO VIDAL SANTIN – OAB/TO 279B
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes acima mencionados do despacho de fl. 146 a seguir transcrito: " 1.RECEBO o recurso de APELAÇÃO interposto às fls. 135/141 nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Intime-se o apelado para, no prazo de 15(quinze) dias (art. 508), em querendo, ofertar suas contrarrazões. 3. Transcorrido o prazo supra, com ou sem as contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para douta apreciação, com nossas homenagens e anotações devidas junto ao sistema..."

AUTOS Nº 2011.0000.8217-8/0
PEDIDO: INTERDITO PROIBITÓRIO
REQUERENTE: EVA ALEXANDRE DA MOTA
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3809
REQUERIDO: SUZANA ALEXANDRE CRIZÓSTOMO
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente acima mencionado para em 5(cinco) dias informar se possui interesse na continuidade do feito.

AUTOS Nº 2008.0005.1957-6
PEDIDO: INVENTÁRIO
REQUERENTE: RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA.
ADVOGADO: Dr. Wilson Moreira Neto – OAB/TO 757
REQUERIDO: MIRTES DE ARRUDA OLIVEIRA
INTERESSADOS: ANÁLIA GOMES ROCHA E OUTROS.
ADVOGADO: Dr. Rômolo Ubirajara Santana – OAB/TO 1710
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes acima mencionados da decisão prolatada nos referidos autos fls. 175/178 cuja parte conclusiva segue transcrita:" ... Assim, não vislumbrando o requisito genérico do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, o feito deverá tramitar em seu rito procedimental regular, observando-se as peculiaridades do processo de inventário e partilha, nos termos dos artigos 982 e seguintes, do Caderno Instrumental Civil e, no momento oportuno será expedido o competente formal com a discriminação da meação e dos quinhões hereditários. POSTO ISTO, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado às fls. 159/162. Por oportuno, INTIMEM-SE as partes (herdeiros às fls. 05 e 77 e consorte sobrevivente) para, em cartório e pelo prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem sobre as primeiras declarações (art. 1000, CPC), bem como sobre o laudo de avaliação de fls. 150/151..."

DIANÓPOLIS

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL nº. 2010.0010.5392-0
Réus: CAIO LÚCIO ARAÚJO SERPA e JOSEMAR MARQUES DE SOUSA
Advogado: HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA – OAB/TO 259-A
Decisão: "Compulsando os autos, verifico que a denúncia foi recebida, os acusados Caio Lúcio Araújo e Josemar Marques de Sousa, foram regularmente, citados e apresentaram resposta a acusação através de advogado constituído. Destarte, analisando o feito, inferi não ser caso de absolvição sumária dos acusado, ao menos na presente fase em que se

encontram ao autos, visto que, não preenche nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397., I, II, III, IV da Lei Adjetiva Penal de modo que, nos termos do artigo 399 do Código de Processo Penal designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 08 de agosto de 2011, às 14 horas. Intimem-se. Dianópolis – TO, 19 de maio de 2011, Ciro Rosa de Oliveira – Juiz de Direito Titular da Vara Criminal."

AÇÃO PENAL nº. 2008.0004.6107-1
Réu: GERALDO BONFIM LOPES
Advogado: PÚBLIO BORGES ALVES – OAB/TO 2365
Réu: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE SENA
Advogado: SÍLVIO ROMERO ALVES PÓVOA – OAB/TO 2.301-A
DECISÃO: "1) Face aos ofício de fls. 522/524, redesigno a presente audiência nos moldes do f. despacho de fl. 515 para o dia 12 de setembro de 2011, às 14 horas. 2) Expeça-se Carta Precatória à Comarca de Goiânia – GO, a fim de que lá seja oitivada a vítima, Gilcirlene Barbosa Freire, no endereço constante à fl. 518. Intimem-se. Dianópolis-TO, 25 de maio de 2011. Ciro Rosa de Oliveira – Juiz de Direito Titular da Vara Criminal".

1ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2010.6.3939-5-Embargos a Execução
Embargante: Município de Conceição do Tocantins
Adv: Marcony Nonato Nunes
Embargado: Djalma Fernandes Oliveira
Adv:
Fica o advogado do requerente intimado para no prazo de 30 (trinta) dias, fazer o recolhimento das custas e taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. O DAJ poderá ser retirado no site www.tjto.jus.br .Dianópolis, 28 de junho de 2011. Maria as Graças Gomes Araújo, Escrivã Judicial.

AUTOS n° 2010.0006.3907-7 – DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO C/C PARTILHA DE BENS
Requerente: S. N. DE S. M.
Advogada: DRA. ROBERTA BUENO VIEIRA VILELA – OAB/TO Nº 2778
Requerido: S. F. M.
Advogada: DRA. EDNA DOURADO BEZERRA – OAB/TO Nº 2456
DESPACHO: "Redesigno audiência de tentativa de conciliação para o dia 21/09/2011, às 14:00 horas. As partes deverão especificar as provas que pretendem produzir até a data da audiência, sob pena de preclusão. Na audiência serão fixados os pontos controvertidos e decididas as questões processuais pendentes, e, em não havendo acordo, designada audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Notifique-se o representante do Ministério Público. Dianópolis-TO, 16 de junho de 2011. Fabiano Ribeiro, Juiz de Direito Substituto

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 4.460/00 - MONITÓRIA
Requerente: George Fahd El Mann
Adv. Jaqueline Santos Ortiz Correa – OAB/GO n. 26267
Requerida: Supermercado Agrolima (Albina Ferreira Lima)
Adv: : Dr. Jales José Costa Valente – OAB/TO nº 450-B
DESPACHO:
Fica a parte autora e seu advogado intimados para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar o cálculo do débito devidamente atualizado.

Autos n. 6.732/05 Ordinária de Cobrança
Requerente: Cidney Dias da Silva e outros
Adv: Hamurab Ribeiro Diniz
Requerido: Município de Rio da Conceição
Adv. Tadeu Passarini Filho
SENTENÇA:
Ante ao exposto, Julgo procedente os pedidos e extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar o requerido ao pagamento das verbas salariais dos requerentes, no importe total de R$ 2.122,25 (dois mil, cento e vinte reais e vinte e cinco centavos) referentes ao mês de dezembro de 2004, individualizados para cada um dos requerentes, na forma da planilha de fls. 05, devendo incidir sobre esses valores, juros legais de mora, segundo o percentual do artigo 406, do Código de Processo Civil Brasileiro, desde o momento em que se tornaram devidos, isto é, desde que deixaram de ser pagas. Condeno o requerido em custas e honorários de advogado, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Por se tratar de valores que não excedam a sessenta salários mínimos, deixo de remeter ao duplo grau de jurisdição necessário, conforme artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Marcio Soares da Cunha, Juiz Substituto.

Autos n. 2.830/95-Manutenção de Posse
Requerente: Guido Canisio Reis e s/m
Adv: Manoel Midas Pereira da Silva
Requerido: Thales Costa Valente
Adv.Jales José Costa Valente
SENTENÇA:
Ante ao exposto, Julgo improcedente o pedido, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, e extingo o presente com resolução de mérito, condenando o autor nas custas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, no que tange a presente ação e, ainda julgo procedente o pedido, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo o feito com resolução de mérito, em realção as ações n. 3393/1998 e 4043/2000, condenando os requeridos nessas últimas ações, em custas e honorários de advogado que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.Publicada em audiência. Fabiano Ribeiro, Juiz de Direito Substituto.

FIGUEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0006.4069-1
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MANOEL FRANCISCO DA LUZ
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 62/65 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 21 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS Nº2009.0002.5786-3
AÇÃO: PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: ALDEMIRA RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996B
REQUERIDO: INSS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para o fim de condenar o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ao pagamento mensal à parte autora do benefício da pensão por morte, por exercício de atividade rurícola do marido fslecido, no valor de um salário mínimo, da data da citação, corrigido monetariamente pelo IGPM, a partir do respectivo vencimento de cada parcela e de juros de mora de 1% ao mês, conforme disposição do art. 406 do Código Civil, combinado com o art. 161, § Iº do CTN e, por conseguinte, julgar extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461, § 3° do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação da tutela específica de ofício por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria, sentença. Ressalta-se que, embora o artigo 273 do CPC exija requerimento da parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inciso inc. XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º, do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente o direito da requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito, superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Ademais, a fome e a dor não esperam. Assim, concedo a antecipação da tutela específica, determinando que à parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Condeno, ainda, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, e ao pagamento das despesas processuais conforme Súmula 178 do Superior Tribunal "O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentarias e de benefícios propostas na justiça estadual". Por não exceder o direito controvertido o patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2°, do Código de Processo Civil, deixo de remeter os autos à instância superior para reexame necessário, mormente pelo teor da Súmula 111 do STJ que evidencia que o valor da condenação não engloba as prestações vincendas. Após o trânsito em julgado, em liquidação de sentença seja apurado o valor devido de benefício previdenciário existente entre a data da citação e a efetiva implantação pelo INSS do benefício, corrigidos estes valores conforme explicitado no dispositivo da sentença acima. P. R. I. C. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. FABIANO GONÇALVES MARQUES - Juiz de Direito"

AUTOS Nº2009.0002.2084-6
AÇÃO: PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: ELIZALDO GOMES CARVALHO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996B
REQUERIDO: INSS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para o fim de condenar o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ao pagamento mensal à parte autora do benefício da pensão por morte, por exercício de atividade rurícola da esposa falecida, no valor de um salário mínimo, da data da citação, corrigido monetariamente pelo IGPM, a partir do respectivo vencimento de cada parcela e de juros de mora de 1% ao mês, conforme disposição do art. 406 do Código Civil, combinado com o art. 161, § Iº do CTN e, por conseguinte, julgar extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Praeesso Civil. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461, § 3° do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação

da tutela específica de ofício por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria, sentença. Ressalta-se que, embora o artigo 273 do CPC exija requerimento da parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inciso inc. XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º, do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente o direito da requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito, superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Ademais, a fome e a dor não esperam. Assim, concedo a antecipação da tutela específica, determinando que à parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Condeno, ainda, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, e ao pagamento das despesas processuais conforme Súmula 178 do Superior Tribunal "O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentarias e de benefícios propostas na justiça estadual". Por não exceder o direito controvertido o patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2°, do Código de Processo Civil, deixo de remeter os autos à instância superior para reexame necessário, mormente pelo teor da Súmula 111 do STJ que evidencia que o valor da condenação não engloba as prestações vincendas. Após o trânsito em julgado, em liquidação de sentença seja apurado o valor devido de benefício previdenciário existente entre a data da citação e a efetiva implantação pelo INSS do benefício, corrigidos estes valores conforme explicitado no dispositivo da sentença acima. P. R. I. C. Figueirópolís/TO, 13 de junho de 2011. FABIANO GONÇALVES MARQUES - Juiz de Direito"

AUTOS: 2008.0002.9622-4
AÇÃO: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: FRANCISCA ROSA FERREIRA
ADVOGADO: Dr. MARCOS PAULO FAVARO OAB/TO4.128ª OAB/SP 229.901
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 108/124, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.4067-5
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: HILDA ALVES ARAUJO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 61/73, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.4057-8
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: CREUZA VIEIRA SOUSA SOARES
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 59/71, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.4061-6
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: UMBELINA CRISÓSTOMO PAS LANDIM
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 61/68, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0002.5782-0
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MANUELA ALVES DOS SANTOS SALGADO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 77/92, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2008.0008.75666/6
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: EDMILSON RODRIGUES
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 87/94, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício.

Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0002.2080-3
AÇÃO: PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: MARIA JOSEFA DOS SANTOS
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 77/80 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2007-0009.1465-5
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: JOSÉ DOS SANTOS BARROS
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 100/103 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2008.0008.7567-4
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MIGUEL DE OLIVEIRA MOURÃO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 71/86 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2008.0003.7260-5
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: VICENTINA DE PAULA RODRIGUES TEIXEIRA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 71/79 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0002.8081-4
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: FELÍCIA FERREIRA CHAVES
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 60/67 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.6151-6
AÇÃO: PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: ESTER MACHADO LIMA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 62/65 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.6179-6
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: BRAULINO ROSENO DE SOUSA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 62/65 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 21 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.4060-8
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: VIVALDO ALVES BATISTA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 62/65 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de

Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 21 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0002.8084-9
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: ELMINÍCIA FRANCISCO BARBOSA BRITO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 60/63 interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 21 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0006.4059-4
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MARIA DE JESUS GOMES DA MATA PINHEIRO
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996-B
REQUERIDO: INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 63/66, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 21 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

Autos: 2009.0006.4052-7
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: Justino Cardoso Dias
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 53/65, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

Autos: 2009.0003.4992-0
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: Maria Bezerra da Silva
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 71/77, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

Autos: 2007.0010.4926-5
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: José Pereira dos Santos
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 95/102, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Intimem-se, ainda, à parte autora, bem como seu advogado, comunicando a implementação do benefício concedido judicialmente, conforme ofício juntado aos autos pelo requerido. Envie cópia do referido ofício. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito. Figueirópolis/TO, 13 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

Autos: 2009.0002.5781-2
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: Jaci Bandeira Araujo Abreu
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 78/85, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

Autos: 2009.0006.6178-8
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: Luiza Almeida Pimentel
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 57/64, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

Autos: 2009.0003.4991-1
Ação de Aposentadoria Rural Por Idade
Requerente: Ana Nogueira Pulgas
Advogado: Dr. Nelson Soubhia OAB/TO 3.996-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Fica o requerente, juntamente com seu advogado, intimado da decisão prolatada nos autos em epigrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo, em seus regulares efeitos, o recurso de apelação de fls. 63/70, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, porque se reveste de tempestividade e adequação, satisfazendo os demais pressupostos

objetivos e subjetivos de admissibilidade. Na parte em que fora concedido à tutela antecipada, qual seja, na imediata implantação do benefício previdenciario, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, com fulcro no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Se atribuir efeito suspensivo, a tutela antecipada concedida na sentença perderia totalmente sua razão de ser. Como exposto na sentença, restou demonstrado de forma clara e patente o direito da parte requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. Ademais, a fome e a dor não esperam. Intimem-se os recorridos para, no prazo de quinze dias, apresentar contra razões. Esgotados o prazo ou oferecida à resposta, venham os autos conclusos para endereçamento ao Egrégio Tribunal Regional Federal. Figueirópolis/TO, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito

AUTOS Nº2009.0006.4048-9
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: LUIZ CARVALHO PEREIRA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996B
REQUERIDO: INSS
DECISÃO: Desse modo, conheço dos embargos, na forma do art. 535, II, do Código de processo Civil, e acolho, visto que há ocorrência da omissão apontada pelo embargante, e retifico a sentença de folhas 40/49, para constar que a correção monetária e juros de mora obedecerão os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Intimem-se. Figueirópolis, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito.

AUTOS Nº2007.0009.1453-1
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: BASÍLIO ALVES VARANDA
ADVOGADO: NELSON SOUBHIA OAB/TO 3.996B
REQUERIDO: INSS
DESPACHO: Sobre os embargos a execução e documentos juntados manifeste-se o embargado, no prazo de 05 (cinco) dias. Figueirópolis, 14 de junho de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito

FORMOSO DO ARAGUAIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2005.0001.9778-7 Ação de Usucapião
Reqte:Jose Cavalcante de Macedo
Adv: Dr. Ciran Fagundes Barbosa OAB/TO 919
Adv: Não constituído
OBJETO: INTIMAÇÃO ao procurador da parte autora nos termos do despacho seguinte: "Comprove o interessado a sua condição de hipossuficiência". Intime-se. Formoso do Araguaia, ds. Dr, Adriano Morelli.

Autos n. 2011.0002.6473/0-Ação Declaratória com pedido de tutela parcial antecipada.
Reqte:Hospital e Maternidade de Formoso Ltda - ME
Adv: Dr. Wilmar Ribeiro Filho OAB/TO 644
Reqdo: BRASIL TELECON CELULAR S/A
Adv: Não constituído
OBJETO: INTIMAÇÃO ao procurador da parte autora nos termos da decisão de fls. 36/37, bem como para comparecer audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 10 de AGOSTO de 2011, às 14h30m, ocasião em que deverá fazer-se presente juntamente com o autor.

Autos n. 2011.0002.6473/0-Ação Declaratória com pedido de tutela parcial antecipada.
Reqte:Hospital e Maternidade de Formoso Ltda - ME
Adv: Dr. Wilmar Ribeiro Filho OAB/TO 644
Adv: Não constituído
OBJETO: INTIMAÇÃO ao procurador da parte autora nos termos da decisão de fls. 36/37, bem como para comparecer audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 10 de AGOSTO de 2011, às 14h30m, ocasião em que deverá fazer-se presente juntamente com o autor.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo nº. 2011.0005.0874-4 - Execução Penal
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Acusada – Kamila de Oliveira
Advogado: Dr. Rodrigo Hermínio OAB/TO 4449
Objeto: Intimar o causídico acima do cálculo de liquidação da pena. Eu Carlos Eduardo da Costa Arantes, escrivão judicial, digite.

GOIATINS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

Autos nº. 2008.0003.1509-1/0 – Usucapião
Requerentes: Manoel Ribeiro e outro
Adv. Dr. Washington Aires – OAB/TO nº 2683
Requeridos: Mário Quirino da Silveira e outro
Adv. Dra. Ivair Martins Diniz – OAB/TO nº 105-B
INTIMAÇÃO: das partes requerentes e requeridos para conhecimento da decisão judicial a seguir transcrita. DECISÃO JUDICIAL: Por fim, chamo o processo à ordem para sua regularização vez que o pedido de emenda anterior foi incompleto. Intime-se a parte autora para juntar no prazo de 10 dias, a planta do imóvel que pretende usucapir assinado por profissional competente, a certidão vintenária do imóvel atualizada e a qualificação e endereço de todos os confinantes do imóvel, sob pena de extinção do processo. Goiatins, 28 de junho de 2011.

Autos nº. 2009.0009.1109-1/0 – Reclamação Trabalhista
Requerente: Manoel Messias Lopes da Silva
Adv. Procurador Dr. Roberto Araújo de Oliveira OAB/TO 2.445
Requerido: Bento Batista de Morais Neto
INTIMAÇÃO: do advogado do requerente para que tome conhecimento da decisão judicial a seguir transcrita. DECISÃO JUDICIAL: Por exposto, declaro a incompetência deste Juízo para o presente feito e determino a remessa dos autos à Vara do Trabalho de araguaína To. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição com a posterior remessa dos autos. Goiatins, 29 de junho de 2011.

Autos nº. 2056/05 – Reintegração de Posse
Requerente: Pedro do Carmo Feitosa
Adv. Procurador Dr. Edimar Nogueira da Costa OAB/TO 402-A
Requerido: Lourenço Rodrigues da Silva e outros
Adv. Dr. Fernando Henrique Avelar Oliveira OAB/MA 3.435
INTIMAÇÃO: do advogado do requerente para no prazo de 20 (vinte) dias apresentar o memorial descritivo da área, ou requeira a perícia necessária, no mesmo prazo deverá indicar demais provas a serem produzidas em audiência juntando rol de testemunhas no prazo no prazo já assinalado e descrição exata das demais provas e advogado dos requeridos para que apresente provas a serem produzidas de forma detalhadas e especificadas, juntando ainda rol de testemunhas a serem ouvidas, tudo em 20 dias. Goiatins, 28 de junho de 2011.

Autos nº. 2009.0006.4260-0/0 – Indenização
Requerente: Paulo Wederson Freitas Fernandes
Adv. Procurador Dr. José Hobaldo Vieira
Requerido: Município de Campos Lindos
INTIMAÇÃO: do advogado do requerente para que se manifeste nos autos no prazo de 05 (cinco) dias. Goiatins, 28 de junho de 2011.

Autos nº. 2008.0003.1509-1/0 – Usucapião
Requerentes: Manoel Ribeiro e outro
Adv. Dr. Washington Aires – OAB/TO nº 2683
Requeridos: Mário Quirino da Silveira e outro
Adv. Dra. Ivair Martins Diniz – OAB/TO nº 105-B
INTIMAÇÃO: dos advogados para conhecimento da decisão judicial a seguir transcrita. DECISÃO JUDICIAL: Por fim, chamo o processo à ordem para sua regularização vez que o pedido de emenda anterior foi incompleto. Intime-se a parte autora para juntar no prazo de 10 dias, a planta do imóvel que pretende usucapir assinado por profissional competente, a certidão vintenária do imóvel atualizada e a qualificação e endereço de todos os confinantes do imóvel, sob pena de extinção do processo. Goiatins, 28 de junho de 2011.

Autos nº. 1.737/2004 – Manutenção de Posse
Requerentes: Félix Alves da Silva e outros
Adv. Dr. Fernando Henrique Avelar Oliveira – OAB/MA nº 3435
Requeridos: Osny Bueno Pedroso e outros
Adv. Dr. José Décio de Araújo – OAB/GO nº 3318
INTIMAÇÃO: do advogado dos requeridos para tomar conhecimento da sentença judicial a seguir transcrita. SENTENÇA JUDICIAL: ISTO POSTO, diante do abandono da causa pelos requerentes por mais de trinta dias, após devidamente intimados, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com espeque nop art. 267, III, CPC. Sem custas e honorários em razão da justiça gratuita. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado e as devidas baixas, arquive-se. Goiatins, 28 de junho de 2011.

GUARAÍ

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 206.0003.8604-9/0 – Execução – VR
Fica o advogado da parte exequente, abaixo identificado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados:
Exequente: Central Química Comércio de Produtos Agrícolas Ltda
Advogado: Dr. Andrés Caton Kopper Delgado OAB/TO nº 2472
Executado: Odair Fiorini
Advogado: Dr. Juarez Ferreira OAB/TO nº 3405-A
DECISÃO de fls 140: "Ao compulsar os autos em epígrafe, às fls.135/136, percebe-se requerimento de cumprimento de sentença 90/92, reformada parcialmente pelo v. acórdão de fls. 127/128; o que ensejou o despacho de fls. 134 e, consequentemente, as manifestações de fls. 135/139, que ora passo a analisar nos seguintes termos: Considerando que a questão ora decidida, poderia configurar objeto de exceção de pré-executividade inclusive, uma vez que não necessita de dilação probatória, de ofício, com espeque nos princípios da economia processual e efetividade, desconsidero a planilha apresentada às fls. 136. determinando que o requerente apresente demonstrativo de débito atualizado e adequado, observando a jurisprudência sedimentada do Colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o termo inicial dos juros de mora em ação monitoria de cheque prescrito é a data da citação válida, a saber: 13/06/2006- fls. 26-v - (AgRg no REsp 1040815/GO, AgRg no Ag 979066/RJ, REsp 299827/RJ, REsp 554694/RS e Ag RG no Ag 1276521/MG), bem como o determinado no v. acórdão supra referido no tocante à multa de 10% prevista no artigo 475-J, do CPC, incluída, indevidamente, nos cálculos do credor às fls. 136. Portanto, com espeque no artigo 475-J, caput c/c artigo 475-R c/c artigo 614, inciso II c/c artigo 616, todos do CPC, intime-se para, no prazo de 10(dez) dias, emendar a petição supra referida; sob pena de indeferimento da

mesma e arquivamento do feito. Após conclusos. Guaraí, 20/05/2011. (Ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

Autos: 2006.0002.1304-7 – Ação de Cobrança – VR
Ficam os advogados das partes, abaixo identificados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Requerente: Tomé Carlos de Souza
Advogado: Dr. Ildefonso Domingos R. Neto OAB/TO nº 372
Requerido: Juarez Ferreira
Advogado: Dr. Juarez Ferreira OAB/TO nº 3405-A
DESPACHO de fls 147: "Considerando o cumprimento da carta precatória de fls. 126/146, intimem-se as partes para, no prazo comum de 5 (cinco) dias, se manifestarem. Intimem-se. Guaraí, 29 de abril de 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza de Direito."

Autos: 2009.0001.2094-9 – Execução de Título Extrajudicial – VR
Fica(m) o(s) advogado(s) da parte Exequente, abaixo identificado(s), intimado(s) dos atos processuais abaixo relacionados:
Exequente: Administradora de Consórcio Saga S/C Ltda
Advogado(s): Dr. José Pereira de Brito OAB/TO nº 151 e outros
Executado: José Adelmir Gomes Goetten
Advogado: Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO nº 1317-A
INTIMAÇÃO: Nos termos do Provimento nº. 002/2011 e da Portaria nº. 002/2010, fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) do(a) do exequente para proceder ao pagamento das custas intermediárias no valor de R$ 61,44 (Sessenta e Um Reais e Quarenta e Quatro Centavos), a ser depositado na Conta Corrente nº 21733-6 Agência 2094-X, referente ao mandado de avaliação do bem imóvel descrito no Termo de Redução à Penhora de fls. 292/293.

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.415/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0003.8076-6 – Ação de Busca e Apreensão
Requerente: Banco da Amazônia S.A
Advogado: Drº. Alessandro de Paula Canedo - OAB/TO n.1.334-a
Requerido: Unifor – União e Força Ind. E Comercio de Madeiras
Advogado: Drª. Bárbara H. Lins de Figueiredo – OAB/TO n. 099-B
DESPACHO proferido no rosto da petição de fls. 380: "Desarquivem-se. Defiro o pleito infra com espeque no art. 40, II, CPC. I. Guaraí, 27/06/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

Autos: 2009.0004.0132-8 – Execução Forçada – VR
Fica(m) o(s) advogado(s) da parte Executado, abaixo identificado(s), intimado(s) dos atos processuais abaixo relacionados:
Exequente: João Hoffmann e Outra
Advogado(s): Dr. José Pereira de Brito OAB/TO nº 151 e outros
Executado: José Adelmir Gomes Goetten e Outra
Advogado: Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO nº 1317-A
INTIMAÇÃO: Nos termos do Provimento nº. 002/2011 e da Portaria nº. 002/2010, tendo em vista o Termo de Penhora de fls. 506/507, fica(m) o(s) advogado(s) do(a) do executado, intimado(s) da referida penhora, bem como da nomeação do executado naquele, como fiel depositário do bem imóvel rural, objeto da ora constrição judicial, com a ressalva de que não poderá abrir mão do referido bem sem ordem expressa do(a) MM. Juiz(a) do feito.

Autos: 2009.0004.0132-8 – Execução Forçada – VR
Fica(m) o(s) advogado(s) da parte Exequente, abaixo identificado(s), intimado(s) dos atos processuais abaixo relacionados:
Exequente: João Hoffmann e Outra
Advogado(s): Dr. José Pereira de Brito OAB/TO nº 151 e outro
Executado: José Adelmir Gomes Goetten e Outra
Advogado: Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO nº 1317-A
INTIMAÇÃO: Nos termos do Provimento nº. 002/2011 e da Portaria nº. 002/2010, tendo em vista o Termo de Penhora de fls. 506/507, fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) do(a) do exequente para os fins do artigo 659, § 4º *in fine*, do CPC.

AUTOS N°: 2009.0001.2111-2 – Execução Fiscal
Fica a parte autora abaixo identificada, por meio de seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Exeqüente: Conselho Regional de Química da 12ª Região
Advogado: Dr. Nereu Gomes Campos – OAB/GO 12395
Executado: Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS (unidade Guaraí)
Advogada: Dra. Luciana Cordeiro Cavalcante Cerqueira – OAB/TO 1341 e outros
DESPACHO de fls. 60: "Dando prosseguimento ao feito, intime-se o exeqüente para, no prazo de 10(dez) dias, manifestar acerca da nomeação de bem imóvel à penhora nos termos da petição de fls. 47/48, instruída com o documento de fls. 51/53. Guaraí, 14/06/2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

AUTOS N°: 2008.0005.1513-9 – Exceção de Incompetência
Ficam os advogados das partes, abaixo identificadas, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Excipiente: Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS
Advogada: Dra. Luciana Cordeiro Cavalcante Cerqueira – OAB/TO 1341 e outros
Excepto: Conselho Regional de Química da 12ª Região
Advogado: Dr. Nereu Gomes Campos – OAB/GO 12395
DECISÃO de fls. 35/43 - parte dispositiva: "Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. Condeno o excipiente ao pagamento, se porventura existir, de custas processuais e taxa judiciária. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, se necessário proceda nos termos da r. Consolidação das Normas da CGJUS/TO nº 002/11, e arquivem-se. P. R. C. I. Guaraí, 14/06/2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito.

Autos: 2010.0012.4834-9/0 – Cancelamento de Registro em Órgão Restritivo de Crédito – VR
Ficam os advogados das partes abaixo identificados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Requerente: Manoel Ribeiro de Sousa
Advogado: Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto OAB/TO nº 372
Requerido: Brasil Telecom S/A
Adovogado: Drª Dayane Ribeiro Moreira OAB/TO nº 3048 e Outros
DESPACHO de fls 157/161 (...) Dito isso, tendo em vista a impossibilidade de que o prazo para o cumprimento voluntário da sentença flua automaticamente segundo entendimento recente do Colendo Superior Tribunal de Justiça - AgRg no Al 1.306772/RS e EDcl no AgRg no Al 1.189.384/RS (artigo 240, do CPC c/c o princípio do devido processo legal), DETERMINO A INTIMAÇÃO DA PARTE DEVEDORA, NA PESSOA DE SEU (SUA) ADVOGADO(A) CONSTITUÍDO(A) NOS AUTOS, para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da dívida apresentado no memorial; sob pena de, na hipótese de não cumprimento voluntário da sentença por parte do(a)(s) devedor(a)(s), ser acrescido de multa no percentual de 10%(dez por cento) nos termos da primeira parte do art. 475-J do CPC e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), salvo impugnação com fundamento no artigo 20, § 4º c/c artigo 475 I c/c artigo 475-R e artigo 652-A, todos do CPC, bem como no princípio da causalidade. Dito isso, aguarde-se, até 15/05/2011, a postulação do credor no sentido de expedição do mandado de penhora e de avaliação nos termos do artigo 475-J, caput, *in fine;* sob pena de arquivamento após aquela data nos moldes do artigo 475-J, § 5º, do CPC. (...) Intimem-se. Guaraí, 23/02/2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

SENTENÇA

AUTOS N°: 2009.0010.2481-1 – Reintegração de Posse
Fica a parte autora abaixo identificada, por meio de suas advogadas, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogada: Dra. Simony Vieira de Oliveira – OAB/TO 4093 e outros
Requerida: Laismar Nazare de O. F. Guerreiro
SENTENÇA de fls. 44/45 - parte dispositiva: "Posto isso, com espeque no artigo 13, caput e inciso I, do CPC, decreto a nulidade do processo; bem como, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do CPC, julgo extinto sem análise do mérito o presente feito. Custas processuais e taxa judiciária, pela(o) requerente. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, se necessário, proceda nos termos da r. Consolidação das Normas da CGJUS/TO nº 002/2011, e arquivem-se. P. R. C. I. Guaraí, 16 de março de 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza de Direito."

AUTOS N°: 2009.0002.0245-7 – Adjudicação Compulsória
Fica a parte autora abaixo identificada, por meio de seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Requerente: Aliança Comércio de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado: Dr. José Ferreira Teles – OAB/TO 1746
Requerido: Maria Zuleide Alves Pedrosa Tenório (ESPÓLIO) Aluísio
SENTENÇA de fls. 67/68 - parte dispositiva: "Diante do pedido de desistência formulado pela parte autora, tendo em vista que foi formulado através de seu procurador constituído, ao qual outorgou poderes para desistir inclusive (fl. 12); bem como antes da citação da parte requerida e, consequentemente, da apresentação da contestação, hipótese em que seu deferimento independe da anuência da parte contrária; HOMOLOGO A DESISTÊNCIA POR SENTENÇA, JULGANDO EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento o artigo 267, inciso VIII e § 4º c/c artigo 158, parágrafo único, todos do CPC. Custas processuais e taxa judiciária pela autora (artigo 26, caput, do CPC). Sem honorários sucumbenciais. Após o trânsito em julgado, se necessário, proceda nos termos do r. Prov. 002/11-CGJUS/TO e arquivem-se. P.R.I.C. Guaraí, 16/3/2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza de Direito."

AUTOS N°: 2010.0009.5715-0 – Ordinária
Ficam as partes abaixo identificadas, por meio de seus advogados, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Requerente: Wilian Carneiro Nunes
Advogado: Dr. Anenor Ferreira Silva – OAB/TO 3177 e Dra. Flávia de Melo Barcelos Costa – OAB/TO 4358-A
Requerido(a): Prefeitura Municipal de Guaraí
Advogada: Dra. Márcia de Oliveira Rezende – OAB/TO 3322
SENTENÇA de fls. 177/186 - parte dispositiva: "Ante todo o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na petição inicial e extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais, taxa judiciária, e honorários advocatícios, que fixo em R$ 3.266,68 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos), com a ressalva do artigo 12, da Lei 1.060/50. Após o trânsito em julgado, determino o desentranhamento dos documentos de fls. 30/31, que deverão ser entregues, mediante recibo nos autos, ao patrono da requerente, após fazer substituir por cópias, devidamente, autenticadas, e após arquivem-se. P. R. C. I. Guaraí, 31 de maio de 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

AUTOS N°: 2009.0006.6913-4 – Execução Forçada
Ficam as partes abaixo identificadas, por meio de seus advogados, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Exeqüente: Banco do Estado de Goiás S/A
Advogado: Dr. Wellington de Jesus Ferreira – OAB/TO 154-A e OAB/GO 7.107, Dr. Enil Henrique de Souza Filho – OAB/TO 317-A e OAB/GO 9593 e outros
Executado: Ramiro Ângelo da Silva
Advogado: não constituído
SENTENÇA de fls. 63/70 - parte dispositiva: "Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO nos termos dos artigos 267, inciso VI e 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas processuais, taxa judiciária, honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), nos moldes do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil, a cargo do exeqüente. Após o trânsito em julgado, se necessário, proceda nos termos do r. Provimento nº 002/2011 - CGJUS/TO, e arquivem-se. P. R. I. C. Guaraí, 07 de junho 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

RETIFICAÇÃO

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.007/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2009.0001.3685-3 – Execução
Exeqüente: Sementes Dow Agrosciences Ltda
Advogado: Dr. Osmar Arcídio Maggioni - OAB/RS n.13.012
Executado: M. V. Fonseca Ribeiro – Veredas Produtos Agrícolas Ltda.
Advogado: Drº. Lucas Martins Pereira - OAB/TO n. 1732
INTIMAÇÃO: Nos termos do Provimento nº. 002/2011 e da Portaria nº. 002/2010, fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) do(a) exeqüente para que proceda(m) ao preparo das Custas Intermediárias/ Diligências do Sr Oficial de Justiça, referente à Carta Precatória de Avaliação do Bem Imóvel encaminhada ao Juízo Deprecado da Comarca de Itacajá - TO. Devendo ser(em) juntados os comprovantes de pagamento nos autos da Carta Precatória em trâmite no Juízo Deprecado da Comarca de Itacajá - TO, tendo em vista o encaminhamento da precatória via Malote Digital.

1ª Vara Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL N.º: 2007.0004.7236-9/0.
Infração: Art. 180 do Código Penal.
Denunciante: O Ministério Público Estadual.
Acusado: DAVID SÉRGIO BRITO.
Defensor(es): Drª. Célia Cilene de Freitas Paz (OAB/TO nº. 1.375-B).
Ficam a(s) parte(s) por seu(s) advogado(s), intimado(s) do(s) ato(s) processual(is) abaixo relacionado(s): (Intimações conforme o Provimento 002/11 da CGJ-TO): "( ) SENTENÇA. Processo nº. 2007.0004.7236-9. Vistos e examinados. (...). Diante do exposto e atendo-se ao decurso do perícoto de prova e a inexistência de revogação do benefício, acolhendo manifestação ministérial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO DAVIR SÉRGIO BRITO, com fundamento no art. 89, § 5º, da Lei nº. 9.099/95, não devendo constar a presente suspensão em certidão de antecedentes criminais, ressalvada a hipótese de requisição judicial. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVE-SE. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C. Guaraí/TO, 3 de junho de 2011. (Ass.). Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva-Juiz de Direito substituto.

AUTOS INCIDENTAIS N.º: 2011.0004.9052-7/0.
Natureza do Objeto: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.
Requerente: MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.
Defensor(es): Dr. José Niero (OAB/GO nº. 19.225-A).
Ficam a(s) parte(s) por seu(s) advogado(s), intimado(s) do(s) ato(s) processual(is) abaixo relacionado(s): (Intimações conforme o Provimento 002/11 da CGJ-TO): "(6.2) DESPACHO Nº. 19/06. Autos nº. 2011.0004.9052-7. Vistos e examinados. Tendo em vista o término do prazo de validade da procuração de fl. 05, intime-se a Requerente, por seu procurador (DJE) para ratificá-la, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Ratificada a procuração, nos termos do item 7.20.11, do Provimento n.º 002/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado, oficie-se ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, requisitando informações a respeito do automóvel FIAT/PÁLIO EX, PLACA DHU-0277, CHASSI 9BD17140232201595, em especial quanto ao seu proprietário, com resposta no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cumpra-se. Guaraí, TO, 3 de junho de 2011.. (Ass.). Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva-Juiz de Direito substituto-Auxiliar da Vara Criminal.

AUTOS INCIDENTAIS Nº. 2007.0000.5284-0/0.
Natureza do Objeto: Pedido de Nomeação de Fiel Depositário.
Requerente: O Município de Fortaleza do Tabocão.
Advogado(s): Dr. Gustavo Ignácio Freire Siqueira (OAB/TO nº. 3090).
Fica(m) o(a)(s) advogado(a)(s), intimado(a)(s) do(s) ato(s) processual(is) abaixo relacionado(s): (Intimações conforme o Provimento 002/11 da CGJ-TO): "(6.1.b) DECISÃO Nº. 06/06. Autos nº. 2007.0000.5284-0. Vistos e examinados. Trata-se de pedido de nomeação de cautela judicial de veículo formulado pelo MUNICÍPIO DE FORTALEZA DO TABOCÃO (TO), devidamente qualificado, com espeque nas seguintes alegações: requer a cautela judicial do veículo FIAT PÁLIO EX, COR VERMELHA, ANO 2001, PLACA DEZ 7977-SP, uma vez que a municipalidade não possui recursos financeiros suficientes para adquirir veículos para integrar sua frota. Acostou documentos (fl. 04). O Douto representante do Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pleito (fl. 08v). É o sucinto relatório. DECIDO. Compulsando os presentes autos, verifica-se que não há qualquer embasamento legal para o deferimento do pedido. Não se apresenta juridicamente possível a nomeação de terceiro como depositário do veículo apreendido. Há precedentes admitindo a nomeação do proprietário, pelas implicações jurídicas desse ato, mas não de terceiro completamente estranho aos autos, conforme se verifica do precedente abaixo transcrito, verbis: PROCESSUAL PENAL. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA. ART. 118, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NOMEAÇÃO DE TERCEIRO COMO FIEL DEPOSITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Nos termos do art. 118, do Código de Processo Penal, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo. 2. Inexiste possibilidade jurídica de se atender ao pedido de nomeação da esposa do ora apelante na condição de fiel depositária dos bens de informática, porquanto não há previsão na Norma Processual Penal de nomeação de terceiro como depositário de bens apreendidos ou seqüestrados. 3. Apelação improvida. (Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES. Julgamento: 18/03/2008 Órgão Julgador: QUARTA TURMA Publicação: 22/04/2008 e-DJF1 p.283). Isso posto, INDEFIRO o pedido formulado na inicial, pelo que determino o arquivamento do presente feito incidental com as cautelas de estilo e as baixas de praxe. Intime-se o requerente por seu procurador, via DJE. Sem custas. Cumpra-se. Guaraí - TO, 3 de junho de 2011. (Ass.). ALAN IDE RIBEIRO DA SILVA-Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal.".

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N° 2010.3.3835-7
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: LEONARDO APARECIDO DE SOUSA -ME
ADVOGADO: DRA LUCIANA ROCHA AIRES DA SILVA
EXECUTADA: LUIZ ROBERTO CIRQUEIRA
ADVOGADO: SEM ASSISTÊNCIA.
(6.5) DESPACHO Nº 20 Penhora on-line restou ineficaz ante a ausência de valores em conta corrente em nome da Executada. Diante disso, determino a INTIMAÇÃO da Exequente para, no prazo de dez dias, informar ao Juízo a existência de bens da executada passíveis de penhora, sob pena de extinção do feito. Guaraí, 07de junho de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar

Autos nº: 2010.0002.3445-0
Ação: COBRANÇA
Requerente: LEONARDO APARECIDO DE SOUSA-ME
Advogada: DRA LUCIANA ROCHA AIRES
Requerida: ANTONIO ALENCAR DA SILVA E SILVA
Fica INTIMADA a requerida na pessoa de sua advogada Dra Luciana Rocha Aires, comparecer neste cartório do JECC a fim de requerer as guias de recolhimento das custas judiciais no valor de R$ 105,50 (cento e cinco reais e cinqüenta centavos). *O referido é verdade e dou fé. Guaraí-TO, 19.05.2011. Eliezer Rodrigues de Andrade Escrivão em substituição*

AUTOS N° 2009.0003.6193-8
AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
REQUERENTE: ALEXANDRE GUARIENTI
ADVOGADO: DR. JOSÉ FERREIRA TELES
REQUERIDO: BRASIL TELECOM S.A.
CERTIDÃO:.Fica intimado o autor por seu advogado a Escrivania a entrega da guia de recolhimento das custas finais calculadas às fls. 160, sob as penas da lei comprovando-se nos autos no prazo máximo de três dias. O referido é verdade e dou fé. Guaraí, 28 de junho de 2011.Eliezer Rodrigues de Andrade Escrivão em substuituição

GURUPI

2ª Vara Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2011.0002.4825-4/0
REQUERENTE/ACUSADO(S): JANES MIGUEL GONÇALVES JÚNIOR e OUTROS
ADVOGADO(A)(S): Drº HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO e DEFENSORIA PÚBLICA
Atendendo determinação judicial, INTIMO os advogados acima identificados, bem como o advogado Dr. Fernando Corrêa de Guamá OAB/TO 3993-B do dispositivo da decisão proferida à fl. 57. Segue abaixo transcrição do dispositivo da decisão: " Tecidas estas considerações, indefiro definitivamente o pedido formulado pelo advogado Dr. Fernando Corrêa de Guamá de fls. 569/570. Intimem-se. Gurupi-, 28 de junho de 2011". a) Joana Augusta Elias da Silva, Juíza de Direito. Eu, Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, o digitei e fiz inserir.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2009.0000.7903-5/0
AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: M. DO B. N.
Advogado (a): Dra. ANA ALAÍDE CASTRO AMARAL BRITO - OAB/TO n.º 4.063
Objeto: Intimação da advogada da parte requerente para manifestar nos autos em epígrafe quanto ao ofício juntado às fls. 48 a 49.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

AUTOS Nº: 2009.0006.2777-6/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: ROBERTO CARLOS DA SILVA
Requerido: MARIA ZULEIDE DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA ZULEIDE DA SILVA, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo seu irmão ROBERTO CARLOS DA SILVA, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi – TO, 22 de março de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0005.2417-2/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: VENÂNCIA GOMES NETA FIGUEREDO
Requerido: MARIA AMELIA GOMES DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA AMÉLIA GOMES DA SILVA com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em

caráter definitivo sua irmã VENÂNCIA GOMES NETA FIGUEREDO, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes a curatelada. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 02 de maio de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0002.3978-6/0 – Assistência Judiciária
Ação: Substituição de Curatela
Requerente: GENEROSA RIBEIRO DA COSTA
Requerido: LEONARDO RIBEIRO DOS SANTOS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, SUBSTITUO DEFINITIVAMENTE a Sra. Tereza Ribeiro dos Santos do cargo de curadora tendo em vista o seu falecimento, nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo sua tia materna GENEROSA RIBEIRO DA COSTA, devendo o curador prestar compromisso na forma da lei. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da Justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 19 de abril de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0009.0926-7/0 – Assistência Judiciária
Ação: AÇÃO DE CURATELA
Requerente: CARMELITA SANTOS DE MOURA
Requerido: MARIA MADALENA ARAÚJO
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA MADALENA ARAÚJO, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua filha CARMELITA SANTOS DE MOURA, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes a curatelada. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 18 de abril de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0000.6632-6/0 – Assistência Judiciária
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: JOSÉ DA SILVA REIS
Requerido: JAKSON DA SILVA REIS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de JACKSON DA SILVA REIS, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai JOSÉ DA SILVA REIS, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 23 de maio de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0009.9618-6/0 – Assistência Judiciária
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS
Requerido: EDEVALDO FERREIRA DOS SANTOS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de EDEVALDO FERREIRA DOS SANTOS, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 28 de fevereiro de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2011.0002.3929-8/0 – Assistência Judiciária
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: RAFAEL NUNES DE CARVALHO
Requerido: ELZUITA NUNES DE CARVALHO
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de ELZUITA NUNES DE CARVALHO, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai RAFAEL NUNES DE CARVALHO, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícia de bens pertencentes a curatelada. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 23 de maio de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0005.7075-1/0 – Assistência Judiciária
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: CLEIDIVALDA MOREIRA DE AGUIAR
Requerido: LUIZA MOREIRA DE AGUIAR
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de LUIZA MOREIRA DE AGUIAR, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua mãe CLEIDEVALDA MOREIRA DE AGUIAR, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 9 de novembro de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0008.9246-5/0 – Assistência Judiciária
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: ALBERTINA GOUVEIA DA SILVA
Requerido: FERNANDO QUIXABEIRA E SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de FERNANDO QUIXABEIRA E SILVA, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua esposa ALBERTINA GOUVEIA DA SILVA, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes a curatelada. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 02 de maio de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2008.0009.6811-7/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: ANA MARIA FERREIRA DOS SANTOS
Requerido: QUINTINA FERREIRA DOS SANTOS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de QUINTINA FERREIRA DOS SANTOS com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua filha ANA MARIA FERREIRA DOS SANTOS, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 26 de novembro de 2009. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0002.7656-0/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: MIGUEL PEREIRA NETO
Requerido: MARIA PEREIRA DE SOUZA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA PEREIRA DE SOUZA com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo seu pai MIGUEL PEREIRA NETO, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 10 de março de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0011.2850-1/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: MARIA DE LOURDES ALVES
Requerido: POLIANA ALVES DE SOUSA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de POLIANA ALVES DE SOUSA com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo sua mãe MARIA DE LOURDES ALVES, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 12 de novembro de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0002.8038-5/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA
Requerido: ELISÂNGELA AZEVEDO DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de INTERDIÇÃO de 0ELIZANGELA AZEVEDO DA SILVA, ao

tempo em que nomeio como curadora para a prática dos atos da vida civil a Sra. MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA, e, por conseqüência, extingo o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. A curadora deverá prestar compromisso nos termos do art. 1.187 e seguintes do Código de Processo Civil. Dispenso a especialização de hipoteca legal pela curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes à interditada. Proceda-se à inscrição desta sentença no Registro Civil da comarca competente e publique-se no Diário da Justiça, na forma da lei. Ciência ao Ministério Público. Sem custas e sem honorários advocatícios. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Gurupi/TO., 20 de julho de 2010. Gisele Pereira de Assunção Veronezi – Juíza Substituta".

AUTOS Nº: 2010.0002.7799-0/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: MARLETE BARBOZA
Requerido: GELSAN FLORENCIO DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...).Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÂO de GELSAN FLORENCIO DA SILVA com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "codex", nomeando-lhe curadora, em caráter definitivo sua filha MARLETE BARBOZA, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela curadora, vez que não há noticia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 24 de maio de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0002.4258-4/0 – Assistência Judiciária
Ação: Substituição de Curatela
Requerente: MARIA DIVINA DOS SANTOS
Requerido: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, SUBSTITUO DEFINITIVAMENTE a Sra. Hilda Pereira dos Santos do cargo de curadora tendo em vista seu falecimento, nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua irmã MARIA DIVINA DOS SANTOS, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 08 de junho de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0004.4292-0/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: FRANCISCO DA SILVA
Requerido: SHERLY CIRQUEIRA DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de SHERLY CIRQUEIRA DA SILVA com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai FRANCISCO DA SILVA, devendo o curador prestar compromisso na forma da lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícia de bens pertencentes a curatelada. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 18 de dezembro de 2009. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0006.4481-6/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: SOLON DUAILIBE NETO
Requerido: THEMES ALENCAR ANDRADE DUAILIBE
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de THEMES ALENCAR ANDRADE DUALIBE, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo seu marido SOLON DUALIBE NETO, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi – TO, 06 de novembro 2009. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0000.7853-5/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: MANOEL GUILHERME DA SILVA
Requerido: DOMINGOS GUILHERME DA SILVA
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de DOMINGOS GUILHERME DA SILVA, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu irmão MANOEL GUILHERME DA SILVA, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Quanto ao pedido de fls. 36/37, bem como a desistência de fls. 42/43, foram requeridas por causídico não habilitado nos autos, razão pela qual, não tem valor jurídico, devendo ser os mesmos desentranhados. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 22 de abril de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2008.0008.8012-0/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: EDENILZA MACHADO ALVES DE OLIVEIRA
Requerido: LEO MARCOS ALVES DE OLIVEIRA MEDEIROS
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...). Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de LÉO MARCOS ALVES DE OLIVEIRA MEDEIROS com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775. § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo sua tia EDENILZA MACHADO ALVES DE OLIVEIRA, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 12 de novembro de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2008.0010.0083-3/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: ORLANDINA DE ARAUJO REIS ALVES
Requerido: LUCIANA ALVES DE ARAÚJO
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de LUCIANA ALVES DE ARAÚJO, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curadora, em caráter definitivo sua mãe ORLANDINA DE ARAÚJO REIS, devendo a curadora prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pela Curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do código de processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da Justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 23 de março de 2010. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0011.4293-8/0 – Assistência Judiciária
Ação: Interdição
Requerente: Maria Salete dos Santos
Requerido: Maria Ferreira de Jesus Santos
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de MARIA FERREIRA DE JESUS DOS SANTOS, ao tempo em que nomeio como curadora para a prática dos atos da vida civil a Sra. MARIA SALETE DOS SANTOS, e, por conseqüência, extingo o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. A curadora deverá prestar compromisso nos termos do art. 1.187 e seguintes do Código de Processo Civil. Dispenso a especialização de hipoteca legal pela curadora, vez que não há notícia de bens pertencentes à interditada. Proceda-se à inscrição desta sentença no Registro Civil da comarca competente e publique-se no Diário da Justiça, na forma da lei. Ciência ao Ministério Público. Sem custas e sem honorários advocatícios. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Gurupi/TO., 20 de julho de 2010. Gisele Pereira de Assunção Veronezi – juíza Substituta".

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 10922/02 – Ação de cumprimento de sentença
Apelante: DIONITA ARAÚJO AMORIM
Advogados: EMERSON DOS SANTOS COSTA – OAB/TO 1895; MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO - OAB/TO 504
Apelado: MUNICÍPIO DE GURUPI-TO
INTIMAÇÃO: Intimo as partes para que tomem conhecimento e providências necessárias referentes ao despacho de fl. 98 v. que segue transcrito: "Vistos, etc. Defiro o benefício da justiça gratuita. Indefiro o pedido de fls. 185/187, pois se trata de execução contra a Faz. Pública, que segue o art. 730 do CPC. Por fim, cite-se na forma do art. 730, CPC. Gurupi-TO, 16/06/2011. Wellington Magalhães - Juiz Substituto".

AUTOS: 2008.0008.2616-9 – Reclamação trabalhista
Reclamante: MARIA DO ROSÁRIO MOREIRA CONCEIÇÃO
Advogada: DONATILA RODRIGUES REGO - OAB/TO 789
Reclamado: ESTADO DO TOCANTINS
INTIMAÇÃO: Intimo a parte autora para conhecimento e providências necessárias referentes ao despacho de fl. 145 v. que segue transcrito: "Vistos etc. Ao autor em réplica pelo prazo de dez dias. Gurupi-TO, 15/06/2011. Wellington Magalhães – Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0009.7315-5 – Ação cautelar com pedido de liminar
Requerente: MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS
Advogados: ROGER DE MELLO OTTAÑO - OAB/TO 2583; RENATO DUARTE BEZERRA - OAB/TO 4296
Requerido: BANCO DO BRASIL S.A
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerente para que tome conhecimento e providências necessárias referentes ao despacho de fl. 98 v. que segue transcrito: "Vistos, etc. 1 – Ao cartório para certificar se o autor ingressou com a ação principal. Em caso positivo, promova-se o apensamento dos autos. 2 – Intime-se o autor para apresentar réplica no prazo legal. Gurupi-TO, 15/06/2011. Wellington Magalhães - Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0004.7730-1 – Ação de indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada
Requerente: PAULO BARBOSA GOMES
Advogada: DONATILA RODRIGUES REGO - OAB/TO 789
Requerida: FUNDAÇÃO UNIRG
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerente para que tome conhecimento e providências necessárias referentes ao despacho de fl. 44 v. que segue transcrito: "Vistos etc. Ao autor em réplica. Intime-se. Gurupi-TO, 15 de junho de 2011. Wellington Magalhães – Juiz Substituto".

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2009.0012.2512-4 - EXECUÇÃO
Exequente: MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA
Executado: CLEONICE COELHO SOARES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a certidão à fl. 16, bem como para indicar o correto endereço da executada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção." Gurupi, 03 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2010.0003.0830-5 - EXECUÇÃO
Exequente: DORALICE ROZALINA DE REZENDE SILVA
Advogados: DR. THIAGO LOPES BENFICA OAB TO 2329
Executado: VILLIANY ALVES NASCIMENTO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a certidão à fl. 36, bem como para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção." Gurupi, 03 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2010.0000.6050-8 - EXECUÇÃO
Exequente: JACINTA CABRAL DE SOUSA
Advogados: DR. THIAGO LOPES BENFICA OAB TO 2329
Executado: ELIANY PEREIRA CERQUEIRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a certidão à fl. 15, bem como para indicar o correto endereço da executada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção." Gurupi, 16 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2010.0006.4056-3 - EXECUÇÃO
Exequente: DELMÉRIO JUSTINO DA SILVA NETO
Advogados: DR. SERGIO MIRANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES OAB TO 4503; IRAN RIBEIRO OAB TO 4585
Executado: NIVALDO EVANGELISTA MORAIS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a certidão à fl. 19, bem como para indicar bens do executado à penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção." Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2010.0000.5925 - INDENIZAÇÃO
Requerente: MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO
Advogados: MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO OAB TO 504
Requerido: SPC BRASIL
Advogados: DR. NIVAL MARTINS SILVA JUNIOR OAB MG 66.219; DR. JERONIMO RIBEIRO NETO OAB TO 462
Requerido: SERASA
Advogados: DR. SERGIO RODRIGO DO VALE OAB TO 547, MIRIAM PERON PEREIRA CURIATI OAB SP 104430
INTIMAÇÃO: "Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes da sentença às fls. 140/141. Após, façam os autos conclusos para análise dos embargos às fls. 142/148. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2007.0009.0452-8/0 - EXECUÇÃO
Exequente: DENISE PÍCOLE DE PAULA
Advogados: DR. HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS OAB TO 53; PAULO SAINT MARTIN DE OLIVEIRA OAB TO 1648
Executado: SOLITON SOUTO PACHECO
Advogados: DRA LEISE THAIS DA SILVA DIAS OAB TO 2288
INTIMAÇÃO: Defiro o pedido de tentativa de localização de veículo em nome do executado pelo Sistema RENAJUD. Nesta data procedi à verificação no Sistema e localizei veículo, conforme consulta que segue, mas que já contém restrição, conforme consulta que segue. Intime-se o exequente a indicar outro bem penhorável, posto que não é eficaz a restrição e penhora do bem com restrição anterior, no prazo de 10 (dez) dias sob pena de extinção. Gurupi, 06 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 6.674/03 – EXECUÇÃO
Exequente: JOSÉ VIEIRA COUTINHO
Advogado: DRA VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI OAB TO 2052;
Executado: CCO ENGENHARIA LTDA
Advogado: DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA OAB TO 1536; MAURO JOSÉ RIBAS OAB TO 753
INTIMAÇÃO: "Tendo em vista que o executado, Sr. José Vieira Coutinho, foi intimado da penhora realizada no roso destes autos, conforme autos nº. 2007.0005.0351-5, fld. 201/203, e não opôs embargos defiro o pedido da parte exeqüente de liberação de alvará judicial. Expeça Alvará Judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se a exequente ENEL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, para comparecer em cartório para receber o alvará e após informar sobre o pagamento para posterior extinção do processo. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 2007.0005.0351-5 – EMBARGOS DE TERCEIRO
Embargante: ENEL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA
Advogado: DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA OAB TO 1536; MAURO JOSÉ RIBAS OAB TO 753
Embargado: JOSÉ VIEIRA COUTINHO
Advogado: DRA VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI OAB TO 2052;
INTIMAÇÃO: "O pedido da parte exequente, ENEL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, de expedição de alvará judicial para levantamento da quantia executada foi deferido nesta data nos autos nº. 6.674/03. Intime-se. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 2007.0007.4844-5 – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: SUZETE FARIAS LEITE
Advogados: DR. ANTONIO PEREIRA DA SILVA OAB TO 17; JOSE ORLANDO NOGUEIRA WANDERLEY OAB TO 1378; FABIO LEMOS DA SILVA OAB TO 3923
Requerido: A. M. B. MODA JEANS INFANTIL LTDA
Advogada: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Defiro o pedido da parte autora conforme requerido na petição à fl. 40. Intime-se. Após, devolvam-se os autos ao arquivo. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2007.0007.4843-7 – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: SUZETE FARIAS LEITE
Advogados: DR. ANTONIO PEREIRA DA SILVA OAB TO 17; JOSE ORLANDO NOGUEIRA WANDERLEY OAB TO 1378; FABIO LEMOS DA SILVA OAB TO 3923
Requerido: PUGMIL CONFECÇÕES LTDA
Advogada: DRA REJANE DOS SANTOS DE CARVALHO OAB TO 1204
INTIMAÇÃO: "O pedido da parte autora em relação à cártula já foi deferido na sentença à fl. 42. Intime-se. Após, devolvam-se os autos ao arquivo. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2007.0005.0346-9 - EXECUÇÃO
Exequente: JOÃO AUGUSTO DE LIMA
Advogado: DRA DONATILA RODRIGUES REGO OAB TO 789
Executado: HSBC BANK BRASIL S/A (AGÊNCIA GURUPI)
Advogado: DR FERNANDO JOSÉ GONÇALVES OAB PR 34731; JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO OAB MT 2680; VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI OAB TO 2052; ALEXANDRE HUMBERTO ROCHA OAB TO 2900
INTIMAÇÃO: "Desconsidero o pedido de homologação do acordo, em razão da inércia da advogada da parte executada em não cumprir o despacho à fl. 118. Expeça-se Alvará Judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se a exequente para comparecer em cartório para receber o alvará e após informar sobre o pagamento para posterior extinção do processo. Gurupi, 8 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 2007.0005.0346-9 - EXECUÇÃO
Exequente: JOÃO AUGUSTO DE LIMA
Advogado: DRA DONATILA RODRIGUES REGO OAB TO 789
Executado: HSBC BANK BRASIL S/A (AGÊNCIA GURUPI)
Advogado: DR FERNANDO JOSÉ GONÇALVES OAB PR 34731; JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO OAB MT 2680; VERONICA SILVA DO PRAZO DISCONZI OAB TO 2052; ALEXANDRE HUMBERTO ROCHA OAB TO 2900
INTIMAÇÃO: "Desconsidero o pedido de homologação do acordo, em razão da inércia da advogada da parte executada em não cumprir o despacho à fl. 118. Expeça-se Alvará Judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se a exequente para comparecer em cartório para receber o alvará e após informar sobre o pagamento para posterior extinção do processo. Gurupi, 8 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 9.333/07 - EXECUÇÃO
Exequente: DENISE PICCOLI DE PAULA
Advogado: DRA. SABRINA RENOVATO OLIVEIRA MELO OAB TO 3311; PAULO SAINT MARTIN DE OLIVEIRA AOB TO 1648; WELTON CHARLES BRITO MACÊDO OAB TO 3944-A; HENRIQUE PEREIRA DA SILVA OAB TO 53-B.
Executado: SOLITON SOUTO PACHECO
Advogado: DRA LEISE THAIS DA SILVA DIAS OAB TO 2288
INTIMAÇÃO: "Intime-se o executado da penhora realizada nos autos à fls. 189 e para querendo apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 9.351/07 - EXECUÇÃO
Exequente: NÉIA LÚCIA GONCALVES BARBOSA DE CASTRO
Advogado: DRA. DONATILA RODRIGUES RÊGO OAB TO 789; JAQUELINE DE KÁSSIA RIBEIRO DE PAIVA OAB TO 1775
Executado: VERA LÚCIA FRANCISCA DE CARVALHO
Advogado: DR. JAVIER ALVES JAPIASSÚ OAB TO 905
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 2007.0006.1505-4 - EXECUÇÃO
Exequente: PACHECO E MARQUES LTDA (AUTO PEÇAS PACHECO)
Advogado: DR. SÁVIO BARBALHO OAB TO 747; CLEUSDEIR RIBEIRO DA COSTA OAB TO 2507; LELIO BEZERRA PIMENTEL OAB TO 3639
Executado: M.A CAMELO
Advogado: DR HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA OAB TO 259-A
DECISÃO: "Vistos, etc. Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa nesta fase processual, posto que não foram esgotadas as tentativas de localização de bens. A medida requerida é excepcional e apenas pode ser deferida após utilizados todos os meios para encontrar bem penhorável. Consultei a ordem de penhora e verifiquei que não foram localizados valores na conta corrente do executado. Intime-se o exequente a informar outro bem penhorável em 10 (dez) dias sob pena de extinção, não podendo mais ser requerida penhora sobre conta corrente, uma vez que comprovada a inexistência de movimentação bancária e saldo. Cumpra-se a presente decisão. Gurupi, 7 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 8.884/06/06 - EXECUÇÃO
Exequente: FABIANO REIS CARDOSO
Advogado: DR. CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB TO 919
Executado: PNEUS ROCHA
Advogado: DR DURVAL MIRANDA JUNIOR OAB TO 3681-A

INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 8.591/06 - EXECUÇÃO
Exequente: ELENILDES NUNES LIRA
Advogados: DRA. MARIA RAIMUNDA DANTAS CHAGAS OAB TO 1776
Executados: MELLO CELULAR CIA LTDA; MULTI COMÉRCIO DE CELULAR LTDA; TOCANTINS SERVIÇOS TÉCNICOS PARA CELULARES E GRADIENTE ELETRÔNICA
Advogados: DR.VINICIUS RIBEIRO ALVES CAETANO OAB TO 2040; SAMYA NARA ROCHA MENDES OAB TO 2619; VINICYUS BARRETO CORDEIRO OAB TO 2515; KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL OAB TO 2412. GLEIVIA DE OLIVEIRA DANTAS OAB TO 2246; ANDRÉ GUILHERME CORNÉLIO P DE OLIVEIRA BROM OAB GO 20822
INTIMAÇÃO: "Expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se o exequente para comparecer em cartório para receber o alvará e após informar sobre o pagamento para extinção do processo. Gurupi, 6 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 8.440/06 - EXECUÇÃO
Exequente: HÉRCULES ALVES MENDONÇA DE ABREU
Advogado: DR. JOSÉ ORLANDO NOGUEIRA WANDERLEY OAB TO 1378
Executado: HÉLIO FARIA DA SILVA – ME; HÉLIO FARIA DA SILVA
Advogada: DRA. IVETE CORREIA DA SILVA OAB TO 3803
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente para indicar bens dos executados à penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi, 7 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 8.658/06 - EXECUÇÃO
Exequente: WESLEY DE ABREU SILVA
Advogados: WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA OAB TO 3929-A
Executado: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogados: ADRIANO MUNIZ REBELLO OAB PR 24.730; RAQUEL CALDAS THEODORO DELGADO OAB SP 150.845
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a devolução da carta precatória às fls. 297/300 e certidão à fl. 298, bem como para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi, 1 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito."

Autos: 8.973/06 – EXECUÇÃO
Exequente: JURGEN WOLFGANG FLEISCHER
Advogados: DR. NADIN EL HAGE OAB TO 19 B; DAYANE VENÂNCIO DE OLIVEIRA OAB TO 2593
Executado: GEANE FERREIRA BRITO COSTA
Advogados: HUGO RODRIGO DE AMORIM OAB TO 2534
Decisão: "(...) Destarte, em razão da existência de dívidas cujo pagamento eram de responsabilidade da parte executada, e esta não o fez, conforme o documento à fl. 128, defiro o pedido da parte exequente de expedição de alvará judicial da penhora à fl. 112. Assim, expeça Alvará Judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se o exequente para comparecer em cartório para receber o alvará e após informar sobre o pagamento para posterior extinção do processo. Intimem-se as partes desta decisão. Gurupi, 9 de junho de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Juizado Especial Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0011.1020-3 – TCO
Autor: FÁBIO TORRES DE OLIVEIRA
Vítima: THIAGO MESSIAS ANDRADE VIANA
Advogado(a): LUCIANNE DE OLIVEIRA CÔRTES RODRIGUES DOS SANTOS – OAB/TO – 2337-A
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência Preliminar designada para o dia 13/07/2011, às 16:30 hs.

AUTOS: 2009.0011.1043-2 – TCO
Autor: FÁBIO TORRES DE OLIVEIRA
Vítima: TIANA ALVES DOS REIS LIMA
Advogado(a): LUCIANNE DE OLIVEIRA CÔRTES RODRIGUES DOS SANTOS – OAB/TO – 2337-A
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência Preliminar designada para o dia 13/07/2011, às 16:30 hs.

AUTOS: 2009.0009.5466-1 – TCO
Autores: TIAGO MESSIAS ANDRADE VIANA e TIANA ALVES DOS REIS LIMA
Vítima: JUSTIÇA PÚBLICA
Advogado(a): LUCIANNE DE OLIVEIRA CÔRTES RODRIGUES DOS SANTOS – OAB/TO – 2337-A
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência Preliminar designada para o dia 13/07/2011, às 16:30 hs.

Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2009.0009.7631-2
Ação: EXECUÇÃO
Comarca Origem: ANÁPOLIS - GO
Processo Origem: 9700941264
Requerente: ADÃO VARGAS RODRIGUES
Advogado: MARLY DE SOUZA FERREIRA (OAB/GO 11.696)
Requerido/Réu: JOÃO BOSCO TEIXEIRA DE RABELO, AFONSO CELSO TEIXEIRA RABELO, e KRISTL SCHUTZ RABELO
Advogado: AFONSO CELSO TEIXEIRA RABELO (OAB/GO 8.631)
INTIMAÇÃO do teor da decisão de fl. 109/110 a seguir transcrito: DECISÃO: "(...) Ante essas considerações, determino a devolução da presente carta precatória ao juízo de origem, por entender falecer competência a este juízo para apreciar o pedido de nova avaliação (fl. 102/107), bem como por estar esgotada a prestação jurisdicional deprecada. Gurupi – TO., 22 de junho de 2011. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

ITACAJÁ

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇA
1ª Praça: Dia 17 de agosto de 2011, ás 14horas
2ª Praça: Dia 24 de agosto de 2011, ás 14horas.
Carta Precatória de Execução n.2011.0001.9351-4
Origem 2ª Vara Federal Palmas-TO – E. Fiscal 2002.43.00.001514-1
Exeqüente: União Federal - Procuradoria da União/TO
Advogados: Procuradores da União – Fidelicia Carvalho Silva e Outros
Executados: Luiz Vitorino Vieira e sua mulher
Advogado: Não constituído
O Meritíssimo Juiz de Direito desta Comarca de Itacajá, Estado do Tocantins, ARIOSTENIS GUIMARÃES VIERIA, na forma da lei etc:
FAZ SABER a todos quanto ao presente edital dele conhecimento tiverem que no dia 17 de agosto de 2011, ás 14horas, no Fórum da Comarca de Itacajá-TO, será levado em primeira praça de leilão publico e arrematação o lote urbano n. 3 (três) da quadra 38 (trinta e oito) do loteamento Oficial de Itacajá-TO, com área de 1.285,25 (um mil, duzentos e oitenta e cinco metros e vinte e cinco centésimos)matriculado no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Itacajá-TO, ás fls 285vº do Livro 2-D, matriculado sob numero n. 2.006 e registrado sob o nº R.1.2.006, datado de 11/12/1989 de propriedade do executado Luiz Vitorino Vieira e sua mulher Waldeci Vieira de Paiva, penhorado nos autos acima mencionados, avaliado em R$113.000,00 (cento e treze mil reais), levado a leilão publico e arrematação por aquele que o maior lance oferecer. Caso não haja arrematante na primeira praça, será levado á segunda no dia 24 de agosto de 2011, ás 14h, e desde já ficam intimadas pelo presente edital, a parte exeqüente União Federal (Procuradoria da União/TO) na pessoa de seus procuradores e os executados Luiz Vitorino Vieira e sua mulher Waldeci Vieira de Paiva, bem como seus procuradores. ÔNUS: Apenas a penhora respectiva neste Processo. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém venha alegar ignorância expediu-se o presente que será publicado e afixado no Mural de avisos do Fórum da forma da lei. Itacajá, 27 de junho de 2011. Eu _____ Valdeci Tavares de Souza, Escrivão Judicial, digitei e subscrevi. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0001.0312-4 AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: MOURA E LIMA LTDA (GLOBO ELETRO) REP/ ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
Requerido: ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL – BANCO FIAT S/A
Advogado: DRA. SARA JAQUELINE DOS SANTOS MOREIRA OAB/SP 196.368 E DR. CELSO MARCON OAB/TO 4009
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 82 VERSO. Ao autor, em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0001.9387-5 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO ITAULEASING S.A
Advogado: DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB/TO 4311
Requerido: AMILTON PEREIRA LOPES
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.80. AO autor, em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0001.9387-5 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO ITAULEASING S.A
Advogado: DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB/TO 4311
Requerido: AMILTON PEREIRA LOPES
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.80. AO autor, em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0000.0254-9 AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE
Requerente: ANAÍSA SOARES COELHO E FILHOS
Advogado: DR. ALESSANDRO DE PAULA CANEDO OAB/TO1.334 -A
Requerido: JOSÉ AIRTON ARAÚJO
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.51. Ao autor, em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2007.0002.1318-5 AÇÃO DE EXECUÇÃO
Requerente: MANOEL JOAQUIM DA PAIXÃO REPRESENTADO POR NELSON MANOEL DA PAIXÃO
Advogado: DR. ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA OAB/TO 2.621 E DR. MAYK HENRIQUE R. SANTOS OAB/TO 632
Requerido: SALVADOR PINHEIRO
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.189. Intime-se as partes para se manifestarem sobre os laudos de reavaliações. Prazo: de 5 (cinco) dias. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0010.2135-2 AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL
Requerente: KLEBER PEREIRA DOS SANTOS
Advogado: DR. ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO1841
Requerido: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Advogado: DR JOSÉ EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO OAB/TO 4574 -A
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.223. Ao autor em réplica. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0010.2092-5
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente(s): RAIMUNDO COELHO NETO
Advogado: DR ANTONIO CARNEIRO CORREIA OAB/TO 1841
Requerido: IBRASDIL TELECOM S/A
Advogado: DR. JULIO FRANCO POLI OAB/TO 4589 E DR. JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM OAB/TO 790
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO AUTOR E REQUERIDO DO DESPACHO DE FL.125.
DECISÃO: Considerando a preliminar de intempestividade arguida pelo recorrido, passo a reexaminar os requisitos de admissibilidade recursal e, ao fazê-lo, tenho que assiste razão o recorrido. É que, nos termos do artigo 42 da Lei n.° 9.099/95, quando a sentença for publicada em audiência, o prazo para recurso é contado da publicação, e não do dia seguinte. Como se trata de processo afeto aos Juizados Especiais, o rito a ser observado é o especial, e não o disposto no CPC. Assim, como a sentença foi publicada em 15/12/2010, o termo inicial para o recurso é o dia 15/12/2010, e não 16/12/2010, sendo forçoso concluir pela intempestividade do recurso interposto em 11/1/2011. Por todo o exposto acima, reformo a decisão que recebeu o recurso para, declarando a intempestividade, negar-lhe seguimento. Intimem-se. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0000.8106-6 AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO
Requerente: ENOQUE JOSÉ DA CRUZ
Advogado: DR. LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO OAB/TO 736
Requerido: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.30. Ao autor, para indicar o endereço atualizado do réu. Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

MIRACEMA

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

EXECUÇÃO PENAL N. 142/11 (2011.0004.7016-0)
Reeducando: LUIZ GONZAGA CUNHA DE ARAÚJO
Advogado: RILDO CAETANO DE ALMEIDA.
Intimação: Fica Vossa Senhoria devidamente intimado para audiência de admonitória designada para o dia 14.7.11 às 14:30 horas.

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 4510/2011 – PROTOCOLO: (2011.0000.7299-7/0)
Requerente: CARLOS ALBERTO PEREIRA DE SOUZA E SILVA
Advogado: Dr. Patys Garrety da Costa Franco
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. Júlio César de Medeiros
INTIMAÇÃO DESPACHO: "Tendo ocorrido o trânsito em julgado ao acórdão, permaneçam-se os autos em Cartório pelo prazo de quinze (15) dias, aguardando-se providências da(s) parte(s) autora(s). Transcorrido o prazo in albis, arquivem-se com as cautelas de costume. Intime(m)-se. Miracema do Tocantins - TO, 20 de junho de 2011. Marco Antonio Silva Castro – Juiz de Direito".

Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA)DIAS

Doutor André Fernando Gigo Leme Netto, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude e 2°do Cível desta cidade e comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e cartório se processam os autos de guarda 2011.0005.2911-3 (5881/11), tendo como requerente Izabel Neres de Souza, requerido Vanterlon Neres de Souza, e guardanda Yasmim Lima Neres, ficando CITADO o requerido Sr. VANTERLON NERES DE SOUZA, brasileiro, motorista, filho de João Capristano de Souza e Izabel Neres de Souza, estando em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação supra mencionada, para que querendo CONTESTE a ação no prazo legal, bem como sua INTIMAÇÃO para que compareça perante este Juízo para audiência de justificação designada para o dia 06/07/11, ás 15:30 horas, devendo comparecer a audiência acompanhada de advogado e testemunhas. Tudo conforme despacho a seguir transcrito: "Conveniente a justificação prévia do alegado, designo audiência para o dia 6/7/2011, às 15:30 horas. Citem – se e intimem – se os genitores da criança, advertindo-os de que o prazo de 10 (dez) dias para contestar, iniciar-se-à a partir desta audiência. Cite-se. Intimem-se. Cientifique-se o ilustre representante do Ministério Público. Miracema do Tocantins, em 25 de maio de 2011. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito." DADO E PASSADO nesta cidade de Miracema do Tocantins – TO, aos vinte e um dois do mês de junho de 2011. (22/06/11). Eu,Glauciane Pereira Cajueiro, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE TRINTA(30) DIAS

O Doutor André Fernando Gigo Leme Netto, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que neste Juízo e Cartório se processaram os termos do Boletim de Ocorrência de n° 254/02, em que é menor infrator Edimilson Evangelista Lima e vítima Domingos Alves dos Santos, servindo o presente para INTIMAR a vítima, DOMINGOS ALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, filho de Pedro Serafim dos Santos e Terezinha Alves dos Reis, nascido aos 22/06/75 e atualmente em lugar incerto e não sabido, para que TOME CONHECIMENTO da sentença prolatada nos autos supra mencionados, cuja parte final vem a seguir transcrita: SENTENÇA: "... Pelo exposto, julgo extinto o presente processo e determino o seu arquivamento, de acordo com o art.267, VI do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito julgado, observada as formalidades legais, arquive-se. Miracema do Tocantins, 17 de junho de 2008. Dr. André Fernando Gigo Leme Netto, Juiz de Direito." DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, aos vinte e um dias do mês de junho de 2011 (21/06/11). Eu, Natan Coelho Costa, Técinico Judiciário de 1° instância, digitei e subscrevi.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE TRINTA(30) DIAS

O Doutor André Fernando Gigo Leme Netto, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que neste Juízo e Cartório se processaram os termos do Boletim de Ocorrência de n°355/2003, em que é menor infrator Vilsonei Ferreira dos Santos e vítima Justiça Pública, servindo o presente para INTIMAR o menor infrator, VILSONEI FERREIRA DOS SANTOS , brasileiro, solteiro, filho de Sabino Lisboa dos Santos e Eva Ferreira dos Santos, nascido aos 08/10/85 e atualmente em lugar incerto e não sabido, para que TOME CONHECIMENTO da sentença prolatada nos autos supra mencionados, cuja parte final vem a seguir transcrita: SENTENÇA: "... Pelo exposto, JULGO EXTINTO o presente processo e determino o seu arquivamento, de acordo com o art.267, VI do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito julgado, observada as formalidades legais, arquive-se. Miracema do Tocantins, 18 de setembro de 2008. Dr. André Fernando Gigo Leme Netto, Juiz de Direito." DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, aos vinte e nove dias do mês de junho de 2011 (29/06/11). Eu, Natan Coelho Costa, Técinico Judiciário de 1° instância, digitei e subscrevi.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
(Art.1.184 do CPC) Justiça Gratuita

Autos nº: 3738/05
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA
Requerente: MARIA DE LOURDES BISPO SANTANA
Interditando: BERTO BISPO DE SANTANA

FAZ SABER: que este Juízo e Cartório se processaram os termos da Ação de Interdição/Curatela nº 3738/05 em que é requerente MARIA DE LOURDES BISPO SANTANA e interditando BERTO BISPO DE SANTANA e que às fls. 31/32, pelo MM. Juiz de Direito foi decretada a interdição de BERTO BISPO DE SANTANA conforme o teor da parte conclusiva da sentença a seguir transcrita:

SENTENÇA: "...Isto posto,decreto a interdição de Berto Bispo de Santana conforme o artigo 1.772, do Código Civil, nomeio para sua curadora a senhora Maria e Lourdes Bispo Santana, sob compromisso a ser prestado em 05 dias(art.1.187 do Código do Processo Civil). Expeça-se mandado ou carta precatória, se for o caso, para a inscrição no Registro de Pessoas Naturais competente, publicando-se editais na forma do art.1.184 do Código de Processo Civil (por três vezes), e informe-se ao INSS. Custas e despesas processuais conforme o artigo 4º da Lei 1.6060. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Miracema do Tocantins, 17 de junho de 2.008. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto - Juiz de Direito."

DADO E PASSADO nesta cidade de Miracema do Tocantins-TO, aos vinte e nove do mês de junho de 2011.(29/06/2011), Eu,___Escrevente, Glaucyane Pereira Cajueiro, o digitei e subscrevi.

NATIVIDADE

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2006.0002.6614-0- AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: JOSÉ NUNES DA SILVA FILHO
Advogado: DR. SARANDI FAGUNDES DORNELLES - OAB/TO 432-A
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para, no prazo e na forma legais, oferecer as alegações finais nos autos de ação penal supracitados

NOVO ACORDO

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor José Ribamar Mendes Júnior, Juiz de Direito em substituição automática da Única Vara Cível e Criminal da Comarca de Novo Acordo, Estado Tocantins, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de intimação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Única Vara Cível, se processam os autos de Protesto Contra Alienação de Bens com o número 2008.0001.9079-5, requerido por Lourival Rodrigues Ferreira em desfavor de José

Donizete Nogueira de Araújo, sendo o presente para: INTIMAÇÃO do protesto por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, com fundamento no artigo 870, I, do Código de Processo Civil, nos termos do despacho de fl. 57. Em conformidade com o r. despacho a seguir transcrito: "DEFIRO os benefícios da assistência judiciária ao requerente. Face aos argumentos apresentados pelas partes, DEFIRO o pedido de intimação por edital do protesto, com prazo de 20 (vinte) dias, com fundamento no artigo 870, I, do Código de Processo Civil. Outrossim, INDEFIRO o pedido de averbação do protesto na matrícula do imóvel objeto do pedido, posto a desproporção entre a dívida cobrada e o valor do bem. Decorridas 48 horas do fim do prazo do edital, entregue-se os autos ao requerente, independente de traslado, na forma do artigo 872 do citado diploma legal. Sem custas, face aos benefícios da assistência judiciária. Informe a nova determinação ao Juízo de Tocantínia – TO. Cumpra-se." Novo Acordo, Estado do Tocantins, 28 de junho de 2011. Eu, Cinthia Marina da Silva, Escrivã Judicial em Substituição, o digitei.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: Nº 2008.0001.9079-5
NATUREZA DA AÇÃO: PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS
REQUERENTE: LOURIVAL RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO: JOSÉ OSÓRIO SALES VEIGA – OAB/TO 2709-A
REQUERIDO: JOSÉ DONIZETE NOGUEIRA DE ARAÚJO
ADVOGADA: DRA. VALQUIRIA ANDREATTI – OAB/TO 3408

Por ordem do Excelentíssimo Doutor Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da DECISÃO de folha 57 a seguir transcrita: "DEFIRO os benefícios da assistência judiciária ao requerente. Face aos argumentos apresentados pelas partes, DEFIRO o pedido de intimação por edital do protesto, com prazo de 20 (vinte) dias, com fundamento no artigo 870, I, do Código de Processo Civil. Outrossim, INDEFIRO o pedido de averbação do protesto na matrícula do imóvel objeto do pedido, posto a desproporção entre a dívida cobrada e o valor do bem. Decorridas 48 horas do fim do prazo do edital, entregue-se os autos ao requerente, independente de traslado, na forma do artigo 872 do citado diploma legal. Sem custas, face aos benefícios da assistência judiciária. Informe a nova determinação ao Juízo de Tocantínia – TO. Cumpra-se. Novo Acordo, 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2009.0000.1531-2
NATUREZA DA AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO
REQUERENTE: WAGNER LIMA GARCIA
ADVOGADO: WOLCER FREITAS MAIA – OAB/GO 18397-A
REQUERIDO: WALTER MARCHI
ADVOGADOS: DR. CLAUDIO BLUME – OAB/SP 136.143, ANTONIO BENTO JUNIOR – OAB/SP 63619

Por ordem do Excelentíssimo Doutor Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da SENTENÇA de folha 314 a seguir transcrita: "Face o exposto, julgo extinto o processo com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas na proporção de 50% para cada parte. As partes honrarão com os honorários advocatícios dos seus respectivos patronos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, ao arquivo. Novo Acordo, 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2009.0000.1530-4
NATUREZA DA AÇÃO: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
REQUERENTE: WAGNER LIMA GARCIA
ADVOGADO: WOLCER FREITAS MAIA – OAB/GO 18397-A
REQUERIDO: WALTER MARCHI
ADVOGADOS: DR. CLAUDIO BLUME – OAB/SP 136.143, ANTONIO BENTO JUNIOR – OAB/SP 63619

Por ordem do Excelentíssimo Doutor Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da SENTENÇA de folha 33 a seguir transcrita: "Face o exposto, julgo extinto o processo com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas na proporção de 50% para cada parte. As partes honrarão com os honorários advocatícios dos seus respectivos patronos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, ao arquivo. Novo Acordo, 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2008.0006.5063-0
NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
REQUERENTE: WALTER MARCHI
ADVOGADOS: DR. CLAUDIO BLUME – OAB/SP 136.143
REQUERIDO: WAGNER LIMA GARCIA
ADVOGADO: WOLCER FREITAS MAIA – OAB/GO 18397-A

Por ordem do Excelentíssimo Doutor Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da SENTENÇA de folha 50 a seguir transcrita: "Face o exposto, julgo extinto o processo com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios ao executado, conforme acordado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, ao arquivo. Novo Acordo, 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2008.0006.5061-3
NATUREZA DA AÇÃO: MONITÓRIA
REQUERENTE: CELTINS
ADVOGADO: DR. SERGIO FONTANA – OAB/TO 701
REQUERIDO: CLOVIS WAZILEWSKI
ADVOGADOS: ROGER DE MELLO OTTAÑO – OAB/TO 2583, ROGÉRIO GOMES COELHO – OAB/TO 4155, RENATO DUARTE BEZERRA – OAB/TO 4296

Por ordem do Excelentíssimo Doutor Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da DECISÃO de folhas 78/79 a seguir transcrita: "Por tais razões, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos declaratórios. Em relação à petição de fls. 63/64, delibero o seguinte: A sentença de fl. 34 não transitou em julgado. Portanto, INDEFIRO o pedido de cumprimento de sentença. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Novo Acordo, 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor **José Ribamar Mendes Júnior**, MM. Juiz de Direito em substituição automática na Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital de Citação virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Escrivania, se processam os autos de Ação Penal nº. 2010.0009.0342-4/0 denunciado **SADYVAN NONATO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Tocantínia/TO, nascido em 22/09/1980, filho de Salmon Francisco dos Santos e Luzia Nonato dos Santos, Certidão de nascimento Livro A, nº. 34, fl. 02, nº. 3939 889.430, residente e domiciliado na Rua 05 de Abril, s/nº, Aparecida do Rio Negro/TO, **estando atualmente em local incerto ou não sabido**, autor Ministério Público Estadual, vítima Bonfim Alves Ramos, pela suposta prática do crime tipificado no **art. 121, § 2º, inciso IV c/c art. 14, inciso II, do Código Penal**, sendo o presente para CITAR o denunciado para em 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar, quando poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, caso não o faça, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para a prática do referido ato processual, devendo o acusado apresentar sua defesa perante o Juízo da Comarca de Novo Acordo, no Fórum da Comarca, localizado na Rua Silvestrina Guimarães, s/nº, Centro, Novo Acordo/TO, CEP 77.610-000, fone: (0xx63) 3369-1168. Para o conhecimento de todos será publicado no Diário da Justiça e afixado no *placard* do Fórum local. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e onze (22.06.2011). Eu ___, Ildenize Maria Pereira Rosa, Escrivã Judicial, digitei o presente e subscrevi. **JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR**, Juiz de Direito *(em substituição automática).*

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor **José Ribamar Mendes Júnior**, MM. Juiz de Direito em substituição automática na Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital de Citação virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Escrivania, se processam os autos de Ação Penal nº. 2010.0009.0344-0/0, denunciado **RAMILSON PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, auxiliar de soldador, natural de Tocantínia/TO, nascido em 16/09/1989, portador do RG nº. 996.257 SSP-TO, filho de João Pereira dos Santos e Divane Pereira dos Santos, residente e domiciliado na Rua 30, Quadra 89, Lote 13, Taquaruçu, Palmas/TO, telefone (63) 9222 1731, **estando atualmente em local incerto ou não sabido**, autor Ministério Público Estadual, pela suposta prática do crime tipificado no **art. 306 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro)**, sendo o presente para CITAR o denunciado para em 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar, quando poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, caso não o faça, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para a prática do referido ato processual, devendo o acusado apresentar sua defesa perante o Juízo da Comarca de Novo Acordo, no Fórum da Comarca, localizado na Rua Silvestrina Guimarães, s/nº, Centro, Novo Acordo/TO, CEP 77.610-000, fone: (0xx63) 3369-1168. Para o conhecimento de todos será publicado no Diário da Justiça e afixado no *placard* do Fórum local. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e onze (22.06.2011). Eu ___, Ildenize Maria Pereira Rosa, Escrivã Judicial, digitei o presente e subscrevi. **JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR**, Juiz de Direito *(em substituição automática).*

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor **José Ribamar Mendes Júnior**, MM. Juiz de Direito em substituição automática na Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital de Citação virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Escrivania, se processam os autos de Ação Penal nº. 2010.0008.4502-5/0, denunciados **EDIONES DIÓGENES e MARCIEL DA SILVA MELO**, brasileiro, casado, lavrador, natural de Santa Tereza/TO, nascido em 15/07/1985, filho de Gercy Santana de Melo e Eva da Silva Melo, portador do RG nº. 763.331 SSP-TO, residente e domiciliado na Chácara Sol Nascente, nº 06, saída para Ponte Alta do Tocantins, em Santa Tereza do Tocantins/TO, **estando atualmente em local incerto ou não sabido**, autor Ministério Público Estadual, pela suposta prática do crime tipificado no **art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal**, sendo o presente para CITAR o denunciado MARCIEL DA SILVA MELO, para em 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar, quando poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, caso não o faça, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para a prática do referido ato processual, devendo o acusado apresentar sua defesa perante o Juízo da Comarca de Novo Acordo, no Fórum da Comarca, localizado na Rua Silvestrina Guimarães, s/nº, Centro, Novo Acordo/TO, CEP 77.610-000, fone: (0xx63) 3369-1168. Para o conhecimento de todos será publicado no Diário da Justiça e afixado no *placard* do Fórum local. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e onze (22.06.2011). Eu ___, Ildenize Maria Pereira Rosa, Escrivã Judicial, digitei o presente e subscrevi. **JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR**, Juiz de Direito *(em substituição automática).*

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor José Ribamar Mendes Júnior, MM. Juiz de Direito em substituição automática na Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital de Citação virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Escrivania, se processam os autos de Ação Penal nº. 2010.0009.6052-5, denunciado ROSALVES FERREIRA SILVA, brasileiro, divorciado, lavrador, natural de Carolina/MA, nascido em 29/04/1949, portador do RG nº. 1.382.209 SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº. 300.629.691-53, filho de Abel Lopes da Silva e Raimunda Ferreira da Silva, residente na Avenida Viturino Panta, s/nº, Bar do Sebastião, em Lagoa da Confusão/TO, telefone (63) 3364 1555 ou Rua Raimundo Jesuíno Guedes, s/nº, Centro, Aparecida do Rio Negro/TO, estando atualmente em local incerto ou não sabido, autor Ministério Público Estadual, pela suposta prática do crime tipificado no art. 235 do Código Penal, sendo o presente para CITAR o denunciado ROSALVES FERREIRA SILVA, para em 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar, quando poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, caso não o faça, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para a prática do referido ato processual, devendo o acusado apresentar sua defesa perante o Juízo da Comarca de Novo Acordo, no Fórum da Comarca, localizado na Rua Silvestrina Guimarães, s/nº, Centro, Novo Acordo/TO, CEP 77.610-000, fone: (0xx63) 3369-1168. Para o conhecimento de todos será publicado no Diário da Justiça e afixado no *placard* do Fórum local. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e onze (22.06.2011). Eu ___, Ildenize Maria Pereira Rosa, Escrivã Judicial, digitei o presente e subscrevi. JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, Juiz de Direito (*em substituição automática).*

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0003.3796-8/0
AÇÃO PENAL
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉU: OSMAR PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ADRIANO FERNANDES MOREIRA – OAB/TO 1.772
RÉU: GETÚLIO GOMES DA SILVA
ADVOGADO: HUMBERTO SOARES DE PAULA – OAB/TO 2.755.
DECISÃO: "(...) Neste sentido, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Osmar Pereira da Silva em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (C.P. artigo 107, inciso IV)".

AUTOS Nº 2011.0003.9524-9/0
QUEIXA CRIME
QUERELANTE: JUCILEIDE TEIXEIRA LINO
ADVOGADO: ROGÉRIO GOMES COELHO – OAB/TO 4.155
QUERELADO: EVANDRO GOMES BARBOSA
DECISÃO: "(...) Daí porque REJEITO a QUEIXA CRIME por FALTA de JUSTA CAUSA para o exercício da AÇÃO PENAL. Fundamento legal: Constituição Federal, artigo 29, inciso VII c/c o Código de Processo Penal, artigo 395, inciso III. Custas como recolhidas".

PALMAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 51/2011

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos nº: 2008.0005.3867-8/0 – ORDINÁRIA
Requerente: VANDERLEI MIGUEL ENGEL
Advogado: João Sânzio Alves Guimarães OAB/TO 1487
Requerido: BANCO FIAT S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
INTIMAÇÃO: Informe-se o Requerido, no prazo de 05 (cinco) dias, o cumprimento do acordo entabulado às fls. 115/118 e homologado por este Juízo à fl. 140.

Autos nº: 2009.0006.2379-7/0 – EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: IRMÃOS MEURER LTDA
Advogado: Iramar Alessandra Medeiros Assunção OAB/TO 1188
Requerido: ANA CLAUDIA RIBEIRO DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de citação de fls. 26/29, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0006.9032-0/0 - MONITÓRIA
Requerente: STAACHES E SIQUEIRA LTDA
Advogado: Gustavo Ignácio Freire Siqueira OAB/TO 3090
Requerido: ARLINDO DAMAZIO DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Defiro o requerimento de fls. 25, mediante a substituição por cópias autenticadas e termo de recebimento. Em seguida, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 09 de novembro de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0006.9036-2/0 - MONITÓRIA
Requerente: STAACHES E SIQUEIRA LTDA
Advogado: Gustavo Ignácio Freire Siqueira OAB/TO 3090
Requerido: CLAUDEMIR LIMA DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Defiro o requerimento retro e autorizo o desentranhamento dos documentos, mediante a substituição por cópias. Intime-se para providências. Após, ao arquivo com as cautelas e baixas de praxe. Palmas, 16 de novembro de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0006.9115-6/0 - MONITÓRIA
Requerente: SAULO LUZ ACACIO
Advogado: Amaranto Teodoro Maia OAB/TO 2242; Lindinalvo Lima Luz OAB/TO 1250
Requerido: CAFÉ PARAÍSO EXPRESSO LTDA – ME
Advogado: Fábio Barbosa Chaves OAB/TO 1987; Leandro Wanderley Coelho
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre os embargos monitórios de fls. 23/31.

Autos nº: 2009.0006.9239-0/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: SHIRLEY DE OLIVEIRA BRITO
Advogado: Vinicius Coelho Cruz OAB/TO 1654
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Cristiane de Sá Muniz Costa OAB/TO 4361
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 59/84.

Autos nº: 2009.0006.9519-4/0 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: ANTONIO DOS SANTOS SILVEIRA
Advogado: Aline Gracielle de Brito Guedes OAB/TO 3755
Requerido: IPARATYH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Advogado: Lourdes Tavares Lima OAB/TO
Requerido: ADAUTO MACIEL BASTOS
Advogado: Ari José Sant'Anna Filho OAB/TO 4401-B
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre as contestações de fls. 93/130 e 137/201.

Autos nº: 2009.0006.9684-0/0 – INTERDITO PROIBITÓRIO
Requerente: MARIA CLEONICE TRAVARES DE SOUZA
Advogado: Eder Barbosa de Sousa OAB/TO 2077-A
Requerido: MARGARETE DE TAL e JOSÉ DE TAL
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de citação de fls. 39/42, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0007.3799-7/0 – ORDINÁRIA
Requerente: IRAJÁ SILVESTRE FILHO
Advogado: Vinicius Coelho Cruz OAB/TO 1654
Requerido: TOMHARA VIAGENS E TURISMO LTDA
Advogado: Reinaldo Francisco Júlio OAB/SP 93.648
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 40/58.

Autos nº: 2009.0007.3907-8/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO 4156; Flavia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: EDUARDO DOS REIS EVANGELISTA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 28/30, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0007.3919-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO 4156; Flavia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: CRISTINO FRANCISCO SIRIANO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 27/29, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0007.3952-3/0 – REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: GENETE COSTA CARNEIRO DE SOUZA
Advogado: Nara Radiana Rodrigues da Silva OAB/TO 3454; Zeruya Magalhães Silva OAB/TO 4198
Requerido: SANEATINS – COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 26/57.

Autos nº: 2009.0007.4124-2/0 – CANCELAMENTO DE PROTESTO
Requerente: BRAVO MOTORS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
Advogado: Onilda das Graças Severino OAB/TO 4133
Requerido: JOÃO APOLIÁRIO DA SILVA; BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Providencie-se a Requerente juntada pelo menos do instrumento do protesto alegado na petição inicial, bem como do instrumento de mandato que habilite o causídico a procurar judicialmente em nome da Requerente. Prazo: 10 (dez) dias. Pena: indeferimento da petição inicial (CPC, arts. 283 e 284). Após, conclusos. Intime-se. Palmas, 18 de agosto de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4127-7/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: VALDOMIRO DA CUNHA
Advogado: Kenia Mara Ferreira Matos OAB/DF 21.761; Ana Cecília Silva de Souza OAB/DF 27.585; Felipe Carlos Boechat OAB/MG 55.547 e outros.
Requerido: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Defiro ao Requerente os benefícios da gratuidade de justiça (Lei nº 1.060/50). Autorizo o depósito das parcelas vencidas e vincendas do financiamento, afastando a mora em relação aos valores consignados em juízo. Efetuado o depósito das parcelas em atraso, CITE-SE o réu para: a) vir ou mandar receber a quantia oferecida no

respectivo depósito, que deverá permanecer à disposição desde Juízo em conta judicial; b) oferecer contestação, sob a sanção da revelia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Palmas/TO, 18 de agosto de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4132-3/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO 4156
Requerido: RETIFICA DE MOTORES CAPITAL LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Por isso, DECLARO EXTINTO o processo por desistência da parte Autora, sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VIII; c/c art. 158, parágrafo único). Custas pela Autora; sem honorários. Autorizo desde já o desentranhamento dos documentos originais, mediante substituição por cópias às expensas da parte desistente. Transitada em julgado e pagas as custas, se for o caso, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas/TO, 14 de outubro de 2009. GERSON FERNANDES DE AZEVEDO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4275-3/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: PUBLIC PROPAGANDA E MARKETING LTDA
Advogado: Pompílio Lustosa Messias Sobrinho OAB/TO 1807
Requerido: PORTAL R2 – COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a correspondência de citação de fl. 25, devolvida sem cumprimento (mudou-se).

Autos nº: 2009.0007.4477-2/0 - COBRANÇA
Requerente: MALBA DE CÁSSIA RODRIGUES COSTA
Advogado: Irineu Derli Langaro OAB/TO 1252
Requerido: LEONARDO FREDERICO FREGONESI
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Esclareça a Requerente se já existe um processo de inventário em andamento, bem como o seu número e o juízo por onde tramita. Prazo: 10 (dez) dias. Pena: indeferimento da inicial. Intime-se. Palmas/TO, 21 de agosto de 2009. GERSON FERNANDES DE AZEVEDO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4574-4/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Fabrício Gomes OAB/TO 3350
Requerido: JOÃO CARLOS VALERIANO DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver a irregularidade infra: a) Ilegalidade do Contrato de Financiamento; Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento a presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial poderá ser indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 10 de setembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4709-7/0 - BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Marlon Alex Silva Martins OAB/MA 6976
Requerido: LUIZ PEREIRA DA SILVA FILHO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver as irregularidades infra: a) Ausência de Estatuto Social; b) Divergência quanto ao valor do débito apresentado na planilha (fl. 07) e o valor dado à causa. É de se ressaltar ainda que, sendo o valor da causa maior do que o especificado na inicial, faz-se necessária a complementação das custas processuais. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento á presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial poderá ser indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 10 de setembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4715-1/0 - BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Marlon Alex Silva Martins OAB/MA 6976
Requerido: CHARLES CARLION ALBUQUERQUE RODRIGUES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver as irregularidades infra: a) Ausência de notificação extrajudicial da mora, pois a notificação feito pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Palmas (fl. 21), via edital não serve para tanto, devendo a autora diligenciar no sentido de proceder a efetiva notificação. b) Ausência de Estatuto Social; c) Divergência quanto ao valor do débito apresentado na planilha (fl. 07) e o valor da causa descrito na petição inicial. É de se ressaltar que, sendo o valor da causa maior do que o especificado na inicial faz-se necessária a complementação das custas processuais. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento á presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial poderá ser indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 10 de setembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.4727-5/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Marlon Alex Silva Martins OAB/MA 6976; Katherine Debarba OAB/SC 16.950
Requerido: EDGLAN PEREIRA ARAÚJO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 30/32, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0007.5012-8/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: WESLEY MARTINEZ ELEUTÉRIO DA SILVA ME
Advogado: José Wilson Cardoso Diniz OAB/MA 6055
Requerido: BANCO BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para emendar a inicial, valorando adequadamente a causa,, consoante determina o artigo 259, V, do CPC, haja vista que o valor declinado na exordial é de R$ 500,00 (quinhentos reais), ao passo que a quantia discutida (fl. 04) é de R$ 280,000,00 (duzentos e oitenta mil reais), pois, senão, é de se aplicar o disposto nos artigos 267, I c/c 284, do CPC. Após, intime-se a autora para efetuar o complemento das custas processuais; caso contrário, é de aplicar o disposto no artigo 257 do CPC. Para o atendimento da determinações acima especifico o prazo de 10 (dez) dias. Atendido, conclusos. Palmas – TO, 18 de dezembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.5130-2/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
Requerido: MAGNUN RAMOS DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Indefiro o pedido de expedição de ofícios, tendo em vista que cabe à parte autora informar o endereço da parte requerida, bem como a localização do bem. Entendo também que é desnecessária a providência de envio ao DETRAN, uma vez que se presume que já há restrição expressa quando o bem questão se encontra alienado fiduciariamente. Intime-se a parte para impulso efetivo ao feito, ou proceder nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 911/69. Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2010. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.5566-9/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: RAIMUNDO NONATO ALVES PEREIRA
Advogado: Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO e outros.
Requerido: DIBENS LEASING S/A
Advogado: Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 25/139.

Autos nº: 2009.0007.3490-9/0 - COBRANÇA
Requerente: ROSALVI MELO DE ALBUQUERQUE
Advogado: Marcos Ferreira Davi OAB/TO 2420
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Ângela Issa Haonat OAB/TO 2701-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Ouça-se o requerido sobre o requerimento de fls. 70 no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 28 de abril de 2011. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0007.3624-3/0 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: MARIA DO SOCORRO SOUSA GUEDES
Advogado: Kenia Mara Ferreira Matos OAB/DF 21.761; Ana Cecília Silva de Souza OAB/DF 27.585
Requerido: BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 16/38.

Autos nº: 2009.0007.6491-3/0 – PROTESTO
Requerente: CÉLIO ROCHA MAGALHÃES
Advogado: Lourdes Tavares de Lima OAB/TO 1983
Requerido: LUCIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA ALENCAR
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Compareça o Autor, em cartório, para fazer a retirada dos autos epígrafe, nos termos do despacho de fl. 23, a seguir transcrito: "...Decorridas 48 horas, entreguem-se os autos à Requerente, independentemente de traslado. Palmas, 21 de setembro de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz Substituto."

Autos nº: 2009.0003.6498-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: ALEX PINTO CHAGAS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 25/27, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0008.6500-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: GEDAEL MENESES DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco)
dias sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 25/27, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0008.6700-9/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
Requerido: MARIA DE LOURDES VIEIRA DE CARVALHO
Advogado: Larissa Iglesias de Paula OAB/TO 4484
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, anuir com a desistência de fl. 48, por meio de advogado, visto que já foi citada á fl. 35; devendo, portanto, ser aplicado, o disposto no artigo 267, § 4º do CPC. Outrossim, encaminhem-se os autos à contadoria para cálculos das custas finais. Após,, havendo custas em aberto, intimem-se o requerente, via representante judicial, para, em 5 (cinco) dias, efetuar o respectivo recolhimento. Cumpra-se. Palmas – TO, 02 de março de 2010. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0009.2248-4/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: PUBLIC PROPAGANDA E MARKETING LTDA
Advogado: Pompílio Lustosa Messias Sobrinho OAB/TO 1807
Requerido: COMUNICAÇÃOI VISUAL LTDA
Advogado: Cristiane Ganem kisner OAB/PR 21.702

INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...A fim de permitir a homologação do acordo de fls. 24/25, intimem-se as partes para suprirem os seguintes defeitos: a) falta de assinatura do advogado da requerente; b) falta de procuração da advogada da requerida. – Para tanto, fixo o prazo de 10 dias. Após, conclusos. Palmas – TO, 09 de setembro de 2010. Valdemir Braga de Aquino Mendonça. Juiz de Direito Substituto."

Autos nº: 2009.0009.2289-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: Márcia Priscila Dalbelles OAB/SP 283161; Érico Vinicius Rodrigues Barbosa OAB/TO 4220; Roberta Shaches da Ponte OAB/SP 224.325
Requerido: WILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Verifico dos autos que o requerido sequer foi citado, de modo que impossível a presunção de que tenha ele conhecimento da presente ação. Assim, requerendo o Autor a extinção do processo com julgamento do mérito, que seja intimado a juntar aos autos instrumento que comprove o acordo anunciado, ou requeira a desistência do feito, o que levará, neste último caso, à extinção do processo sem apreciação do mérito. Prazo de 10 dias. Intime-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 13 de abril de 2010. Valdemir Braga de Aquino Mendonça. Juiz de Direito Substituto."

Autos nº: 2009.0009.2316-2/0 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: ELIDA RODRIGUES VALADARES
Advogado: Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405
Requerido: HSBC BANCK BRASIL S/A
Advogado: Eliana Ribeiro Correia OAB/TO 4187;
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 13/32.

Autos nº: 2009.0009.2364-2/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: MIRIAN DE CÁSSIA MORAIS; EDINALDO XAVIER DE LIMA
Advogado: Waldir Yuri Daher Lopes da Rocha OAB/TO 4274; Vinicius Pinheiro Marques OAB/TO 4140-A
Requerido: BRASIL TELECOM S/A
Advogado: Josué Pereira de Amorim OAB/TO 790; Julio Franco Poli OAB/TO 4589-B
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 66/111.

Autos nº: 2009.0009.3892-5/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado: Simony V. de Oliveira OAB/TO 4093
Requerido: GILMA FERREIRA DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 41/44, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0009.3899-2/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: NILZA LEDO NEVES
Advogado: César Floriano de Camargo OAB/PR 50350
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...Indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita...Assim, providencie a requerente o pagamento das custas judiciais, no prazo de 30 (trinta) dias, pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). Ainda, emende-se a petição inicial para trazer aos autos (1) documento que comprove a regularidade da pessoa jurídica Requerente (contrato social, certidão da Jucetins etc.)...(3) o endereço da parte Requerida...Prazo: 10 (dez) dias. Pena: indeferimento da inicial (CPC, 283 e 284). Após, conclusos. Intime-se. Palmas/TO, 02 de outubro de 2009. GERSON FERNANDES DE AZEVEDO. Juiz Substituto."

Autos nº: 2009.0009.4854-8/0 – MONITÓRIA
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: Lázaro José Gomes Júnior OAB/MS 8.125
Requerido: M G WANDERMUREN e MARIO GUERRA WANDERMUREM
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os mandados de citação de fls. 263/265 devolvidos sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0009.4890-4/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: Eliane Ribeiro Correia OAB/TO 4187
Requerido: MAGDA CILENE LIBORIO MIRANDA RODRIGUES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 23/25, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0009.5705-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Flavia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: ROSINALDO BISPO PEREIRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 28/30, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0009.5731-8/0 - ANULATÓRIA
Requerente: HERBERT GIACOMINI
Advogado: Deocleciano Ferreira Mota Junior OAB/TO 830
Requerido: DANIEL IGLESIAS DE CARVALHO e outros.
Advogado: Iramar Alessandra Medeiros de Assunção OAB/TO 1188
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação de fls.l 337/439.

Autos nº: 2009.0009.9184-2/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TECNICO ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
Advogado: Keila Muniz Barros OAB/TO 909
Requerido: UNIMED PALMAS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: Adonis Koop OAB/TO 2176; Hugo Barbosa Moura OAB/TO 3083
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação e documentos de fls. 130/391.

Autos nº: 2009.0010.1566-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Érico Vinicius Rodrigues Barbosa OAB/TO 4220
Requerido: MARIA DO BONFIM CARVALHO BARBOSA
Advogado: não constituído.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, declinar se a pretensão buscada por meio da peça de fls. 30/31. cuida-se de um pedido de desistência (artigo 267, VIII, do CPC) da ação de busca e apreensão cuidada neste feito. Em caso negativo, deverá ser juntado aos autos um acordo que atenda às exigências legais, ou seja, com as assinaturas de ambas as partes e seus respectivos procuradores, pois o documento de fls. 30/31 está desfalcado desses elementos. Palmas – T0, 09 de março de 2010. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0010.3060-9/0 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: PABLO ROGERIIO MONTEIRO PARENTE
Advogado: Kenia Mara Ferreira Matos OAB/DF 21761; Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405-A
Requerido: BANCO FINASA S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a correspondência para citação de fl. 11, devolvida sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0010.3504-0/0 - INDENIZAÇÃO
Requerente: SAMUEL DE SOUZA SANTOS
Advogado: Julio Cesar de Medeiros Costa OAB/TO 3595
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Angela Issa Haonat OAB/TO 2701-B
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação e documentos de fls. 31/52

Autos nº: 2009.0010.4884-2/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: ANDRÉ ALBINO CABRAL DOS SANTOS
Advogado: Maria de Fátima Melo Albuquerque Camarano OAB/TO 195
Requerido: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Por entender que no caso em tela torna-se mais razoável aguardar a resposta à inicial, postergo a apreciação da liminar para depois de decorrido o prazo para defesa. Intime-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos declaração de hipossuficiencia. Após, cite-se o requerido para que tome conhecimento do inteiro teor da demanda e, querendo, ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pelo autor. Cumpra-se. Palmas – TO, 10 de dezembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0010.8482-2/0 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: LEONNES SILVA BRAGA
Advogado: Cléo Feldkircher OAB/TO 3729
Requerido: SALOMÃO NONATO DE CARVALHO e RAIMUNDA LIMA COELHO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se o autor para, em 10 (dez) dias, emendar a inicial, visto que se faz necessário indicar qual das situações elencadas no artigo 335, do Código Civil Brasileiro, subsiste como motivo do manejo da ação consignatória. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento à presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial será indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 17 de novembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0010.9900-0-5/0 - INDENIZATÓRIA
Requerente: EMÍLIA SANTOS DA CRUZ
Advogado: Antônio Pinto de Sousa OAB/TO
Requerido: ADROALDO FELIPE WEISDEIMER
Advogado: Carlos Vieiczorek
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...Bem por isso o STJ pacificou a questão ao editar a súmula nº 179, segundo a qual *"o estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos"*. Veja bem, correção monetária e não juros, isto é, não se fala em remuneração apenas em atualização. *DISPOSITIVO* Em face do exposto, INDEFIRO o pedido de complementação do depósito judicial. Não havendo recurso, arquivem-se os autos. Intimem-se. Palmas/TO, 17 de novembro de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0010.9956-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Flavia de Albuquerque Lira OAB/PE 24.521
Requerido: MARIA SUELY ARAÚJO DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 28/31 devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.2950-8/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Maria Lucilia Gomes OAB/TO 2489; Fábio Ribeiro dos Santos OAB/TO 2868
Requerido: HÉLIO RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 43/46 devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.2951-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
Requerido: GILVANDO DE SOUSA PAIVA
Advogado: não constituído

INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se o autor para se manifestar, no prazo de 10 dias, sobre o cumprimento do acordo de fls. 42/44, e requerer o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 20 de abril de 2010. Valdemir Braga de Aquino Mendonça. Juiz de Direito Substituto."

Autos nº: 2009.0011.3015-8/0 - ORDINÁRIA
Requerente: YARA DE SOUZA FIRMO DRUMOND E ZENILTON JOSÉ DRUMOND
Advogado: Jaiana Milhomens Gonçalves OAB/TO 4295
Requerido: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado: Elaine Ayres Barros OAB/TO 2402; José Frederico Fleury Curado Bron OAB/TO
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Da contestação e documentação juntada, diga o Autor, no prazo de 10 (dez) dias. Palmas, 09 de setembro de 2010. LUÍS OTÁVIO DE QUEIROZ FRAZ. Juiz de Direito.".

Autos nº: 2009.0011.3041-7/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/TO 894; Abel Cardoso de Souza Neto OAB/4156
Requerido: NEUZA LUCIA DA COSTA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar Estatuto Social da referida Instituição Financeira, sob pena de indeferimento da inicial com base no disposto no Parágrafo Único, do artigo 282 do CPC. Palmas, 16 de novembro de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz Substituto."

Autos nº: 2009.0011.3061-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: Flavia de Albuquerque Lira OAB/PE 24.521
Requerido: PETERSON PEIXOTO SOUSA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o Mandado de Busca e Apreensão de fls. 50/51, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.3082-4/0 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: MARIA JOSÉ BORGES VIANA
Advogado: Aline Martins Coelho OAB/TO; Graziela Cristina Lopes Ribeiro OAB/TO 4426-B
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Angela Issa Haonat OAB/TO 2701-B; Hamilton de Paula Bernardo OAB/TO 2622
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação e documentos de fls. 30/62.

Autos nº: 2009.0011.3122-7/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: D. MARIA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Advogado: Marcelo Cláudio Gomes OAB/TO 955
Requerido: BANCO BRADESCO S.A
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação e documentos de fls. 46/74.

Autos nº: 2009.0011.3193-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO
Requerido: CICERO JOSÉ FERNANDES LIMA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 29/31, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.5628-9/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: JOSÉ MARCELO NEVES TOME MONTEIRO
Advogado: Gustavo Bottós de Paula OAB/TO 4121-B
Requerido: BANCO BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques OAB/MG 76.696; Fábio de Castro Souza OAB/TO 2868
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo legal, sobre a contestação e documentos de fls. 55/93.

Autos nº: 2009.0011.5926-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO 4156
Requerido: MARIA APARECIDA BATISTA DE ARAÚJO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver a irregularidade infra: a) Ausência de notificação extrajudicial da mora, pois a notificação feita pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Palmas (fl. 16), via edital não serve para tanto, devendo a autora diligenciar no sentido de proceder à efetiva notificação. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento à presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial será indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO 30 de novembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0011.7339-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/TO 894
Requerido: RICARDO DE FREITAS GONÇALVES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver a irregularidade infra: a) Ausência de Estatuto Social; b) Ausência de notificação extrajudicial da mora, pois a notificação feita pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Palmas (fl. 16), via edital não serve para tanto, devendo a autora diligenciar no sentido de proceder a efetiva notificação. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento à presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial será indeferida. Cumpra-se. Palmas-TO, 30 de novembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0011.7389-2/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Abel Cardoso de Souza Neto OAB/TO 4156; Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: NILTON WESLEI GOMES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 30/33, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.7395-7/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: WILSON DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o mandado de Busca e Apreensão de fls. 32/35, devolvido sem cumprimento.

Autos nº: 2009.0011.7397-3/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/PE 894; Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: RICARDO DE LIMA PINTO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver a irregularidade infra: a) Ausência de notificação extrajudicial da mora, pois a notificação feita pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Palmas (fl.15), via edital não serve para tanto, devendo a autora diligenciar no sentido de proceder a efetiva notificação. Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento à presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial será indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 30 de novembro de 2009. Francisco de Assis Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0011.7422-8/0 – CAUTELAR
Requerente: FRANCINEIDE FERREIRA DE SOUZA
Advogado: Denia Mara Ferreira Matos OAB/DF; Samuel Lima Lins OAB/DF 19589; Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405
Requerido: BANCO FINASA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o AR de citação de fls. 16, devolvida sem cumprimento, com a observação do correio "mudou-se".

Autos nº: 2009.0011.7459-7/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado: Simony V. de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
Requerido: LEILA DE SOUSA BARROS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o Autor, no prazo de 05 (cinco) dias, as custas finais do processo no valor de R$ 14,00 (quatorze reais).

Autos nº: 2009.0011.8931-4/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/TO 894; Abel Cardoso de Sousa Neto OAB/TO 4156
Requerido: VERA VIRGINIA ALVES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Intime-se a autora para, em 10 (dez) dias, solver a irregularidade infra: a) Ausência de Estatuto Social; Enfatizando-se, por oportuno, que o não atendimento à presente deliberação resultará na aplicação do disposto no Parágrafo Único do Artigo 284 do C.P.C., ou seja, a inicial será indeferida. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de dezembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de direito."

Autos nº: 2009.0011.9304-4/0 – PRESTAÇÃO DE CONTAS
Requerente: NILZA LEDO NEVES
Advogado: César Floriano de Camargo OAB/PR 50350
Requerido: BANCO BANK BRASIL S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita pleiteado à fl. 11...Desta forma, intime-se a autora para promover o recolhimento das custas processuais e taxa judiciaria, no prazo de 10 (dez) dias, destacando que caso que o caso presente deliberação não seja atendida a inicial poderá ser indeferida. (art. 257 do CPC). Cumpra-se. Palmas – TO, 18 de dezembro de 2009. Francisco de Assis Gomes Coelho. Juiz de Direito."

Autos nº: 2009.0012.8342-6/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093; Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311
Requerido: CARLOS ALBERTO DA SILVA
Advogado: Carlos Victor Almeida Cardoso Júnior OAB/TO 2180
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "...De início, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei n°. 1060/50.
Intime-se a parte executada para proceder ao cumprimento do disposto na sentença de fls. 74/77, restituindo o veículo "FIAT STRADA FIRE CE 1.4 F, 2006, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, COR BRANCA, PLACA NGF 0910, CHASSI 9BD27801A62478646", no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais), no limite de 10 (dez) dias. Tendo em vista que a referida sentença reconheceu que o ora Exequente, outrora Requerido, não se encontrava em mora, determino que o Banco Itaucard S/A

providencie a baixa da restrição lançada nos cadastros do SERASA em desfavor do Exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, relativamente ao presente contrato, sob pena de aplicação de muita diária no importe de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 30 (trinta) dias. Caso a parte devedora venha optar por não efetuar o cumprimento dentro do prazo acima estipulado, obrigando a prática de atos de busca e apreensão ou, ainda, venha apresentar impugnação infundada, desde já fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor executado...Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de junho de 2011. Palmas, 21 de junho de 2011. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito."

Autos nº: 2010.0002.0249-3/0 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
Impugnante: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
Advogado: José Edgar da Cunha Bueno Filho OAB/TO 4574-A
Impugnado: MARIA SAMARA PEREIRA MARQUES
Advogado: Edson Monteiro de Oliveira Neto OAB/TO 1242-A
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o impugnado, no prazo legal, sobre a impugnação ao valor da causa.

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2011.0001.7461-7 –BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado(a): Dra. Núbia Conceição Moreira e Dr. Marcos André Cordeiro
Requerido: Seleucia Calvao Fontes
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05(cinco) dias, informe se o veículo anteriormente apreendido (fl. 48) foi restituído ao demandado.

AUTOS: 2009.0004.7627-1 – REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Requerente: Barbosa e Dourado LTDA
Advogado(a): Dr. César Floriano de Camargo
Requerido: Banco Volkswagen S/A
Advogado(a): Dra. Marinólia Dias dos Reis
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer o endereço correto do requerido para que se possa proceder a citação.

AUTOS: 2011.0001.7894-9 – DECLARATÓRIA
Requerente: Maria Cristina Cabral
Advogado(a): Dr. Everton Kleber Teixeira Nunes
Requerido: Bradesco Auto RE CIA de Seguros
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o pagamento das custas processuais e da taxa judiciária, sob pena da aplicação do disposto no art. 257 do CPC.

AUTOS: 2010.0002.7280-7 – COBRANÇA
Requerente: Francisco Antonio Correia Melquiades
Advogado(a): Dr. Leandro Jéferson Cabral de Mello
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para assinar a petição inicial dos autos em epígrafe, sob pena de indeferimento da exordial.

AUTOS: 2010.0008.7589-7 – COBRANÇA
Requerente: Editora Landmark LTDA
Advogado(a): Dr. João Martins de Araújo e Dra. Francielle Paola Rodrigues Barbosa
Requerido: S.G. Vieira (Nome Fantasia Palmas Cultural)
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para assinar a petição inicial dos autos em epígrafe, bem como, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de indeferimento da exordial.

AUTOS: 2010.0009.7534-4 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: Adão Gomes da Silva
Advogado(a): Dr. Hilton Peixoto Teixeira Filho
Requerido: Iracy Pimentel da Silva e Ariosvaldo Mota Silva
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, nos termos do art. 282, III, IV e VI c/c art. 295, I, II, III, V e parágrafo único, II do CPC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

AUTOS: 2010.0007.7426-3 – ORDINÁRIA
Requerente: Fiel Construtora e Incorporadora LTDA
Advogado(a): Dr. Antonio José de Toledo Leme
Requerido: Extra Hipermercados
Advogado(a): Dra. Sarah Gabrielle Albuquerque Alves
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar sobre os embargos juntados às fls. 101/120 dos autos.

AUTOS: 2009.0003.7320-0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: UNIMED Palmas – Cooperativa de Trabalho Medico
Advogado(a): Dr. Adonis Koop
Requerido: Cristiane Lacerda Ferreira
Advogado(a): Dr. Sebastião Luis Vieira Machado e Dr. Juarez Rigol da Silva
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento das custas finais dos autos.

AUTOS: 2010.0009.7820-3 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: Raimundo Coutinho de Oliveira
Advogado(a): Dr. Marcos Divino Silvestre Emilio
Requerido: Banco ABN AMRO Real S/A
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre correspondência devolvida.

AUTOS: 2011.0001.7715-2 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Banco do Brasil s/a
Advogado(a): Dra. Luciana Christina Ribeiro Barbosa
Requerido: José Filho Pereira Bonfim
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10(dez) dias, providencie o pagamento da taxa judiciária, sob pena da aplicação do disposto no art. 257 do CPC.

AUTOS: 2011.0001.7825-6 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: Jaminuan Auce do Nascimento Mamede
Advogado(a): Dr. Flavio Alves do Nascimento e Dr. Marcos Divino Silvestre Emilio
Requerido: Banco ABN AMRO Real S/A
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre correspondência devolvida.

AUTOS: 2009.0011.7443-0 – EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
Requerente: Germano Rudi Prante
Advogado(a): Dr. Arthur Teruo Arakaki
Requerido: Nilva Alves Pereira
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2010.0002.7391-9 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: Jean Carlo Delatorre
Advogado(a): Dra. Célia Regina Turri de Oliveira e Dra. Iramar Alessandra Mendes Assunção Nascimento
Requerido: Maria do Socorro Silva Coelho
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2009.0001.8676-1 - MONITÓRIA
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado(a): Dr. Osmarino José de Melo
Requerido: Construtora Villlage LTDA e Wilton Ferreira Rocha
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada do despacho proferido às fls. 50 dos autos a seguir transcrito: Primeiramente intime-se o autor a trazer o valor do débito atualizado, devidamente demonstrado através de planilha de evolução da dívida, uma vez que foram pagas 13 parcelas no acordo, ou seja, houve amortização. Em ato contínuo, diante da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça (fls. 41-v), deverá o autor diligenciar novo endereço, a fim de que se proceda a citação do requerido. Intime-se.

AUTOS: 2008.0002.8986-4 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: Wilson Barros Milhomens
Advogado(a): Dr. Rogério Beirigo de Souza
Requerido: BV Financeira
Advogado(a): Dra. Núbia Conceição Moreira
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada comparecer em cartório para buscar o alvará judicial, expedido nos autos em epígrafe.

AUTOS: 2005.0000.8412-5 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Banco Itaú S/A
Advogado(a): Dra. Eliete Santana Matos, Dr. Hiran Leão Duarte, Dra. Isabel Cristina Lopes Bulhões, Dr. Marcelo Soares Luz Afonso e Leonardo Coimbra Nunes
Requerido: Ricardo Neves de Araújo
Advogado(a): Lindinalvo Lima Luz
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2009.0004.8535-1 – EXECUÇÃO
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado(a): Dr. Osmarino José de Melo
Requerido: Inoe Zanin LTDA – Akira Ar Condicionado e Claudineia Zanin - Avalista
Advogado(a): Não Constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2008.0002.8903-1 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A
Advogado(a): Dr. Fábio de Castro Souza
Requerido: William Soares Borges
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

AUTOS: 2007.0004.8150-3 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Marcelo Costa Primo e Elton Gomes dos Santos
Advogado(a): Dr. Esly de Almeida Lopes Barros
Requerido: Alicio Joaquim Sousa
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

AUTOS: 2007.0003.8509-1 – ANULATÓRIA
Requerente: Gilson Antonio Fernandes de Paula
Advogado(a): Dra. Elizabete Alves Lopes
Requerido: Glauco Vinicius Mendes e Leilão Brasil
Advogado(a): Dr. Mauro José Ribas
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, forneça o endereço do requerido Glauco Vinícius Mendes ou meios para que se possa localizá-los, para que se proceda a sua citação.

AUTOS: 2010.0001.8682-0 - MONITÓRIA
Requerente: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – Celtins
Advogado(a): Dr. Sergio Fontana
Requerido: Rio dos Mangues Mineração LTDA
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para que, no prazo de 10(dez) dias, indique o novo endereço do(a) requerido(a) ou meios para que se possa localizá-lo(a), sob as penas da lei.

AUTOS: 2009.0012.8443-0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: Maria do Espírito Santos Pereira Soares
Advogado(a): Dra. Liliane de Moura Borges
Requerido: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05(cinco) dias, consignar o valor integral da prestação ou prestações vencidas e as demais, na medida em que forem vencendo, referente aos autos em epígrafe.

AUTOS: 2009.0004.8591-2 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Consorcio Nacional Honda LTDA
Advogado(a): Dra. Maria Lucilia Gomes e Dra. Patrícia Ayres de Melo
Requerido: Higo Fernando Carvalho de Oliveira
Advogado(a): Não Constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2010.0005.8575-9 – CAUTELAR INCIDENTAL
Requerente: Maria Xavier de Oliveira
Advogado(a): Dr. Édison Fernandes de Deus
Requerido: Profit Distribuidora de Produtos profissionais LTDA
Advogado(a): Maurício Aparecido Cresóstomo
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre correspondência devolvida.

AUTOS: 2007.0001.8342-1 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: G-Pel Grafopel Pares LTDA
Advogado(a): Dr. Francisco F. Maciel
Requerido: Max Gráfica LTDA
Advogado(a): Defensor Público
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca do laudo de avaliação juntado às fls. 87/90.

AUTOS: 2005.0003.8302-5 – DECLARATÓRIA
Requerente: Josilene Araújo de Oliveira
Advogado(a): Dr. Pedro Carvalho Martins
Requerido: Brsil Telecom S/A
Advogado(a): Dra. Dayane Ribeiro Moreira, Dr. Sebastião Alves Rocha, Dra. Fabiana Luiza Silva
INTIMAÇÃO: Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar a atualização do débito o qual foi condenado o executado, incluindo-se aí, a multa de 10%(dez por cento), a partir dos 15(quinze) dias, após o trânsito em julgado da sentença (CPC, art. 175-J).

AUTOS: 2010.0005.8661-5 – DECLARATÓRIA
Requerente: Patrícia Raquel Rosa da Silva Azevedo
Advogado(a): Dr. Carlos Antônio do Nascimento
Requerido: BMC – Construções Inteligentes LTDA e Dienne Oliveira da Silva Lima
Advogado(a): Dr. Pompilio Lustosa Messias Sobrinho
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a devolução do AR de fl. 33, bem como acerca da contestação e documentos que a instruem juntada às fls. 92/125 dos autos.

AUTOS: 2010.0005.8661-5 – DECLARATÓRIA
Requerente: Patrícia Raquel Rosa da Silva Azevedo
Advogado(a): Dr. Carlos Antônio do Nascimento
Requerido: BMC – Construções Inteligentes LTDA e Dienne Oliveira da Silva Lima
Advogado(a): Dr. Pompilio Lustosa Messias Sobrinho
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a devolução do AR de fl. 33, bem como acerca da contestação e documentos que a instruem juntada às fls. 92/125 dos autos.

AUTOS: 2005.0003.8302-5 – DECLARATÓRIA
Requerente: Josilene Araújo de Oliveira
Advogado(a): Dr. Pedro Carvalho Martins
Requerido: Brsil Telecom S/A
Advogado(a): Dra. Dayane Ribeiro Moreira, Dr. Sebastião Alves Rocha, Dra. Fabiana Luiza Silva
INTIMAÇÃO: Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar a atualização do débito o qual foi condenado o executado, incluindo-se aí, a multa de 10%(dez por cento), a partir dos 15(quinze) dias, após o trânsito em julgado da sentença (CPC, art. 175-J).

AUTOS: 2010.0007.8418-2 – INTERPELAÇÃO JUDICIAL
Requerente: FMM Engenharia LTDA
Advogado(a): Dr. Leandro Rogeres Lorenzi
Requerido: Francisco Braga dos Santos, Doralice dos Santos Braga e Outros
Advogado(a): Não Constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para receber os autos.

AUTOS: 2011.0003.9396-3 – MONITÓRIA
Requerente: Lucia de Fátima Sousa Lima
Advogado(a): Dr. Telmo Hegele e Dr. Telmo Hegele Junior
Requerido: Construtora NS LTDA
Advogado(a): Dr. Murilo Sudre Miranda
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre embargos juntados às fls. 17/32 dos autos.

AUTOS: 2008.0000.9718-3 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: Sigma Service – Assistência Técnica e Produtos de Informática LTDA
Advogado(a): Dr. Eder Mendonça de Abreu
Requerido: HSBC Bank Brasil S/A
Advogado(a): Dr. Lázaro José Gomes Júnior
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre o pedido e documentos de fls. 20/126 dos autos.

AUTOS: 2010.0003.9732-4 – PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS
Requerente: Sergio Augusto Giatti
Advogado(a): Dr. Germiro Moretti e Dra. Michelly Correa Milhomem Marchenta
Requerido: Álvaro Alves e Outros
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para buscar o edital e publicar.

AUTOS: 2010.0003.9910-6 – MONITÓRIA
Requerente: Fabiano Roberto M. do Vale Filho e CIA LTDA
Advogado(a): Dr. Célia Regina Turri de Oliveira e Dr. Iramar Alessandra Medeiros Assunção Nascimento
Requerido: Ivania Antunes dos Santos - ME
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre as informações prestadas nos autos.

AUTOS: 2008.0003.9139-1 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Aymore, Credito, Financiamento e Investimento S/A
Advogado(a): Dr. Alexandre Lunes Machado
Requerido: Fabio Tavares Eduardo
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

AUTOS: 2005.0003.9602-0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: Z. E. Ribeiro - ME
Advogado(a): Dr. Vilobaldo Gonçalves Vieira
Requerido: Tio Jorge Dist. De Produtos Alimentícios Importação e Exportação LTDA
Advogado(a): Dr. Henry Benevides Santos
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

AUTOS: 2008.0000.9417-6 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados PCG-Brasil Multicarteira
Advogado(a): Dr. Fábio de Castro Souza
Requerido: Delmir ?Firmino Mendes
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

AUTOS: 2009.0012.9872-5 – EXECUÇÃO
Requerente: Magalhães e Lins Advogados Associados
Advogado(a): Dr. Elton Tomaz de Magalhães
Requerido: Nilson Martins Pereira
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, adequando-a ao procedimento correto, sob pena de indeferimento da exordial.

AUTOS: 2011.0003.9228-2 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: Ardulino Rodrigues Neto
Advogado(a): Dr. Márcio Augusto M. Martins
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, indicando corretamente quem deverá figurar no pólo passivo, uma vez verificada divergência.

AUTOS: 2011.0001.9946-6 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado(a): Dr. José Martins, Dr. Fabrício Gomes e Dr. Francisco Duque Dabus
Requerido: Eliene Lemes Costa e CIA LTDA
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para que, no prazo de 10(dez) dias, indique o novo endereço do(a) requerido(a) ou meios para que se possa localizá-lo(a), sob as penas da lei.

AUTOS: 2009.0012.9734-6 – MONITÓRIA
Requerente: M.A de Castro Santana (Marcos Pollo)
Advogado(a): Dr. Silson Pereira Amorim e Dra. Christian Zini Amorim
Requerido: Oliveira e Simonassi LTDA ME
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para que, no prazo de 10(dez) dias, indique o novo endereço do(a) requerido(a) ou meios para que se possa localizá-lo(a), sob as penas da lei.

AUTOS: 2009.0003.8860-7 - EXECUÇÃO
Requerente: MCM Comércio de Automóveis Ltda
Advogado(a): Dr. Maurício Cordenonzi
Requerido: Rafael Anderson de Melo
Advogado(a): Não constituído

INTIMAÇÃO: DESPACHO: proceda-se à imediata consulta acerca da ordem de bloqueio *on line* (BACENJUD – PENHORA ON LINE), anteriormente deferida. Após, intime-se a parte interessada para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. João Sanzio Guimarães, autos número 2010.0010.5061-1.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Ronaldo Eurípedes, autos número 2008.0003.2553-4.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Jesus Fernandes, autos número 2005.0001.1548-9.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dra. Luana Gomes, autos número 0671.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dra. Maria Tereza Miranda, autos número 2008.0005.1034-0.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Flávio de Faria Leão, autos número 2009.0007.4226.5.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dra. Fernanda Ramos, autos número 2006.0000.2740-5.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. César Augusto, autos número 2502.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Murilo Bucar, autos número 2007.0010.6045-5.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Tiago Aires de Oliveira, autos número 2006.0004.5527-0 – 2010.0007.8275-9.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dra. Iramar Alessandra Medeiros, autos número 2010.0002.1200-6 – 2007.0001.1708-9 – 2008.0001.6157-4.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Marcelo Soares, autos número 2009.0010.1673-8.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Carlos Nascimento, autos número 2662.

Fica o advogado(a) abaixo relacionado, intimado(a) para que devolva, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os autos abaixo identificados, sob pena de busca e apreensão e comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (Intimações conforme o Provimento 006/90,003/00 e 036/02 da CGJ-TO)
Dr. Públio B. Alves, autos número 2009.000.9599-2.

AUTOS: 102/99 – INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO
Requerente: Érica Karla Pereira Barros e outro
Advogado(a): Dra. Maria do Socorro Ribeiro Costa
Requerido: Celtins – Companhia de Energia Elétrica do Tocantins
Advogado(a): Dr. Sérgio Fontana
Denunciado: Jader Gonçalves Caixeta e outra
Advogado: Dr. Anderson de Souza Bezerra
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Assim, não havia razão, como de fato não houve, para considerar ÉRICA KARLA PEREIRA DE BARROS como beneficiária da indenização reconhecida por meio da sentença embargada, uma vez que ela não é herdeira do *de cujos* (vide fl. 160), não podendo suceder-lhe no feito. De maneira que o único destinatário da prestação jurisdicional ali reconhecida é o herdeiro do demandante, WELLINGTON PEREIRA RODRIGUES, qualificação à fl. 165. À vista do exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, porquanto tempestivos, para acolhê-los parcialmente, purgando o *decisum* embargado do vicio da obscuridade, pelas razões acima expendidas (inteligência do art. 535, I do CPC). P.R.I. Palmas, 24 de maio de 2011.

AUTOS: 3537/04 – REPARAÇÃO DE DANOS
Requerente: Adriana Mara Frota Lima
Advogado(a): Dr. Marcelo Soares Oliveira
Requerido: Tele Redes Telecomunicações Ltda
Advogado(a): Dr. Clóvis Teixeira Lopes
FINALIDADE: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar acerca da certidão de fls. 135

AUTOS: 2005.0000.0086-0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: Grison e Companhia Ltda
Advogado(a): Dr. Hugo Moura
Requerido: Juscelino Cardoso da Mota e outros
Advogado(a): Dr. Leonardo de Assis Boechat
FINALIDADE:: DECISÃO: **Vistos etc.** Considerando a certidão de fl. 414, os requeridos foram citados, deixando transcorrer *in albis* o prazo para responder aos termos da ação em epígrafe. Assim, assiste razão à requerente quanto à validade dos atos citatórios; não, porém, quando insiste na produção da prova oral, uma vez que é efeito da revelia a presunção de veracidade dos fatos afirmados pela autora na exordial, tornando-se incontroversos (inteligência do art. 319 c/c art. 334, IV, ambos do CPC). A realização da audiência de instrução, portanto, se entremostra desnecessária, não sendo o caso de se aplicar o disposto no art. 324 da Lei Adjetiva Civil, dês que não se trate de direito indisponível nem de qualquer das outras hipóteses que afastaria a incidência do referido efeito (CPC, art. 320). À vista do exposto, acolho parcialmente o pleito de reconsideração de fls. 400/401 apenas para decretar a revelia dos réus, desobrigando a autora, por óbvio, de fornecer os atuais endereços dos demandados. Cumpra-se, *incontinenti*, os itens 5 e 6 do *decisum* de fls. 398/399 não estando os promovidos autorizados a fazer carga dos autos até o cumprimento da ordem de reintegração, após o transcurso do decêndio referido no item 6 da decisão anterior. Cumprida a liminar, voltem-me conclusos para julgamento, na forma do art. 330, II do CPC. Intimem-se. Demais expedientes necessários.

AUTOS: 2009.0011.0694-0/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: Carolina Santos Cora
Advogado(a): Dr. Bruno Barreto Cesarino
Requerido: Esquadros Ltda (Rezende Imobiliária)
Advogado(a): Dr. Márcio Gonçalves Moreira e Dr. Ricardo Haag
FINALIDADE: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar acerca da certidão de fls. 131.

AUTOS: 2010.0002.2728-3/0 – RESTABELECIMENTO
Requerente: Domingos Pereira da Silva
Advogado(a): Dr.ª Ariane de Paula Martins
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado(a): Procurador Federal
FINALIDADE: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar acerca da certidão de fls. 76.

AUTOS: 2009.0010.6077-0/0 – EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS
Requerente: Bolívar Camelo Rocha
Advogado(a): Dr. Bolívar Camelo Rocha
Requerido: Osvaldo Martins Filho e outro
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido do autor para condenar os requeridos a pagarem a importância de R$ 9.085,72 (nove mil oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), devidamente atualizados de novembro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Condeno os requerido ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Transitada em julgado a presente sentença, sem que os réus paguem, no prazo de 15 (quinze) dias, o montante da condenação acima, determino que se intime o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a atualização do debito, incluindo-se aí, a multa de 10% (dez por cento), a partir dos 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado da sentença (CPC, art. 474-J).

AUTOS: 2011.0001.7712-8 – CIVIL PÚBLICA
Requerente: Ministério Público
Advogado(a): Ministério Público do Estado do Tocantins
Requerido: Almeida de Ferro Ltda-ME e outros
Advogado(a): Dra. Vitória Fernandes da Silva
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO acima mencionado, com força de sentença, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos. De conseqüência, julgo extinto o processo com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais remanescentes/finais, se houver, devendo neste caso ser intimado(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, procederem ao pagamento das referidas custas. Caso o pagamento não seja efetivado no prazo acima estabelecido, deverá a Escrivania remeter os Autos à Distribuição para anotação do referido débito para que seja feita a cobrança, caso os requeridos venham a propor alguma ação. Levantem-se, IMEDIATAMENTE, as eventuais constrições, EXCETO a hipoteca instituída sobre o imóvel rural localizado na cidade de Goianorte-TO, descrito como uma gleba de terras rurais, constituída por parte do lote nº. 20, do loteamento Araguacema, 9ª Etapa, com área de 316.80,00 há (trezentos e dezesseis hectares e oitenta ares), registrado no livro nº. 004, fls. 187/188 do Tabelionato Antônio de Aguiar, Cartório de 1º Ofício da Comarca de Goianorte - TO, conforme estipulado na Cláusula Sexta do referido Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Desentranhem-se os documentos que forem requeridos pelo(a) requerente, procedendo-se a substituição por cópias e entregando-os ao interessado mediante recibo. Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as anotações de estilo.

AUTOS: 2011.0001.7618-0/0 – RECONVENÇÃO EM AÇÃO DE RESSARCIMENTO
Requerente: Maria Helena Sobrinho Amorim
Advogado(a): Dr. Hugo Moura e Dra. Késsia P. Soares de Sousa
Requerido: Marcelo Pagani Cardoso
Advogado(a): Dra. Rosângela Bazaia e outros
FINALIDADE: DESPACHO: (...) Cite-se o autor/reconvindo, na pessoa de seu procurador (CPC, art. 316), para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contestação, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela reconvinte/ré. Cumpra-se.

AUTOS: 2011.0002.8212-6/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: Leila Ramos
Advogado(a): Dra. Layla A. M. Franceschetto e Dra. Patrícia J.P.R. Marques
Requerido: Itaucard Adm. Cartões Crédito
Advogado(a): André Ricardo Tanganeli
FINALIDADE: Fica a autora intimada para, no prazo legal, impugnar a contestação e documentos de fls. 61/96.

4ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS Nº: 2011.0006.3459-6 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE: CLEON BATISTA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A): DUARTE NASCIMENTO
REQUERIDO: URBELUZ ENERGETICA S/A
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DECISÃO DE FLS. 45/46: "(...) FACE AO EXPOSTO, denego a medida pretendida, determinando por ora a citação da requerida, sob as advertências dos artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias ofereça contestação, sob pena de revelia e confissão. Faculto, por fim ao requerente emendar a inicial no prazo de 10 (dias) sob pena de indeferimento de modo a indicar a ação principal a ser proposta no trintídio legal. A presente decisão impressa em 03 (três) vias serve como mandado. Int. Palmas-TO, 08 de junho de 2011. Frederico Paiva Bandeira de Souza. Juiz de Direito Substituto. Auxiliar da 4ª Vara Cível – Portaria nº 133/2011"

AUTOS Nº: 2011.0006.3477-4 – AÇÃO REVISONAL DE CONTRATO BANCARIO
REQUERENTE: ANDERSON DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO(A): ALINE FONSECA COSTA
REQUERIDO: VC FINANCEIRA S/A
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DECISÃO DE FLS. 69/70: "(...) Denego, portanto a medida antecipatória nos termos pretendidos determinando por ora seja a requerida citada, sob as advertências dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil, para querendo apresentar defesa. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. (...) Int. Palmas-TO, 21 de junho de 2011. Frederico Paiva Bandeira de Souza. Juiz de Direito Substituto. Auxiliar da 4ª Vara Cível – Portaria nº 133/2011 (...)".

AUTOS Nº: 2011.0005.8337-1 – AÇÃO INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: CURVA DE NIVEL, LINGERIE COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME
ADVOGADO(A): POMPILIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
REQUERIDO: HDI SEGUROS S/A – HDI EMPRESA SEGURA – CURITIBA BANCO E HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DECISÃO DE FLS. 2263 VERSO: "(...) Assim faculto a requerente, no prazo de 10 (dez) dias, promover o recolhimento da taxa judiciária e custas processuais, sob pena de baixa na distribuição Int. Palmas-TO, 07 de junho de 2011. Frederico Paiva Bandeira de Souza Juiz de Direito Substituto".

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2009.0011.7318-30 - AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: Nelinho Freires Mourão
Advogado(a)(s): Dr. Bolívar Camelo Rocha – OAB/TO 210-B
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do réu Nelinho Freires Mourão, o Dr. Bolívar Camelo Rocha, INTIMADO para, no prazo legal, apresentar as contrarrazões ao recurso interposto nos acima citados. Palmas-TO, 28 de junho de 2011. Hericélia da Silva Aguiar Borges – Técnica Judiciária.

Autos: AÇÃO PENAL 2009.0012.8814-2/0 – (RESE)
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: Antonio Anderly Frota Lima
Advogado(a)(s): Dr. Marcio Rodrigues de Cerqueira – OAB/TO 3.290
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do réu Antonio Anderly Frota Lima, o Dr. Marcio Rodrigues de Cerqueira – OAB/TO 3.290, INTIMADO para, no prazo legal, apresentar as contrarrazões ao Recurso em Sentido Estrito referente aos autos de ação penal nº. 2009.0012.8814-2/0. Palmas-TO, 28 de junho de 2011. Hericélia da Silva Aguiar Borges – Técnica Judiciária.

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, por meio de seus procuradores, intimados dos atos processuais:
AUTOS N.º 2011.0004.6107-1– Ação Penal
Acusados: Jailson Rogério Ribeiro Nogueira e Jardson Batista Aguiar
Advogado: Paulo Roberto da Silva OAB TO nº 284 A
Intimação: Fica o advogado do acusado Jailson Rogério Ribeiro Nogueira, intimado para comparecer neste Juízo no dia 20 de julho de 2011, às 14 horas, para realização da audiência de instrução e julgamento do feito.

AUTOS: 2007.0010.7574-6 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Processado: Gilmar Souza Paes.
Vítima: K. de S. F. S.
Advogado: Dr. Pompílio Lustosa M. Sobrinho OAB/TO 1807-B.
Intimação da Sentença: (...) "Deste modo, face à ausência de provas satisfatórias com o condão de patentear a perpetração delitiva, julgo improcedente a pretensão condenatória ministerial e, por conseguinte, absolvo Gilmar Souza Paes da incursação que lhe foi imputada na denúncia de fls. 02/03, e assim procedo com fulcro no artigo 386, incisos V e VII, do Diploma Processual Penal. Sem custas. Publique, registre e intimem-se. Após o trânsito em julgado, efetuem-se todas as baixas cartorárias pertinentes. Palmas-TO, em 17.12.2010". Umbelina Lopes Pereira - Juiz de Direito

3ª Vara Criminal

BOLETIM DE EXPEDIENTE

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 147/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2010.0012.3071-7/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: JOÃO LÚCIO LOPES PERIM
Advogado: DR. FERNANDO JORGE DAMHA FILHO, OAB/SP 109.618
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª da audiência de inquirição da testemunha Andréia Vieira Lopes designada para 26 de agosto de 2011, às 14:30 horas, na 2ª Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Sete Lagoas-MG.

A ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 145/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2008.0007.8660-4/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: ROBSON FERREIRA DA SILVA
Advogado: DRA. ELIZANDRA BÁRBARA SILVA PIRES, OAB/TO N.º 2843
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para no prazo legal, apresentar as alegações finais em favor do acusado supra.

A ADVOGADA
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 143/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2009.0000.0846-4/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusados: GERALDO WELLINGTON DE OLIVEIRA MOTA
Advogado: DR. MAURO RIBAS, OAB/TO N.º 753-B
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para no prazo legal, apresentar as alegações finais em favor do acusado supra.

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 144/2011
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2009.0002.6408-8/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: Leidson de Carvalho Silva
Advogada: Dra. Maria de Fátima Melo Albuquerque Camarano, OAB/TO n.º 195-B
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para no prazo legal, apresentar as alegações finais em favor do acusado supra.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
AUTOS N.º 2010.0012.0606-9/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusado: JOSÉ ALVES PEREIRA
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR, NO PRAZO DE 15 DIAS, o acusado JOSÉ ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, lavrador, nascido aos 03.04.1977 em Miranorte/TO, filho de João Pereira de Castro e Abigail Alves de Castro, imputando-lhe os fatos a seguir

narrados: - "Consta dos inclusos autos de Inquérito Polciial que no dia 30 de março de 2010, por volta das 10h, o denunciado, voluntária e conscientemente, conduzia em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, uma motocicleta Titan CG 125, marca Honda, cor vermelha, placa MWE 2080, ano fab/mod 2001/2002, chassi 9C2JC30102R123421, levando a efeito o delito patrimonial infra relatado. Emerge dos autos que no dia 25 de março de 2010, no período noturno, em horário não precisado nos autos, a vítima teve a motocicleta acima descrita furtada na Rua Antônio José do Amaral, s/n, Setor Ipiranga, Monte do Carmo/TO, conforme Boletim de Ocorrência de fl. 12. Ocorre que no dia 30/03/2010, os policiais militares abaixo arroalados como testemunhas foram cumprir um mandado de prisão no local dos fatos, qundo avistaram o incursado conduzindo uma moto em atitude suspeita, ocasião em que ordenaram que o condutor parasse. Ao abordarem o indicado, constatam que este não possuía carteira de habilitação, nem documentação do veículo. Diante dessa situação, os policiais militares apreenderam o denunciado em flagrante delito e o encaminharam até a Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubso de Veículos Automotores, para as providências de praxe. (...) Assim agindo, incidiu o denunciado JOSÉ ALVES PEREIRA no artigo 180, "caput", do Código Penal." Pelo que se oferece a presente, e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO para tomar conhecimento da acusação que lhe é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responder à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 16 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, escrevente, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
AUTOS N.º 2009.0000.1015-9/0
Ação Penal
Vítima: VALBERTO DE ALMEIDA BEZERRA.
Acusado: FLÁVIO FERANNDES COSTA
FINALIDADE: CITAR E INTIMAR, NO PRAZO DE 15 DIAS, o acusado FLÁVIO FERNANDES COSTA, brasileiro, solteiro, serviços gerais, nascido aos 10.05.1989 em Brasília/DF, filho de Alvimar Chaves Costa e Vanilda Fernandes da Costa, imputando-lhe os fatos a seguir narrados: - " Relatam os presentes autos de inquérito policial que o denunciado, no dia 05 de junho de 2008, por volta das 10h30min, na via pública do Jardim Aureny III, nesta urbe, voluntária e conscientemente, subtraiu para si um celula, marca Motorola, modelo W375, cor preta, de propeidade da vítima Valberto de Almeida Bezerra, orçado monetariamente na importância de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), conforme Laudo Pericial de Avaliação Direta acostado às fls. 19/21. Para obter êxito na subtração, o acusdo, aproveitando-se da falta de vigilância do interior do veículo caminhonete D20 da vítima, o qual estava estacionado, subtraiu o referido aparelho celular, evando-se do local em seguida. Emerge dos autos que o Sr. Valberto estava comercializando redes em plena via pública, quando supeitou de um falso cliente que momentos antes havia passado no local. Comunicados dos fatos, os policiais militares empreenderam diligências, momento em que encontraram o denunciado, tendo este levado os policiais a um lote baldio, local onde havia escondido a res furtiva. Auto de Exibição e Apreensão às fls. 17 e Termo de Restituição acostado às fls. 22. Assin agindo, incidiu o denunciado na conduta descrita no art. 155, "caput", do Código Penal. Pelo que se oferece a presente, e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO para tomar conhecimento da acusação que lhe é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responder à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 15 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
AUTOS N.º 2010.0012.3069-5/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusado: MARCELO SILVA DE CARVALHO, MARCELO SOUSA SILVA OU MARCELO SOUZA SILVA
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR, NO PRAZO DE 15 DIAS, o acusado MARCELO SILVA DE CARVALHO, MARCELO SOUSA SILVA OU MARCELO SOUZA SILVA, brasileiro, solteiro, serralheiro, natural de Imperatriz/MA, nascido aos 10.08.1979, filho de Marcos José Guedes Carvalho e de Celina Silva de Carvalho, imputando-lhes os fatos a seguir anrrados: - "Consta dos inclusos autos de Inquerito Policial que no dia 16 de setembro de 2008, por volta das 10h45min, o denunciado, voluntária e conscientemente, conduzia em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, uma motocicleta Honda/CG 250 Titan KS, cor azul, placa MVV 2896, ano fab/mod 2004/2005, levando a efeito o delito patrimonial infra relatado. Emerge da peça informativa que no dia 13 de setembro de 2008, em horário não precisado, a vítima teve a motocicleta acima descrita furtada na Av. Felississimo Braga, s/nº, em frente a Quadra de Esportes, bairro Januário Dias, Brejinho de Nazaré/TO, conforme boletim de Ocorrência de fls 10/11.Ocorre que no dia 16/09/2008, os polciiais militares abaixo arroaldos cmo testemunhas avistaram o incursado conduzindo uma moto com a placa dobrada, ocasião em que acionaram o CIOPS para checar a placa e receberam a informaçaõ de que tal veículo se encontrava com ocorrência de furto. Diante dessa situação, os policiais militares apreenderam o denunciado em flagrante delito e o encaminharam até a Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, para as providência de praxe. (...). Assim agindo, o denunciado MARCELO SLVA DE CARVALHO ou MARCELO SOUSA SILVA ou MARCELO SOUSA SILVA incidiu na conduta descrita no artigo 180, "caput", do Código Penal Brasileiro. ".DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 15 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
AUTOS N.º 2009.0000.1007-8/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusado: ARI COSMO CAMPOS
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR, NO PRAZO DE 15 DIAS, o acusado ARI COSMO CAMPOS, brasileiro, casado, agricultor, nascido aos 12.07.1964 em Tocantínia/TO, filho de Domingas Campos, narrando o seguinte: - "Narra a peça informativa que nos dias 02.07.2008 e 14.08.2008, n.º Tabelionato de Notas desta capital, o denunicado inseriu declaração falsa, em documentos particulares, com o fim de prejudicar direito das vítimas Cleonice Veras Fernanes e Fernando Maia. Infere-se ainda que nos dias 04.07.2008 e 15.08.2008, no 1º Tabelionato de Notas desta capital, o denunciado obteve para si, vantagens ilícitas, em prejuízo das vítimas (...) mantendo alguém em erro, com a utilização de meios fraudulentos. Apurou-se que o denunciado, no local e datas acima mencionadas, para conseguir êxito em adquirir o lote urbano n.º 20, sitaudo na Quadra Arse 111, (...), nesta capital, com área de 360 m2 (trezentos e sessenta metros quadrados), utilizado-se do mesmo "modus operandi", falsificou as assinaturas dos proprietários/vítimas (...). De posse dos contratos particulares retro, agindo cmo se fosse dono dos imóveis acima descritos, o denunciado, com o objetivo de praticar estelionatos nesta cidade, utilizou-se daqueles documentos falsos e efetuou, voluntariamente, as vendas dos imóveis alhures citados, repassando, na data de 04.07.2008, o Lote urbano n.º 20 (vinte), ao comprador/vítima Ernane (...) e, utilizando-se do mesmo "modus operandi", repassou, na data de 15.08.2008, o Lote Urbano n.º 32 (trinta e dois), ao comprador/vítima Carlos Henrique de Oliveira. (...) Assim agindo, incidiu o denunciado Ari Cosmo Campos nas condutas dos artigos 299, "caput", c/c art. 304 (por 02 vezes), nos moldes do art. 71, "caput", e art. 171, § 2º, I, (por 02 vezes), nos termos do art. 71, "caput", todos do CP. Pelo que se oferece a presente, e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO para tomar conhecimento da acusação que lhe é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responder à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO, 1º de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
AUTOS N.º 2010.0008.3022-2/0
Ação Penal
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Acusados: FRANÇUEUDO DAMIÃO PEREIRA DA SILVA
FINALIDADE : CITAR E INTIMAR, COM PRAZO DE 15 DIAS, o acusado FRANÇUEUDO DAMIÃO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido aos 03.08.1975 em João Pessoa/PB, filho de Alonso Pereira da Silva e Josefa Alves Pereira da Silva, imputando-lhes os fatos a seguir anrrados: "Relatams os presentes autos que, no dia 19 de abril de 2010, por volta das 16h40min, na Av. D, Jardim Aureny IV, nesta Capital, o denunciado dirigia veiculo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro expedido dos pulmões, superior a 3 (três) decigramas, conforme ficou demonstrado no resultado impresso pelo aparelho de medição de teor alcoólico, anexado na fl. 12 e Laudo de Constatação de Embriaguez, fls. 19/20 dos autos. Infere-se que policiais militares estavam realizando patrulhamento ostensivo, ovasião em que se depararam com uma motocicleta, marca Honda, Biz, cor vermelha, placa MVO-6107, trafegando em zigue-zague. Então imediatamente abordaram o ora acusado e, percebendo ue o mesmo se encontrava visivelmente embriagado, submeteram-no ao teste de alcoolemia, sendo constatado o valor de 0,44 miligramas de álcool por litro de ar expedlido dos pulmões. Ato contínuo, o dneunicado foi preso em flagrante delito e encaminhado à 4ª Delegacia de Polícia Circunscriciona de Palmas,onde foi-lhe arbitrada a fiança cabível. Assim agindo, incidiu o denunciado Françueudo Damião Pereira da Silva na conduta descrita no artigo 306, da Lei 9.503/97, com as modificações da Lei n.º 11.705/08, regulamentado pelo artigo 2º, II, do Decreto Federal n.º 6.488/08. Pelo que se oferece a presente, e como se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO para tomar conhecimento da acusação que lhe é feita, nos termos da denúncia, bem assim para, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, responder à acusação, por escrito, através de advogado ou defensor público. INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: 1. O endereço da Defensoria Pública é Quadra 602 Sul, Conjunto 02, Lote 17, Palmas/TO, telefone (63) 3218-2012; 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do Código de Processo Penal); 3. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la (§ 2º do mesmo artigo); 4. O processo seguirá sem a presença do acusado que,

citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Palmas/TO,1º de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado ALESSANDRO SILVA CHAGAS, brasileiro, solteiro, jardineiro, nascido no dia 1º de agosto de 1979 em Marabá/PA, filho de Domingos Ferreira das Chagas e Maria Luiza Silva Chagas, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2007.0003.4906-0/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Púbico denunciou Wendel Passos Santos e Alessandro Silva Chagas, qualificados na fl. 02, narrando que, em 29 de abril de 2007, em Taquaruçu, neste Município, os acusados desacataram policiais miliares, incorrendo nas penas do art. 331 do Código Penal. Destaco que a denúncia, que é datada de 17 de setembro de 2007, foi inicialmente dirigida ao Juizado Especial Cível e Criminal de Taquaralto (fls. 11/2), onde tramitava o termo circunstanciado de ocorrência correspondente do fato. Outrossim, antes do oferecimento da denúncia, realizou-se a audiência preliminar de transação penal, à qual compareceu apenas Wendel, que recusou a proposta. (...) O caso vertente comporta solução assemelhada, na medida em que não se vislumbra circunstância que resulte em aplicação da pena próxima do máximo. Com efeito, a pena do crime atribuído ao acusado – desacato – é de 6 meses a 2 anos de detenção. Pelo que se vislumbra nos autos e considerando o que preceitua o art. 59 do Código Penal, a pena a ser fixada virtualmente ficaria no mínimo, hipótese em que a prescrição dá-se em 2 anos. (...) Consoante se demonstrou acima, a tutela jurisdicional pretendida dificilmente deixará de ser atingida pela prescrição, ainda que se pratiquem a tempo e modo os atos processuais. Ausenta-se, portanto, qualquer motivação de ordem prática para que se movimente a máquina judiciária para, ao final, se chegar a um pronunciamento jurisdicional destituído de eficácia. III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil – cuja aplicação no processo penal é admitida – e dos arts. 395, inciso II, do Código de Processo Penal, extingo o processo sem resolução do mérito. Registre-se. Intimem-se. Se esta sentença transitar em julgado sem modificação, procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do provimento n.º 02/2011- CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009 e, em seguida, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 09 de maio de 2011. "Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 07 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado DOMINGOS LEITE, vulgo "James", brasileiro, convivente, guarda noturno, nascido aos 12.02.1976 em Codó/MA, filho de José Cristiano Leite e Joana Macário Leite, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes das SENTENÇAS proferidas nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2007.0004.4176-5/0 cujos resumos da mesmas, transcrevo, conforme seguem: SENTENÇA (1) "O Ministério Público denunciou Domingos Leite (qualificação supra) e Cinobelino Barbosa Neto (qualificação nos autos), narrando que, no dia 18 de setembro de 2011, entre 03:00 e 04:00 horas, os acusados subtraíram 310 metros de cerâmica e 2 vasos sanitário do estabelecimento comercial denominado Stok Pisos, nesta Capital, de propriedade da vítima Cléber Gonçalves Vilarinho, onde o primeiro trabalhava como vigia. Pediu-se a condenação de Domingos nas penas do art. 155, § § 1ºe 4º, incisos II (primeira figura) e IV, do Código Penal (...) III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo procedente em parte a denúncia, para condenar Domingos Leite nas penas do art. 155, "caput", do Código Penal. (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva em 1 ano e 5 meses de reclusão e 25 dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, determino que sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido na execução. (...) SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena restritiva de liberdade por prestação de serviços à comunidade, na forma a ser definida na execução. (...) RECURSO: Apesar de o acusado estar em lugar ignorado, concedo-lhe o direito a apelar em liberdade, em razão do regime inicial estabelecido e da substituição. (...) CUSTAS PROCESSUAIS: Condeno o denunciado ao pagamento das custas processuais. Eventual isenção será decidida na fase da execução.(...) Assim, salvo se a pena for aumentada por força de recurso do Ministério Público, a punibilidade do acusado deverá ser extinta. DISPOSIÇÕES FINAIS: Após o trânsito em julgado desta sentença para o Ministério Público, e desde que não tenha sido alterada em decorrência de eventual recurso, voltemos os autos à conclusão. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, 05 de maio de 2011. Rafael – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 4 de abril de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo. SENTENÇA (2): "Tratam os autos de ação penal proposta contra Domingos Leite e Cinobelino Barbosa Neto, tendo sido proferida a sentença condenatória em face do primeiro (fls. 362/7), sendo que o Ministério Público deixou transcorrer in albis o prazo para interposição de recurso. De acordo com a regra contida no art. 110, § 1º, do CP, a prescrição regula-se pela pena aplicada, desde que a sentença tenha transitado em julgado para a acusação, o que ocorreu in casu. (...) Diante do exposto, julgo extinta a pretensão executória daquele julgado e, por conseguinte, a punibilidade de Domingos Leite. Registre-se. Intimem-se. Se não houver recurso, procedam-se às comunicações previstas no 7.16.1do Provimento n.º 02/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009. Os autos deverão permanecer em cartório em relação ao acusado Cinobelino. Palmas/TO. 31 de maio de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". ". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 10 de junhol de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado OCIALDO PEREIRA ROCHA, brasileiro, casado, nascido aos 20.05.1969 em Lizarda/TO, filho de Maria Pereira Rocha, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2008.0008.1648-1/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Público denunciou Ocialdo Pereira Rocha, qualificado na fl. 02, narrando que, desde 2000, o acusado deixou de prover, sem justa causa, à subsistência de sua genitora, que é inválida e enferma, incorrendo nas penas do art. 244 do Código Penal. A denúncia foi oferecida em 02 de setembro de 2008 e recebida no dia 18 seguinte (fls. 70/1). O acusado foi citado e aceitou a proposta de suspensão do processo (fls. 82/3 = fls. 92/3), em audiência ocorrida em 16 de fevereiro de 2009, na comarca de Miracema do Tocantins/TO. Na fl. 97v, certificou-se que o acusado compareceu pela última vez no juízo deprecado, para cumprimento da condição do sursis processual, em 17 de agosto de 2010. Com vista dos autos, a Sra. representante do Ministério Público requereu que a suspensão do processo fosse revogada. E o relatório. O fato descrito na denúncia aconteceu há mais de 7 anos e a audiência de apresentação da proposta de suspensão do processo há mais de 2 anos, sem que a persecução penal tenha alcançado seu resultado final, o que revela uma falha geral dos operadores encarregados de aplicar a Justiça — o inquérito policial chegou a ser encaminhado à Procuradoria-Geral da Justiça, para definição do membro do Ministério Público que teria atribuição de denunciar. Como se vê nas fls. 95/7, o acusado apresentou-se no juízo deprecado durante cerca de um ano e meio, a partir de março de 2009. Seu último comparecimento ocorreu em 17 de agosto de 2010, porém não se observou qualquer tentativa de se chamá-lo em juízo para justificar sua ausência. Outrossim, somente em 25 de janeiro de 2011 é que se certificou que ele deixara de comparecer (fl. 97v), decorrendo daí a restituição da carta precatória. Constata-se, portanto, que não houve uma eficiente atuação do Poder Judiciário para fiscalização do período de prova. Evidentemente, produziu-se uma falha gritante, cuja responsabilidade deve ser compartilhada entre todos os que atuaram no caso, desde o inquérito policial. Ao contrário, nenhuma culpa deve ser imputada ao acusado, que nada contribuiu para que tamanha inoperância ocorresse e, portanto, não pode ser penalizado com a revogação do sursis, que seria a medida processual a se adotar. Vale ressaltar que o prazo previsto para a suspensão do processo, que era de dois (2) anos, começou a correr da audiência de apresentação da proposta respectiva, ocorrida no dia 16 de fevereiro de 2009 (fls. 92/3). Nos autos, não há notícia de que o sursis tenha sido revogado, devendo-se aplicar o § 5º do art. 89 da Lei n° 9.099/1995 que dispõe que, "expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade".Diante do exposto, ouso contrariar a manifestação ministerial e julgo extinta a punibilidade do acusado Ocialdo Pereira Rocha. Registre-se.Intimem-se.Se esta sentença transitar em julgado sem alteração, procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n° 02/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n° 11.971/2009 e, em seguida, arquivem-se os autos.Palmas/TO, 25 de abril de 2011.Rafael Gonçalves de Paula-Juiz de Direito. DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, 1º de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA a acusada MARIA ANTÔNIA DA SILVA, brasileira, solteira, doméstica, nascida aos 08.03.1976 em Governador Eugênio Barros/MA, filha de Raimundo Nonato da Silva e Maria Luiza da Silva, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2009.0006.9201-2/0, cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "Relatam os presentes autos de inquérito policial que entre os meses de agosto de 2008 e , residência situada na Quadra 1104 Sul, (...), nesta Capital, a acusada subtraiu energia elétrica em prejuízo da Celtins, incorrendo nas penas do art. 155, § 3º, c/c art. 71, ambos do Código Penal. (...) III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, absolvo a acusada Maria Antônia da Silva da imputação que lhe foi feita nestes autos, com fundamento no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal. Registre-se. Intimem-se. Se a sentença transitar em julgado sem alteração, procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 02/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009 e, por fim, arquivem-se os autos. Palmas /TO, 27 de abril de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, 1º de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnico judiciário, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado MARCOS PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, casado, nascido aos 233.07.1975 em Rio Maria/PA, filho de Hélio gomes Ribeiro e Joanita Gomes Pereira Ribeiro, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2004.0001.0164-1/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Púbico denunciou Marcos Pereira Ribeiro, Elisângela Moreira da Silva e Júnior César Alves Pereira, qualificados nas fls. 02, narrando o seguinte: 1º Fato: em 14 de outubro de 1996, nesta cidade, Júnior César e Elizângela subtraíram 1 televisor, 1 aparelho de som 3x1 e outros objetos, pertencentes à vítima José Valdo Alves da Silva. 2º fato: Policiais militares que diligenciaram à procura das coisas vieram a encontra-las na residência de Marcos, que as havia ocultado, em proveito próprio, tendo conhecimento de que se tratavam de produto de crime. Pediu-se a condenação de Júnior César e Elizângela nas penas do 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, e de Marcos nas penas do art. 180, "caput", do mesmo diploma. (...) Finalizando, consigno que a circunstância de o processo ter sido suspenso em relação a Marcos não altera essa constatação, pois a ausência de interesse processual manifestou-se em decorrência de atraso ocorrido antes do oferecimento da denúncia, o mesmo podendo-se dizer no tocante à demora para apuração do fato. III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil – cuja

aplicação no processo penal é admitida – e dos arts. 395, inciso III, do Código de Processo Penal, extingo o processo sem resolução do mérito. Registre-se. Intimem-se. Se esta sentença transitar em julgado sem modificação, providenciem-se as comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 02/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009 e, em seguida, em seguida, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 18 de abril de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, 1º de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado EDUARDO CÉSAR GONÇALVES VIEIRA, vulgo "Dudu", brasileiro, solteiro, desocupado, nascido aos 14.02.1990 em Porto Nacional/TO, filho de Dorgival Gonçalves de Oliveira e Regina Moreira Vieira de Oliveira, , residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2009.0011.7085-0/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Púbico denunciou Eduardo César Gonçalves Vieira, qualificado na fl. 02, narrando que no dia 13 de agosto de 2009, em horário ignorado, o acusado adentrou a residência de Arenaldo Aragão de Souza e de lá subtraiu um aparelho reprodutor de DVD, pertencentes à vítima. Pediu-se a condenação do acusado nas penas do art. 155, "caput", do Código Penal. (...) Diante do exposto, julgo procedente a denúncia e condeno o acusado Eduardo César Gonçalves Vieira nas penas do art. 155, "caput", do Código Penal. (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva em 1 ano e 3 meses de reclusão e 10 dias-multa. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. (...) SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena privativa de liberdade pela prestação de serviços à comunidade, na forma a ser definida na execução. RECURSO: Concedo ao acusado o direito a apelar em liberdade, em razão do regime inicial fixado e da substituição. (...) CUSTAS PROCESSUAIS: Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais. Eventual isenção será decidida na fase da execução. REPARAÇÃO DO DANO: Deixo de fixar o valor mínimo da reparação dano, pois a vítima não se ressentiu de prejuízo patrimonial em razão do fato. (...) Após o trânsito em julgado desta sentença (respeitadas as alterações decorrentes de eventual recurso): a) lance-se o nome do acusado no rol dos culpados; b) extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) encaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida o acusado para recolher o valor respectivo; d) comunique-se à Justiça Eleitoral; e) procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 036/02-CGJUS e no art. 3º, da Lei n.º 11.971/09, Registre-se. Se o acusado não recolher a multa, após intimado para tanto, cumpra-se o que prevê o item 2.2.7 do Manuel Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça.". Palmas/TO, 18 de abril de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 2 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado ANDRÉ DE SOUZA MACHADO, brasileiro, solteiro, nascido aos 28.02.1979 em Goiânia/GO, filho de Adriana de Sousa Machado, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2008.0008.1832-8/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Púbico denunciou André de Sousa Machado, narrando o seguinte: 1º Fato: no dia 14/08/2005, o acusado aproveitando-se de seu livre acesso à empresa Gil Gás, situada nesta capital, lá adentrou e subtraiu para si a quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais) em espécie e cheques com valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), todos pertencentes á vítima Thiago Marques Teixeira. 2º Fato: no dia 22/09/2005, o acusado, durante o repouso noturno, foi à residência de Jaider Brasil dos Santos, situada na quadra 308 Sul, desta capita, e subtraiu para si uma bolsa que estava dentro de um veículo estacionado na garagem, contendo um talão com 10 folhas cheques, um cartão de crédito e documentos pessoais, todos pertencentes à vítima. 3º Fato: n dia 25/09/2005, o acusado, visando obter vantagem ilícita em prejuízo alheio, preencheu e assinou uma das folhas de cheques subtraídas, no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) e a entregou á vítima Daniel Marques Teixeira como pagamento de um botijão de gás, recebendo como troco a quantia de R$ 147,00 em espécie. 4º Fato: em data e local não precisados, o acusado, a fim de obter vantagem ilícita, preencheu e assinou outro dos cheques subtraídos no valor de $R 12,00 (doze) reais e o repassou a Manoel Rodrigues Brito, recebendo como troco a quantia de R$ 2,00 (dos reais) em espécie. Ao final, pediu-se a condenação do acusado nas penas do art. 155, § 4º, inciso II, art. 155, § 1º e art. 171 (por duas vezes), todos do Código Penal. (...) III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia, para: a) absolver ao acusado André de Souza Machado da imputação de furto supostamente praticado contra Thiago Marques Teixeira, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; b) absolve-lo da prática da subtração das coisas de Jaider Brasil dos Santos, com fundamento no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, e por aplicar o princípio da consunção no tocante ao estelionato (v. abaixo); c) condená-lo como incurso no art. 171, "caput", c/c art. 71 (duas vezes), ambos do Código Penal, relativamente aos fatos cometidos contra Daniel Marques Teixeira e Manoel Rodrigues Brito. III. Passo agora à dosagem da pena referente ao estelionato, fazendo-o de forma englobada, considerando a modalidade de concurso de crimes: (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena dos estelionatos em um (1) ano e dois (2) meses de reclusão e onze (11) dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo legal. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. (...) SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Substituo a pena privativa de liberdade pela prestação de serviços à comunidade, na forma a ser definida na execução. RECURSO: Concedo ao acusado o direito de apelar em liberdade, em razão do regime inicial fixado e da substituição. (...) DISPOSIÇÕES FINAIS: Após o trânsito em julgado desta sentença: a) lance-se o nome do acusado no rol dos culpados; b) extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) encaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida o acusado para recolher o valor respectivo; d) comunique-se à Justiça Eleitoral; e) procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 02/2011-CGJUS e no art. 3º, da Lei n.º 11.971/09.Se o acusado não recolher a multa, após intimado para tanto, cumpra-se o que prevê o item 2.2.7 do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, 16 de maio de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito".

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado RODRIGO SILVA SOUSA, brasileiro, solteiro, serviços gerais, nascido no dia 1º de janeiro de 1988 em Gurupi/TO, filho de Deroci Putêncio de Sousa e Maria da Conceição Silva Sousa, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2008.0007.8662-0/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "Tratam os autos de ação penal proposta contra Rodrigo Silva Sousa, tendo sido proferida a sentença condenatória (fls. 124/130), sendo que o Ministério Público deixou transcorrer in albis o prazo para interposição de recurso. (...) Diante do exposto, julgo extinta a pretensão executória daquele julgado e, por conseguinte, a punibilidade de Rodrigo Silva Sousa. Registre-se. Intimem-se. Se não houver recurso, procedam-se às comunicações previstas no 7.16.1 do Provimento n.º 002/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009. Por fim, arquivem-se os autos. Palmas– TO, aos 8 de junho de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

O Doutor Rafael Gonçalves de Paula, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esse meio INTIMA o acusado EDSON NAPOLEÃO MILHOMEM, brasileiro, união estável, nascido aos 12.03.1989 em Augustinópolis/TO, filho de Elpides de Sousa Milhomem e Euzimar Felipe Napoleão Milhomem, residente e domiciliado em local desconhecido, com prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de cientificar-lhes da SENTENÇA proferida nos autos da AÇÃO PENAL N.º 2010.0005.7791-8/0 cujo resumo da mesma, transcrevo, conforme segue: Sentença- "O Ministério Público denunciou Ronivaldo dos Santos Pereira (...) e Edson Napoleão Milhomem, (qualificação supra), narrando o seguinte: 1º e 2º fatos: No dia 14 de maio de 2010, por volta das 23:00 horas, na Quadra 208 Sul, nesta Capital, os acusados foram flagrados por uma guarnição da Polícia Militar ao portarem, sem autorização, as seguintes armas: Ronivaldo, um revólver marca Taurus, calibre 22, com 5 munições intactas, e Edson, um revólver marca Smith & Welson, calibre 32, com 6 munições "batidas". (...) Pediu-se a condenação dos acusados nas penas dos arts. 14 da Lei n.º 10.826/2003 e do art. 180, "caput", do Código Penal.(...) III-DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo procedente em parte a denúncia, para: a) condenar os acusados Ronivaldo dos Santos Pereira e Edson Napoleão dos Santos nas penas do art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, na modalidade portar (1º e 2º fatos, respectivamente), e b) absolvê-los da prática do crime do art. 180, "caput", do Código Penal (3º fato), com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. (...) III.II – Doso agora a pena de Edson. (...) PENA DEFINITIVA: Fica assim estabelecida a pena definitiva de Edson em 2 anos e 3 meses de reclusão e 30 dias-multa, cujo valor unitário arbitro no mínimo. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: Diante do que foi considerado na aplicação da pena-base, a sanção será cumprida inicialmente em regime aberto. O local será determinado pelo juízo da execução. SURSIS: Deixo de suspender o cumprimento da pena privativa de liberdade, em razão da quantidade e por entender que a medida mais consentânea com o fato é a substituição. SUBSTITUIÇÃO: Substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, na forma a ser estabelecida na execução. (...) DISPOSIÇÕES FINAIS: Após o trânsito em julgado desta sentença (respeitadas a alterações decorrentes de eventual recurso): a) lance-se o nome dos acusados no rol dos culpados; b) extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; c) comunique-se a condenação dos acusados à Justiça Eleitoral; d) encaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida o acusado para recolher o valor respectivo; e) encaminhem-se as armas e as munições à unidade do Exército desta cidade; f) procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 02/2011-CGJUS e no art. 3º da Lei n.º 11.971/2009. Registre-se. Intimem-se. Os acusados deverão ser intimados inclusive para, desde logo, receberem de volta seus capacetes. Se algum dos acusados não recolher a multa, depois de intimados para tanto, cumpra-se o que prevê o item 2.2.7 do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça. Palmas/TO, 08 de abril de 2011. Rafael Gonçalves de Paula – Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas – TO, aos 2 de junho de 2011. Eu, Lusynelma Santos Leite, técnica judiciária, digitei e subscrevo.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÕES ÀS PARTES
Boletim nº 023/2011

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos: 2008.0002.0297-1/0
Ação: REVISÃO DE ALIMENTOS
Requerente: A. F. DA S.
Advogado(a): DR. ARTHUR TERUO ARAKAKI E OUTRO

Requerido: S. L. DA S. M.
DECISÃO: "Defiro a gratuidade processual, na forma do art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Retifique-se não só a autuação, com impressão de nova capa, como também na distribuição, certificando-se logo em seguinte, para que no pólo passivo passe a figurar como ré S. L. DA S. M. por sua mãe *R. T. de M.* Inobstante não tenha o autor juntado cópia integral do instrumento de transação com o necessário referendo do Ministério Público (inciso II do art. 585 do CPC), mas sim parte desse documento às fls. 13, datado de 18.02.2005, tenho ser possível tal forma de fixação de alimentos. No entanto, e considerando o contido na inicial, bem como ser ele pai de outra criança ainda muito jovem, nascida em 19.02.2008, ver cópia da certidão de fls. 11, bem como a prova do parentesco e da obrigação de alimentar ser presumida, defiro os alimentos provisórios no valor equivalente a 15% de seus rendimentos líquidos, após os descontos previdenciários e fiscais, a ser pago na forma como vem cumprindo voluntariamente esta obrigação, conforme arts. 2º e 4º da Lei n. 5.478/1968. Expeça-se ofício ao órgão empregador do autor, com urgência, para imediato cumprimento dos alimentos fixados. Determino remessa dos autos à Central de Conciliação desta comarca, para que lá ocorra a audiência de conciliação que fica marcada para o dia 10/08/2011, às 08h30min. Intime-se a parte autora, por via postal, bem como seu patrono. Cite-se a réu, por via postal, para tomar conhecimento deste feito e comparecer a mencionada audiência, bem como para apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, resposta escrita ao pedido, contado do término da audiência, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da mencionada lei. Nestas comunicações advirtam às partes que deverão estar presentes independentemente de comparecimento de seus representantes, e que a ausência da parte autora importa em arquivamento do feito, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, conforme arts. 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, bem como se desejarem produzir provas em audiência deverão trazer suas testemunhas independentemente de prévia intimação até o limite de 03 (três), conforme art. 8º da mesma lei. Ciência pessoal ao Ministério Público. Cumpra-se. Pls,14maio2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima- Juiz de Direito".

Autos: 2011.0003.5094-6/0
Ação: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: A. J.
Advogado(a): DRA. ANA PATRICIA RODRIGUES PIMENTEL
Requerido: J. F. M.
DESPACHO: "Indefiro os alimentos provisórios por não haver por ora verossimilhança na alegação, na forma do caput do art. 273 do CPC. Depreque-se a citação do requerido de todos os termos da presente Ação de Investigação de Paternidade para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, conforme previsão dos art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Desde já, designo audiência de conciliação para o dia 10/08/2011, às 09:00 horas, a ser realizada junto à Central de Conciliações – CECON. Na mesma data, caso não haja composição entre as partes, será feita a coleta do material para a realização de exame de DNA, junto ao Laboratório Citoclínico - CEMED, sob a responsabilidade da Dra. Mara Cylene Flávio M. Guerra, sito à Quadra 601 Sul, Lote 06, Conjunto 02, Av. NS 01Palmas-TO, telefone (63)3228-1801. As despesas do exame são de responsabilidade do requerido, que pretende demonstrar a falsidade da imputação de paternidade que lhe foi atribuída na inicial, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça no Resp. nº 130.500-RS (Lex JSTJ e TRFs vol. 127-119. Cientifique-se o réu que sua ausência poderá ensejar a presunção de ser verdadeira a paternidade que lhe foi atribuída na inicial (art. 359, II, do Código de Processo Civil)), além das presunções consignadas no Novo Código Civil de que "a recusa à perícia médica ordenada pelo Juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame" (art. 232) e no recente texto acrescido na Lei nº 8.560/92 de que "a recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório" (art. 2º-A, parágrafo único, incluído pela Lei nº 12.004/2009). Juntado o laudo, dê-se vistas às partes pelo prazo de cinco dias. Em seguida encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Designo ainda audiência de instrução e julgamento para o dia 18/10/2011 às 14 horas 30 minutos. Cópia deste despacho, para racionalização dos atos, servirá como mandado para fins de citação e intimação. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita. Intimem-se. Pls,18maio2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2011.0006.5794-4/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: K. H. A. S.
Advogado(a): DRA. GISELE DE PAULA PROENÇA E OUTRO
Requerido: I. S. DA P.
DECISÃO: "...A prova da filiação se encontra às fl. 08, restando patente a obrigação alimentar. Outrossim, não pode o autor aguardar a instrução processual para receber a assistência material de seu pai, pois "a fome não espera". Todavia, não há elementos quanto aos rendimentos do requerido, apenas a informação do autor de que ele possui renda, podendo assim contribuir com a manutenção do menor. Assim, considerando a falta de informações quanto aos rendimentos do requerido, porém em razão das necessidades urgente do filho, fixo alimentos provisórios em 35 %(trinta e cinco por cento) do salário mínimo, que deverá entregue a genitora do menor, mediante recibo. Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 10 de agosto de 2011, às 09:00 horas, a ser realizada junto à Central de Conciliações – CECON. Cite-se e intime-se o requerido para comparecer à audiência, nela oferecendo defesa, sob pena revelia e confissão. Cópia desta decisão, para racionalização dos atos, servirá como mandado para fins de citação/intimação. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Pls,20maio2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2009.0000.0729-8/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: L. A. DOS S. B.
Advogado(a): DRA. GISELÇE DE PAULA PROENÇA
Requerido: V. DE S. B.
Advogado: DRA. DANIELA ALVES MENDONÇA
DESPACHO: " Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de agosto de 2011, às 16:30 horas, devendo ser observado pelas partes o disposto no art. 6º e SS. Da Lei nº 5.478/68. Intimem-se. Pls,02junho2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2011.0003.9254-1/0
Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
Requerente: P. J. L. N.
Advogado(a): DR. LUISMAR OLIVEIRA DE SOUSA
Requerido: L. M. M.
DECISÃO: " ... Em relação à guarda dos filhos, verifica-se que os menores se encontram, de fato, sob os cuidados do autor e esta situação merece ser mantida. O critério de se manter a situação atual exsurge como o melhor para os interesses dos menores, haja vista estarem com o autor desde a data da separação dos pais, motivo pelo qual necessita-se a regulamentação da guarda e do direito de visitas da genitora. A liminar atende aos interesses das crianças porquanto não é conveniente, a todo o momento, ser alterada a sua residência. Ademais, tratam-se de crianças ainda em formação física e psicológica, e, como tal, sujeita a traumas e deformações em razão dessa disputa relativa à guarda da mesma. Desta forma, com fulcro no art.1.584 do Código Civil c/c o § 2º do art. 33 do Estatuto da Criança, defiro a liminar concedendo a guarda provisória dos menores P. J. M. L. e A. L. M. L. ao requerente. Lavre-se o termo. É necessário manter o vínculo afetivo dos menores com sua genitora, motivo pelo qual asseguro a requerida o direito de ter os filhos P. J. M. L. e A. L. M. L. em sua companhia da seguinte maneira: a) aos sábados e domingos alternados, devendo buscá-los a partir das 9:00 horas de sábado e devolvê-los na casa da mãe até as 17:00 horas de domingo; b) nas férias de julho e janeiro os menores ficarão durante 15 (quinze) dias consecutivos na companhia da genitora (primeira quinzena); c) nas festividades de fim de ano (natal e ano novo), nos anos pares, os menores ficarão na companhia do genitor, e nos anos ímpares os menores ficarão na companhia da genitora. Quanto à concessão de guarda do Menor C. W. A., entendo ser prudente a designação de audiência de justificação prévia, para melhor análise dos fatos articulados na inicial, Assim, designo audiência para o dia 29 de junho de 2011, às 16 horas 30 minutos. Designo ainda, a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 10 de agosto de 2011, às 17:00 horas, a ser realizada pela Central de Conciliações - CECON. Cite-se a requerida, no endereço constante na inicial, de todos os termos da presente ação para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, conforme previsão dos art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Determino desde já realização de estudo psicossocial a ser elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar desta Comarca junto as partes envolvidas, com vistas a decidir de forma fundamentada com quem deverá ficar a guarda definitiva dos menores em disputa. Para tanto, oficie-se, a equipe responsável ficando desde já fixado o prazo de 20 (vinte) dias para entrega dos relatórios, devendo constar as seguintes informações mínimas: relações de afeto dos menores com seus genitores e o grupo familiar; saúde; segurança; e educação. Apresentados os relatórios, vistas as partes, na pessoa de seus patronos, e ao MP pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias, após o que fazer conclusão. Concedo os benefícios da justiça gratuita. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Cópia desta decisão servirá como mandado de citação/intimação, para à racionalização dos atos. Pls,15junho2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2011.0003.9410-2/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: P. J. M. L. E OUTRA
Advogado(a): DR. LUISMAR OLIVEIRA DE SOUSA
Requerido: L. M. M.
DECISÃO: " ... Preambularmente, indefiro a inicial em relação ao pedido de alimentos para o menor C. W. A., uma vez que o requerente não demonstrou possuir a sua guarda legal, ou que tenha adotado ou sobre ele exerce poder familiar. A propósito, convém anotar que esse tema está sendo discutido nos autos da Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável, processo em apenso, e ainda não há definição a esse respeito. Superado esse ponto, quanto aos outros menores, verifico que a prova da filiação se encontra às fls. 23/25, restando patente a obrigação alimentar. Outrossim, não podem os autores aguardarem a instrução processual para receber a assistência material de sua mãei, pois "a fome não espera". Todavia, não há elementos quanto aos rendimentos da requerida, apenas a informação dos autores de que ela possui renda, podendo assim contribuir com a manutenção dos menores. Assim, considerando a falta de informações quanto aos rendimentos da requerida, porém em razão das necessidades urgente dos filhos, fixo alimentos provisórios em 20% (vinte por cento) dos seus rendimentos líquidos, após os descontos com o imposto de renda e a previdência social, que deverá ser depositado na conta bancária do genitor dos menores, indicada na inicial. Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 10 de agosto de 2011, às 17:00 horas, a ser realizada junto à Central de Conciliações – CECON. Cite-se e intime-se a requerida para comparecer à audiência, nela oferecendo defesa, sob pena revelia e confissão. Cópia desta decisão, para racionalização dos atos, servirá como mandado para fins de citação/intimação. Oficie-se ao órgão empregador da requerida para desconto em folha da pensão alimentícia arbitrada, depositando-a na conta bancária do pai dos requerentes informada na inicial. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Corrija-se a autuação, excluindo o menor C. W. A. do pólo ativo da relação processual.. Pls,16junho2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2011.0006.0581-2/0
Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
Requerente: D. A. S.
Advogado(a): DR. CARLOS ROBERTO DE LIMA
Requerido: K. C. S. C.
DECISÃO: " ... DESTA FORMA, DEFIRO O ARROLAMENTO do bem especificado na inicial, nomeando o requerente como depositário, até nova deliberação. Não vejo necessidade de caução. Proceda-se a averbação junto ao CRI competente. Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 10 de agosto de 2011, às 15 h 30 min, a ser realizada pela Central de Conciliações-CECON. Após efetivada a medida cautelar de arrolamento de bens, cite-se e intime-se a requerida para comparecer à audiência acima designada, nela oferecendo defesa, sob pena revelia e confissão. Cientifique-se o Ministério Público. Concedo os benefícios da gratuidade processual.. Pls,14junho2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2006.0001.2727-2/0
Ação: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: A. C. R. L.
Advogado(a): DRA. VANDA SUELI M. S. NUNES
Requerido: D. B. C.
Advogado: DR. PABLLO VINICIUS FELIX DE ARAÚJO
SENTENÇA: " ... Diante do exposto, e na forma do inciso III do art. 269 do CPC, homologo a transação havida, extinguindo o feito, com resolução do mérito. Sem custas e nem honorários advocatícios ante a gratuidade processual a ambos deferida na forma do art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Oficie-se na forma do acordado não só ao Cartório de Registro Civil como também ao órgão empregador do Promovido. Havendo recurso das partes, ou de terceiros prejudicados no prazo legal, certifique-se e fazer conclusão para análise dos pressupostos de admissibilidade. Não havendo, certifique-se o trânsito em julgado, e após expeça-se ofícios na forma pleiteada. Cumpridos, arquive-se os presentes, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pls,11maio2010.(ass) Luatom Bezerra Adelino de Lima- Juiz de Direito".

Autos: 2006.0002.7737-1/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: E. F. DE A. P. T.
Advogado(a): DRA. WEYDNA MARTH DE SOUZA
Requerido: J. T. F.
Advogado: DR. JOAQUIM PEREIRA DA COSTA JUNIOR E OUTROS
DESPACHO: " Determinei a conclusão destes autos tão somente para esclarecer que a obrigação de efetuar o depósito em juízo dos alugueis a que se refere o item "c" da decisão de fls. 1578/1579, é mensal, mantendo-se os demais termos. Outrossim, observe a Escrivania, quando da expedição dos mandados para cumprimento do citado decisum, o teor da Certidão de fl. 1582. Cumpra-se. Pls,28junho2011.(ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza- Juiz de Direito".

Autos: 2008.0003.6454-8/0
Ação: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
Requerente: J. J. O. N.
Advogado(a): DRA. FILOMENA AIRES G. NETA
Requerido: K. M. B. N. E OUTROS
Curadora Especial: DRA. VANDA SUELI M. S. NUNES
Advogado: DR. FÁBIO BEZERRA DE MELO PEREIRA
DECISÃO: Recebo o recurso de apelação de fls. 56/60 interposto pelo Ministério Público, em seu duplo efeito (art. 518 do CPC), eis que preenchidos requisitos de admissibilidades processuais (art. 514), tempestividade (art. 508). Assim, intimem-se as partes, na pessoa de seus patronos, para querendo contra razoar o recurso interposto no prazo de 15 (quinze) dias (art. 518 do CPC). Tudo cumprido, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Cumpra-se. Pls,15fev2011.(ass) Emanuela da Cunha Gomes- Juíza de Direito".

2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2008.0001.6641-0 AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: ELEUSINA PEREIRA DE SOUSA
Adv.: CÍCERO RODRIGUES MARINHO FILHO – OAB-TO 3023 E OUTRO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 05/05/2011. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 3125/02 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO
Executado: BOANERGES DE SOUZA BRASIL
DESPACHO: "Por próprio e tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto pelo Município exeqüente, em seus efeitos legais. Intime-se a parte apelada para apresentar suas contrarrazões, no prazo e na forma da lei. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 02 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

Autos: 2008.0001.6641-0 AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: ELEUSINA PEREIRA DE SOUSA
Adv.: CÍCERO RODRIGUES MARINHO FILHO – OAB-TO 3023 E OUTRO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 05/05/2011. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 1836/02 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Executado: DISTRIBUIDORA DE DOCES TOCANTINS LTDA
DESPACHO: "Por próprio e tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto pelo Estado do Tocantins exeqüente, em seus efeitos legais. Intime-se a parte apelada para apresentar suas contrarrazões, no prazo e na forma da lei. (...). intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 22 de março de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

Autos: 2009.0003.1636-3 AÇÃO INDENIZAÇÃO
Requerente: AROLDO RASTOLDO
Adv.: NATHANAEL LIMA LACERDA – OAB-GO 12809
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 09/05/2011. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

Autos: 2009.0000.0778-6 AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: JOÃO PEREIRA DE MOURA SILVA
Adv.: ELIZABETE ALVES LOPES – OAB-TO 3282
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 06/05/2011. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

Autos: 2010.0011.1945-0 AÇÃO INDENIZAÇÃO
Requerente: MC SERVIÇOS LTDA
Adv.: ADÃO RUSSI DE OLIVEIRA – OAB-RS 10040
Requerido: EMIR FERNANDO FLORES MACHADO
Adv.: JULIMAR PAULO CRESCENTE – OAB-RS 37.611; MARIANA DE MORAIS SILVA – OAB-RS 75.828
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Ante a certidão retro, abro a oportunidade para que as partes se manifestem sobre a defesa do requerido EMIR FERNANDO FLORES MACHADO, em dez (10) dias. I. Pls., 22-6-11. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

Autos: 2008.0010.0957-1 AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: MAURÍCIO RODRIGUES DOS SANTOS
Requerente: MARKENNEDY RODRIGUES DOS SANTOS
Requerente: LUZENIR RODRIGUES COSTA
Adv.: AFONSO JOSÉ LEAL BARBOSA – OAB-TO 2177
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 3 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 06/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 2009.0013.1574-3 - ORDINÁRIA
Requerente: WILMA CHAVEIRO HONOSTORIO DE SOUSA
Adv.: MARCOS FERREIRA DAVI – OAB/TO 2.420
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 05/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

Autos: 2009.0005.9383-8 AÇÃO RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: LIVIA DE CARVALHO FARIAS
Adv.: AIMEE LISBOA DE CARVALHO – OAB-TO 1842
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 3 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 06/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 2010.0003.7215-1 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Executado: CVA – CONSTRUTORA VALE DO ARAGUAIA LTDA
Adv.: JOSUÉ PEREIRA AMORIM – 790 E DENYSE DA CRUZ COSTA ALENCAR – OAB/TO 4.362
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, estando cumprida a obrigação pelo pagamento, homologo o pedido de extinção formulado pelo exeqüente, com fulcro nos artigos 794, I, do Código de Processo Civil, o que faço para julgar, como de fato julgo por sentença extinta a obrigação para determinar as baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Nos termos do artigo 26 da Lei 6.830/80, ficam as partes dispensadas dos ônus sucumbênciais. Publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 25 de abril de 2.011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

Autos: 2009.0001.4274-8 AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: ADMINSITRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
Adv.: ANTÔNIO DOS REIS CALÇADO JÚNIOR – OAB-TO 2001-A; MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO – OAB-SP 156.347; PETERSON VENITES KOMEL JUNIOR – OAB-SP 160.500-B E OUTROS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 3 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 10/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 2009.0000.6338-4 - DECLARATÓRIA
Requerente: WESLEY VIEIRA DA ROCHA
Adv.: JOCÉLIO NOBRE DA SILVA – OAB/TO 3.766
Requerido: POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, justificando-as, no prazo de três dias. (...). Cumpra-se. Palmas, em 13 de maio de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

Autos: 2009.0004.2642-8 AÇÃO ORDINÁRIA
Requerente: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO – OAB-TO 1555
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 3 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 10/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito"

AUTOS: 2008.0003.1879-1 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OU MATERIAIS
Requerente: OLZIRENE CORDEIRO PEREIRA DA SILVA E OUTROS
Adv.: MARCOS FERREIRA DAVI – OAB/TO 2.420 E KARINE MATOS M. SANTOS – OAB/TO 3.440
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: CLINICA DE DIAGNÓSTICOS ARAI KAMINISHI E COSTA
Adv.: Não constituído
Requerido: UNIMED DE PALMAS
Adv.: ADONIS KOOP – OAB/TO 2.176, HUGO BARBOSA MOURA – OAB/TO 3.083
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 05/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

AUTOS: ANULAÇÃO DE REGISTRO
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Promotora de Justiça: Drª FLÁVIA SOUZA RODRIGUES
Requeridos: R. E. S. E G. H. R. S.
Adv.: ANETTE RIVEROS – OAB/TO 3.066
DECISÃO: "ANTE O EXPOSTO, não estando em discussão a simples retificação de forma ou grafia de registro civil, mas a negação da existência de vínculo parental, entendo que a competência para conhecer e julgar este feito é do Juízo da 2ª Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Palmas, pelo que, hei por bem em suscitar, como de fato suscito o conflito negativo de competência, com lastro no que dispõem os artigos 115, inciso II, e 116, ambos do Código de Processo Civil, a fim de que se decida qual o Juízo competente para apreciar e julgar esta causa. Em conseqüência, determino de ofício a Sua Excelência, a Senhora Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, instruído com cópia integral dos autos, conforme preconiza a Lei de Regência, solicitando-lhe que determine a instauração e o regular processamento do conflito negativo, designando desde já que juízo deverá prosseguir despachando no processo, até a decisão final da questão. Não obstante a suscitação do conflito, ad cautelam e como forma de preservar o interesse das partes, livrando-as de eventual prejuízo, defiro o pedido para que o processo tramite em segredo de justiça, porque presente o suporte fático do artigo 155 do Código de Processo Civil, devendo a Escrivania anotar na capa do processo, restringindo o exame apenas às partes envolvidas, seus advogados e ao Ministério Público. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 15 de fevereiro de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

AUTOS: 2009.0001.2546-0 - COBRANÇA
Requerente: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS - SINTET
Adv.: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO – OAB/TO 1.555
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 03 (três) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 06/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito".

AUTOS: 2009.0000.9490-5 – COBRANÇA
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: FABIA SOARES SIRIANO
Adv.: Não constituído
DESPACHO: "Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do documento de fls. 22. Palmas-TO, em 06/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2011.0011.8004-8 – ORDINÁRIA
Requerente: PAULO COSTA GOMES E OUTROS
Adv.: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO – OAB/TO 1555
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação apresentada, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Palmas, em 27 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2008.0001.9856-7 - ORDINÁRIA
Requerente: MARIA ELIZABETH DE MORAES
Adv.: VINICIUS COELHO CRUZ – OAB/TO 1.654
Requerido: IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS E O ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Cumpridas as exigências legais do art. 500, incisos e parágrafo único, do CPC, recebo o recurso adesivo interposto pela recorrida (fls. 232), nos mesmos efeitos que o principal, eis que tempestivo. Intime-se o Estado Apelante para, querendo, oferecer contrarrazões no recurso adesivo, no prazo de lei. (...). intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 1 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2009.0011.8899-7 - COBRANÇA
Requerente: ANTONIO SERGIO DA SILVA VINHAS BOTELHO E OUTROS
Adv.: MARCOS FERREIRA DAVI – OAB/TO 2.420
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 03 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 13/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2010.0012.0444-9 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: LINDE GASES LTDA
Adv.: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA – OAB/MG 72.002 E OUTROS
Requerido: PREGOEIRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Por próprio e tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto pela impetrante, em seus efeitos legais. Intime-se a parte apelada para apresentar suas contra razões, no prazo e na forma da lei. (...). Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 1 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2010.0011.9212-2 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: SISEMP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PALMAS
Adv.: RODRIGO COELHO – OAB/TO 1931, FLÁVIA GOMES DOS SANTOS – OAB/TO 2300 E OUTROS
Requerido: DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SITIO DO PICA PAU AMARELO
Adv.: ROGÉRIO BEIRIGO DE SOUZA – OAB/TO 1545-B
DESPACHO: "Razão assiste à parte impetrante, vez que, conforme certidão de fls. 67, a decisão que indeferiu o pedido liminar foi publicada no Diário de Justiça nº 2621, de 05/04/2011, considerando-se publicada em 06/04/2011. consta, ainda, que o Ministério Público fez carga dos autos em 06/04/2011, devolvendo-o em cartório somente no dia 17/05/2011. desta forma, restituo o prazo recursal ao impetrante, cujo termo inicial se dará a partir da intimação do presente despacho. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 23 de maio de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2009.0009.0755-8 - ORDINÁRIA
Requerente: ANA PAULA RODRIGUES DA CONSTA E OUTROS
Adv.: MARCOS FERREIRA DAVI – OAB/TO 2.420
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 13/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2005.0001.4504-3 - INDENIZAÇÃO
Requerente: CAMILA SERRA FURTADO E CASSIO SERRA FURTADO
Adv.: CARLOS VIECZOREK – OAB/TO 567-A
Requerido: DERTINS – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Razão assiste ao Estado requerido, vez que, conforme certidão de fls. 277, a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado do Tocantins foi disponibilizada em 23/03/2011. Consta, ainda, que os autos foram remetidos à Contadoria Judicial em 21/03/2011, sendo os mesmos devolvidos em 30/03/2011. Desta forma, restituo o prazo recursal ao Estado do Tocantins, cujo termo inicial se dará a partir da intimação do presente despacho. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 10 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2011.0001.8089-7 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: LUIZ ALVES LEMOS
Adv.: SÉRGIO MIRANDA DE OLIVERA RODRIGUES – OAB/TO 4503-A E IRAN RIBEIRO – OAB/TO 4585
Requerido: ATO DO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DECISÃO: "ANTE O EXPOSTO, considerando despiciendas maiores digressões e alicerçado nos preceitos dos artigos 267, I e IV, c/c 295, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil, hei por bem em indeferir, como de fato indefiro a petição inicial, o que ora faço para julgar extinto o processo, sem julgamento de mérito. Condeno o impetrante no pagamento das custas, isentando-o do pagamento por postular sob o pálio da assistência judiciária. Sobrevindo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações de estilo. Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 25 de fevereiro de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2009.0011.5949-0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA MATEUS SOARES BELEZA
Adv.: MARLON COSTA LUZ AMORIM – DEFENSOR PÚBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 03 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, em 13/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2009.0009.0135-5 - COBRANÇA
Requerente: LEONARDO CAMARA PEREIRA RIBEIRO
Adv.: RODRIGO COELHO – OAB/TO 1931
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 13/05/2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2010.0002.1221-9 – DECLARATÓRIA
Requerente: ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO TOCANTINS – ANOREG/TO
Adv.: ÉDER MENDONÇA DE ABREU – OAB/TO 1087
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. (...). intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 10 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

AUTOS: 2011.0001.5125-0 – MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: SISEMP SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PALMAS
Adv.: RODRIGO COELHO – OAB/TO 1931 E OUTROS
Impetrado: SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Intimem-se a autoridade impetrada e o Município de Palmas para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento dos valores devidos aos filiados do impetrante, a título de auxílio transporte, conforme noticiado às fls. 56 e 59, sob as penas da lei. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 31 de maio de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª V.F.F.R.P.".

Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos: 2011.0007.2212-6 – AUTO DE PRISAO EM FLAGRANTE
Flagrado: E. F. R.
Advogado (Flagrado): MARCELO WALACE DE LIMA, inscrito na OAB n.º 04296013.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: " (...) Diante do exposto, HOMOLOGO O FLAGRANTE, mantendo a prisão do flagrado. Nos termos do artigo 1º da Resolução CNJ nº 087/2009: (1) Solicite-se ao Cartório Distribuidor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, certidão de antecedentes criminais do flagrado; e (2) Junte-se aos autos consulta ao sistema infoseg. Com fundamento na mesma regra normativa acima citada, determino a intimação do advogado que acompanhou o flagrado durante o seu interrogatório, para que em prazo que não pode exceder a cinco dias,]junte aos autos documentação comprobatória de ocupação lícita e endereço fixo daquele. Com a juntada da documentação, dê-se vista ao Ministério Público para manifestar-se acerca de eventual concessão de liberdade provisória ou manutenção da prisão se presentes os requisitos da prisão preventiva. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar.".

Autos: 2010.0001.4618-6 – AÇÃO PENAL
Denunciado: B. A. de S.
Advogado (denunciado): EUDES ROMAR VELOSO DE MORAIS SANTOS, inscrito na OAB/TO n.º 4336.
INTIMAÇÃO/ DESPACHO: "Ante a não localização do requerido e posterior apresentação da resposta à acusação de fls. 70/71, intime-se o advogado subscritor desta, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize nos autos a representação processual, sob pena de desentranhamento da mesma. Palmas(TO), 21 de junho de 2011. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria n.º 48/2011-DJe 2588).".

Autos: 2011.0007.1977-0 – LIBERDADE PROVISÓRIA
Requerente: S. N. L.
Advogado (Requerente): MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA VILLANOVA VIDAL, inscrito na OAB/TO n.º 3671-A.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: " (...) Ante o exposto: 1. INDEFIRO pedido de relaxamento do flagrante; 2. HOMOLOGO O FLAGRANTE; 3. Com fundamento no artigo 5º, inciso LXVI da CF/88 e no parágrafo único do artigo 310 do Código de Processo Penal, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, DE OFÍCIO, a SUIENE NUNES LIMA, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos do processo, manter atualizados os endereços de sua residência e trabalho, comunicar a este Juízo quando ausentar-se por mais de 08 (oito) dias de sua residência, bem como cumprir as seguinte medidas protetivas de urgência, que ora decreto: a) Está proibida de se aproximar da vítima, seus familiares e testemunhas, devendo manter distância mínima destes de 100 (cem) metros, ainda que seja em lugar público; b) Está proibida ainda de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; e c) Não frequente a residência e o local de trabalho da ofendida. Caso a indiciada aceite se submeter às condições acima, lavre-se termo de compromisso e expeça-se alvará de soltura, se por outro motivo não estiver presa. Na hipótese de a indiciada não aceitar as condições, fica mantida a prisão cautelar, assim como esta será restabelecida em caso de descumprimento de qualquer uma das condições acima impostas. Intimem-se. Notifique-se a vítima, nos termos do artigo 21 da Lei n° 11.340/2006. Traslade-se cópia desta decisão para os autos incidentais nº 2011.0007.1977-0, que versam sobre pedido de liberdade provisória formulado em favor do ora indiciada. Cientifiquem-se o Ministério Público e a Autoridade Policial. Palmas-TO, 22 de junho de 2011. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria nº 48/2011-DJe 2588).".

Juizado Especial Cível e Criminal – Sul

EDITAL DE LEILÃO

Processo n.º2005.0000.5556-7

A Dra. ANA PAULA BRANDÃO BRASIL, Juíza de Direito do 3° Juizado Especial Cível e Criminal da Região Sul da Comarca de Palmas/TO, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, etc... F A Z S A B E R, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que no próximo dia 13/07/2011, as 15:00 horas, no Rol de Entrada do Edifício do Fórum Marques São João da Palma desta Comarca, será levado à venda em 1º LEILÃO, por preço não inferior ao da avaliação total, que é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); o(s) bem(ns) penhorado(s) da parte reclamada, a saber: Veiculo Celta, marca GM/CHEVROLET, cor prata, duas portas, chassi 9BGRDO8X04G185486, Ano/Modelo 2004/2004, gasolina, Placa MVV 9564, em bom estado de conservação e funcionamento, vidros elétricos, travas elétricas, alarme, pequenos riscos na pintura, antena de teto sem haste, reboque, pneus colocados em rodas de ferro em regular estado de conservação, equipamentos obrigatórios, interior do veículo em boa conservação, banco do motorista danificado, piramid PB310GX 800w, toca CD Pioner DEH 4600, sem a frente e não testado, bateria magnetti 60A, pneu de estepe em bom estado, com 86.813 Km rodados, combustível com pouco menos de meio tanque, faltando o tampão traseiro, pára-brisa dianteiro trincado, o qual estamos avaliando em R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Não consta nos autos qualquer ônus sobre o(s) aludido(s) bem(ns) móvel(is). Caso referido bem não seja vendido nessa oportunidade, será novamente levado à venda, ora em 2º LEILÃO, desprezando-se aí o valor da avaliação e vendido a quem mais der e maior preço oferecer, desde que seja considerado válido pelo Juízo, a realizar-se no mesmo local e horário do anterior no dia 28/07/2011. E, para que o presente chegue ao conhecimento dos interessados e especialmente da parte reclamada – JOSÉ MESSIAS ALVES DE ARAUJO, caso não seja(m) encontrado(s) para intimação pessoal, será o mesmo publicado na forma da Lei. O Depositário Fiel dos bens é o(a) Sr(a) PAULO HENRIQUE GAMA DE OLIVEIRA, que deverá proporcionar meio para que os licitantes interessados, caso queiram, examinem o bem. Palmas, 06 de junho de 2011. Eu, Mª do Socorro Fernandes Costa de Freitas Servidor desta escrivania o digitei.

PARAÍSO

2ª Vara Cível, Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2009.0004.3714-4 – Ação de Divorcio Litigioso
Requerente: Maria Dalva Barbosa Coelho Souza
Advogado: Dr. Sergio Barros de Souza, OAB/TO-748
Requerido: Valberto Alves de Souza
Advogado: Dr.Iara Maria Alencar, OAB/TO-78-B
Ficam os advogados das parte intimados para a audiência de Instrução e julgamento dia 20 de julho de 2011, às 13:30 horas.

Autos n. 2009.0007.7249-0 – Ação de Divorcio Litigioso
Requerente: Nirce Rodrigues de Lelis
Advogado: Dr. Francisco de Assis Filho, OAB/TO-2083
Requerido: Camilo Victor Leles
Advogado: Dr.Vinicius Pinheiro Marques, OAB/TO-4140-A
Ficam os advogados das partes intimados para a audiência de Instrução e julgamento dia 19 de julho de 2011, às 15:30 horas

Autos n. 2009.0009.3180-7 – Ação de Divorcio Litigioso
Requerente: Weber Soares dos Santos
Advogado: Dr. José Erasmo Pereira Marinho, OAB/TO- 1132
Requerido: Lorena Munique Ribeiro Oliveira Soares
Advogado: Dr. Ítala Leal de Oliveira – Defensora Publica
Fica o advogado do autor intimado para a audiência de Instrução e julgamento dia 19 de julho de 2011, às 14:30 horas.

Autos n. 2009.0003.7695-1 – Ação de Separação Litigiosa
Requerente: Kesiane Cena Pimenta Santos
Advogado: Dr. João Inácio Neiva, OAB/TO- 854
Requerido: Janes Viana dos Santos
Advogado: Dr. Alexsander Ogava, OAB/TO-2549
Ficam os advogados das partes intimados para a audiência de Instrução e Julgamento dia 19 de julho de 2011, às 13:30 horas

Autos n. 2010.0008.7031-3 – Ação de divorcio Litigioso
Requerente: José Pereira do Nascimento
Advogado: Dr.Itala Graciela Leal de Oliveira, Defensora Pública
Requerido: Albertina Martins do Nascimento
Advogado: Dr. Alexsander Ogava, OAB/TO-2549 e Dr. Rogério Magno, OAB/TO-4987-B
Ficam os advogados do requerido intimados para a audiência de Instrução e Julgamento dia 19 de julho de 2011, às 16:30 horas

PARANÃ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº: 2009.0012.5843-0
Ação: Previdenciária
Requerente: Esilene Francisca dos Santos
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 09:00 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as testemunhas ausentes e o advogado. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei.

Autos nº: 2009.0011.2079-9
Ação: Aposentadoria
Requerente: Odilon de Carvalho Bispo
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 13:30 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as testemunhas ausentes e o advogado. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei.

Autos nº: 2009.0004.1957-0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Joel Lopes Galvão
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A

Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 15:00 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0009.9704-2
Ação: Aposentadoria
Requerente: Miguel Benedito Pacheco
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 15:30 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0009.9735-2
Ação: Aposentadoria
Requerente: Candido Gonçalves Ferreira
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 16:30 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as testemunhas ausentes e o advogado. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0012.5842-1
Ação: Previdenciária
Requerente: Leydiane Marques da Silva
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 08:30 horas para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se. Paranã, 21 de junho de 2011. aa. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0007.9462-1
Ação: Aposentadoria
Requerente: Gertrudes Leite dos Santos
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 10:30 horas para audiência de instrução e julgamento, intimem-se as testemunhas e o advogado. Paranã, 21 de junho de 2011. aa.Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei.

Autos nº: 2009.0007.9472-9
Ação: Aposentadoria
Requerente: Donata Ferreira das Neves
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 09:30 horas para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se a testemunha ausente. Paranã, 21 de junho de 2011. aa. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0011.2077-2
Ação: Aposentadoria
Requerente: Claro Soares de Melo
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 16:00 horas para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Paranã, 21 de junho de 2011. aa. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0009.9700-0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Lucio Soares da Silva
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/09/2011, às 14:30 horas. intimem-se. Paranã, 21 de junho de 2011. aa.Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0012.5838-3
Ação: Previdenciária
Requerente: Doralina Cezário de Torres
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29/09/2011, às 14:00 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes e seu advogado. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0011.2085-3
Ação: Previdenciária
Requerente: Jesimar Pereira Rodrigues
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 22/09/2011, às 15:00 horas para audiência de Instrução e Julgamento, intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0011.2083-7
Ação: Previdenciária
Requerente: Veracy Teixeira da Cruz
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/09/2011, às 15:30 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0012.5845-6
Ação: Previdenciária
Requerente: Reinaldina Dias Torres
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/09/2011, às 16:00 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0009.9727-1
Ação: Previdenciária
Requerente: Girnaria da Silva Ribeiro
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/09/2011, às 16:30 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0007.9469-9
Ação: Aposentadoria
Requerente: Felismina José Rodrigues
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/09/2011, às 17:00 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2009.0007.9473-7
Ação: Aposentadoria
Requerente: Eurides Ribeiro da Cunha
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/09/2011, às 17:30 horas. Intimem-se as testemunhas ausentes sob pena de condução coercitiva. Paranã, 21 de junho de 2011.aa.Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto. Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

Autos nº: 2008.0003.0522-3
Ação: Previdenciária Pensão por morte
Requerente: Vercina Teixeira Bastos
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO DA DECISÃO EM AUDIÊNCIA: DISPOSITIVO DA DECISÃO: "Designo o dia 29/09/2011, às 10:00 horas para audiência de instrução e julgamento,intimem-se as testemunhas ausentes. Paranã, 21 de junho de 2011.aa.Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto. Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei.

Autos nº: 2009.0011.2100-0
Ação: Previdenciária
Requerente: Lucia Gonçalves de Souza
Advogados: Dr.Marcos Paulo Favaro – OAB/TO – 4.128-A e Dr. Osvair Candido Sartori Filho – OAB/TO – 4.301-A
Requerido: INSS

INTIMAÇÃO DO DESPACHO EM AUDIÊNCIA: "Nomeio o perito o médico Dr. Glauber França Bernardes, independentemente de termo de compromisso. Defiro os quesitos apresentados. Intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias, caso queira, indicarem assistente técnicos, ficando-lhes facultado a apresentação de quesitos suplementares durante a perícia. Após, intime-se o perito para designar data para exame, do que deverão as partes serem intimados em tempo hábil. aa.Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto". Eu, Jaqueline da Costa Silva Santana, Escrevente o digitei

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0008.7287-1
ACUSADO: VOLNEY RIBEIRO COSTA
Advogado: DR. JOSÉ NIERO – OAB/GO 19225
DESPACHO: "Conforme portaria nº 181/2011 do dia 03/05/2011, respondo cumulativamente pela Comarca de Palmeirópolis/TO e tendo em conta audiência de réu preso já designada para esta data na referida Comarca, redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 11/08/2011, às 17:00 horas. Intime-se. Paranã, 25/05/11. as) Dr.

AUTOS: 2008.0007.2922-8
ACUSADOS: RONIVON PEREIRA LIMA e ADVAN PEREIRA DE ALENCAR
Advogado: DR. PAULO CÉSAR DE SOUZA – OAB/PA 13539-A e OAB/TO 2099-B
DESPACHO: "Conforme portaria nº 181/2011 do dia 03/05/2011, respondo cumulativamente pela Comarca de Palmeirópolis/TO e tendo em conta audiência de réu preso já designada para esta data na referida Comarca, redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 02/08/2011, às 13:30 horas. Intime-se. Paranã, 25/05/11. as) Dr. Rodrigo da Silva Perez Araújo – Juiz Substituto.

PEDRO AFONSO

1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes e advogados intimados do (s) ato (s) processuais, abaixo relacionados.

PROCESSO Nº.: 2010.0008.3939-4/0 - JEC
Ação: Denúncia – Artigo 329 e 330 do CPB
Autor: O Ministério Público do Estado do Tocantins
Vítimas: Edílson Bezerra de Sousa e Elles Even Lacerda
Denunciado: José Xavier
Advogado: Carlos Alberto Dias Noleto - OAB-TO 906
DESPACHO "(...) Cumpra-se o v. acórdão. Procedam-se as baixas necessárias, após, arquive-se. Pedro Afonso, 06 de abril de 2011. (a) Juiz M. Lamenha de Siqueira".

PROCESSO Nº.: 2008.0007.5049-9/0 - JEC
Ação: Pedido de Restituição de coisa apreendida
Requerente: Décio Gomes Soares
Advogados: Carlos Alberto Dias Noleto - OAB-TO 906 e Marcelia Aguiar Barros Kisen – OAB-TO 4039
DECISÃO: "(...) É o relato, no que importa. Desta forma, entendo que nem Décio, nem a Seguradora Brasil, tampouco a Sul América, lograram êxito em comprovar a real propriedade do automóvel, não havendo qualquer indicação segura nos autos de quem seja o legitimo titular do bem. Isto posto, por haver dúvida razoável quanto a propriedade do bem e considerando ainda, a intervenção da Cia de Seguros Sul América, acolho o parecer ministerial e com espeque no artigo 120, § 4°, determino a remessa dos autos a Vara Cível desta Comarca, a que competirá dirimir o conflito de interesses. Procedam-se as baixas legais e enviem-se os autos. P.R.I. Pedro Afonso, 10 de maio de 2011. (a) Juiz M. LAMENHA DE SIQUEIRA".

PIUM

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO C/ PRAZO DE 48 HORAS

O Doutor JOSSANNER NERY NOGUEIRA LUNA, Juiz de Direito desta Comarca de Pium, Estado do Tocantins, na forma da lei etc. Por meio deste Edital, promove a INTIMAÇÃO da Requerente LUZIA PEREIRA RODRIGUES, brasileira, casada, maior, incapaz, portadora do CPF nº 006.634.191-40 e C.I. RG nº 453.534-SSP/TO, neste ato assistida por seu marido, Sr. GRACILIANO RODRIGUES DA SILVA, todos residentes e domiciliados no endereço incerto e não sabido, para, no prazo de 48 horas, manifestar se possui interesse na continuidade da AÇÃO PREVIDENCIÁRIA, nº 2007.0002.9895-4/0 promovida por LUIZA PEREIRA RODRIGUES – rep. por seu marido GRACILIANO RODRIGUES DA SILVA em face de INSS, em trâmite perante o Juízo da Vara Cível da Comarca de Pium-TO. Tudo na conformidade do r. despacho a seguir transcrito: Diante do paradeiro ignorado da Requerente, determino a sua intimação por edital, para em 48 horas manifestar se possui interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção nos termos do art. 267, inciso II e III do Código de Processo Civil. Após, voltem os autos conclusos. E, para que ninguém possa alegar ignorância, expedi o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pium-TO, aos 08/04/2011. ARION DO NASCIMENTO LOPES, Escrivão da Vara Cível, o digitei e assino e reconheço como verdadeira a assinatura do MM. Juiz de Direito. JOSSANNER NERY NOGUEIRA LUNA Juiz de Direito

PONTE ALTA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2010.0001.9902-6
Ação: Mandado de Segurança
Requerente: Leandro Rodrigues de Sousa
Advogado: Dr. Nazário Sabino Carvalho- Defensor Público
Requerido: Hudson Santos Martins de Almeida
Advogado: Dr. José Osório Sales Veiga- OAB nº 2.709-A
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerida intimada na pessoa de seu advogado acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "isso posto, DENEGO a ordem em mandado de Segurança impetrado por Leandro Rodrigues de Sousa, por ausência de ilegalidade ou abuso de poder em ato perpetrado por Autoridade Pública, pois inexiste o direito líquido e certo `aprovação em concurso público quando não preenchida as condições do Edital. Deixo de condenar o impetrante a custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais. R.I. Porto Nacional-TO-, 6 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2011.0005.4413-9
Ação: Declaratória de Reconhecimento de União Estável com Petição de Herança
Requerente: Leontina Sampaio Louredo
Advogado: Dr. Adari Guilherme da Silva-OAB nº 1729
Requerido: Joacy Moura
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, ante a impossibilidade jurídica do pedido e em razão da ilegitimidade passiva do réu. Custas pelo requerente, o que hora fica dispensado por se encontrar sob pálio da Lei. 10.60/50. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 21 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2008.0005.7010-5
Ação: Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam
Requerente:Jocenir Pedro Golin
Advogado: Dr. Roberta Gama Meira Dickel
INTIMAÇÃO: Fica parte autora intimada na pessoa de seu advogado acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "EM RAZÃO DO EXPOSTO, indefiro a petição inicial, com fulcro no artigo 295, inciso III, do Código de Processo Civil, e , de conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso I, do mesmo diploma legal. Eventuais custas pendentes pelo requerente. P.R.I. Após o Trânsito em julgado, arquivem-se. Ponte Alta do Tocantins, 21 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2011.0005.4383-3
Ação: Cobrança
Requerente: Otacílio Corado Santana
Requerido: Valdirene Batista de Sousa
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto, nos termos do artigo 20, da Lei nº. 90.99/95, DECRETO a REVELIA da reclamada, e , de conseqüência, JULGO PROCEDENTE o pedido do reclamante, e CONDENO a reclamada ao pagamento do valor de R$ 60,00 (sessenta reais), acrescidos de juros à taxa de 1% (um por cento) ao mês desde a citação, e correção monetária a partir de 30 de dezembro de 2008, conforme consta no documento de fl. 04. DECLARO, ainda, EXTINT O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, em face do acolhimento do pedido de reclamante. Deixo de condenar o reclamado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, primeira parte, da Lei nº. 9.099/95. Após o trânsito em julgado, intime-se o reclamado para cumprir espontaneamente o julga do, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incorrer em multa de 10 % (dez por cento), sobre o valor da condenação, nos termos o artigo 475-J do CPC, aplicáveis aos juizados especiais, conforme Enunciado FONAJE Nº. 97. Não havendo pagamento voluntário por parte do devedor, aguarde-se por 6 (seis) meses a manifestação do reclamante no sentido de dar início à execução do julgado. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 21 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2009.0003.9801-7
Ação: Revisional de Alimentos c/c Pedido de Antecipação de Tutela
Requerente: Marco Aurélio Turíbio Gomes
Advogado: Dr. Daniel Souza Matias- OAB nº 2222
Requerido: B. C.Gomes representado por sua mãe Nathália Cobra
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimada na pessoa de seu advoga do acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, com resolução de mérito, para fixar a pensão alimentícia em favor da alimentada no montante de 10% (dez por cento) dos vencimentos brutos do alimentante, excluídos apensa as parcelas relativas à contribuição previdenciária e imposto de renda a serem pagos mensalmente pelo requerido por meio de desconto em folha de pagamento. Custas por ser pela parte requerida, tendo em vista a sucumbência mínia da parte autora. (artigo 21, parágrafo único, CPC). Oficie-se ao superior imediato do autor acerca da presente sentença. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 21 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2011.0005.4384-1
Ação: Cobrança
Requerente: Otacílio Corado Santana
Requerido: Domingos B. Eliziário
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto, afim de que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, na forma preconizada no artigo 22, parágrafo único da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de fl. 10 celebrado entre as partes, extinguindo o processo com apreciação de mérito, nos termos do artigo 269, III do CPC. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 20 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2007.0008.5990-5
Ação: Alvará Judicial
Requerente: Adelaide Aires da Silva Barros

Advogado: Dr. Luiz Carlos Alves de Queiroz-OAB nº. 218
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimada na pessoa de seu advoga do acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto e com fundamento no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, em razão da ausência de pressupostos de constituição da relação processual. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 20 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática."

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2007.0008.6005-9
Ação: Divórcio
Requerente: Rejandes dos Santos Félix
Advogado: Dr. Daniel Souza Matias-OAB nº 222
Requerido: Sebastião Félix Neto
Advogado: Dr. Nazário Sabino Carvalho- Defensor Público
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimada na pessoa de seu advoga do acima citado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto e com fundamento na Emenda Constitucional nº. 66, julgo parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, decretando o divórcio de Rejandes dos Santos Félix e Sebastião Félix Neto. A virago voltará a usar o nome de solteira, qual seja, Rejandes dos Santos. Expeça-se o necessário para cumprimento da presente decisão. A filha do casal sob a guarda da genitora, possuindo o genitora direito à visita livre, conforme pactuado entre as partes. Outrossim, inclua-se em pauta audiência preliminar com vistas à regulamentação da partilha, devendo cada parte comprovar a existência de bens a serem partilhados, sob pena de indeferimento do pleito. P.R.I. Ponte Alta do Tocantins, 20 de junho de 2011. (ass.) Adhemar Chúfalo Filho- Juiz de Direito em Substituição automática. "

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2011.0003.9031-0
Ação: Cobrança de Honorários
Requerente: Odir Garcia de Almeida
Advogado: Dr. Renato Godinho- OAB nº 2550
Requerido: Carlos Roberto Martins Costa
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do autor intimado para comparecer perante este Juízo para audiência de Instrução e Julgamento designado nos autos em epígrafe, a realizar-se dia 02 de agosto de 2011, às 16:30 horas.

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2008.0009.3188-4
Ação: Alvará Judicial
Requerente: Raimundo de Abreu Costa
Advogado: Dr. Daniel Souza Matias- OAB nº 222
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social- INSS
INTIMAÇÃO: Fica o autor intimado na pessoa de seu advogado para comparecer em Cartório afim de retirar o Alvará Judicial.

PROTOCOLO ÚNICO Nº. 2008.0006.3899-0
Ação: Execução de Contrato
Exeqüente: Leandro Moreira da Silva
Advogado: Dr. Nazário Sabino Carvalho – Defensor Público
Executado: Edigar José de Alecrim Filho
Advogado: Dr. José Turíbio dos Santos- OAB nº
INTIMAÇÃO: Fica o executado acima citado intimado na pessoa de seu advogado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva passo a transcrever: "Diante do exposto, e com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito, em razão da desistência da parte autora. Custas pelo requerente se houver. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se."

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O Doutor Adhemar Chúfalo Filho, MM. Juiz de Direito em substituição automática desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins/TO., na forma da Lei, etc.FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Cível, processam-se os autos de Declaratória de Nulidade n.º2007.0006.2181-0/0 em que FAUSTO AUGUSTO MACHADO e CREUSA MARIA DE CASTRO MACHADO movem em face de MOISÉS RODRIGUES DO NASCIMENTO, sendo o presente para citar o requerido, MOISÉS RODRIGUES DO NASCIMENTO, brasileiro, separado, fazendeiro, inscrito no CPF n.º239.717.386-73, residente e domiciliado em local incerto e não sabido dos termos da presente ação, advertindo-o que terá o prazo de 15 (quinze) dias, para manifestar, sob pena de não sendo manifestado, presumirão aceitos pelos mesmos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital o qual deverá ser publicado e afixado no átrio do Fórum local, na forma legal. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponte Alta/TO, aos 23 de maio de de 2.011. Eu, Ezelto Barbosa de Santana, Técnico Judiciário que digitei e subscrevo.Adhemar Chúfalo Filho JUIZ DE DIREITO(em substituição automática)

PORTO NACIONAL

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 192/2011

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
AUTOS/AÇÃO: 2010.0010.9107 - 5. – CARTA PRECATÓRIA.
Deprecante: JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS.
Requerente: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.
Procurador (A): DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA. OAB/TO: 1536.
Requerido: PAULO MARTINS DA SILVEIRA.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: "Para manifestar nos referidos autos sobre a certidão do oficial de justiça, juntado às 02V."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 191/2011

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
AUTOS/AÇÃO: 2009.0008.5794 - 1. – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.
Requerente: BANCO BRADESCO S/A.
Procurador (A): DR. FABIO DE CASTRO SOUZA. OAB/TO: 2868.
Requerido: ARILDO CELSO VIEIRA FILHO.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: "Para manifestar nos referidos autos, sobre a declaração da receita federal juntada às fls. 40/42."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 190/2011

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
AUTOS/AÇÃO: 2006.0000.1805 - 8. – EXECUÇÃO.
Requerente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A.
Procurador (A): DR. ALESSANDRO DE PAULA CANEDO. OAB/TO: 1334-A.
Requerido: GILMAR GOMES DA SILVA.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: "Para providenciar o pagamento da locomoção do oficial de justiça, para proceder a avaliação do bem penhorado, no município de Monte do Carmo/TO, devendo depositar o valor, no cartório distribuidor desta comarca de Porto Nacional/TO."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 190/2011

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
AUTOS/AÇÃO: 2011.0004.5519 - 5. (5364/02) – EMBARGOS DE TERCEIROS.
Requerente: EDMAR IDALIO GONÇALVES DA ROCHA.
Procurador (A): DR. JAIR DE ALCÂNTARA PANIAGO. OAB/TO: 102-A.
Requerido: BANCO BAMERINDUS S/A.
Procurador: Dr. DOMINGOS CORREIA DE OLIVEIRA. OAB/TO: 192-A.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA: "Para providenciar o pagamento das custas finais nos referidos autos, no valor de R$: 192,00 (cento e noventa e dois reais), no prazo de 05 (cinco) dias.
.
AUTOS/AÇÃO: 2009.0007.9400-1/0 – AÇÃO ORDINÁRIA DE RESSARCIMENTO POR BENFEITORIAS
Requerente: ADIRCE MOREIRA CARDOSO
Advogado (A): Dr. ANDRÉ RICARDO TANGANELI
Requerido: MARIA DE FATIMA BENTO DA SILVA
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Intime as partes para: Informarem se têm interesse em designação de audiência preliminar só artigo 331, CPC para tentativa de conciliação. Caso não tenham interesse na conciliação em entenderem que não há necessidade de instrução probatória, devem requerer o julgamento antecipado a lide, no prazo de 10 (dez) dias. Em não o fazendo no prazo, considerar-se-á como anuência ai julgamento antecipado. Caso não pretendam audiência preliminar, art. 331 CPC, e nem o julgamento antecipado da lide, devem, no prazo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretendem produzir em audiência de instrução, inclusive apresentar o rol de testemunhas, sob pena de preclusão. Intime-se. Porto Nacional- TO 25 de fevereiro de 2011.
.
AUTOS/AÇÃO: 2010.0003.7342-5/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado (A): Dr. JOSÉ MARTINS OAB/SP 84314
Requerido: PAULO SEBASTIÃO COSTA
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Fica a parte intimada para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça nas fls. 69.

AUTOS/AÇÃO: 2009.0009.6681-3/0 – AÇÃO MONITÓRIA
Requerente: MAGALI SILVESTRE DE CASTRO, CLÁUDIA SILVESTRE DE CASTRO, PAULA SILVESTRE DE CASTRO R PAULO ALBERTO SILVESTRE DE CASTRO.
Advogado (A): Dr. CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO OAB-TO 1555
Requerido: LEOPOLD TAUBINGER FILHO
Advogado (a): CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA OAB-TO 3115-B
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Converto o julgamento em diligência e determino que o requerido-embargante esclareça a razão pela que os valores dos cheques em cobrança não condizem com os valores pactuados no instrumento primitivo de compra e venda (fl.s 29/30) nem no segundo (fls. 33/47) nem na confissão de dívida (fls. 49/50). Prazo: 10 dias. Após, conclusos. Porto Nacional/TO 11 de abril de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2008.0000.0414-2/0 – AÇÃO DE RECISÃO CONTRATUALE REITENGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: PORTO MOTOS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA
Advogado (A): Dr. SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA LORENTINO OAB-TO 2418
Requerido: ANISMAR BATISTA DOS SANTOS
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Fica a parte autora intimada para o pagamento de 50% das custas finais, que tem valor total de R$ 109,90 (cento e nove reais e noventa centavos.

AUTOS/AÇÃO: 2011.0004.7664/8/0 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMNETO
Requerente: GRECIO SILVESTRE DE CASTRO
Advogado (A): Dr. GRECIO SILVESTRE DE CASTRO OAB/TO - 229
Requerido: HSBC BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: I — INDEFIRO o pedido de Assistência Judiciária Gratuita, vez que já pude observar em outros processos que o Autor, além de advogado, é proprietário de grandes imóveis rurais, donde se presume sua capacidade

econômica. Além disso, cumpre destacar que o Autor não cumpriu o disposto no item 2.18.1 da CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, segundo o qual "*os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita serão deferidos pelo Juiz do feito ou Diretor do Foro, a requerimento da pessoa interessada, diante de declaração de insuficiência de recurso, que poderá ser feita de próprio punho ou por procurador com poderes especiais, de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários do advogado, sem prejuízos do próprio sustento, ou de sua família (artigo 4º da Lei 1.060/50), exigindo-se que sejam apontados os rendimentos do declarante*". Malgrado a lei preveja que o benefício será concedido a quem declarar que o necessita, o juiz pode indeferi-lo se tiver razões para tanto, consoante esclarece a jurisprudência: *"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA FORMULADO NO CURSO DA AÇÃO. INDEFERIMENTO. REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICOS PROBATÓRIOS. VERBETE Nº 7 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Agravo incapaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada. 2. É admitido ao juiz, quando tiver fundadas razões, indeferir pedido de Assistência Judiciária Gratuita, não obstante declaração da parte de que a situação econômica não lhe possibilita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. (Lei nº 1.060/50). ..... (STJ, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 858171/SP, 4ª Turma do STJ, Rel. Hélio Quaglia Barbosa. DJ 10.12.2007)".* II — Assim, o Embargante deverá recolher as custas judiciais, no prazo de 30 (trinta) dias, pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). Intime-se. Porto Nacional/TO, 11 de maio de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2007.0003.2169-7/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO CUMULADA COM DANOS MORAIS Requerente: GELOMAQ REFRIGERAÇÃO COMERCIAL LTDA
Advogado (A): Dr. RONALDO DE SOUSA ASSIS OAB-TO 1505
Requerido: STAR INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Advogado (a): KEILA DE ABREU ROCHA OAB-GO 10785
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: isso posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da requerente, em conseqüência RESOLVO O MÉRITO nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil, por rejeição ao pedido da autora. REVOGO a decisão de fls. 31/32 em que se concedeu, liminarmente, pedido de antecipação de tutela. Expeça-se ofício ao Cartório de Protestos. CONDENO a requerente ao pagamento das custas processuais, e dos honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da causa, devidamente atualizado, nos termos dois artigos 20 e parágrafos do código de processo Civil. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. R.I. Porto Nacional- TO, 4 de março de 2011.
.
AUTOS/AÇÃO: 2011.0001.8413-0/0 – AÇÃO CAUTELAR
Requerente: MAURO ADRIANO RIBEIRO
Advogado (A): Dr. ANGELO PITSCH CUNHA
Requerido: IBAMA- INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Conclusos em 23 de fevereiro de 2011. Intime-se a requerente para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), emendar a inicial, no sentido de apresentar os documentos: Instrumento de mandato (procuração); Cópia dos documentos pessoais; Sob pena de indeferimento do inicial;

AUTOS/AÇÃO: 2008.0009.9588/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Embargante: ELIZANGELA CABRAL PESSOA
Advogado (A): Dr. MARISON ROCHA OAB-TO 1336-B
Requerido: MUNICIPIO DE SILVANÓPOLIS - TO
Advogado (a): JUVANDI SOBRAL RIBEIRO OAB-TO 706
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: Defiro mediante cópias nos autos ás expressas do requerente. Após arquive-se. Porto nacional-14 de junho de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2011.0004.7405-5/0 – AÇÃO DE EMBARGO Á EXECUÇÃO
Embargante: SILVA E SILVESTRE LTDA
Advogado (A): Dr. DIMITRY CEREWUTA JUCA OAB-GO 21952
Requerido:
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE: I — Apensem-se aos autos nº 2011.0002.0728-0. II — Emende-se a petição inicial no que concerne: à qualificação da parte Ré (CPC, 282, II), pois os embargos constituem ação autônoma em relação à execução; aos fundamentos do pedido (inc. III), vez que a extensa petição inicial trata somente da possibilidade de nomeação à penhora de debênture, não havendo qualquer conexão com o pedido de reconhecimento de excessividade da execução; o valor da causa (inc. IV), que não foi atribuído; à assinatura do advogado, a fim de torná-la autêntica. Prazo: 10 (dez) dias. Pena: indeferimento (CPC, arts. 283 e 284). II — Por outro lado, INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que simples declarações, sem outros elementos (balanços, livros comerciais, certidões etc.), não bastam para comprovar a impossibilidade de custear o processo. Como é cediço, para a pessoa jurídica gozar do benefício, não basta a simples afirmação, é necessária a comprovação cabal da hipossuficiência, consoante entendimento jurisprudencial pacífico: "RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS. POSSIBILIDADE. PROVA CONCRETA DA DIFICULDADE FINANCEIRA. CADIN. EXCLUSÃO. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE (ART. 7º, I, DA LEI Nº 10.522/2002). INDISPENSABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO PONTO, PROVIDO. 1. "A pessoa jurídica, independentemente de ter fins lucrativos, pode ser beneficiária da gratuidade prevista na Lei nº 1.060/1950, art. 2º, parágrafo único, desde que comprove, concretamente, achar-se em estado de necessidade impeditivo de arcar com as custas e despesas do processo" (REsp 803.194/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ de 26.03.2007). ..... (Recurso Especial nº 599525/MA, 4ª Turma do STJ, Rel. Hélio Quaglia Barbosa. j. 17.04.2007, unânime, DJ 28.05.2007)". III — Assim, providencie a Embargante o pagamento das despesas processuais. Prazo: 30 (trinta) dias. Pena: cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). IV — Após, conclusos. Intime-se. Porto Nacional, 12 de maio de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2010.0012.3440-2/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: RAFAEL VIEIRA FONTOURA
Advogado (A): Dr. MURILLO PORFÍRIO DI OLIVEIRA OAB-TO 4348
Requerido: MUNICIPIO DE SIVANÓPOLIS
Advogado (a): MARISON ARUAJO ROCHA OAB-TO 1336-B
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE: Fica a autora intimada para apresentar réplica a contestação ofertada nos presentes autos.

AUTOS/AÇÃO: 2010.00012.3433-0/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: MARIA SONIA RODRIGUES NERES
Advogado (A): Dr. MURILLO PORFÍRIO DI OLIVEIRA OAB-TO 4348
Requerido: MUNICIPIO DE SIVANÓPOLIS
Advogado (a): MARISON ARUAJO ROCHA OAB-TO 1336-B
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE: Fica a autora intimada para apresentar réplica a contestação ofertada nos presentes autos.

AUTOS/AÇÃO: 2010.0012.3439-9/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: RAFAEL VIEIRA FONTOURA
Advogado (A): Dr. MURILLO PORFÍRIO DI OLIVEIRA OAB-TO 4348
Requerido: MUNICIPIO DE SIVANÓPOLIS
Advogado (a): MARISON ARUAJO ROCHA OAB-TO 1336-B
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE: Fica a autora intimada para apresentar réplica a contestação ofertada nos presentes autos.

AUTOS/AÇÃO: 2008.0003.1822-8/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK S/A- BANCO MUTIPLO
Advogado (A): Dr. LÁZARO JOSPE GOMES JUNIOR OAB-TO 4562
Requerido: SRS CONSTRUTORA LTDA E ADANAIR MENDES MACHADO
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES: Fica a parte autora intimada para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 98, que não procedeu a Reintegração de posse do veiculo, pois a parte requerida não possui mais posse do veiculo.

AUTOS/AÇÃO: 2009.0005.0504-2/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado (A): Dr. PATRÍCIA AYRES DE MELO OAB-TO 2972
Requerido: ROBERT KELLER
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES: Fica a parte autora intimada para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 40/vº, que deixou de efetuar a busca e apreensão, do bem descrito no mandado, uma vez que o bem não estava no poder do requerido.

AUTOS/AÇÃO: 2008.0002.2156-9/0 – AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
Requerente: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
Advogado (A): Dr. RAFAEL FERRAREZI OAB-TO 2942-B
Requerido: LUIS CARLOS NUNES DE SOUSA
Advogado (a): AURELINO IVO DIAS OAB-GO 10734
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA PARTE REQUERENTE: Fica a autora intimada para apresentar réplica a contestação ofertada nos presentes autos.

AUTOS/AÇÃO: 2010.0010.1361-9/0 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO
Requerente: SANDRA MARIA LIMAS OLIVEIRA
Advogado (A): Dra. SILVANA DE SOUSA ALVES OAB-GO 24778
Requerido: BV FINANCEIRA S.A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES: Por isso, DECLARO EXTINTO o processo por ausência de pressuposto processual, sem resolução do mérito (CPC, arts. 267, IV), devendo ser cancelada a distribuição (art. 257). Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional – To, 22 de junho de 2011.

ERRATA
A 1ª Vara Cível da comarca de Porto Nacional/TO, resolve retificar parte da intimação aos advogados nos Autos nº. 2011.0004.5151-3/0 (4075/92). EXECUÇÃO, publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº. 2670, SEXTA-FEIRA, 17 de junho de 2011, página 56, ondese lê: "INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Por isso, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito por ausência de interesse processual (CPC, art. 267, VI). Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, traslade-se cópia desta os autos em apensos nº. 4075/92. Arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional/TO, 29 de março de 2010", Leia-se: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE EXEQUENTE: Intima-se a parte exeqüente para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da prosseguimento no feito sob pena de extinção (art. 267, parágrafo 1º do CPC). Porto Nacional/TO, 29 de março de 2010.

2ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO-40 dias

Autos n° 2009.0008.8988-6
Ação: USUCAPIÃO
REQUERENTES: JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO E ZILDETE DA SILVA CARVALHO
REQUERIDOS: FILOMENA AMARAL COSTA E ESPOSO
O Doutor JOSÉ MARIA LIMA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio CITA o proprietário do imóvel usucapiendo FILOMENA AMARAL COSTA E ESPOSO, brasileiros, casados, atualmente em lugar incerto e não sabido e os TERCEIROS INTERESSADOS, CONDÔMINOS OU NÃO. AUSENTES E DESCONHECIDOS, com residência e domicílio incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a ação supra, que tem como objeto de litígio o imóvel abaixo descrito, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos a egados pelo(a) autor(a) na inicial, nos termos do art. 285 e 319 do CPC.IMÓVEL USUCAPIENDO: Lote de terreno urbano, n° 10, Qd. 15, com frente para o oeste e fundos para leste, com área de 600,00 m2, com

os seguintes limites e confrontações: 40,00 metros lineares pelo lado norte; 40,00 metros ditos pelo lado sul, 15,00 metros pelo lado leste, 15,00 metros ditos pelo lado oeste, contornado ao norte com o lote 09, ao sul com o lote 11, a leste com o lote 02 e a oeste com a avenida Recife, o referido lote está localizado ao lado par da Av. Recife, a 15,00 metros da esquina noroeste da Rua 05 com Av. Recife, do loteamento setor Novo Planalto, nesta cidade. SEDE DO JUIZO: Fórum Dr. Feliciano Machado Braga - Av. Presidente Kennedy, Lote "E", Qd. 23, Setor Aeroporto, CEP 77.500-000. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da Lei. Porto Nacional, 31 de Maio de 2011. Eu, Lucimara P. Cardoso Grimm, Escrevente, digitei. Eu, Wanessa Kellen Dias Vieira, conferi e subscrevo. José Maria Lima – Juiz de Direito. CERTIDÃO: CERTIFICO e DOU FÉ, que afixei uma via do presente no Placard do fórum local. Eu___, Porteira dos Auditórios.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2007.0002.9215-8 – Aposentadoria
Requerente: Deuzemar Ferreira de Carvalho
Advogado: Roberto Hidasi – OAB/GO 17260
Requerido: INSS Instituto Nacional de Seguro Social
Despacho: "Vista a parte autora para manifestar sobre o laudo retro."

AUTOS: 2011.0003.9644-0 (nº antigo: 6237/04) Ordinária
Requerente: Carlos de Oliveira e Silva
Advogado: Quinara Resende Pereira da Silva Viana – OAB/TO 1853
Requerido: Município de Porto Nacional
Despacho: "Diga a parte autora. Intime-se."

AUTOS: 2011.0003.9565-6 (nº antigo: 6405/05) Indenização por Danos Morais/ Materiais
Requerente: Espolio de João Alves Andrade
Requerente: Marlene Gomes Lima de Andrade – Inventariante
Advogado: José Erasmo Pereira Marinho – OAB/TO 1132
Requerido: Espolio de Ernesto C. Leite Neto
Advogado: Eder Barbosa de Souza – OAB/ 2077 - A
Despacho: "Digam".

1ª Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

AUTOS Nº 2011.0000.5823-4 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado(s): RAILSON GOMES BARBOSA
FINALIDADE: " EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 15 dias - O Doutor Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional-TO, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime nº 2011.0000.5823-4, que o Ministério Público Estadual – como Autor, move contra o acusado RAILSON GOMES BARBOSA, brasileiro, nascido aos 02/8/1988, em Monte do Carmo/TO, filho de Juarez Alves Barbosa e Joana Gomes Barbosa, estando incurso nas penas do art. 155, §4º, I e IV, do CPB, encontrando-se em lugar incerto, não sendo possível CITÁ-LO pessoalmente, fica então, por meio do presente, CITADO da Ação Penal, cuja cópia da denúncia segue anexa, para responder a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A, ambos do CPP, com a nova redação dada pela Lei 11.719/08. Caso não tenha condições de constituir defensor, o réu deverá procurar a Defensoria Pública. Para conhecimento de todos é passado o presente, cuja via fica afixada no "Placar" do Fórum. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, aos 28 de junho de 2011. Eu, Lidiane Manduca Ayres Leal, Escrivã Substituta, digitei o presente. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal".

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2009.0007.1274-9
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: GELSIO PEREIRA ALVES
ADVOGADO(A): DR. HELMAR TAVARES MASCARENHAS JÚNIOR, OAB/TO 4373
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/09/2011 às 15:30 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2009.0007.1276-5
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: CELSO LUIZ SIQUEIRA MOURÃO
ADVOGADO(A): DR. JOSÉ ARTHUR NEIVA MARIANO, OAB/TO 819
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/09/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2009.0005.0484-4
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: JOSÉ ALVES PEREIRA
ADVOGADO(A): DR. FÁBIO BEZERRA DE MELO PEREIRA, OAB/TO 3990
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/09/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.
ATO PROCESSUAL: Fica o advogado da parte ré intimado da expedição de carta precatória para a comarca de Palmas/TO com a finalidade de inquirir as testemunhas arroladas pela acusação, Ten/PM Arione Gomes Barbosa e CB/PM Hallim Brito Barbosa, a fim de que acompanhe o respectivo cumprimento no juízo deprecado. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2009.0007.1275-7
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: TERTULIANO BATISTA DA ROCHA FILHO
ADVOGADO(A): DR. MARISON DE ARAÚJO ROCHA, OAB/TO 1336
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21/09/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.
ATO PROCESSUAL: Fica o advogado da parte ré intimado da expedição de carta precatória para a comarca de Palmas/TO com a finalidade de inquirir as testemunhas arroladas pela acusação, Sub/PM Arione Alves Barbosa e PM Hallim Brito Barbosa, a fim de que acompanhe o respectivo cumprimento no juízo deprecado. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0001.8739-5
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: CARLOS ALBERTO FERREIRA CARVALHO
ADVOGADO(A): DR. RENATO GODINHO, OAB/TO 2550
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15/09/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0001.7306-8
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: ADMILSON SOUZA GOMES
ADVOGADO(A): DRA. LILIAN ABI-JAUDI BRANDÃO LANG, OAB/TO 1824
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/09/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0002.1620-4
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: MÁRIO ROBERTO BUENO E OUTRO
ADVOGADO(A): DR. PAULO SÉRGIO MARQUES, OAB/TO 2054-B
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/08/2011 às 15:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0002.1612-3
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: LUIS CORREIA PAZ
ADVOGADO(A): DR. CARLOS HENRIQUE BATISTA DA SILVA, OAB/MA 4866
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/08/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0003.7450-0
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: PLÍNIO AURELIANO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO(A): DR. RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA, OAB/TO 1710
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 30/08/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.
ATO PROCESSUAL: Fica(m) o(s) advogado(s) da(s) parte(s) ré(s) intimado(s) da expedição de carta precatória para a comarca de Natividade/TO a fim de inquirir as testemunhas arroladas pela acusação, Saulo Caitano Braga e Gilson dos Santos, a fim de que acompanhe o respectivo cumprimento no juízo deprecado. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

AUTOS Nº 2008.0005.3694-2
Ação: Processo-Crime
Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins
Réu: PAULO SÉRGIO MOURA GOMES
ADVOGADO(A): DRA. ADALENE GOMES CERQUEIRA SIMÕES, OAB/TO 3783
ATO PROCESSUAL: Fica o(a) advogado(a) da parte ré intimado(a) da data da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 25/08/2011 às 14:00 horas a realizar-se neste Fórum de Porto Nacional/TO. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.
ATO PROCESSUAL: Fica(m) o(s) advogado(s) da(s) parte(s) ré(s) intimado(s) da expedição de carta precatória para a comarca de Palmas/TO a fim de inquirir as testemunhas arroladas pela acusação, João Clélio Rosa da Silva e Sebastião Francisco Souto, a fim de que acompanhe o respectivo cumprimento no juízo

deprecado. Porto Nacional, 21 de junho de 2011. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

TOCANTÍNIA

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Doutora RENATA DO NASCIMENTO E SILVA, MM. Juíza de Direito desta Comarca de Tocantínia-TO, na forma da lei, etc... FAZ SABER que por este Juízo e Cartório se processaram os termos da ação de interdição nº 2009.0001.1253-9/0, em que é Requerente JUDISON AMERICO GAMA, rep. por DEFENSOIRA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS e Interditando IRANILDE AMERICO DE CARVALHO, e que as fls. 12/13, pela MM Juíza de Direito foi decretada a Interdição de IRANILDE AMERICO DE CARVALHO, conforme o teor da parte conclusiva da sentença a seguir transcrita: " A requerente deve, realmente, ser interditanda, pois examinada veio a conclusão de que é portadora de retardo mental que a impossibilita de expressar sua vontade com clareza, pois fala com grande dificuldade e de forma quase ininteligível, impressão que se colheu, ainda, em seu interrogatório judicial, de modo que é desprovida de capacidade de fato. Ademais, as testemunhas asseveram que a Requerida não consegue realizar qualquer tarefa sozinha, por mais simples que seja, nem mesmo as domésticas, carecendo em tudo e por tudo de ajuda familiar. Em razão do exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO da requerida IRANILDE AMÉRICO DE CARVALHO, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e nomeio-lhe curador o Sr. JÚDISON AMÉRICO GAMA, sob compromisso. Em obediência ao dispositivo no art. 1.184 do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se o presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias . sem custas nem honorários, eis que defiro aos Requerentes os benefícios da gratuidade de justiça(Lei n° 1.060/50), nem honorários. Transitada em julgado, arquive-se os autos. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados". Tocantínia, 04 de março de 2009, (a) Gerson Fernandes Azevedo – Juiz Substituto desta Comarca.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2010.0005.9604-1 (1091/05), proposto por MANOEL JOSÉ ALVES, em face de SEBASTIÃO BARBOSA ALVES, sendo que por sentença exarada às fls. 35/37, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 08/10/2009, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de SEBASTIÃO BARBOSA ALVES, brasileiro, solteiro, não alfabetizado, RG nº 149.082 SSP/TO, CPF n. 935.644.811-68, nascido aos 26/06/1974 em Miracema do Tocantins, filho de Manoel José Alves e Maria Isabel Barbosa, residente e domiciliado na Rua 21, s/n. Setor Carlos Luz, em Lajeado /TO, por ter reconhecido que o interditando apresenta transtorno psicótico grave, com alienação mental, o que lhe impede de cuidar de sua própria pessoa, estando incapacitado permanentemente para os atos da vida civil. Pelo que foi nomeado curador seu pai MANOEL JOSÉ ALVES, brasileiro, viúvo, lavrador, nascido aos 05/10/1943 em Gilbués/PI, filho de Agenor José Alves e Joana Quirino Alves, RG nº 146.870 2ª Via – SSP/TO, residente e domiciliado na Rua 21, Setor Carlos Luz em Lajeado/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do requerente e DECRETO a interdição de SEBASTIÃO BARBOSA ALVES, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil, e, com fulcro no artigo 1.775 do Código Civil. Nomeio Curador definitivo Manoel José Alves. Lavre-se o competente termo. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Intime-se o curador para o compromisso acima determinado. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Tocantínia-TO, em 08 de outubro de 2009. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 08 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, que o digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2008.3176-1(2163/08), proposto por GERACINA FRANCISCA ROCHA, referente à interdição de OLINDA FREIRES DA ROCHA, sendo que por sentença exarada às fls. 17/18, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 29/09/2008, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de OLINDA FREIRES DA ROCHA, brasileira, viúva, RG nº 1.411.579 SSP/GO, CPF n. 612.677.241-53, nascida aos 29/12/1920 em Riachão/MA, filha de Raimundo Souza e Josefa Freires da Rocha, residente e domiciliada na Chácara Jacó, município de Tocantínia/TO, por ter reconhecido que a interditanda é portadora de doença neurológica degenerativa, o que lhe impede de cuidar de sua própria pessoa, estando incapacitada permanentemente para os atos da vida civil. Pelo que foi nomeada curadora sua nora GERACINA FRANCISCA ROCHA, brasileira, viúva, do lar, nascida aos 24/07/1950 em Tocantínia/TO, filha de Agostinho da Silva Brito e Raimunda Francisca de Brito, RG nº 1.707.687 SSP/GO, CPF n. 023.402.231-05, residente e domiciliada na Chácara Jacó, município de Tocantínia/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, acolho parcialmente o pedido inicial para nomear Geracina Francisca Rocha como curadora de Olinda Freires da Rocha, sob compromisso e dispensada da especialização de bens em hipoteca local, o que faço com fundamento nos artigos 3º, II, C/C 1.775, § 3º, do Código Civil. DECRETO a interdição da requerida, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, Lavre-se o competente termo. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Intime-se a curadora para o compromisso acima determinado. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Tocantínia-TO, em 29 de setembro de 2008. (a) Gerson Fernandes Azevedo – Juiz Substituto". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 13 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2007.0009.9198-6 (1893/07), proposta por RAIMUNDO NONATO FERREIRA DOS REIS, referente à interdição de MARIA LUIZA RODRIGUES SANTOS, sendo que por sentença exarada às fls. 21/23, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 10/06/2008, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de MARIA LUIZA RODRIGUES SANTOS, brasileira, não alfabetizada, RG nº 349.283-SSP/TO, CPF n. 844.307.021-87, nascida aos 29/11/1960 em Palmas/TO, filha de Auta Rodrigues dos Santos, residente e domiciliada na Fazenda São José, município de Tocantínia/TO, por ter reconhecido que a interditada é surda-muda, sem educação que a habilite a enunciar precisamente sua vontade o que lhe impede de cuidar de sua própria pessoa, estando incapacitada permanentemente para os atos da vida civil. Pelo que foi nomeado curador seu amasio RAIMUNDO NONATO FERREIRA DOS REIS, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/06/1962 em Gurupi/TO, filho de Deocleciano Francisco dos Reis e Arcângela Ferreira dos Reis, RG nº 914.298-SSP/TO, residente e domiciliado na Fazenda São José, município de Tocantínia/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do requerente e DECRETO a interdição de MARIA LUIZA RODRIGUES SANTOS, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, por ser deficiente física, déficit na fala e audição e que a anomalia é irreversível, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.185 do Código de Processo Civil. Em conseqüência, reconhecida a afinidade, interesse familiar e instinto protetivo de RAIMUNDO NONATO FERREIRA DOS REIS, nomeio Curador definitivo da interditanda, quem incumbirá, doravante, o ônus de preservar e defender os interesses da mesma, mediante termo de compromisso, a ser lavrado em livro próprio e prestado em 05 (cinco) dias. Em obediência ao disposto no art. 1.187 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Intime-se o curador para o compromisso acima determinado. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Tocantínia-TO, em 10 de junho de 2008. (a) Lilian Bessa Olinto – Juíza de Direito". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 09 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2009.0003.7926-8 (2397/09), proposto por DANIEL FERNANDES ARAUJO, referente à interdição de SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA, sendo que por sentença exarada às fls. 08/10, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 28/04/2009, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, registrado sob o n. 3.839, Livro A/7, fls. 63, CRC de Rio Sono-TO, nascido em 04/01/1944 em Lizarda-TO, filho de Cecílio Pereira da Silva e Antonia Gonçalves dos Santos, residente e domiciliado na Fazenda Nova, município de Rio Sono/TO, por ter reconhecido que o interditando é surdo-mudo congênito e não tem possibilidade de melhora com qualquer tratamento medico o que lhe impede de cuidar de sua própria pessoa, estando incapacitada permanentemente para os atos da vida civil. Pelo que foi nomeado o senhor DANIEL FERNANDES ARAUJO, brasileiro, casado, lavrador, nascido aos 28/05/1964 em Lizarda/TO, filho de Profiro Fernandes Araujo e Romana Mendes Araujo, RG nº 472.537- SSP/TO, CPF n. 772.492.321-34, residente e domiciliado na Fazenda Nova, município de Rio Sono/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto a interdição do requerido Sebastião Gonçalves da Silva, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, com fundamento nos artigos 3º, II, C/C 1.775, § 3º, do Código Civil. Nomeio-lhe curador o senhor Daniel Fernandes Araujo, sob compromisso. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Rio Sono -TO, em 28 de abril de 2009. (a) Gerson Fernandes Azevedo – Juiz Substituto". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 16 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2010.0010.8718-3 (32/98), proposto por SABINA RIBEIRO DA SILVA, referente à interdição de JOÃO PEREIRA DA SILVA, sendo que por sentença exarada às fls. 69/71, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 03/11/2009, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de JOÃO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Certidão de Nascimento n. 2.557, nascido aos 20/05/1972 em Lizarda/TO, filho de Onésio Pereira Reis e Sabina Ribeiro da Silva, residente e domiciliado na Fazenda Brejão, município de Rio Sono/TO, por ter reconhecido que o interditando é retardo mental, possui incapacidade absoluta para reger sua pessoa e bens. Pelo que foi nomeada curadora sua mãe SABINA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, casada, lavradora, nascida aos 10/07/1947 em Lizarda/TO, filha de José Ribeiro da Silva e Luisa Ribeiro dos Reis, portadora da Certidão de Nascimento n. 2.426, residente e domiciliada na Fazenda Brejão, município de Rio Sono/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da requerente e DECRETO a interdição de JOÃO PEREIRA DA SILVA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil, e, com fulcro no artigo 1.775 do Código Civil. Nomeio Curadora definitiva Sabina Ribeiro da Silva. Lavre-se o competente termo. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Intime-se a curadora para o compromisso acima determinado. Sem custas. Oficie-se o Tribunal Regional Eleitoral, em razão do artigo 15, inciso II da Constituição Federal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Tocantínia-TO, em 03 de novembro de 2009. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito". Para que chegue ao conhecimento de todos foi

determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 17 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, que o digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2010.0010.8713-2 (1313/07), proposto por NAIR PEREIRA LOPES, referente à interdição de JACO PEREIRA LOPES, sendo que por sentença exarada às fls. 31/32, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 17/02/2009, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de JACO PEREIRA LOPES, brasileiro, solteiro, RG n. 229.618 – SSP/TO, nascido em 06/08/1959 em Tocantínia -TO, filho de Francina Pereira Lopes, residente e domiciliado na Rua 06, n. 62 em LajeadoTO, por ter reconhecido que o interditando é totalmente incapaz de gerir seus atos, impressão que se colheu, ainda, em seu interrogatório judicial, de modo que é desprovido de capacidade de fato, estando incapacitado permanentemente para os atos da vida civil. Pelo que foi nomeada a sua irmã NAIR PEREIRA LOPES, brasileira, solteira, nascida aos 23/03/1976 em Tocantínia/TO, filha de Severiano Maciel Ramos e Francina Pereira Lopes, RG nº 180.830- SSP/TO, CPF n. 970.398.961-68, residente e domiciliada na Rua 06, n. 62 em Lajeado/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto a interdição do requerido Jacó Pereira Lopes, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, com fundamento nos artigos 3º, II, C/C 1.775, § 3º, do Código Civil. Nomeio-lhe curadora a senhora Nair Pereira Lopes, sob compromisso. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Tocantínia-TO, em 17 de fevereiro de 2009. (a) Gerson Fernandes Azevedo – Juiz Substituto". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 16 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, digitei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Escrivania tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 2010.0010.8712-4 (1244/06), proposta por VALDEMAR RIBEIRO ROCHA, referente à interdição de VALDEMAR RIBEIRO ROCHA, sendo que por sentença exarada às fls. 25/27, acostada aos autos supra mencionado, proferida na data de 24/04/2008, foi DECRETADA a INTERDIÇÃO de VELDEMIR RIBEIRO ROCHA, brasileiro, RG nº 828.274-SSP/TO, CPF n. 943.904.491-68, nascido aos 22/12/1962 em Lizarda/TO, filho de Arlindo Ribeiro Rocha e Gessi Ribeiro Sousa, residente e domiciliado na Av. 15 de Novembro, Qd. 09, Lote 10 em Rio Sono-TO, por ter reconhecido que o interditado é deficiente mental, estando absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil. Pelo que foi nomeado curador seu irmão VALDEMAR RIBEIRO ROCHA, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido aos 09/09/1964 em Dois Irmãos do Tocantins/TO, filho de Arlindo Ribeiro Rocha e Gessi Ribeiro Sousa, RG nº 720.994-SSP/TO, CPF n. 002.281.131-13, residente e domiciliado na Av. 15 de Novembro, Qd. 09, Lote 10, Rio Sono/TO, para todos os efeitos jurídicos e legais, conforme sentença a seguir transcrita: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do requerente e DECRETO a interdição de VALDEMIR RIBEIRO ROCHA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, por ser deficiente mental, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.185 do Código de Processo Civil. Em conseqüência, reconhecida a afinidade, interesse familiar e instinto protetito de VALDEMAR RIBEIRO ROCHA, nomeio Curador definitivo do interditando, quem incumbirá, doravante, o ônus de preservar e defender os interesses do mesmo, mediante termo de compromisso, a ser lavrado em livro próprio e prestado em 05 (cinco) dias. Em obediência ao disposto no art. 1.187 do Código de Processo Civil e ao art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil e publique-se no Órgão Oficial, por três vezes com intervalo de dez (dez) dias. Intime-se o curador para o compromisso acima determinado. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Tocantínia-TO, em 24 de abril de 2008. (a) Lilian Bessa Olinto – Juíza de Direito". Para que chegue ao conhecimento de todos foi determinada a expedição do presente edital para publicação na forma disposta no art. 1184 do CPC, aos 13 dias do mês de junho de 2011. Eu, Maria Sebastiana Galvão da Silva – Técnica Judiciária, digitei.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º: 2010.0005.9589-4 (826/04)
Natureza: Ação Ordinária de Rescisão de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel Rural c/c Antecipação de Tutela
Requerente: Agropecuária Gado Gordo Ltda e outros
Advogado(a): Dr. Coriolano Santos Marinho – OAB/TO nº 10-B, Luana Gomes Coelho Câmara – OAB/TO nº 3770, Antonio Luiz Coelho – OAB/TO nº 06-B e Rodrigo Coelho – OAB/TO nº 1931.
Requerido(a): Espólio de Neziazeno Valmor Bakalarcyzk
Advogado: Dra. Almerinda Maria Skeff – OAB/TO nº 3578-B, Gonzaga Cunha – OAB/CE nº 2976 e Cléo Feldkircher – OAB/TO nº 3729
OBJETO: INTIMAR as partes da decisão proferida às fls. 422-426: "(...) Contudo, diante dos fatos acima expostos, considero este Juízo absolutamente incompetente para julgar a demanda. Nos termos do artigo 113 do Código de Processo Civil a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção. Sendo este o caso dos autos, em que o autor tem domicílio em Miracema do Tocantins, o requerido em Palmas e o contrato – que diz respeito à relação exclusivamente obrigacional, sendo a imissão na posse mero efeito do pedido principal – estabelecido o foro de Palmas para dirimir pendências relativas ao feito, a teor do que dispõe o artigo 115, inciso II, do Código de Processo Civil, SUSCITO o pertinente CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Oficie-se à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, consoante estabelece o artigo 118, inciso I, do Código de Processo Civil. Instrua-se referido ofício com cópias da petição inicial, do contrato firmado pelas partes e da Decisão do Juízo suscitado (fls. 2/16, 18, 18v, 19, 19v e 265/268 dos autos em epígrafe). Intimem-se. Tocantínia, 23 de junho de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito."

AUTOS N.º: 2011.0000.8505-3 (3403/11)
Natureza: Manutenção de Posse com Liminar
Requerente: Wilton Marinatti
Advogado(a): Dr. Marcos Ferreira Davi – OAB/TO nº 2420
Requerido(a): Luiz Rogério Pompeu, Alaor Rodrigues de Assis e Elvas Rodrigues Quixabeira
Advogado(a): Dr. Rildo Caetano de Almeida – OAB/TO nº 310
OBJETO: INTIMAR o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias manifestar sobre certidão à fl. 110 verso.

TOCANTINÓPOLIS

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Processo nº. 2010.0007.3035-0/0 - Ação: ANULATÓRIA DE CONTRATO BANCÁRIO C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS E DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: BENEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO
Advogado: Samuel Ferreira Baldo - OAB/TO 1689
Requerido: BANCO BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques OAB/MG 76.696
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos e, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS da parte autora para:Com lastro nas disposições do art. 4º do Código de Processo Civil, declarar inexistente o contrato bancário de n°. 205046536 pactuado pelo Banco Requerido em face da parte autora e que originou os descontos indevidos junto ao seu Benefício Previdenciário;Com fundamento no art. 42, § único, do Código de Defesa do Consumidor (Repetição do Indébito), condenar o Banco BMG S/A a pagar a Sra. Benedita Maria da Conceição, o valor correspondente às parcelas descontadas indevidamente junto ao seu benefício previdenciário, no importe total de R$454,41 (quatrocentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e um centavos), com correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002 e art. 161, § lº, do CTN), ambos a partir de cada desconto, forte na súmula 54 do STJ;Com fundamento nos artigos 186 e 927, § único, ambos do Código Civil, artigo 5º, V e X, da Constituição Federal e artigo 14 do CDC, condenar o Banco BMG S/A a pagar a Sra. Benedita Maria da Conceição, a título de danos morais, a quantia R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo que o referido valor deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento, com base na súmula 362 do STJ, e com juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002 e art. 161, § lº, do CTN), também a partir da data de seu arbitramento, tudo de conformidade com o Enunciado 18 das Turmas Recursais do Estado do Tocantins.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Toc./TO, 22 de junho de 2011. - José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto - Respondendo."

Processo nº 2009.0008.5954-5/0 - Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESPONSABILIDADE CIVIL, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA
Requerente: CHURRASCARIA E LANCHONETE TRANSBR
Advogado: Angelly Bernardo de Sousa - OAB/TO 2508
Requerido: CDA – COMPANHIA. DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA S/A
Advogado: Jeconias Barreira de Macedo Neto – OAB/GO 24.358
INTIMAÇÃO das partes e advogados da decisão a seguir: "Cuida-se da interposição de Recurso Inominado pela parte requerida, recurso este que é tempestivo e adequado e foi devidamente preparado. Dê-se vista ao apelado para contra-razões no prazo legal. Após, subam os autos com as devidas anotações. Intimem-se. Cumpra-se.Tocantinópolis/TO,17 de junho de 2011.José Carlos Ferreira Machado.-Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Processo nº 2010.0000.4732-3/0 - Ação: DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: JOÃO BOSCO DE CARVALHO
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: DOMINGOS ISAIAS SILVA
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Pela certidão Cartorária de fl.27 infere-se que ocorreu o transito em julgado da sentença. Diante da inércia do executado, impõe-se o cumprimento da sentença, Com o suporte no artigo 475-J, do Código de Processo civil, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, contar da intimação da presente, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$10.204,94 (dez mil duzentos e quatro reais e noventa e quatro centavos), sob a pena de acréscimo de multa de 10%, bem como a incidência de honorários advocatícios, que fixo, desde já, em 10% do valor da execução, tudo sem prejuízo de eventual penhora "on line".Intime-se. Cumpra-se. Tocantinópolis/TO, 22 de junho de 2011.José Carlos Ferreira Machado.-Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Processo nº 2011.03.3975-6/0 - Ação: PARA INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Requerente: ELIZIA ALMEIDA SEVERINO
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: CELTINS – COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ENSTADO DO TOCANTINS
Advogado: Letícia Bittencourt OAB/TO 2974-B // Philippe Bittencourt OAB/TO 1073
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Defiro o pedido de remarcação de nova data para a audiência, tendo em vista a plausibilidade da justificativa apresentada pela parte requerida, pois realmente foram anteriormente designadas audiências para a mesma data, conforme comprovante juntado aos autos. Paute nova data audiência de conciliação para data de 12/07/2011, às 15:30

horas. Intimem-se Toc./TO, 22/junho/2011. - José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto - Respondendo."

Processo nº 2011.03.4002-9/0 - Ação: PARA REVISÃO DE FATURAMENTO C/C DEVOLUÇÃO DE QUANTIA PAGA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente:LUZIA VIANA DE SOUSA
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: CELTINS – COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ENSTADO DO TOCANTINS
Advogado: Letícia Bittencourt OAB/TO 2974-B // Philippe Bittencourt OAB/TO 1073
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Defiro o pedido de remarcação de nova data para a audiência, tendo em vista a plausibilidade da justificativa apresentada pela parte requerida, pois realmente foram anteriormente designadas audiências para a mesma data, conforme comprovante juntado aos autos. Paute nova data audiência de conciliação para data de 12/07/2011, às 15:15 horas. Intimem-se Toc./TO, 22/junho/2011. - José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto - Respondendo."

Processo nº. 2010.0000.4858-3/0 - Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: LUIZA LOPES MOREIRA
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A
Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior OAB/SP 188.846
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "I Isto posto, em face das considerações retro expendidas, acolho a preliminar de litispendência e declaro por sentença, a EXTINÇÃO do presente processo, sem julgamento de mérito, por existência de litispendência ao feito de n° 2009.0000.2092-8, Ação Anulatória de Contrato c/c Restituição de Parcelas Pagas e Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, que também tramita regularmente neste Juizado, nos termos dos artigos 267, V e 301, § 3º, todos do Código de Processo Civil, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).P.R.I.-Tocantinópolis, 23 de junho de 2011.-José Carlos Ferreira Machado.-Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Processo nº. 2010.0000.4807-9/0 - Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: LUIZA LOPES MOREIRA
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A
Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior OAB/SP 188.846
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "Isto posto, em face das considerações retro expendidas, acolho a preliminar de litispendência e declaro por sentença, a EXTINÇÃO do presente processo, sem julgamento de mérito, por existência de litispendência ao feito de n° 2009.0000.2092-8, Ação Anulatória de Contrato c/c Restituição de Parcelas Pagas e Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, que também tramita regularmente neste Juizado, nos termos dos artigos 267, V e 301, § 3º, todos do Código de Processo Civil, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).P.R.I. -Tocantinópolis.To, 23 de junho de 2011. - José Carlos Ferreira Machado.-Juiz de Direito Substituto – Respondendo."

Processo nº. 2010.0000.4775-7/0 - Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: LUIZA LOPES MOREIRA
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A
Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior OAB/SP 188.846
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "Isto posto, em face das considerações retro expendidas, acolho a preliminar de litispendência e declaro por sentença, a EXTINÇÃO do presente processo, sem julgamento de mérito, por existência de litispendência ao feito de n° 2009.0000.2092-8, Ação Anulatória de Contrato c/c Restituição de Parcelas Pagas e Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, que também tramita regularmente neste Juizado, nos termos dos artigos 267, V e 301, § 3º, todos do Código de Processo Civil, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).P.R.I. Tocantinópolis,23 de junho de 2011. José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto – Respondendo."

Processo nº. 2010.0000.4765-0/0 - Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: LUIZA LOPES MOREIRA
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A
Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior OAB/SP 188.846
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "Isto posto, em face das considerações retro expendidas, acolho a preliminar de litispendencia e declaro por sentença, a EXTINÇÃO do presente processo, sem julgamento de mérito, por existência de litispendencia ao feito de n° 2009.0000.2092-8, Ação Anulatória de Contrato c/c Restituição de Parcelas Pagas e Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, que também tramita regularmente neste Juizado, nos termos dos artigos 267, IV e 301, § 3º, todos do Código de Processo Civil, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).P.R.I. – Toc., 23 de junho de 2011. -José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto – Respondendo".

Processo nº. 2010.0000.4772-2/0 - Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: LUIZA LOPES MOREIRA
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A
Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior OAB/SP 188.846
INTIMAÇÃO das partes e advogados da sentença a seguir: "Isto posto, em face das considerações retro expendidas, acolho a preliminar de litispendência e declaro por sentença, a EXTINÇÃO do presente processo, sem julgamento de mérito, por existência de litispendência ao feito de n° 2009.0000.2092-8, Ação Anulatória de Contrato c/c Restituição de Parcelas Pagas e Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, que também tramita regularmente neste Juizado, nos termos dos artigos 267, V e 301, § 3º, todos do Código de Processo Civil, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas ou verbas honorárias (UE, art. 55).P.R.I..Toc./TO, 23 de junho de 2011. - José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto - Respondendo."

Processo nº 2010.0000.4678-5 - Ação: REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS POR ATO ILICITO, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente:ANDRE LOPES BRITO
Advogado: Marcello Resende Queiroz Santos - OAB/TO 732
Requerido: CAPPAX COM. E INST. DE FILTROS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTADA
Advogado: Adriano Waldeck Felix de Sousa – OAB/GO 15.634 // Sandro Waldeck Felix de Sousa OAB/GO 22.328 // Carlos Luis Ruben de Menezes OAB/GO 15.239 // Reginaldo Gonçalves de Vasconcelos OAB/GO 20.061
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "A parte requerida manifestou-se nos autos postulando restituição do prazo recursal alegando que somente houve intimação da sentença na pessoa do advogado substabelecido.Melhor sorte não assiste a empresa requerida, pois não há suporte legal ou fático para que seja admitida renovação do ato intimatório da sentença de fls. 69/75, tendo em vista que houve sim regularidade na intimação feita em nome do advogado substabelecido.Sendo que é entendimento pacificado dos tribunais pátrios de que quando há substabelecimento com reserva de poderes e não há indicação em nome de quem deve ocorrer a intimação, esta pode ser feita em nome de qualquer um dos advogados; afinal, todos eles, substabelecente e substabelecido, encontram-se habilitados para atuar no processo.E no caso concreto foi o que ocorreu, pois no substabelecimento de fl. 28 não há nenhum pedido expresso no sentido de que a publicação dos atos processuais fosse feita exclusivamente em nome do substabelecente.Portanto, no caso, não ficou configurado o cerceamento de defesa e afronta a princípios constitucionais como menciona a requerida, porquanto, de um lado, a parte acompanhou todos os passos do processo e, de outro, houve regular intimação do advogado que teve mais efetiva atuação no feito.Autos inicialmente à contadoria para a atualização do débito, de conformidade com a sentença de fls.69/75, e após intime-se a parte executada para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 5.117,46 (cinco mil cento e dezessete reais e quarenta e seis centavos), sob pena de multa de 10%, de conformidade com o art. 475-J, do CPC e pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 511,74 (quinhentos e onze reais e setenta e quatro centavos), os quais desde já em 10% do valor da execução, sem prejuízo de eventual penhora "on line.Intimem-se, devendo a intimação da parte requerida recair nos advogados mencionados à fl. 83.Cumpra-se.-Tocantinópolis, 17 de junho de 2011.José Carlos Ferreira Machado. -Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º 2010.0007.4299-4 (456/2010)
Ação: Investigação de Paternidade
Requerente: E.P.S.
Advogado: Dr. ALFEU AMBRÓSIO AMBROSIO OAB/TO Filho OAB/TO 691
Requerido: Espolio de R.R.L.
Despacho: " ... Intime-se o autor para, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento do feito, individualizar os herdeiros do espólio de R.R.L., fornecendo seus respectivos endereços, bem como requerer as devidas citações. Após, autos conclusos. Cumpra-se. Tocantinópolis, 13 de junho de 2011. (ass) José Carlos Ferreira Machado – Juiz Substituto.

WANDERLÂNDIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

AUTOS 2010.0012.4428-9/0 - AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO
Requerentes: JOSÉ DE RIBAMAR LIMA PARRIÃO, EDVALDO RODRIGUES DA COSTA e MARIA IDELVICE DE OLIVEIRA.
Advogado: Dr. Antonio Francisco da Silva Filho OAB/PA 9.955.
DECISÃO: "(...) Assim, MODIFICO DE OFÍCIO O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA e, em consequência, determino inicialmente à Escrivã Judicial que proceda ao cálculo das custas com base no valor acima e, em seguida, proceda a intimação do autor para que efetue o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de cancelamento da distribuição. À Distribuição para alteração do Cadastro do nome da ação subsituindo-o por Ação de Homologação de Acordo. Intimem-se". DESPACHO: "Encaminhe-se a contadoria pra que proceda ao cálculo das custas com base na decisão de fls. 34/37. Após, intimem-se os autores para efetuar o pagamento das custas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de cancelamento da distribuição". Valor da Taxa Judiciária complementar: R$ 3.000,00 (três mil reais).

AUTOS 2008.0006.5304-3/0 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.
Requerente: BANCO MATONE S/A.
Advogado: Dr. Fábio Gil Moreira Santiago OAB/BA 15.664.
Requerido: MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ-TO e OLAVO JÚLIO MACEDO.
Advogado: Dr. Ademir Teodoro de Oliveira OAB/TO 3731
TERMO DE AUDIÊNCIA/DECISÃO: Foi constatada a ausência do Dr. Ademir Teodoro de Oliveira, advogado do Requerido Olavo Júlio Macedo. Tentada a conciliação entre as partes, esta foi rejeitada, por não ter sido apresentada nenhuma proposta de acordo pelos

requeridos, Olavo Júlio Macedo e Município de Piraquê. Dada a palavra ao advogado do Autor, foi requerido que as intimações futuras sejam feitas exclusivamente em nome Dr. Fábio Gil Moreira Santiago OAB/BA 15.664, sob pena de nulidade processual; que, ante a inexistência de outras provas a serem produzidas, seja, de logo julgada a lide também sob o fundamento do lapso temporal já decorrido desde a propositura da Ação Cautelar, até o presente momento, e o tempo que ainda pode permanecer o caso pendente de providência judicial, podendo causar ao autora mais prejuízos ainda, bem como, que seja determinado aos Réus o depósito em Juízo, dos valores que deveriam ter sido repassados ao Autor, valor este, que não pertence ao erário público, sendo parte dos vencimentos dos mutuários, de maneira que a decisão neste sentido não tem o condão de mexer com os cofres público, ficando reiterados todos os termos da inicial e demais manifestações do Banco Autor, pugnando pois pela procedência da Ação. O Advogado do requerido MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ requereu a produção de prova pericial e documental, para apurar a real diferença entre o capital emprestado e os juros tomados. Em seguida passou o MM. Juiz a sanear o processo, nos termos do art. 331, § 3º, do CPC: "Foi suscitado pelo requerido Município de Piraquê a extinção do proce3sso por impossibilidade jurídica do pedido. Ocorre que, no vertente caso, o pedido é de obrigação de fazer, previsto portanto, no ordenamento jurídico. Sabe-se que a possibilidade jurídica do pedido consiste na inexistência, no direito positivo, de vedação explicita ao pleito contido na demanda, o que evidentemente ocorre no vertente caso, não havendo que se falar em carência de ação. Entretanto, compulsando os autos, verifico que o feito padece de irregularidade que deve ser sanada no presente momento. Como é cediço, cabe à parte que ajuizar a ação ou, ao requerer a prática de ato processual, antecipar as respectivas custas judiciais, nos termos do artigo 19 do CPC. Outrossim, o valor da causa deve corresponder à pretensão deduzida em Juízo, que no caso em apreço deve ser utilizado como parâmetro o valor da dívida existente à época do ajuizamento da ação, que, conforme o demonstrativo de dívida de fls. 42, consistia no valor de R$ 182.509,99 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e nove reais e noventa e nove centavos). Dessa maneira, resta evidente que o valor atribuído à causa de R$ 10.866,16 (dez mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos) não obedece ao disposto no art. 259 do CPC, pois consiste em um único bloqueio mensal, quando na realidade se deve levar em consideração o valor total do pedido, que, in casu, como informado pelo demandante consiste em, no mínimo, R$ 182.509,99 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e nove reais e noventa e nove centavos), devendo, pois, o cálculo do pagamento das custas processuais ser feito com base nesse valor, revelando-se plenamente cabível a possibilidade do juiz ex officio ordenar o seu ajustamento, conforme julgado transcrito, in verbis: "Valor da causa. Alteração de ofício. Precedentes. 1. Já decidiu a Corte que é "possível ao Magistrado, de ofício, ordenar a retificação do valor da causa, quando o critério de fixação estiver previsto na lei, quando a atribuição constante da inicial constituir expediente do autor para desviar a competência, o rito procedimental adequado ou alterar a regra recursal". 2. No caso, no próprio corpo da inicial o autor menciona valores bem superiores ao que aponta, cabendo ao Magistrado, ademais de outras circunstâncias, determinar que a parte estabeleça o valor de acordo com a pretensão. 3. Recurso especial não conhecido. (REsp 231.363/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 31/08/2000, DJ 30/10/2000 p. 151)". Assim, modifico de ofício o valor atribuído à causa e, em consequência, determino inicialmente à Escrivã Judicial que proceda ao cálculo das custas com base no valor acima e, em seguida, proceda a intimação do autor para que efetue o complemento das custas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito e cancelamento da distribuição. Não existem outras questões preliminares e prejudiciais ao julgamento do mérito da demanda. Fixo como pontos controvertidos: I- A aplicação do Código de Defesa do Consumidor; II- A legalidade do Contrato; III – A abusividade dos juros e encargos constantes no contrato. III – A legitimidade do desconto na folha de pagamento dos devedores. Intime-se o requerido OLAVO JÚLIO MACEDO, através de seu procurador, para que informe se pretende produzir provas, especificando-as, no prazo de 10 (dez) dias. Cientes os presentes. Antes de cumprir as demais determinações desta decisão, intime-se o autor para complementar as custas processuais. VALOR DAS CUSTAS PROCESSUAIS COMPLEMENTARES: R$ 1.023,72 - VALOR DA TAXA JUDICIÁRIA COMPLEMENTAR: R$ 4.562,72

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0003.0132-3/0, proposta por FRANCISCA GOMES CABRAL ALVES em desfavor de ANTONIO RODRIGUES ALVES; sendo o presente, para INTIMAR o Requerido: ANTONIO RODRIGUES ALVES, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, a seguir transcrita: "...ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de FRANCISCA GOMES CABRAL ALVES e ANTONIO RODRIGUES ALVES, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerente voltará a usar o nome de solteira, ou seja, Francisca Gomes Cabral. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se o requerido por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0007.9186-0/0, proposta por JOSÉ VALDO DE SOUSA em desfavor de GELCINA MARTINS DE SOUSA; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: GELCINA MARTINS DE SOUSA, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "...ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de JOSÉ VALDO DE SOUSA e GELCINA MARTINS DE SOUSA, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que manifeste o interesse no Cartório respectivo, o que fica desde já autorizado. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0010.0878-6/0, proposta por RAIMUNDA GERMANO DE ANDRADE em desfavor de RAIMUNDO PEREIRA ANDRADE; sendo o presente, para INTIMAR o Requerido: RAIMUNDO PEREIRA ANDRADE, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, a seguir transcrita: "...ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de RAIMUNDA GERMANO DE ANDRADE e RAIMUNDO PEREIRA ANDRADE, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida voltará a usar o nome de solteira, ou seja: Raimunda Germano de Aquino. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se o requerido por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0006.4320-8/0, proposta por ANTONIO FRANCISCO DOURADO em desfavor de FRANCISCA RODRIGUES DOURADO; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: FRANCISCA RODRIGUES DOURADO, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "... ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de ANTONIO FRANCISCO DOURADO e FRANCISCA RODRIGUES DOURADO, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que manifeste o interesse no Cartório respectivo, o que fica desde já autorizado. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E

PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2008.0008.9837-2/0, proposta por JOSÉ AURIVAN FERNANDES DE SOUSA em desfavor de DELMANA NASCIMENTO ALENCAR; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: DELMANA NASCIMENTO ALENCAR, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de JOSÉ AURIVAN FERNANDES DE SOUSA e DELMANA NASCIMENTO ALENCAR FERNANDES, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que manifeste o interesse no Cartório respectivo, o que fica desde já autorizado. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0011.2282-1/0, proposta por MIGUEL GONÇALVES DOS REIS em desfavor de MARIA DO SOCORRO GONÇALVES; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: MARIA DO SOCORRO GONÇALVES, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "... ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de MIGUEL GONÇALVES DOS REIS e MARIA DO SOCORRO GONÇALVES, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que manifeste o interesse no Cartório respectivo, o que fica desde já autorizado. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0004.3588-5/0, proposta por IRAKTAN BELAS DOS SANTOS em desfavor de IZABELA RODRIGUES DA SILVA; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: IZABELA RODRIGUES DA SILVA, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "...ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de IRAKTAN BELAS DOS SANTOS e IZABELA RODRIGUES DA SILVA, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2008.0008.0600-1/0, proposta por JOAQUIM NUNES DE OLIVEIRA em desfavor de ANTONIA LIMA DE OLIVEIRA; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: ANTONIA LIMA DE OLIVEIRA, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "...ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de JOAQUIM NUNES DE OLIVEIRA e ANTONIA LIMA DE OLIVIERA, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. A requerida poderá voltar a usar o nome de solteira, desde que manifeste o interesse no Cartório respectivo, o que fica desde já autorizado. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC...F A Z S A B E R a todos quanto o presente Edital de Intimação virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, autuada sob o n° 2009.0011.2232-5/0, proposta por FRANCISCO SINHÁ DE SOUSA em desfavor de TEREZINHA FERNANDES DE SOUSA; sendo o presente, para INTIMAR a Requerida: TEREZINHA FERNANDES DE SOUSA, com endereço ignorado, para que fique ciente da sentença exarada nos autos acima identificado, cuja parte conclusiva segue transcrita: "... ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 40 da Lei nº 6.515/1977 e 226, § 2º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido, para decretar o DIVÓRCIO LITIGIOSO de FRANCISCO SINHÁ DE SOUSA e TEREZINHA FERNANDES DE SOUSA, e em conseqüência extinguir o vínculo matrimonial até então existente. Por fim, destaco que na Comarca existe apenas um Defensor Público, o qual já patrocina a parte autora, tendo sido nomeado advogado como Curador à lide em razão da insuficiência da prestação dos serviços da Defensoria Pública, nos termos do art. 1.11.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Dessa forma, nos termos do artigo 1.11.3 da mencionada norma, fixo como honorários advocatícios devidos ao Curador Especial o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), sendo este o valor mínimo constante na tabela da OAB para a atuação em Ações de Divórcio, ressaltando-se que, além de apresentar a contestação com negativa geral, o Curador compareceu e participou da presente audiência de instrução e julgamento. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Expeça-se, também, certidão em favor do Defensor Dativo, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para que o mesmo providencie a cobrança junto ao Estado do Tocantins. Publicada em audiência, intimados os presentes. Intime-se a requerida por edital. Cumpra-se". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, (27.06.2011). Eu, _____ Pedrina Moura de Alencar, Escrivã do Cível que digitei e subscrevi.

XAMBIOÁ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

PROTOCOLO: 2010.0009.0322-0/0 – DECLARATÓRIA
Requerente: Divino Garcia
Adv. : Defensora Publica
Requerido: Atlântico Fundo de Investimento/ Brasil Telecom
Advogado: Dr. Julio Franco Poli OAB/TO 4589-B
DESPACHO " I- Designo audiência preliminar para o dia 12 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 14H30min. II- Intimem-se as partes, cientificando-as que deverão comparecer pessoalmente e/ou acompanhadas de procuradores habilitados a transigir, e caso não se realize acordo, serão afixados os pontos controvertidos e definidas as provas a serem produzidas. III- Cumpra-se. Xamb. 02/05/2011 (as) José Roberto Ferreira Ribeiro-Juiz Juiz Substituto.

Autos: 2009.0005.9460-6 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: RAIMUNDA MORAIS SOUSA
Advogado: RICARDO CICERO PINTO – OAB/SP 124961
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 38/49, contestação." Xambioá – TO, 21 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.
Autos: 2009.0000.9113-2 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: RAIMUNDO ALVES DA SILVA
Advogado: RICARDO CICERO PINTO – OAB/SP 124961
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 23/40, contestação." Xambioá – TO, 21 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2009.0010.4140-6 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: ARISTEULINA RAYMUNDO SANTOS
Advogado: LEONARDO DO COUTO SANTOS FILHO – OAB/TO 1858
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 75/92 (contestação)." Xambioá – TO, 21 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2009.0010.4148-1 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO – OAB/TO 1092
Requerido: DEUSDETH FERREIRA MIRANDA E ANSELMO FERREIRA DA SILVA
DESPACHO: "Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o regular andamento do feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, III)." Xambioá – TO, 23 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2007.0001.5635-1 – COBRANÇA
Requerente: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO – OAB/TO 1092
Requerido: MUNICIPIO DE XAMBIOA – TO
FINALIDADE: Desarquivamento e vista a parte autora por 05 (cinco) dias.
DESPACHO: "Defiro o requerimento de fls. 149. Proceda-se na forma requerida." Xambioá – TO, 21 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2007.0003.9734-0 – INDENIZAÇÃO
Requerente: GREVANI MARTINS BORGES E EDNA DA SILVA BORGES
Advogado: ANTONIO PIMENTEL NETO – OAB/TO 1130
Requerido: TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
DESPACHO: "Intime-se a parte autora, via advogado, para manifestar interesse no feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, II)." Xambioá – TO, 23 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2007.0000.6184-9 – INVENTÁRIO
Inventariante: RAIMUNDO NONATO BATISTA DOS REIS
Advogada: KARLANE PEREIRA RODRIGUES – OAB/TO 2148
Espólio: ANTÔNIO ALVES DOS REIS
FINALIDADE: Intimação do Inventariante.
DESPACHO: "Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o regular andamento do feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, III)." Xambioá – TO, 21 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2008.0005.8356-8 – COBRANÇA
Requerente: JOÃO DE CARVALHO
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO – OAB/TO
Requerido: REGINALDO GOMES
Advogado: ANTONIO CÉSAR SANTOS – OAB/PA 11582
DESPACHO: "Cite-se o executado para, no prazo de (15) quinze dias efetuar o pagamento da condenação acrescida de juros e correção monetária, sob pena de acréscimo da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J do CPC, sob pena de penhora." Xambioá – TO, 22 de junho de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2007.0007.2775-8 – EXECUÇÃO
Requerente: CÉLIO JERÔNIMO SILVA
Advogado: ALEXANDRE CARLOS MAGNO MENDES PIMENTEL – OAB/GO 27743 E LUCIANA SILVA KAWANO – OAB/GO 27858
Requerido: ZULENE DO CARMO OLIVEIRA
DESPACHO: "Indefiro o pedido de fls. 42/45, vez que o seu crédito não enquadra como crédito alimentar, tampouco o vínculo empregatício aduzido no requerimento. Intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para no prazo de cinco dias indicar bens do devedor passiveis de constrição, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95." Xambioá – TO, 22 de junho de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2006.0004.4282-8 – INDENIZAÇÃO
Requerente: ANGELITA FERREIRA DO NASCIMENTO
Advogada: Dra. THÂNIA APARECIDA BORGES CARDOSO – OAB/TO 2891
Requerido: MUNICIPIO DE XAMBIOÁ – TO
DESPACHO: "Intime-se a parte autora, via advogado, para promover o regular andamento do feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, III)." Xambioá – TO, 23 de maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: EXECUÇÃO PENAL Nº 2010.0012.5985-5/0
Reeducando: VALDINEZ ALVES DA SILVA
Advogado: Dra. JAUDILÉIA DE SÁ CAVARLHO SANTOS, OAB/SP 204182
DECISÃO: ....Ante o exposto, INDEFIRO pedido ministerial e da defesa, no tange da remição, e consequentemente NÃO RECONHEÇO dos dias trabalhados, em face a falta grave cometida pelo reeducando. Determino a Sra. Escrivã que proceda à retificação do Cálculo de Unificação e liquidação de pena, no tange aos cálculos para progressão de regime, eis que crime de tentativa de homicídio privilegiado não é hediondo. Após a confecção do novo cálculo, dêem-se novas vistas as partes. Cumpra-se. Xambioá-TO, 17 de junho de 2011. a.) José Roberto Ferreira Ribeiro.

PUBLICAÇÃOES PARTICULARES
PEIXE

Escrivania 1ª do Cível e Juizado Especial Cível

Av.Napoleão de Queiroz, s/n°, Qd. 12, Lts.01 e 16 - Setor Sul, Peixe-TO, CEP 77.460-000

E D I T A L DE 1ª E 2.ª P R A Ç A

CIBELE MARIA BELLEZZIA - MM. Juíza de Direito desta Comarca de Peixe - Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc ....

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nos autos de Execução n.o 153/95, que tem como Exequente: MOACIR PISONI em desfavor de OMAR WAHBE, que tramita nesta Comarca e respectiva Escrivania supra, que foi designado o dia 18 de agosto de 2011 das 16:00 às 16:30 horas, no átrio do Fórum local de Peixe - TO., para a realização da 1° praça, onde a Porteira dos Auditórios levará a Público o pregão para venda e arrematação por preço não inferior ao da avaliação de R$252:303,OO (duzentos e cinqüenta e dois mil e trezentos e três reais) do bem constante do Auto de Reavaliação de fls.113 dos autos a saber: "Uma gleba de terras rural com área de 271.77.33 hectares, que correspondem a 56.15.15 alqueires, localizada no Loteamento denominado São Valério, lote n° 9-A, 2° etapa, denominada Fazenda Cobiçoso, devidamente registrada sob n° R.1-5.808, fls.251, do Livro 2-L, no CRI desta comarca de Peixe- TO, com as seguintes benfeitorias: Uma casa de se de blocos, coberta de telhas de cerâmica, sem piso, com 72nf de área construída; Um curral cercado de cabos do cordoalha, com 02 salas, barracão coberto de telhas brasilit, tronco e embarcador cercado de taboas; 03 represas pequenas; 35 alqueires de pasto formado, um pouco encapoeirado,' toda cercada, com 05 divisões de pasto, com arame liso farpado e madeira de lei, 'que atribuo o preço de R$6.000,00(seis mil reais) aos 35 alqueires formados, perfazendo um tot atribuo o preço de R$2.000,00(dois mil reais), perfazendo um total de R$42.303,00(quarenta e dois mil e trezentos e três reais), perfazendo um total geral de R$252. 303,OO(duzentos e cinqüenta e dois mil e trezentos e três reais)." Se não for alcançado lanço igualou superior ao valor da avaliação, o bem será levado a 2° Praça no dia 31 de Agosto de 2011, no mesmo horário e local já designado, para a venda a quem maior lance oferecer.A arrematação far-se-á em dinheiro à vista, ou no prazo de três (03) dias, mediante caução. Não consta dos autos de Execução comunicação da existência de ônus, sobre o bem a ser levado a praça. E para que ninguém possa alegar ignorância, o presente Edital será afixado uma (01) via no Placard do átrio do Fórum local e também publicado no DJ /TO e em pelo menos um jornal de ampla divulgação no Estado. Peixe – TO., 13 d Junho de' 2.011. Eu Leonora Sena C. Antonio - Escrevente, digitei e subscrevo.

CIBELE BELLEZZIA
Juíza de Direito

EDITAL PARA INTIMAÇÃO

Cibele Maria Bellezzia - MM. Juíza de Direito desta Comarca de Peixe - Estado do Tocantins, e respectiva Escrivania 1° do Cível e Juizado Especial Cível, na forma da Lei, etc....FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por esta Comarca e Escrivania 1° do Cível e Juizado Especial Cível tramita a seguinte Ação de Execução n°153/95, cujas partes Exequente: MOACIR PISONE e Executada: OMAR WAHBE, sendo o presente para proceder a INTIMAÇÃO da Esposa do Executado S~ MARIA TEREZA SPRICHI WAHBE, brasileira, tualmente residente em lugar incerto e não sabido, de que nos autos supramencionados foram designados os dias 18 e 31 de agosto de 2011, das 16h às 16h e 30 min para a 1ª e 2ª Praças respectivamente do imóvel penhorado e Avaliado nos mesmos autos, sendo: "Uma gleba de terras rural com área de 271.77.33 hectares, que correspondem a 56.15.15 alqueires, localizada no Loteamento denominado São Valério, lote n° 9-A, 2ª etapa, denominada Fazenda Cobiçoso, devidamente registrada sob n° R.1-5.808, fls.251, do Livro 2-L, no CRI desta comarca de Peixe- TO, com as seguintes benfeitorias: Uma casa de se de blocos, coberta de telhas de cerâmica, sem piso, com 72m² de área construída; Um curral cercado de cabos do cordoalha, com 02 salas, barracão coberto de telhas brasilit, tronco e embarcador cercado de taboas; 03 represas pequenas; 35 alqueires de pasto formado, um pouco encapoeirado; toda cercada, com 05 divisões de pasto, com arame liso farpado e madeira de lei, que atribuo o preço de R$6.000,00(seis mil reais) aos 35 alqueires formados, perfazendo um total de R$210.000,00(duzentos e dez mil reais) e aos 21.15.15 alqueires de terra bruta atribuo o preço de R$2.000,00(dois mil reais), perfazendo um total de R$42.303,00(quarenta e dois mil e trezentos e três reais), perfazendo um total geral de R$252.303,00(duzentos e cinqüenta e dois mil e trezentos e três reais).
Em conformidade com o r. despacho de fls. 121 a seguir transcrito: "Vistos Designo a 1ª praça para hasta pública o dia 18 de agosto de 2011 que será realizado das 16:00 horas ás 16:30 horas, o bem não poderá ser arrematado no valor inferior a 50%(cinqüenta por cento) da sua avaliação. E para a 2ª praça para hasta pública o dia 31 de agosto de 2011 das 16:00 horas ás 16:30 horas não podendo ser arrematado por preço vil. Intime-se o Exeqüente para juntar atualização do seu débito, prazo de 15(quinze) dias. Expeça-se os editais. Intimem-se. Cumpra-se. Peixe-TO., 02 de maio de 2011. (ass) Cibele Maria Bellezzia.". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado uma vez no Diário da , justiça do Estado e afixado no *Placard* do Fórum local. Peixe - TO., 13 de Junho de 2.011. Eu _____Leonora de Sena CarneiroAntônio- Técnica judiciária, que digitei e subscrevo.

CIBELE BELLEZZIA
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ROSANA APARECIDA FINOTTI DE SIQUEIRA

VICE-PRESIDENTE
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA
Desa. ÂNGELA PRUDENTE
JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
Drª. FLAVIA AFINI BOVO

TRIBUNAL PLENO
Desª. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Desª. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Des. BERNARDINO LIMA LUZ
Desª. ÂNGELA PRUDENTE

JUIZES CONVOCADOS
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Des. AMADO CILTON)
Juíza ADELINA GURAK (Des. CARLOS SOUZA)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Des. LIBERATO PÓVOA)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Desª. WILLAMARA LEILA)

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente em substituição)
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)
ORFILA LEITE FERNANDES, (Secretária)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. ANTONIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTONIO FELIX (Vogal)
5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX(Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª T'URMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente)
SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY (Secretária)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa.JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Desa.ÂNGELA PRUDENTE
Des. DANIEL NEGRY
Des. MARCO VILLAS BOAS

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Desa. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Desa. (Suplente)
Des. (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Presidente)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des BERNARDINO LIMA LUZ (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Des. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Des. (Suplente)
Des. (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETOR GERAL
JOSÉ MACHADO DOS SANTOS,
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
DIRETORA FINANCEIRA
MARISTELA ALVES REZENDE
DIRETOR(A) DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
VANUSA BASTOS
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCO AURÉLIO GIRALDE
DIRETOR JUDICIÁRIO
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE
DIRETORA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS
ROSANE HELENA MESQUITA VIEIRA
CONTROLADOR INTERNO
SIDNEY ARAUJO SOUSA
ESMAT
DIRETOR GERAL DA ESMAT
DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS
1º DIRETOR ADJUNTO**: Des. BERNARDINO LIMA LUZ**
2º DIRETOR ADJUNTO**: Juiz JOSÉ RIBAMAR M. Jr**
3º DIRETOR ADJUNTO**: Juiz HELVÉCIO B. MAIA**
DIRETORA EXECUTIVA
ANA BEATRIZ DE O. PRETTO

Divisão Diário da Justiça

JOANA P. AMARAL NETA
Chefe de Serviço

KALESSANDRE GOMES PAROTIVO
Chefe de Serviço

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13h às 18h

Diário da Justiça
Praça dos Girassóis s/nº.
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007
Fone/Fax: (63)3218.4443
www.tjto.jus.br